PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

FILINTO JORGE EISENBACH NETO

O IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

CURITIBA
2019

FILINTO JORGE EISENBACH NETO

O IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.
Linha de Pesquisa: História e Políticas da Educação.

Orientador: Dr. Lindomar Wessler Boneti.

CURITIBA

2019

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Edilene de Oliveira dos Santos CRB 9 / 1636

Eisenbach Neto, Filinto Jorge

E36i
2019 O impacto da dimensão econômica da globalização na educação e direitos humanos no Brasil / Filinto Jorge Eisenbach Neto ; orientador, Lindomar Wessler Boneti. -- 2019
245 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.
Bibliografia: f. 194-198

1. Educação e globalização. 2. Direitos humanos. 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos sociais. 4. Ideologia. I. Boneti, Lindomar Wessler.
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. – 370.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PUCPR
GRUPO MARISTA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE N.º 136
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE

Filinto Jorge Eisenbach Neto

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às 14h, reuniu-se na Sala IPE 004 - Térreo, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti, Prof.ª Dr.ª Izabel Cristina de Araujo Neckel, Prof. Dr. Nizan Pereira Almeida, Prof. Dr. Cezar Bueno de Lima e Prof.ª Dr.ª Evelyn de Almeida Orlando, para examinar a Tese do doutorando **Filinto Jorge Eisenbach Neto**, ano de ingresso 2015, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "História e Políticas da Educação". O doutorando apresentou a tese intitulada "O IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL" que, após a defesa foi APROVADO pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16:30. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: a banca aponta a relevância do trabalho no sentido de originalidade de vincular a competência da questão econômica com a educação e direitos Humanos

Presidente:
Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti ______________________

Convidado Externo:
Prof.ª Dr.ª Izabel Cristina de Araujo Neckel ______________________

Convidado Externo:
Prof. Dr. Nizan Pereira Almeida ______________________

Convidado Interno:
Prof. Dr. Cezar Bueno de Lima ______________________

Convidado Interno:
Prof.ª Dr.ª Evelyn de Almeida Orlando ______________________

Prof.ª Dr.ª Patrícia Lupion Torres
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

AGRADECIMENTOS

A todos e todas com que tive a oportunidade de compartilhar a vida de relação.

Aos professores que me ajudaram – na trajetória do desenvolvimento intelecto-moral – com seus ensinamentos e exemplos.

À equipe do programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) pelo incentivo a novas conquistas.

DEDICATÓRIA

Em memória do coração – GRATIDÃO – dedico este meu estudo a todas as pessoas que contribuíram para a conquista desta tese de doutorado.

A DEUS, inteligência suprema do universo, causa primeira de todas as coisas, infinita bondade, sabedoria e justiça.

A Nosso Senhor Jesus Cristo, modelo e guia da humanidade, Mestre de todos os mestres, minha referência de valores.

A todos os meus familiares, com a distinção de minha esposa Marie-Chantal, pelo apoio incondicional em todos os momentos, muito comum para quem trilha um desafio desta magnitude.

Ao amigo Breno Velaski, pela inestimável e constante colaboração.

À amiga Fernanda Coltro, por suas contribuições no estudo dos direitos humanos.

Aos colegas de estudo, que se tornaram amigos, em especial, pelo companheirismo e pelas contínuas reflexões teóricas a Fábio Pereira.

Ao Professor Dr. Lindomar, alguém que transpira sabedoria, serenidade, competência e o dom de transmitir Ciência com a humildade dos grandes homens – o meu respeito e a minha admiração.

RESUMO

EISENBACH NETO, F. J. O impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil. Curitiba, 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR – Escola de Humanidades.

O descompasso entre crescimento econômico e progresso social caracteriza nosso período histórico atual. A lógica neoliberal incapaz de aliar riqueza e bem-estar social fere a dignidade não só da pessoa humana, como da humanidade com um todo, exceto a ínfima minoria privilegiada. A economia atual, sem a preocupação dos reflexos na sociedade, vem sendo reduzida a indicadores econômicos, produtividade e geração de riqueza. Observa-se um distanciamento das questões referentes ao atendimento das necessidades básicas, bem-estar social e oportunidades. Diante do exposto, o presente estudo propôs identificar, com base na mensuração do modelo IPS – Social Progress Index, resposta à central questão deste trabalho de pesquisa: "Qual o impacto da dimensão econômica da globalização, na educação e nos direitos humanos no Brasil? Para esse objetivo, foram utilizadas, metodologicamente, as técnicas: (a) análise descritiva; (b) análise exploratória; e (c) testes estatísticos de diferença entre médias ponderadas. Como fundamentos aos questionamentos e às indagações na identificação de uma cosmovisão da problemática, foram considerados: (a) presença ideológica na gestão da economia do agente governo sobre o sistema econômica na dinâmica do fluxo circular de geração da riqueza e renda; (b) utilização do modelo macroeconômico de John Maynard Keynes em diferentes ideários políticos; (c) a interdependência dos campos econômicos e social no atendimento aos direitos humanos e, por conseguinte, à dignidade da pessoa humana. Quanto aos fatores explicativos do progresso social – em um cenário globalizado sob as diretrizes neoliberais – o estudo leva-nos a concluir que houve resultados diferentes em relação aos governos sob as diretrizes de bem-estar social. No que diz respeito à dimensão necessidades humanas básicas, o desempenho superior neoliberal deu-se nos indicadores: mortes por doenças infecciosas; acesso à eletricidade; qualidade de fornecimento de energia elétrica; percepção de criminalidade; e mortes no trânsito. Na dimensão fundamentos de bem-estar, o desempenho superior deu-se nos indicadores: índice de liberdade de imprensa e taxa de suicídio. Na dimensão oportunidades: liberdade de expressão; liberdade partidária; direitos à propriedade privada; liberdade de escolha; liberdade religiosa; demanda por contracepção atendida; e taxa média de escolaridade das mulheres. Percebe-se que o melhor desempenho, nesses indicadores, dessas dimensões, apresenta alinhamento às diretrizes do Consenso de Washington nas categorias de liberdade e propriedade privada. Já para os indicadores referentes à dignidade humana e aos direitos humanos, nas três dimensões, apresentaram resultado muito inferior quando comparados aos governos sociais democratas. O presente estudo contribuiu para lançar luz sobre um novo e fértil campo de pesquisa, denominado progresso social, resultante da gestão político-econômica em diferentes configurações macroeconômicas de governo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Economia. Ideologia. Progresso social.

ABSTRACT

EISENBACH NETO, F. J. The impact of the economic dimension of globalization on education and human rights in Brazil. Curitiba, 2019. Thesis (PhD) – Pontifical Catholic University of Paraná – PUCPR – School of Humanities.

The mismatch between economic growth and social progress characterizes our current historical period. Neoliberal logic, incapable of allying wealth and social well-being, hurts the dignity not only of the human person but of humanity as a whole except the tiny privileged minority. The current economy, without the concern of the reflexes in the society, has been reduced to economic indicators, productivity and generation of wealth. There is a distancing of the issues related to basic needs, social welfare and opportunities. Given the above, the present study proposed to identify, from the measurement of the IPS - Social Progress Index model, the answer to the central question of this research work: "What is the impact of the economic dimension of globalization in education and human rights in Brazil. For this purpose, the following techniques were used: (a) descriptive analysis; (b) exploratory analysis; and, (c) statistical tests of difference between weighted averages. As basis for the questioning and inquiries in the identification of a worldview of the problematic were considered: (a) Ideological presence in the management of the economy of the agent government on the economic system in the dynamics of the circular flow of generation of wealth and income; (b) Using the macroeconomic model of John Maynard Keynes in different political ideas; (c) The interdependence of the economic and social fields in the fulfillment of human rights and, consequently, the dignity of the human person. As for the explanatory factors of social progress - in a globalized scenario under neoliberal guidelines - the study leads us to conclude that there were different results in relation to the governments under the social welfare guidelines. About the basic human needs dimension, the superior neoliberal performance was given in indicators: Deaths from infectious diseases; Access to electricity; Quality of electric power supply; Perception of criminality; and, deaths in traffic. In the welfare fundamentals dimension, the superior performance occurred in the indicators: Index of freedom of the press and suicide rate. In the opportunities dimension freedom of expression; party liberty; private property rights; Freedom of choice; religious freedom; demand for contraception attended; and, average rate of schooling of women. It is noticed that the best performance, in these indicators, of these dimensions, is aligned with the guidelines of the Washington Consensus in the categories of freedom and private property. For the indicators referring to human dignity and human rights, in the three dimensions, presented a much lower result, when compared to the governments whose guidelines are not neoliberal. This study contributed to shed light on a new and fertile field of research, called social progress resulting from political and economic management in different macroeconomic configuration of government.

KEYWORDS: Education. Economy. Ideology. Social progress.

RÉSUMÉ

EISENBACH NETO, F. J. L'impact de la dimension économique de la mondialisation sur l'éducation et les droits de l'homme au Brésil. Curitiba, 2019. Thèse (PhD) – Université pontificale catholique de Paraná – PUCPR –École des sciences humaines.

Le déséquilibre entre croissance économique et progrès social caractérise notre période historique actuelle . La logique néolibérale, incapable d'allier richesse et bien-être social, porte atteinte à la dignité non seulement de la personne humaine, mais de l'ensemble de l'humanité, à l'exception de la minuscule minorité de privilégiés. L'économie actuelle, sans tenir compte des réflexes de la société, a été réduite à des indicateurs économiques, à la productivité et à la création de richesses. On observe une distanciation des problèmes liés à la satisfaction des besoins essentiels, au bien-être social et aux opportunités. Compte tenu de ce qui précède, la présente étude a proposé d'identifier, à partir de la mesure du modèle IPS - Indice de progrès social, la réponse à la question centrale de ce travail de recherche: "Quel est l'impact de la dimension économique de la mondialisation dans l'éducation et les droits de l'homme au Brésil . À cette fin, les techniques suivantes ont été utilisées: a) analyse descriptive; (b) analyse exploratoire; et (c) des tests statistiques de différence entre les moyennes pondérées. Les questions et demandes d'information permettant de définir une vision du monde du problème ont été examinées: a) Présence idéologique dans la gestion de l'économie de l'agent gouvernemental sur le système économique dans la dynamique des flux circulaires de création de richesse et de revenu; b) utiliser le modèle macroéconomique de John Maynard Keynes dans différentes idées politiques; c) L'interdépendance des domaines économique et social dans la réalisation des droits de l'homme et, par conséquent, de la dignité de la personne humaine. En ce qui concerne les facteurs explicatifs du progrès social - dans un scénario globalisé régi par des directives néolibérales - l'étude nous amène à conclure que les résultats obtenus par les gouvernements au regard des directives relatives au bien-être social étaient différents. En ce qui concerne les besoins humains fondamentaux, la performance néolibérale supérieure a été indiquée dans les indicateurs suivants: Décès dus aux maladies infectieuses; Accès à l'électricité; Qualité de l'alimentation électrique; Perception de la criminalité; et des morts dans la circulation. Dans la dimension fondamentale de l'aide sociale, la performance supérieure s'est produite dans les indicateurs: indice de liberté de la presse et taux de suicide. Dans la dimension des opportunités, la liberté d'expression; la liberté de parti; droits de propriété privée; liberté de choix; liberté religieuse; demande de contraception fréquentée; et taux moyen de scolarisation des femmes. Il est à noter que la meilleure performance, dans ces indicateurs, de ces dimensions, est alignée sur les directives du Consensus de Washington dans les catégories de la liberté et de la propriété privée. En ce qui concerne les indicateurs relatifs à la dignité humaine et aux droits de l'homme, dans les trois dimensions, le résultat obtenu était bien inférieur à celui des gouvernements dont les directives ne sont pas néolibérales. Cette étude a contribué à metter en lumière un domaine de recherche nouveau et fertile, appelé progrès social résultant de la gestion politique e économique dans différent configurations macroéconomiques de gouvernement .

MOTS CLÉS: Education. Économie. Idéologie. Progrès social.

LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBC-Br	Índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Índice de Confiança do Consumidor
ICEI	Índice de Confiança do Empresário Industrial
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPS	*Social Progress Index*
Brics	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Canadá, EUA, Japão, Reino Unido (UK), Alemanha, França e Itália
IPCA	Índice de preços ao consumidor ampliado
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NFSP	Necessidade de Financiamento do Setor Público
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
REFIS	Programa de Parcelamentos de Débitos Tributários Federais
SM	Salário-Mínimo
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo empírico sintetizado do IPS – Necessidades humanas básicas 28
Quadro 2 – Modelo empírico sintetizado do IPS – Fundamentos de bem-estar 29
Quadro 3 – Modelo empírico sintetizado do IPS – Oportunidades 30
Quadro 4 – Critérios distintos à gestão econômica – Síntese 32
Quadro 5 – Indicadores macroeconômicos, políticas, variáveis, indicadores e fontes 35
Quadro 6 – Outros indicadores macroeconômicos utilizados 36
Quadro 7 – Dimensões dos direitos humanos 81
Quadro 8 – Desafios contemporâneos centrais para a efetivação dos direitos humanos 83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Necessidades Humanas Básicas – Nutrição e cuidados médicos – G7 . 94
Tabela 2 – Necessidades Humanas Básicas – Nutrição e cuidados médicos – Brics 94
Tabela 3 – Necessidades Humanas Básicas – Ar, Água e Saneamento – G7 96
Tabela 4 – Necessidades Humanas Básicas – Ar, Água e Saneamento – Brics 97
Tabela 5 – Necessidades Humanas Básicas – Moradia – G7 99
Tabela 6 – Necessidades Humanas Básicas – Moradia – Brics 99
Tabela 7 – Necessidades Humanas Básicas – Segurança Pessoal – G7 101
Tabela 8 – Necessidades Humanas Básicas – Segurança Pessoal – Brics 102
Tabela 9 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso ao conhecimento básico – G7 .. 109
Tabela 10 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso ao conhecimento básico – Brics 109
Tabela 11 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso à informação e à comunicação – G7 111
Tabela 12 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso à informação e à comunicação – Brics 112
Tabela 13 – Fundamentos de Bem-estar – Saúde e bem-estar – G7 114
Tabela 14 – Fundamentos de Bem-estar – Saúde e bem-estar – Brics 114
Tabela 15 – Fundamentos de bem-estar – Sustentabilidade dos ecossistemas G7 116
Tabela 16 – Fundamentos de bem-estar – Sustentabilidade dos ecossistemas – Brics 116
Tabela 17 – Oportunidades – Direitos individuais – G7 123
Tabela 18 – Oportunidades – direitos individuais – Brics 123
Tabela 19 – Oportunidades – Liberdade e escolhas individuais – G7 125
Tabela 20 – Oportunidades – Liberdade e escolhas individuais – Brics 125
Tabela 21 – Oportunidades – Tolerância e inclusão – G7 127
Tabela 22 – Oportunidades – Tolerância e inclusão – Brics 127
Tabela 23 – Oportunidades – Acesso à Educação Superior – G7 130
Tabela 24 – Oportunidades – Acesso à Educação Superior – Brics 130
Tabela 25 – Progresso Social – Resumo comparativo entre G7 e Brics 132
Tabela 26 – Progresso Social – Comparativo entre países – Escore 2017 134

Tabela 27 – Diretrizes macroeconômicas do governo FHC (1995-2002) 136
Tabela 28 – Diretrizes macroeconômicas do governo Lula (2003-2010) 137
Tabela 29 – Diretrizes macroeconômicas do governo Dilma (2011-2016)..... 138
Tabela 30 – Diretrizes macroeconômicas do governo Temer..... 139
Tabela 31 – Modelo de classificação ideológica – Grau de aderência e efetividade ao decálogo neoliberal de Washington 140
Tabela 32 – Critérios para classificação do ideário de governo segundo o decálogo de Washington.....141
Tabela 33 – Desempenho macroeconômico dos governos (1995-2017)..... 141
Tabela 34 – Desempenho neoliberal *versus* Social-democrata..... 149
Tabela 35 – IPS – Necessidades humanas básicas, categorias e indicadores de progresso social – Resumo demonstrativo da evolução média ponderada 162
Tabela 36 – Gastos com educação – Comparativo entre governos 169
Tabela 37 – IPS – Fundamentos de bem-estar, categorias e indicadores de progresso social – Resumo demonstrativo..... 174
Tabela 38 – IPS – Oportunidades, categorias e indicadores de progresso social – Resumo demonstrativo 181
Tabela 39 – Impacto da dimensão econômica da globalização na educação e direitos humanos no Brasil – Comparativo das gestões neoliberais *versus* sociais-democratas 186

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Itinerário da Tese 24
Figura 2 – IPS – Dimensões, categorias e indicadores de progresso social. 27
Figura 3 – Gestão do Sistema Econômico – Direcionadores ideológicos na configuração das políticas macroeconômicas e movimentos resultantes 31
Figura 4 – Estrutura operacional sintetizada do modelo macroeconômico Keynesiano 33
Figura 5 – Movimentos de expansão e retração resultantes das políticas e variáveis macroeconômicas do modelo Keynesiano 34
Figura 6 – Configuração do Sistema Econômico – Elementos e agentes intervenientes 58
Figura 7 – Etapas do desenvolvimento da Tese 88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – IPS – Brics – Necessidades Humanas Básicas – Variação 2017/2013.....89
Gráfico 2 – IPS – Necessidades Humanas Básicas – Brics – Comparação do escore de progresso social no período de 2013 a 2017.....90
Gráfico 3 – Necessidades Humanas Básicas – Comparativo G7 *versus* Brics.....91
Gráfico 4 – Necessidades Humanas Básicas – G7 – Comparativo –.....92
Gráfico 5 – Necessidades Humanas Básicas – Categorias – Progresso comparativo entre G7 e Brics.....93
Gráfico 6 – IPS – Brics – Fundamentos de bem-estar variação – 2017/2013.....104
Gráfico 7 – IPS –Fundamentos de bem-estar – Brics – Comparação do escore de progresso social no período de 2013 a 2017.....105
Gráfico 8 – Fundamentos de bem-estar – Comparativo – G7 *versus* Brics.....106
Gráfico 9 – Fundamentos de Bem-estar – G7 – Comparativo 2013 A 2017 – Índice de Progresso Social.....107
Gráfico 10 – Fundamentos de bem-estar – Categorias – Comparativo progresso G7 *versus* Brics.....108
Gráfico 11 – IPS – Brics – Oportunidades – variação 2017/2013.....118
Gráfico 12 – IPS – Brics – Oportunidades – Comparação do escore de progresso social no período de 2013 a 2017.....119
Gráfico 13 – Oportunidades – Comparativo entre G7 e Brics.....120
Gráfico 14 – Oportunidades – Comparativo entre G7 e Brics no período de 2013 a 2017 – Índice de Progresso Social.....121
Gráfico 15 – Oportunidades – Categorias – Comparativo de progresso entre G7 e Brics.....122
Gráfico 16 – Progresso Social – Brics/G7.....133
Gráfico 17 – Progresso Social – Evolução média no período de 2013 a 2017.....133
Gráfico 18 – Progresso Social Geral por país do G7 e Brics.....135
Gráfico 19 – Crescimento do PIB – Em trilhões de reais.....142
Gráfico 20 – Porcentagem de aumento real do salário *versus* Porcentagem de crescimento do PIB.....143
Gráfico 21 – Impacto da taxa de juros no PIB.....144

Gráfico 22 – Dívida pública – Variação % sobre o PIB 145
Gráfico 23 – Dívida bruta do governo federal em percentual sobre o PIB 145
Gráfico 24 – Risco EMBI-Br – Média (%) sobre pontos totais em percentual 146
Gráfico 25 – Grau de risco – Indicadores influentes 147
Gráfico 26 – Evolução da dívida externa e reservas cambiais 148
Gráfico 27 – Nutrição e cuidados médicos básicos 153
Gráfico 28 – Nutrição e cuidados médicos básicos – Neoliberalismo *versus* social democracia 155
Gráfico 29 – Ar, água e saneamento 157
Gráfico 30 – Moradia 159
Gráfico 31 – Segurança pessoal 160
Gráfico 32 – Acesso ao conhecimento básico 163
Gráfico 33 – Taxa de alfabetização adulta 164
Gráfico 34 – Taxa de matrícula primária 164
Gráfico 35 – Paridade de gênero na educação secundária 166
Gráfico 36 – Taxa de alfabetização adulta 168
Gráfico 37 – Gasto com educação e saúde – Porcentagem do PIB 168
Gráfico 38 – Acesso à informação e à comunicação 170
Gráfico 39 – Aumento real acumulado do salário-mínimo em cada governo, em (%) 171
Gráfico 40 – Saúde e bem-estar 172
Gráfico 41 – Sustentabilidade dos ecossistemas 173
Gráfico 42 – IPS – Direitos individuais 175
Gráfico 43 – *Freedom the World* 2018 176
Gráfico 44 – IPS – Liberdades e escolhas individuais 177
Gráfico 45 – Corrupção – Variação (%) percebida 178
Gráfico 46 – IPS – Tolerância e inclusão 179
Gráfico 47 – IPS – Acesso à Educação Superior 180

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 17
2. ITINERÁRIO INVESTIGATIVO: OS ENFOQUES METODOLÓGICOS DA PESQUISA 23
2.1 ITINERÁRIO DA TESE 24
2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DA TESE 24
2.2.1 O caminho metodológico 24
2.2.2 Procedimentos técnicos a serem aplicados na pesquisa 39
2.2.2.1 Técnica de coleta de dados 39
2.2.2.2 Técnica de análise de dados 39
2.2.3 Relevância da Tese 40
3. IDEOLOGIA – NEOLIBERALISMO E SOCIAL-DEMOCRACIA E O SISTEMA ECONÔMICO 41
4. IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO NA ..... 75 EDUCAÇÃO E NOS DIREITOS HUMANOS 75
4.1 DIREITOS HUMANOS 75
4.2 PROGRESSO SOCIAL – COMPARATIVO ENTRE OS PAÍSES DESENVOLVIDOS (G7) E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTOS (Brics) APRESENTADOS PELO IPS (*SOCIAL PROGRESS INDEX*) DIMENSÕES E CATEGORIAS 87
4.3 PROGRESSO SOCIAL – COMPARATIVO ENTRE OS PAÍSES DESENVOLVIDOS (G7) E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (Brics) 88
4.3.1 Necessidades humanas básicas 88
4.3.2 Fundamentos de bem-estar 104
4.3.3 Oportunidades 118
4.4 IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO, NA EDUCAÇÃO E NOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 135
4.4.1 Estudo prévio das políticas macroeconômicas contempladas em cada período de governo no período de 1995 a 2017 135
4.4.2 Impacto da dimensão econômica neoliberal e social-democrata no progresso social na educação e nos direitos humanos no Brasil 150
4.4.2.1 IPS – Necessidades humanas básicas 151
4.4.2.2 IPS – Fundamentos de bem-estar 162

4.4.2.3 IPS – Oportunidades 174
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 189
REFERÊNCIAS 194
APÊNDICES 199

1. INTRODUÇÃO

> "As tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos porque se tem buscado unificar e não unir".
>
> *Milton Santos*

A população mundial agiganta-se e com ela a desatenção às necessidades humanas. As relações político-econômicas-sociais de interdependência criadas pelos organismos internacionais resultaram na maior e mais grave crise humana. Os direitos humanos não foram formulados para serem cumpridos, mas, sim, para maquiarem o interesse ao respeito social. O individualismo extremo, expresso pelos fundamentos liberais que em sua gênese contemplava um aspecto moral de atendimento social, hoje, transformados em totalitarismo de poder compartilhado[1], desenvolveram no homem um desvalor primário aguçado, o egoísmo e com ele o orgulho.

Vivencia-se na atualidade – embora reconheçam-se os avanços da ciência, da tecnologia e do importante consórcio da informática com a telecomunicação na aproximação dos povos – um momento de significativos desencontros.

A Renascença foi certa reação contra tudo o que representava as velhas estruturas, apontando ao mundo o reino da razão. O poder político democratizava-se e procurava libertar-se da sujeição clerical, embora continuasse nas mãos da aristocracia. A maioria dos filósofos e pensadores da época reconhecia a autoridade da Igreja, o que originou a luta entre o conhecimento científico e o dogma, entre a razão e o argumento da autoridade.

Como esclarece Lima Sobrinho (1978, p. 108), "Essa tentativa de emancipação conduziu ao individualismo que, exacerbando-se na sua reação, chegou a um ponto que teve de ser contido, no plano político, pelo absolutismo".

---

[1] Sobre o poder compartilhado, veja-se a Teoria da interdependência de Nye.

A questão social emerge para primeiro plano, pois diz respeito às escandalosas condições de vida[2] sob as quais jaz boa parte das pessoas humanas. Por outro lado, é o maior desafio da civilização desde o impacto inicial da sociedade industrial, que intensificou o processo político e, igualmente, tipificou esse tipo de problema. Em sua raiz está o conflito entre o trabalho e o capital decorrentes da industrialização. A ânsia pelo poder e pelo prazer, que deveria ser uma aspiração natural, transformou-se em distúrbio neurótico que atormenta de maneira implacável os sentimentos, induzindo-o à busca dos valores materiais por quaisquer meios ao alcance, apesar de prejudiciais aos princípios ético-morais que sempre deveriam nortear a existência terrena.

Para Dicke (2010, p. 467), “As transformações geoeconômicas são consequências de processos extremamente complexos que envolvem grandes mudanças na natureza da produção, distribuição e consumo”.

Como afirma Santos (1991, p. 27), “A matriz antropológica liberal tem sua origem no Iluminismo”.

O ideário liberal tem suas experiências mais agudas, resultantes de um complexo teórico que, tanto no campo político quanto no econômico, tem sua base na antropologia individualista nascidas com a revolução industrial.

O pensamento liberal e sua fundamentação na perspectiva internacional influenciaram, desde a sua formação, a disciplina das relações internacionais no século XX. Os autores do “internacionalismo liberal” inspiraram-se nos valores e argumentos defendidos por filósofos, a começar por John Locke (1632-1704) e pela concepção de uma sociedade estatal de Hugo Grotius (1583-1654), ambos no século XVII. A partir dos séculos XVIII e XIX é que as raízes liberais ganharam consistência teórica, assim como divulgação social. As ideias dos filósofos iluministas, como as de Immanuel Kant (1724-1804), e de economistas clássicos, como Adams Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), influenciaram de maneira mais significativa a vida econômica e política nas sociedades europeias. Neste rol representativo liberal, deve-se contemplar a presença de Charles

[2] Sobre essa escandalosa condição, veja-se o livro de Amartya Sem & Bernardo Kliksberg. *As pessoas em primeiro lugar. A Ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.*

Montesquieu (1689-1755) e Jeremy Bentham (1738-1842). John Stuart Mill (1806-1873) e Ricardo Cobden (1804-1865), além dos autores que impulsionaram a formação dos Estados Unidos: Alexandre Hamilton (1757-1804), James Madison (1751-186) e John Jay (1745-1829).

A primeira formulação sistemática do avanço internacional liberal é encontrada no iluminismo europeu e as teorias resultantes focalizaram a defesa de uma “Federação de Repúblicas” e na concepção do indivíduo. O individualismo é um dos fundamentos filosóficos mais importantes do liberalismo e, por contemplar uma preocupação central na liberdade do indivíduo, modifica o fundamento e a finalidade da ordem política e social. Por fim, a visão liberal predominante a respeito do Estado enfatiza que o Estado deve resultar da livre associação de indivíduos e grupos que conformam a sociedade civil, ou seja, o primado do ser humano é a base para a defesa da liberdade política e econômica do indivíduo, assim como o princípio de sua igualdade moral, o que é cosmopolitismo da filosofia liberal, segundo a qual cada ser humano é, acima de tudo, membro da nação universal da humanidade.

No plano gnosiológico, o individualismo procede do racionalismo moderno e gera um Estado Social – a partir de um humanismo – cujo modelo de homem é meramente hipotético, uma natureza humana ideal.

Conforme afirma Macpherson (1979, p. 27), “A tese matricial do Estado Social é do homem enquanto um indivíduo proprietário de si mesmo e não como parte de um todo moral ou de um todo social mais amplo”.

A sociedade é vista, assim, como um conjunto de indivíduos livres e iguais, que se relacionam entre si como proprietários de suas próprias capacidades. Desconsidera-se, nestas concepções, a interdependência da vida de relação, assim como a precípua condição da vida, em sua característica gregária de cada ser humano, e a diversidade complementar das capacidades individuais – o ser não é igual em suas individuais possibilidades. O individualismo assume, assim, sua vertente mais aceita e resistente ao tempo, como representa o obstáculo da solidariedade social, promotora do desenvolvimento e da paz.

A evolução em todos os tempos é resultado da contribuição intelecto-moral de cada indivíduo, assim como de sua iteração social no tecido da

sociedade humana. Individualismo, portanto, não deve ser reduzido a relações de trocas mercantis e mister se faz considerar um agente comum (Estado) a ser o instrumento para a proteção da sociedade e equilíbrio nas relações de troca em todas as dimensões da vida de relação.

O pôster-calendário comemorativo aos sessenta anos da Declaração Universal de 1948 apresenta o desenho de um sol, que também é pomba de paz, o qual emite, em linhas finas, os trinta artigos desse documento histórico, que desdobra nos mais de vinte e nove enunciados a afirmação sintética do primeiro: “livres e iguais em dignidade e direito nascem todos os seres humanos”.

Compreendidos como um conjunto de faculdades, de procedimentos e prerrogativas que materializam exigências éticas à dignidade da pessoa humana, na perspectiva de assegurar liberdade, igualdade, segurança e propriedade, Arendt (2012, p. 412) destaca que “ [...] – e diferente em geral, representando nada além da sua individualidade absoluta e singular, que, privada da expressão e da ação sobre um mundo comum, perde todo o seu significado.” Ou seja, perde sua capacidade inviolável de ser agente da própria dignidade ao ser respeitado nas perspectivas de liberdade, igualdade, segurança e propriedade, exarados nos direitos humanos cuja representatividade deveria assegurar uma convivência social pacífica.

Por ocasião do seminário comemorativo aos sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no Brasil, referenciam a instigante passagem de Hannah Arendt, cuja postulação de alerta para a realidade de que os seres humanos não nascem livres e iguais em lugar nenhum do mundo, nos dias de hoje. Trata-se, segundo ela, de um programa de transformação, à disposição dos construtores da política.

Para Chizzotti (2016, p. 599-613), “As ciências humanas foram desafiadas a encontrar respostas às grandes interrogações sobre a humanidade, sua identidade, seu lugar no universo e suas relações com a matéria e a vida [...]”.

Nesta direção cabe ressaltar que o problema da questão social e do homem é anterior ao capitalismo, entretanto, essa problemática é resultante de uma aguda crise do homem. Importa entender que o equívoco fundamental da solução desta perspectiva diz respeito à compreensão da diferença entre

indivíduo e individualismo, que por certo não deve ser confundido, pois são concepções bem distintas.

Consoante Nogueira (2015, p. 464), “A ideia de indivíduo (do verbo latino *individere*) remete a um corpo único e separado, um ser biológico cuja reprodução depende de sua integridade”.

O individualismo é tanto uma questão sociológica quanto política moral. Trata-se de um conceito de análise social e de um tema de luta cultural que acompanha o entendimento da ideia de que a unidade[3] da sociedade repousa no indivíduo, ideia com que a modernidade e o capitalismo se projetaram. É uma máxima sociológica o reconhecimento de que os processos de modernização estão na base da emergência do indivíduo como personagem social. O indivíduo resulta da individuação ou individualização resultante da modernidade. O individualismo se constitui tanto como expressão material de maior autonomia do indivíduo, uma condição social, um fato, tanto como uma concepção que o considera o supremo valor nos domínios da política, da economia e da moral.

Complexas e instigantes, as Relações Internacionais consolidam-se neste início de século XXI como uma das mais importantes áreas de reflexão e ação das sociedades e de seus indivíduos. Positivas ou negativas, as pressões externas tornam-se cada vez mais reais, com reflexos sobre a política, economia, cultura, valores e estratégias. Mais do que nunca, todos os países são afetados pelas interações entre o mundo de fora e o de dentro, exigindo urgentes respostas.

Por que alguns países são mais desenvolvidos do que outros? Por que alguns deles têm mais poder e maior capacidade de impor a sua vontade aos demais? Quais os valores que informam a construção da ordem internacional contemporânea – riqueza, poder influência? Por que os países do grupo G7 têm desenvolvimento diferenciado dos países do grupo Brics? Por que o resultado econômico – resultante de um modelo macroeconômico igual – é tão diverso entre gestões distintas, se a economia é uma ciência para atender à humanidade? Essas importantes perguntas sobre as relações internacionais contemporâneas não podem ser respondidas sem que se considere a

[3] Veja a frase capitular da introdução de Milton Santos nesta mesma direção.

formação histórica dos Estados nacionais, a evolução das relações entre eles, as configurações e diretrizes contempladas para manejá-las, e os valores políticos, econômicos e culturais que formaram a constituição da ordem internacional.

Nessa direção, Gonçalves (2002, p. 15) adita novas interrogações, “Aonde vai o capitalismo global? Qual o futuro do atual modelo de capitalismo?”

O enfoque é o da economia política internacional. A análise crítica enfatiza as questões estritamente econômicas, mas tem como referência os conflitos entre as classes em cada sociedade e os conflitos entre os Estados nacionais.

Os Macrocenários globais para a primeira década do século XXI estão repletos de incertezas críticas, incertezas e instabilidades que são características seculares do sistema capitalista financeiro – liberal –, hoje sob a denominação de neoliberal.

É sobre essa articulação, entre o econômico e o político, assim como uma reflexão sobre a influência dessa articulação que o presente estudo se apresenta e, por meio da perspectiva do impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil, desenvolve-se.

2. ITINERÁRIO INVESTIGATIVO: OS ENFOQUES METODOLÓGICOS DA PESQUISA

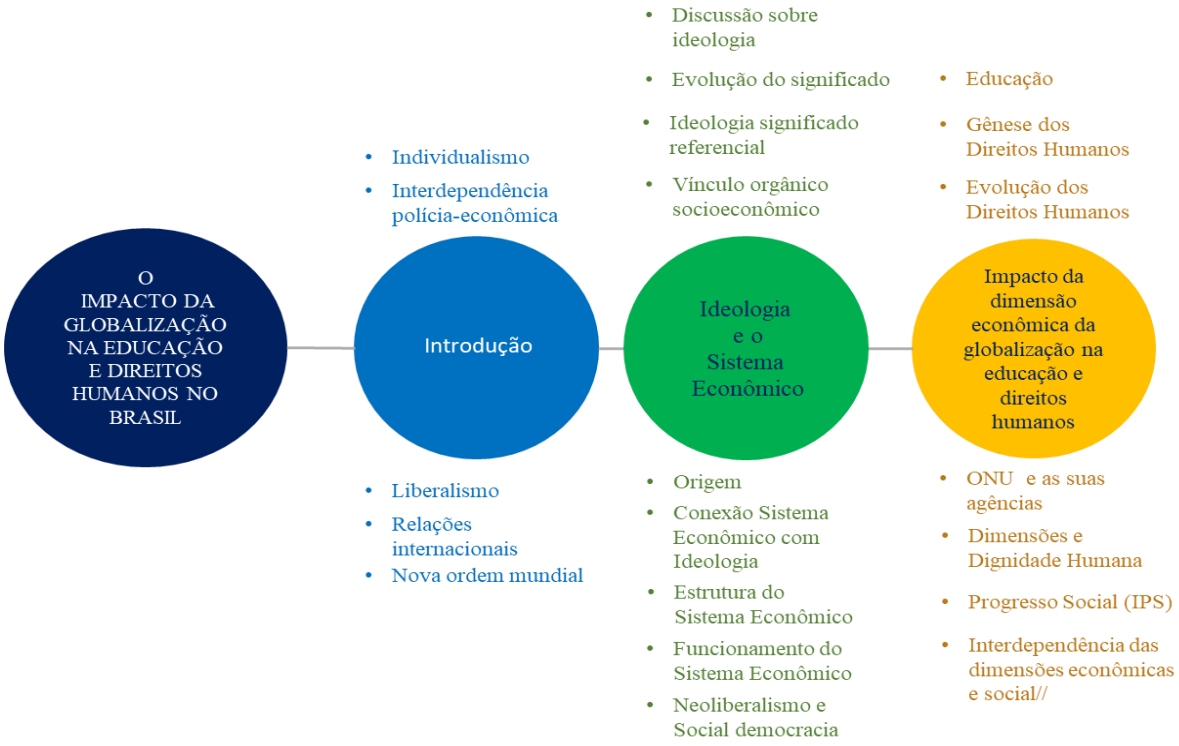
No início das considerações e interesse ao estudo, destacam-se as indagações sobre o modelo mundial econômico expresso pela globalização, o desenvolvimento diferenciado entre os países desenvolvidos contemplados no grupo do G7 e os em desenvolvimento econômico contemplados no grupo denominado Brics e enfoque especial no impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o estudo revela que os resultados distintos – entre o grupo G7 do sistema capitalista internacional e os países em desenvolvimento Brics – não resultam apenas de fatores puramente econômicos, mas, pelo contrário, devem-se também às diretrizes internacionais (políticas públicas locais e internacionais) mensuradas e reveladas pelo *Social Pregress Index* (IPS), nas dimensões de bem-estar social, necessidades humanas básicas e oportunidades.

O estudo delimita-se ao período circunscrito entre os anos 1995 e 2017, inclusive.

2.1 ITINERÁRIO DA TESE

Figura 1 – Itinerário da Tese



Fonte: o autor (2019).

2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO DA TESE

2.2.1 O caminho metodológico

Como esclarece Fonseca (2002, p. 21), *methodos* pode ser entendido como organização, enquanto *logosse* refere a sistemático, pesquisa, investigação, ou seja, metodologia é o estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa, um estudo, ou para se fazer ciência.

O esquema básico de um projeto de pesquisa pode ser simplificado na relação entre uma pergunta qualificada e pertinente sobre uma problemática e alguns indicadores sobre a possível resposta a essa pergunta. Nessa direção, o caminho investigativo seguiu a configuração de Sanchez (2012, p. 117), denominada Matriz Pergunta-Resposta.

A dupla perspectiva pergunta-resposta destaca o processo metodológico de maneira detalhada nas abordagens: (a) necessidade de mundo; (b) problema; (c) múltiplas indagações; (d) quadro de questões; e (e) cosmovisão, na perspectiva pergunta. Para a perspectiva resposta, as abordagens referentes aos níveis: a) técnico; (b) metodológico; (c) teórico; (d) epistemológico; (e) gnosiológico; e (f) ontológico.

O ponto de partida do processo da pesquisa surgiu das reflexões às condições econômicas e sociais vigentes da atualidade, expressas por inúmeras necessidades humanas desatendidas.

O problema identificado resultante deste cenário atual delineou a configuração para o presente estudo com a questão central: **Qual o impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil, a partir da mensuração do *Social Progress Índex* (IPS)?**

As múltiplas indagações estão alinhadas às dimensões de necessidades humanas básicas, ao bem-estar social e às oportunidades, especificamente alicerçadas em conformidade com os pressupostos dos autores a seguir nominados.

Para Aristóteles (1992, p. 20), ao fazer referência sobre a função da riqueza, destaca que “A principal função da riqueza é trazer benefícios para a sociedade”.

Advertem Dreèze e Sen (1998, p. 183), sobre o desenvolvimento humano: “Todo desenvolvimento humano depende, em maior ou menor grau, do desempenho da economia”.

Consoante a Despotis (2005, p. 974), sobre a eficiência social, destaca: “Existem fatores mensuráveis que afetam a eficiência social dos países”.

Observa-se entre os autores a comum perspectiva da efetividade no atendimento à sociedade pela dimensão econômica. Aristóteles enfatiza que a função da riqueza é para atender às necessidades da sociedade, ao tempo em que Dreèze e Zen realçam que tal feito – desenvolvimento social – é dependente em grau qualquer da dimensão econômica e, na perspectiva de Despotis, essa articulação entre o econômico e o social é passível de mensuração.

Um rol de questionamentos derivados da problemática central são destacados: 1. Por que há diferenciação no crescimento econômico e progresso social entre os países do grupo G7 e os em desenvolvimento Brics? 2. Por que os países em desenvolvimento, mesmo com crescimento econômico, não conseguem bons indicadores sociais ao nível dos países desenvolvidos? 3. Quais indicadores sociais revelam o impacto da dimensão econômica na educação e nos direitos humanos da sociedade brasileira?

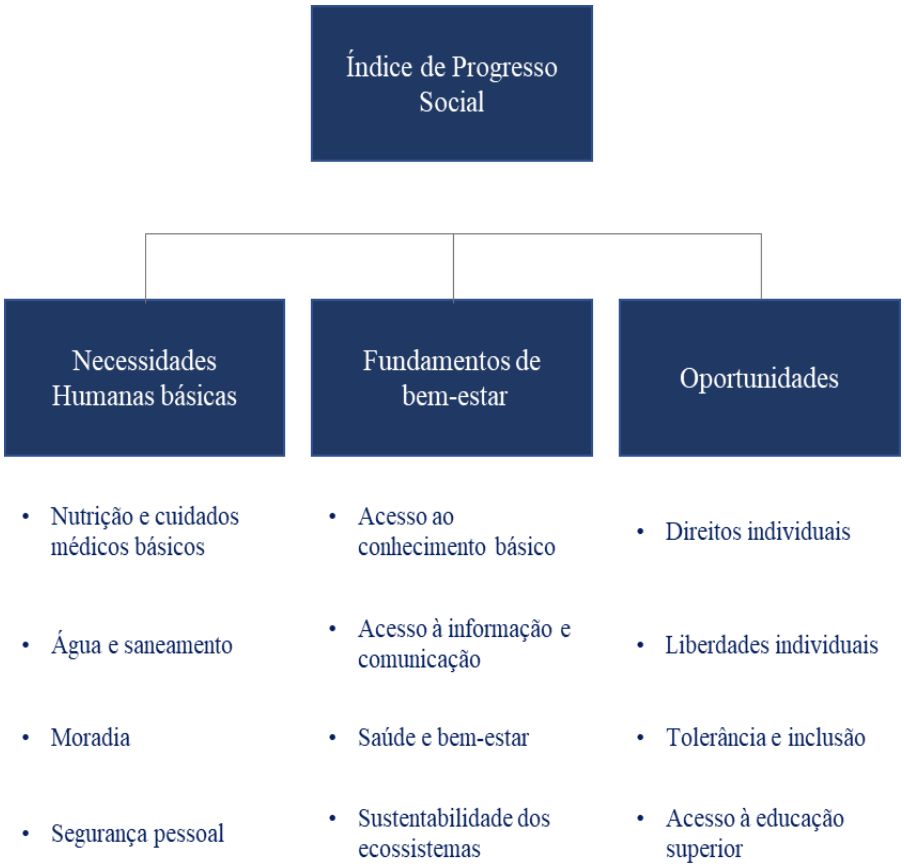
Valendo-se dos pressupostos apresentados, o estudo contemplou a utilização do modelo de progresso social (*IPS – Social Progress Index*) para mensurar o impacto da dimensão econômica na dimensão social. Esse modelo, elaborado por Porter *et al*. (2014)[4], objetiva mensurar de maneira holística, consistente e comparável, a evolução do desenvolvimento social das nações, para subsidiar empresas, governos e demais entidades à mitigação, com sucesso, as mazelas sociais identificadas.

Nesse sentido, os autores entendem que esse indicador é capaz de atender às necessidades humanas básicas da sociedade, que contemplam elementos básicos a permitir melhorar e manter os fundamentos de bem-estar, a qualidade de vida da pessoa humana, bem como oferecer oportunidades para as ações potenciais ao progresso e ao desenvolvimento social.

O IPS contempla três dimensões centrais desdobradas em quatro categorias a permitir mensurar com efetividade um conjunto de fatores que inter-relacionados determinam o nível de progresso social, dada as ações macroeconômicas estabelecidas pelas políticas macroeconômicas efetivadas pelo agente governo. Essa estrutura é apresentada na Figura 2.

[4] Ver configuração do modelo IPS – *Social Progress Index.* Disponível em: http://www.socialprogress.org. Acesso em: 18 dez. 2018.

Figura 2 – IPS – Dimensões, categorias e indicadores de progresso social



Fonte: o autor, adaptado de IPS – *Social Progress Index* (2014).

Stern *et al.* (2014) ressaltam que as três dimensões possuem pesos iguais. O índice de progresso social, portanto, resulta da média simples das: 1. Necessidades humanas básicas. 2. Fundamentos de bem-estar. 3. Oportunidades.

O *designer* (arquitetura) metodológico resulta de literatura específica e evidências empíricas que mensuram especificamente, de maneira distinta, um aspecto distinto da dimensão geral de resultados que as compõem, provenientes da pesquisa acadêmica quanto às políticas públicas adotadas nos países selecionados.

O modelo empírico sintetizado apresenta as dimensões, as categorias, os indicadores utilizados para a mensuração em cada categoria e as respectivas fontes, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo empírico sintetizado do IPS – Necessidades humanas básicas

DIMENSÃO	CATEGORIA	INDICADORES MENSURADOS	FONTE
Necessidades básicas humanas	Nutrição e cuidados médicos básicos	• Desnutrição • Déficit alimentar • Taxa de mortalidade materna • Taxa de mortalidade neonatal • Taxa de mortalidade infantil • Mortes por doenças infecciosas	• ONU para alimentação e agricultura • OMS • Unicef: *Child Mortality Estimation*
	Água e saneamento	• Acessa à água encanada • Acesso rural e urbano a fontes de água de qualidade • Acesso a instalações de saneamento	• Unicef
	Moradia	• Acesso à moradia • Acesso à eletricidade • Qualidade do fornecimento de eletricidade • Mortes por contaminação do ar em ambiente interno	• *Gallup World Poll* • *United Nations Sustainable Energy for all Project* • *WEF.* • *Institute for Global Health Metrics and Evaluation*
	Segurança Pessoal	• Taxa de homicídio • Taxa de crimes violentos • Percepção da criminalidade • Terror político • Mortes no trânsito	• *Institute for Economic And Peace Global Peace Index* • OMS. • IPEADATA

Fonte: o autor, adaptado de Stern *et al*. (2014).

Quadro 2 – Modelo empírico sintetizado do IPS – Fundamentos de bem-estar

DIMENSÃO	CATEGORIA	INDICADORES MENSURADOS	FONTE
Fundamentos de bem-estar	Acesso ao conhecimento básico	• Taxa de alfabetização adulta • Taxa de matrícula em informação primária • Taxa de matrícula nas séries da educação secundária • Paridade de gênero na educação secundária	• *UN. Educacional, Scientific, and cultural Organization.* • *Institute for Statistics.*
	Acesso à informação e comunicação	• Usuários de telefones celulares • Usuários de internet • Índice de liberdade de imprensa	• *International Telecomunications Union* • *Reportes Wilhout Borders*
	Saúde e bem-estar	• Expectativa de vida ao nascer • Mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos • Obesidade • Mortes por contaminação do ar em ambiente externo • Taxa de suicídio	• *OMS*
	Sustentabilidade dos ecossistemas	• Emissão de gases de efeito estufa • Uso de água como porcentagem dos recursos • Biodiversidade e hábitat	• *World Resources Institute* • *Yale Center for Environmental Law & Policy and Columbia Univ.* • *Earth Science Information.*

Fonte: o autor, adaptado de Stern *et al.* (2014).

Quadro 3 – Modelo empírico sintetizado do IPS – Oportunidades

DIMENSÃO	CATEGORIA	INDICADORES MENSURADOS	FONTE
Oportunidades	Direitos Individuais	• Direitos políticos • Liberdade de expressão • Liberdade partidária • Liberdade de circulação • Direito à propriedade privada	• *Fredom House* • Cingranelli Richards Human Rights Data Project • Heritae Foundation
	Liberdades Individuais	• Liberdade de escolha • Liberdade de religião • Escravidão moderna • Tráfico humano e casamento infantil • Demanda por contracepção atendida • Corrupção	• Gallup World Poll • Pew Research Center Government Restrictions Index • Walk Free Foundation Global Slavery Index. • National University of Singapore
	Tolerância e Inclusão	• Respeito à mulher • Tolerância a homossexuais • Discriminação e violência contra minorias • Tolerância religiosa • Apoio familiar e comunitário	• *Gallup World Poll* • Fund for Peace Failed States Index Group Grievance indicator • Pew Research Center Social Hostilities Index
	Acesso à Educação Superior	• Anos de escolaridade superior • Taxa média de escolarização das mulheres • Desigualdade no desempenho educacional	• *Barro-lee Educ. Atainment Data* • *Inst. For Health Metrics and Eva.* • *Programa Desenvolvimento ONU.* • *Times Higher Education World*

Fonte: o autor, adaptado de Stern *et al*. (2014).

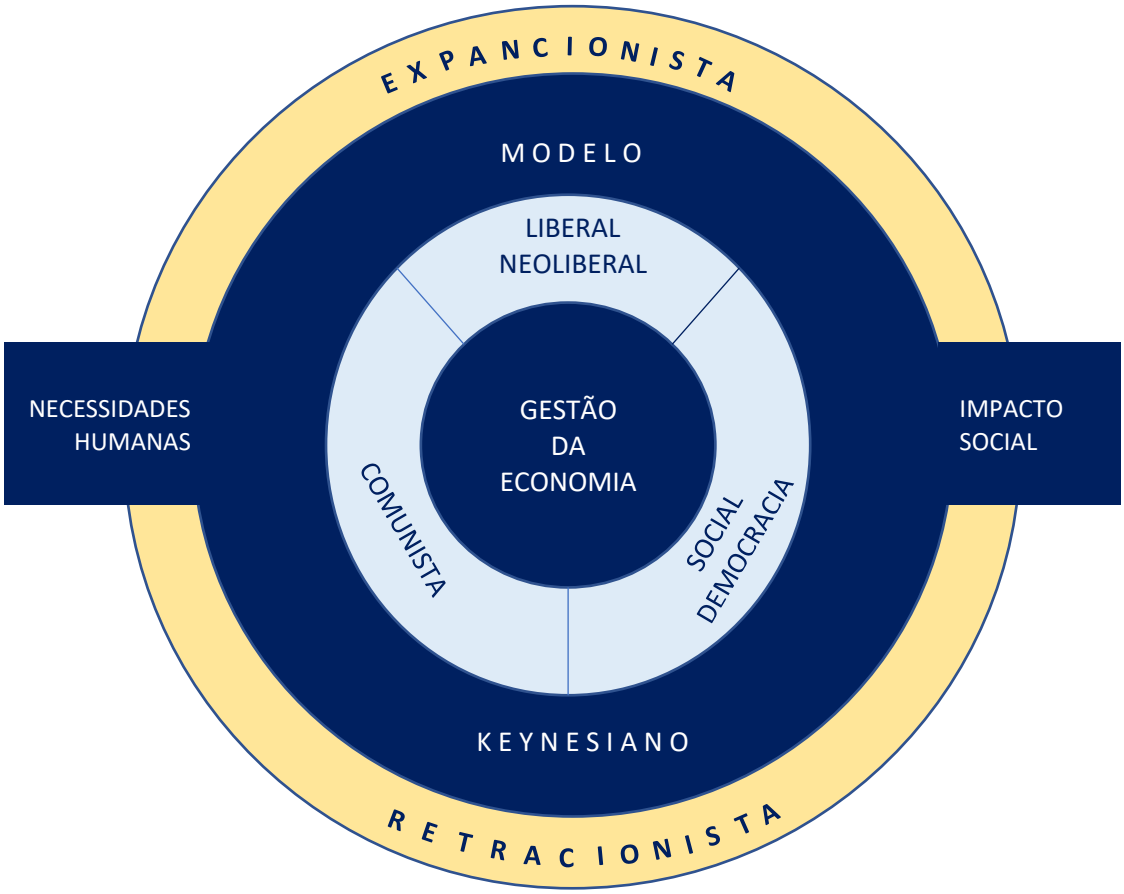
Segundo Porter, Stern e Green (2014), “[...] o progresso social está ao lado do desempenho econômico”.

Os indicadores sociais apresentados no modelo IPS são medidas, em geral, dotadas de significado social substantivo, usadas para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas).

Nessa direção, foram contemplados – além dos indicadores IPS – os indicadores macroeconômicos, inerentes às políticas macroeconômicas do

modelo Keynesiano, que impactam diretamente, e por essa razão são revelados pelos indicadores utilizados para a mensuração das categorias inseridas no Índice de Progresso Social (IPS), conforme Figuras 3, 4 e 5.

Figura 3 – Gestão do Sistema Econômico – Direcionadores ideológicos na configuração das políticas macroeconômicas e movimentos resultantes



Fonte: o autor (2019).

Três formas possíveis de ordenamento institucional do processo econômico: os principais critérios diferenciadores são apresentados no Quadro 4.

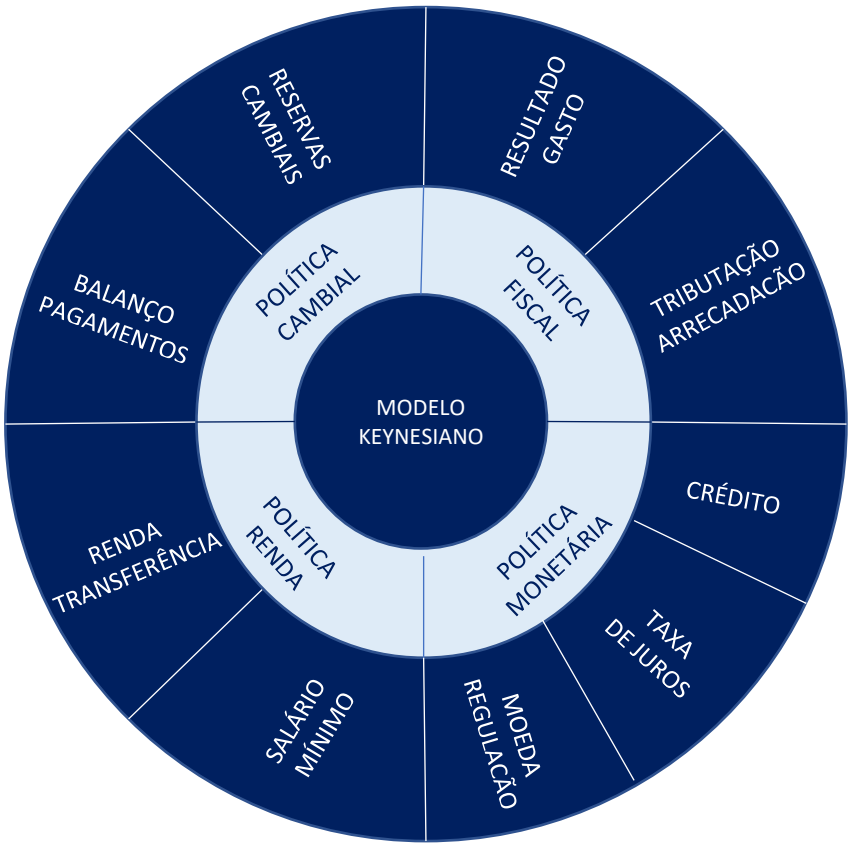
Quadro 4 – Critérios distintos à gestão econômica – Síntese

CRITÉRIOS	ORDENAMENTO INSTITUCIONAL		
	NEOLIBERALISMO Economia de Mercado	**SOCIAL DEMOCRACIA** **KEYNESIANISMO** Economia Planejada	**COMUNISMO** Economia de Comando Central
1. Liberdade econômica	• Ausência de restrições à liberdade econômica	• Restrições seletivas à liberdade dos agentes econômicos • Introdução ao conceito de liberdades sociais	• Amplas restrições às variadas formas de liberdade: de ocupação, de empreendimento, de dispêndio e de acumulação
2. Propriedade dos meios de produção	• Privada, individual ou societária	• Coexistência de formas	• Coletiva, socializada, estatizada
3. Sistema de incentivos	• Busca do máximo de benefícios privados pelos agentes individuais	• Submissão do interesse individual privado ao interesse social	• Busca do bem comum: o solidarismo e a cooperação em substituição à competitividade
4. Coordenação e alocação dos recursos.	• Atribuída à livre manifestação das forças do mercado	• Atribuída à atuação conjugada das forças do mercado com planejamento público indicativo, não impositivo	• Atribuída a ordens minuciosas emanadas de centrais de planificação
5. *Locus* do processo decisório	• Os mercados	• Os mercados, sob o poder regulatório da autoridade pública	• As centrais de planificação, como última instância da organização burocrática

Fonte: o autor, adaptado de Rossetti (2016, p. 184).

Os critérios para diferenciação destas três formas de ordenamento institucional foram propostos por Lindbeck (1980).

Figura 4 – Estrutura operacional sintetizada do modelo macroeconômico Keynesiano



Fonte: o autor (2019).

Esse modelo apresentado por John Maynard Keynes inaugura a divisão da economia em microeconomia e macroeconomia.

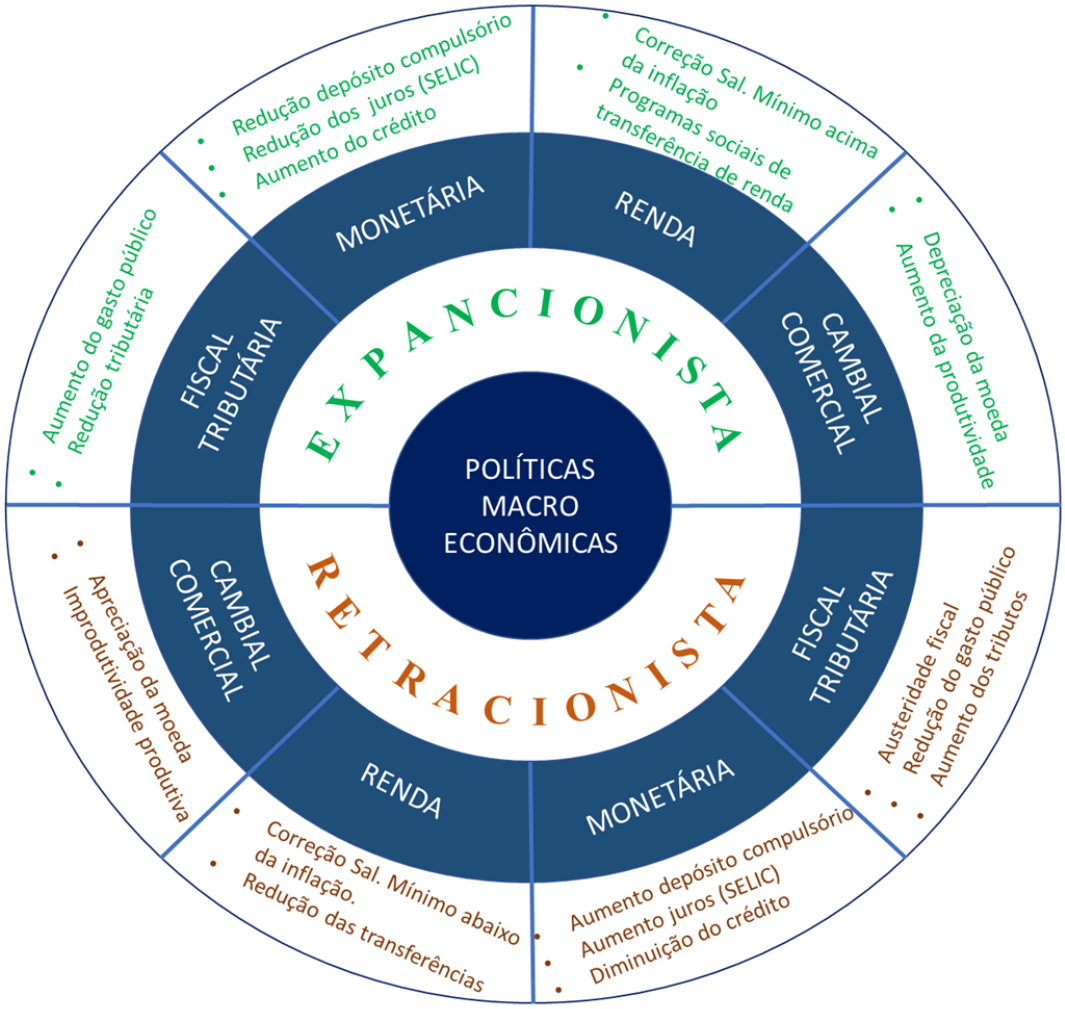
A macroeconomia surge, então, com esse modelo e tem quatro importantes objetivos, os quais serão destacados na seção apresentação e análise dos dados, são eles: 1. Crescimento com desenvolvimento. 2. Pleno emprego dos fatores de produção. 3. Controle do nível geral de preços. 4. Distribuição equitativa da renda.

Além desses objetivos, com Keynes, os princípios doutrinários do capitalismo clássico são derrogados. São eles: 1. Estado mínimo. 2. Propriedade privada livre. 3. Liberdade irrestrita. 4. Mercado autorregulável.

Para Keynes, o Estado tem um papel adicional, pois, além de agente do sistema, deve ser responsável pela manutenção do equilíbrio do fluxo

circular, por intermédio da utilização das políticas macroeconômicas apresentadas na Figura 5.

Figura 5 – Movimentos de expansão e retração resultantes das políticas e variáveis macroeconômicas do modelo Keynesiano



Fonte: o autor, com base na fundamentação teórica da teoria Keynesiana (2019).

Os principais indicadores macroeconômicos utilizados para a análise descritiva do impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil estão apresentados no Quadro 5.

Destaca-se que as medidas indicadas na Figura 6 não são contempladas de maneira isolada, pois a configuração da gestão macroeconômica da economia considera a sensibilidade interdependente de todas as medidas, cuja preocupação central é a mensuração dos impactos

cruzados em curto, médio e longo prazo, na direção do equilíbrio entre as variáveis macroeconômicas de Produto, Renda e Dispêndio, dentro do sistema econômico, por meio do fluxo circular, que, com equilíbrio funcional, promove e mantém efetividade o bem-estar social, finalidade precípua da economia.

Quadro 5 – Indicadores macroeconômicos, políticas, variáveis, indicadores e fontes

POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	VARIÁVEIS CENTRAIS	INDICADORES	FONTES
1. Política fiscal tributária	• Resultado	• Resultado primário	SEC. FAZENDA
		• Necessidade de financiamento do setor público	IPEA
		• Dívida Interna % do PIB	BACEN
		• Dívida Externa % do PIB	BACEN
		• Dívida Total % do PIB	BACEN
		• Dívida Federal – composição	SEC. FAZENDA
	• Gasto	• Gasto com educação – Variação % por período de governo	SEAFI
		• Gasto com saúde – Variação % por período de governo	SEAFI
	• Tributação	• Carga Tributária evolução % PIB	BACEN
		• Var %. P/ Período Gov.	BACEN
2. Política Monetária	• Moeda	• Depósito compulsório • M1 • Base monetária	BACEN
	• Taxa de Juros	• Selic % • Taxa média p/ governo	BCB AUTOR
	• Crédito	• % financiamento do PIB	IPEA
3. Política de Renda	• Salário	• Sal. Mínimo real em %	IBGE
	• Transferência	• Gasto público % do PIB	IBE
	• Renda	• Coeficiente de Gini – % de concentração	IBGE
4. Política cambial	• Reservas	• Reservas cambiais U$ milhões	BCB
		• Reservas cambiais % PIB	BCB
	• Câmbio	• Taxa de câmbio	IBE
	• Transações correntes	• Exportação x Importação saldo em U$ milhões	IBGE
	• Investimento	• IDE – U$ milhões	IPEA

Fonte: o autor (2019).

Quadro 6 – Outros indicadores macroeconômicos utilizados

CATEGORIA	INDICADOR ECONÔMICO	FONTE
1. Risco	• Risco Brasil em pontos	IPEADATA
2. Atividade Econômica	• IBC-BR	ADVFN / BCB
	• NUCI % sobre o PIB	CNI
	• PIB R$ milhões	BCB
	• PIB - Variação %	BCB
3. Investimento	• FBKF – Formação bruta de capital fixo % do PIB	IBGE
4. Inflação	• IPCA %	BCB
5. Confiança	• ICC – Índice de confiança do consumidor	IPEA
	• ICE – Índice de confiança do empresário	IPEA
6. Emprego	• Taxa de desemprego % do PEA	IBGE
7. Pobreza	• Extrema pobreza	IPEA / PNUD
	• Renda desigual – índice T de THIEL	IPEA
8. Dívida	• Impacto Tx. Juros no Endividamento interno	AUTOR
	• Var. Dívida Pública • Aumento e diminuição	AUTOR
	• Variação % Vs. % PIB	AUTOR
9. Tributação	• Carga tributária – comparativo G7-Brasil	AUTOR

Fonte: o autor (2019).

A tese defendida aqui é que o impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil, mensurado pelos indicadores do IPS, apresenta-se diferenciado na comparação da gestão econômica entre os governos neoliberais e social-democratas.

A visão de mundo ou cosmovisão é um pressuposto fundamental que elucida a lógica e relaciona-se às visões históricas, de homem, de sujeito, objeto e ciência. Nesse sentido, a visão de mundo foi entendida, neste estudo, como uma percepção organizada da realidade, que orienta a produção da investigação e organização dos diversos elementos implícitos que constroem a prática cotidiana da pesquisa.

Assim, o estudo contemplou uma abordagem integrada do sujeito em duas dimensões: uma como sujeito empírico, pessoa que faz uma observação e é influenciada pelo que ela tem de particular e individual (interesses ou paixões), quer se expressem ou não no exercício das responsabilidades como

agente representante, que da sociedade, ou de uma comunidade de interesse, mesmo que não revelado, na propositura ideológica fundante. A ciência veicula uma ética do ocultamento ou apagamento do sujeito individual empírico. Outra, sujeito transcendente: conjunto de atividades estruturantes necessárias à observação, segundo regras que são sociais e ligadas à historicidade de uma cultura. Poderá ser uma “intersubjetividade”.

Embora se tenha, no nível técnico, a definição de dois pilares de informações, quantitativas e qualitativas, destaca-se a ênfase na abordagem qualitativa da revelação quantitativa, na investigação da análise descritiva e exploratória dos dados observados e, estatisticamente, nesta direção, tratados.

Nesse sentido, Sanchez (2012, p. 94) destaca que “[...] as investigações classificadas como fenomenológicas-hermenêutica privilegiam técnicas não quantitativas [...]”.

No que diz respeito ao nível metodológico da abordagem resposta, enfatiza-se a preocupação cuidadosa no caminho da investigação, não se atendo apenas à superficialidade dos dados apresentados. Considerou-se, na investigação, a contextualização do problema e da problematização, o que facilitou a clareza na formulação da tese apresentada.

Nessa direção, Sanchez (2012, p. 94) esclarece que a abordagem metodológica fundamenta as técnicas utilizadas nas: “[...] formas de operacionalizar essas abordagens, e estas, por sua vez, são teorias em ação e se especificarão melhor, nos níveis epistemológicos e gnosiológicos, as várias maneiras de se relacionar o sujeito e o objeto [...]”. Nesse estudo, foi considerado o caminho do conhecimento, como sujeito cognoscente, ante o objetivo que o desafia, o impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil.

Nas referências teóricas, face à necessidade de definir de maneira ampla e integrada as interfaces temáticas – do econômico e do social – para a abertura polissêmica fenomenológica-hermenêutica, enfatiza-se a preocupação do mister de mais informações para as análises contextualizadas a partir de um prévio referencial teórico.

Nessa direção, o modelo econômico Keynesiano, como base para o alinhamento entre os grupos de indicadores que revelam e impactam respectivamente o desempenho da gestão econômico sobre o sistema econômico e o progresso social.

Na abordagem epistemológica, as noções de causalidade foram contempladas em alinhamento ao direcionamento de Sanchez (2012, p. 96), que destaca como “[...] relação entre fenômeno e essência, entre o todo e as partes, entre variantes e invariantes, entre texto e contexto (fenomenológico)”.

O presente estudo, por meio de seu método de investigação, objetivou compreender os fenômenos em suas várias manifestações, na elucidação dos pressupostos, anteriormente destacados, dos mecanismos ocultos, das implicações, dos contextos nos quais se fundamentam. Ainda, nesse mesmo sentido, o estudo, ao eleger a abordagem fenomenológica-hermenêutica, explicita que a compreensão supõe a interpretação, quer dizer, revela o sentido, os significados de reflexões que não se dão imediatamente, razão pela qual indaga o esclarecimento oportuno das facetas ocultas, não explícitas apenas na apresentação quantitativa. Assim, a partir da análise e da interpretação das observações quantitativas, foi possível descobrir a essência da correlação dos fenômenos político-econômico-social.

No nível ontológico, destacam-se as concepções de homem, de história e de realidade. Como categoria mais ampla, a visão de mundo ou cosmovisão que, nesse estudo, buscou-se contemplar, elucida a lógica e relaciona-se às visões históricas, de homem, de sujeito, objeto e ciência. As investigações sincrônicas, segundo Sanchez (2012, p. 100), “[...] concebem os fenômenos inseridos num contexto, num cenário, dentro de um sistema ou macrosistema”.

Finalizando-se a apresentação do caminho metodológico do presente estudo, importante referenciar que **o modelo de Sanchez pergunta-resposta** propiciou as necessárias e fundamentais reflexões à construção de um processo de desenvolvimento do conhecimento metódico, eficaz e eficiente, portanto, efetivo.

2.2.2 Procedimentos técnicos a serem aplicados na pesquisa

Os conceitos norteadores, as formas de coleta de dados, a análise de dados e os procedimentos da pesquisa são apresentados a seguir.

2.2.2.1 Técnica de coleta de dados

O presente estudo contemplou a coleta de dados na base do banco de dados existentes nas instituições oficiais que o produzem e veiculam como as apresentadas nos Quadros 1 a 5.

2.2.2.2 Técnica de análise de dados

O presente estudo, para a análise dos dados, contemplou os instrumentos estatísticos da análise descritiva e exploratória dos dados.

De acordo com Gil (2008, p. 28), “[...] as pesquisas descritivas possuem como objetivo primordial a descrição das características de uma população ou fenômeno ou de relações entre variáveis”.

Por meio dos estudos descritivo e exploratório, é possível analisar informações e fenômenos socioeconômicos sobre o impacto da dimensão econômica da globalização no progresso social, de maneira a identificar as relações e a correlação entre as variáveis dessas duas categorias e, por conseguinte, seus respectivos reflexos na pessoa humana e em sua dignidade.

A pesquisa exploratória tem por objetivo a familiarização com **um assunto ainda pouco conhecido e pouco explorado**, considerando-se a configuração singular e própria desse estudo.

Em função das poucas referências sobre a abordagem do delineamento do assunto da pesquisa – impacto econômico no progresso social – utilizou-se da nova metodologia de mensuração de progresso social do modelo elaborado pela universidade de Harvard (IPS – *Social Progress Index*), em cuja metodologia são contempladas abordagens especialistas aos temas de cada indicador e da análise macroeconômica do modelo Keynesiano, em cujo modelo o governo age no sistema econômico, via

políticas macroeconômicas, com função diferenciada da de agente interveniente, para promover a estabilidade econômica via o equilíbrio do fluxo circular a produto – renda, no atendimento de sua precípua finalidade, ou seja, atender às necessidades humanas.

2.2.3 Relevância da Tese

A principal justificativa para a realização dessa pesquisa é a lacuna de análise dos reflexos da dimensão econômica da globalização no progresso social por meio de um modelo amplo, consistente, parametrizado e comparável como o do *IPS – Social Progress Index* – adotado.

Justifica-se, ainda, pelo fato de o estudo revelar que as ações que configuraram a gestão da economia – expressas pelas políticas macroeconômicas fundamentadas em diferentes perspectivas ideológicas – apresentaram reflexos no progresso social e, por conseguinte, na dignidade e nos direitos da pessoa humana, de maneira distinta e nitidamente diferenciada.

3. IDEOLOGIA – NEOLIBERALISMO E SOCIAL-DEMOCRACIA E O SISTEMA ECONÔMICO

A ideologia, tal como é entendida nesse estudo, necessita ser explicitada não apenas porque se trata de um tema fundamental, sobretudo, porque constitui um dos pilares estruturantes da presente pesquisa na compreensão da articulação textual interpretativa (hermenêutica) em seu conjunto.

A noção de ideologia não é unívoca, razão pela qual necessário se faz uma definição referencial que convirja para o sentido utilizado.

Como afirmam Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007),

> Tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que se possa comparar a ideologia pela frequência com a qual é empregada e, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p. 585).

A diversidade de seu significado torna seu conceito complexo, razão pela qual se faz indispensável compreender as mudanças ocorridas, considerando-se o contexto sócio-político-econômico de cada época, e destacar seu desenvolvimento relacional, com o objetivo de fixar um referencial, cuja compreensão possibilite o entendimento da razão pela qual é tema estruturante e fundamental desse estudo.

Nesse sentido, Kocke (20011, p. 28) explicita que “O que impulsiona o homem em direção à ciência é a necessidade de compreender a cadeia de relação que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos ou fenômenos, captados pela percepção analisada [...]”.

Na mesma direção, Prodanov (2013, p. 54) diz que todo “[...] conceito possui uma intenção e uma extensão. A intenção indica a propriedade, as características que esse conceito diz representar. A extensão indica o conjunto de elementos reais que esse conceito designa”.

Segundo Bachelard (1996, p. 18), “Na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo [...] Para o espírito científico [...] Nada é evidente [...] Nada é gratuito. Tudo é construído”.

Nessa direção, pode-se inferir que a atividade científica estabelece a necessidade de uma trajetória, cujo passo primeiro é a construção do objeto

de estudo, assim como identificar as ferramentas que permitam investigá-lo, para a produção do conhecimento.

Quanto à ideologia, mister retomá-la e identificá-la como ferramenta de trabalho para evitar os usos e abusos de seu significado.

O propósito desse tema introdutório é o de refletir sobre o que é e como utilizar a ferramenta – ideologia –, considerando-a indispensável para, pela hermenêutica, entender o discurso embutido no ideário político-econômico-social, nas publicações estatutárias de entidades internacionais, nas políticas públicas e nos acórdãos legais nacional e internacional.

Nesse sentido, é possível destacar, entre os autores, Bobbio, Mattetucci e Pasquino (2007); Kocke (2011); Prodanov (2013); e Bachelard (1996) – uma linha convergente da preocupação com a temática com ênfase na divergência de significado, com relação à frequência de utilização, com a intencionalidade e respectiva extensão quando da sua utilização e, sobretudo, no espírito científico a necessidade da investigação para fazer emergir o implícito na direção da revelação real dos fatos. Assim, a concepção conceitual implícita nos fenômenos e fatos objetos de pesquisa necessitam ser explicitados para melhor entendimento principalmente da intenção causa e extensão, efeito de toda ação ou decisão, seja ela política, econômica ou político-econômica, com reflexos sociais.

Para Heywood (2010, p. 15), “Todos nós pensamos politicamente. Tendo ou não consciência disto, as pessoas usam ideias e conceitos políticos sempre que expressam opiniões ou dizem o que de fato pensam”.

Nessa direção, Barth (1951, p. 13) adita o pensamento de Destutt de Tracy de que “*el pensar correcto es el fundamento para la acción política correcta*”.

Ao olhar pelo retrovisor da História, dez anos da Queda da Bastilha na França, transformações estruturais nas relações sociopolíticas e, por conseguinte, na vida econômica da sociedade à época, um campo fértil é oportunizado para que novas teorias florescessem. Foi nesse cenário que o filósofo francês *Antoine Destutt de Tracy* publicou, em 1801, *Elements D’Ideologie*.

A palavra ideologia foi cunhada durante a Revolução Francesa por *Antoine Destutt de Tracy* (1754-1836), vindo a público pela primeira vez em 1796. Para *Destutt,* ideologia se referia a uma nova “ciência das ideias”. Acreditava ser possível, por seu entusiasmo racionalista, descobrir a origem das ideias.

Quanto ao destino do significado de ideologia, este foi centrado nas relações entre dois polos constitutivos de sua formulação: o caráter de falsidade ideológica e a sua determinação social.

Nessa direção, Bobbio, Matteucci e Pasquino (2007, p. 585) propuseram-se a chamar estes dois pontos constitutivos de sua formulação de “significado fraco” e de “significado forte” da ideologia”.

Para Abbagnano (2012, p. 615), estes dois significados ou polos são identificados em dois momentos distintos da história. O primeiro, ele destaca o teor filosófico desde a teorização de *Destutt de Tracy* (*Ideologie* – 1801) na concepção designativa de “a análise das sensações e das ideias”, segundo o modelo de *Condillac*. “A ideologia constitui a corrente filosófica que marca a transição do empirismo iluminista para o espiritualismo tradicionalista e que floresceu na primeira metade do século XIX”.

Ainda para Abbagnano (2012, p. 615), como alguns ideólogos foram hostis a Napoleão,

> O termo foi empregado no sentido depreciativo, pretendendo com isso identificá-los como “sectários” ou “dogmáticos”, pessoas isentas de senso político. Aí começa o significado moderno do termo [...] mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam. (ABBAGNANO, 2012, p. 615).

A trajetória da ideologia como termo político essencial teve origem em Karl Marx. O uso que ele fez dessa palavra e o interesse de gerações de pensadores marxistas posteriores explicam o destaque da ideologia no pensamento político e social moderno.

O significado do termo em Marx é muito distinto dos presentes nas análises políticas dominantes,

> As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a força intelectual dominante. A classe que tem os meios de produção material à sua disposição tem, ao mesmo tempo, controle sobre os meios de produção mental, de modo que, em geral as ideias daqueles que carecem dos meios de produção mental estão sujeitas a ela. (MARX; ENGELS, 2007, p. 64).

Observam-se, nessa concepção, duas importantes características, ambas alinhadas às concepções de ideologia “fraca e forte” de Bobbio. O termo ideologia associa-se à ilusão e à mistificação, produzindo uma visão falsa ou equivocada do mundo. Engels chamou mais tarde de “falsa consciência”. Marx usou a ideologia com o propósito de desmascarar um processo sistemático de mistificação. Assim, como *Destutt de Tracy*, Marx classificou as próprias ideias como científicas, com precisão, a fim de revelar o funcionamento da história e da sociedade. O contraste entre mentira e verdade foi vital para o uso que Marx fez do termo.

Um sistema social determinado a fim de manter-se coeso, como totalidade, necessita de legitimação e, como o êxito da legitimação está na produção direta do poder possuído por aqueles que operam com ela, a classe dominante (que detém o poder) elaborou a representação do real que, dissimulando e mascarando as contradições de base existentes no processo das relações sociais de produção, tornem o sistema social um todo harmônico e único.

Na direção da falsa consciência da classe dominante, Chaui (1977) destaca que,

> [...] para exercer o poder e justificar seu exercício “os dominantes precisam agir, de maneira a fazer com que, todas as manifestações de diferença e da contradição permaneçam escondidas graças a um discurso e uma prática coercitiva que garantam a todos os membros da sociedade o sentimento que fazem parte dela da mesma maneira e que a contradição, seja vista como diferentes maneiras igualmente legítimas de fazer parte da mesma sociedade. (CHAUI, 1977, p. 2).

Dessa maneira, a classe dominante, para assegurar uma unidade ideológica dentro do sistema socioeconômico, impede à classe dominada a tomada de consciência reveladora (impacto social nos direitos humanos) das contradições.

Nesse sentido, Lukás (1973, p. 40), como unidade orgânica entre a estrutura socioeconômica e a superestrutura ideológica, destaca que elas “[...] formam um bloco unitário, na medida em que estejam organicamente vinculadas entre si. O vínculo orgânico é realizado por grupos sociais determinados: os intelectuais”.

Com relação à determinação do vínculo orgânico entre a estrutura socioeconômica e a superestrutura ideológica, Lukás (1973, p. 40) faz a seguinte referência: “[...] funcionários da superestrutura estão vinculados à classe dominante e veiculam representações da realidade a estes interesses, pela inculcação ideológica que se deseja impor a todas as classe e camadas da sociedade”.

No sistema capitalista, a classe dominante objetiva a manutenção do sistema de propriedade privada, a configuração do estado mínimo e a liberdade irrestrita, tanto quanto a autorregulação mercadológica, a divisão entre capital e trabalho e as relações sociais estabelecidas em termos de mercadoria. Esses fundamentos do modelo capitalista de formação da riqueza e respectiva distribuição tem meios distintos para sua efetividade. Essa distinção de meios faz com que o horizonte ideológico comum último seja traduzido por versões ideológicas, sustentadas por uma constelação de poder igualmente distinta e intencional da classe dominante. A partir disso, percebe-se que se pretende usar o termo ideologia em dois sentidos, complementares entre si. O primeiro sentido baseia-se numa descrição funcional. A pretensão de realizar uma reconstrução histórica, em nível dos discursos dos segmentos dominantes, reveladores de versões ideológicas díspares, não homogêneos, impunha uma definição descritiva, que em um primeiro momento ficasse aquém da discussão fundamental.

Nessa concepção, Shaff (1986, p. 9) destaca que numa perspectiva funcional, “A ideologia é um sistema de opiniões que, baseando-se num sistema de valores admitidos, determina as atitudes e o comportamento dos homens para com os objetivos desejados do desenvolvimento da sociedade”.

A posição particular e singular que o ser humano ocupa no universo, comparativamente aos outros seres da natureza, torna-o capaz não só de agir, como também de representar a sua ação e expressá-la de modo objetivo. Assim, os seres humanos, ao criarem e recriarem a realidade (aquilo que é),

procuram representá-la (discursar sobre aquilo que é). No discurso humano referente à sua ação, abre-se a possibilidade interpretativa da identificação daquilo que é com aquilo que se discursa sobre o que é.

Nessa direção, Berger (1973, p. 70), sobre a história da evolução da humanidade, apresenta-nos que: “[...] a autoprodução humana é sempre e necessariamente um empreendimento social”.

As representações e discursos das situações concretas de suas práxis necessitam considerar os lugares sociais ocupados pelos homens (agentes) e compreender a dimensão de influência (poder) que exerce como agente neste lugar, para compreender a dimensão e efetividade de seu discurso. No sistema econômico, as pessoas ocupam lugares distintos como empreendedoras, governantes e consumidoras. Em cada função, exercerá influência nos processos econômicos fundamentais de formação e distribuição da riqueza. Entretanto, nesse relacionamento como agentes, há uma constelação de interesses e de poder, na direção da determinação dos direcionadores econômicos para o funcionamento do sistema econômico. As ideias norteadoras serão defendidas e utilizadas para construir um construto ideológico sobre o qual poderão agir.

Nessa perspectiva, Gabel (1970, p. 195) diz que “Os discursos estão sempre submetidos a pressões particulares de cada parte, em seus interesses particulares, face a classe social a que pertence”. Daí que as representações ideológicas são determinadas pela estrutura das relações sociais, as quais, por sua vez, são condicionadas e secundadas pelas primeiras.

O segundo sentido, que esclarece e fundamenta o anterior, é aquele que define a ideologia a partir da classe social.

No sentido da ideologia, a partir da classe social, Futer (1970, p. 53) enfatiza que: “A ideologia da classe dominante é a elaboração da ‘falsa consciência’ que conduz à necessidade de ocultar as verdadeiras relações de classe a assim garantir seus reais interesses, através de uma representação falsa e falseadora”.

Trata-se, pois, de uma concepção de mundo própria, que se pretende inculcar às classes e camadas uma concepção universalizada como resposta às condições sociais concretas que a determinam; é a própria dinâmica da realidade em que se encontram as condições que a determinam.

Para Andreoli,

> A ciência não está isolada do mundo e os fenômenos sociais não podem ser explicados por leis naturais. A especulação científica parte de sujeitos humanos, como tentativa de conhecimento da verdade, numa relação com a totalidade dos aspectos sociais e históricos. O conhecimento científico é sempre transitório e socialmente relativo. A ciência reflete apenas uma maneira de pensar e, por isso, não é autônoma e não está isolada da luta de classes. (ANDREOLI, 2018).

Segundo Althusser (1996, p. 123), nesta mesma direção, “O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais que vivem”.

O modelo ideológico liberal é fortalecido após o fim da guerra fria entre os Estados Unidos e a antiga URSS, o qual impôs sua superioridade, tanto na categoria econômica (capitalismo), quanto na política (democracia).

Segundo Pecequilo, (2012, p. 175), com relação à superioridade do modelo liberal, destaca que: “[...] há disseminação gradual destes parâmetros por todo o sistema, em direção à homogeinização de formas de pensamento e ação”.

A ausência de um contraponto ideológico alternativo ao liberalismo irrestrito como o configurado no atual neoliberalismo contribuiu para o desenvolvimento de um pensamento uníssono e homogêneo, com valores partilhados, por meio dos quais, em definitivo, há construção de uma sociedade transnacional, global, interdependente, cujos reflexos e revoluções nos campos da economia, política e cultura simbolizam o pensamento paradigmático neoliberal ainda não compreendido na sua essência, mas que tem impacto significativo na desigualdade social, muito embora se reconheçam os avanços econômicos não distributivos que beneficiam diretamente uma minúscula parcela da sociedade em detrimento do bem-estar social da sociedade humana.

Em economia, não é fácil demarcar limites entre o conhecimento científico e a acepção ideológica. De certa forma, essa dificuldade reforça as relações biunívocas da economia com outros ramos do conhecimento social.

Nesse sentido, Rossetti (2016, p. 31) apresenta em destaque que “[...] a ideologia surge da exigência de legitimação, comum as mais diferentes formas de ordenamento institucional”.

Ocorre, porém, que a justificação ideológica encobre-se como véu do argumento científico. Daí resultam os elos de encadeamento entre a ciência e a ideologia. A necessidade de legitimação de determinadas orientações institucionais é determinada e veiculada, em geral, por grupos dominantes ou por grupos que aspiram ao poder. Tem-se, assim, em geral, a ideologia dominante, à qual se contrapõem as ideologias alternativas emergentes. Cada qual com sua base distinta de crenças, valores e convicções e, por conseguinte, propõe diferentes normas para o direcionamento ou reordenamento da sociedade, em suas mais específicas manifestações, entre as quais se destaca a economia em sua gravitação internacional de mundialização para globalização. A primeira representando às orientações das instituições internacionais de livre apreciação dos Estados-nação em respeito à soberania de sua respectiva sociedade e, a segunda, representando as orientações totalitárias das instituições internacionais, por meio das diretrizes associadas ao poder de comando da ideologia central e hegemônica, atualmente, o neoliberalismo.

A partir do que foi discutido – destaques enfáticos e reflexões – pelos autores, **a concepção sobre ideologia adotada neste** estudo diz respeito a: “Um conjunto de ideias que anima um movimento para conduzir e justificar determinada situação social ao interesse de grupos determinados e dominantes para a legitimidade que lhe propiciem a harmonização sociopolítica na esfera econômica”.

O conjunto de ideias, inserido nas diretrizes das instituições internacionais, que justificam e fundamentam a ideologia neoliberal na reconfiguração do *modus operandi* do sistema econômico mundial, constitui a fonte para a investigação apreciativa (hermenêutica), na busca do entendimento da relação econômico-social e respectivos impactos da dimensão econômica na educação e nos direitos humanos. Nenhuma ciência social pode cumprir seus objetivos se não compreender que os problemas só podem ser compreendidos com clareza se as informações forem cruzadas entre indagações sobre as diretrizes normativas no âmbito institucional e os

fatos sociais resultantes, condição em que as interpretações poderão ser validadas na qualificação científica.

Anteriormente ao marco histórico de sua formalização como teoria econômica clássica, com Adams Smith, em a *Riqueza das nações,* a economia era denominada como “A filosofia moral”.

Nessa mesma direção, Fusfeld (2003, p. 3) explicita que: “Há apenas duzentos anos, não havia economistas propriamente ditos e a teoria econômica era um ramo da filosofia moral”.

Ao iniciar os estudos econômicos na perspectiva do seu objetivo, o fato que se destaca é a sua importância social, o atendimento à vida humana. Na definição clássica dos economistas tradicionais, “[...] a economia é a ciência que trata da melhor utilização dos recursos escassos da natureza para atender os desejos ilimitados do Homem”. Nessa definição referencial, pode-se destacar alguns pontos que convergem ao seu precípuo objetivo, o mister de utilizar corretamente os recursos escassos da natureza para atender à humanidade representada pelo Homem. O processo de formação e distribuição da riqueza está conectado a este objetivo, pois a riqueza deverá ser produzida e distribuída com a finalidade primeira de atender às necessidades do Homem. Surgem, pela necessidade de melhor utilização, questões de ordem econômica: O que produzir, como produzir e para quem produzir, questões que são igualmente “pontes para a concepção pré-clássica de ciência moral”.

Nessa direção, Chang (2015, p. 35), ao concluir seu primeiro capítulo, intitulado *A Vida, O Universo e tudo mais – O que é economia?,* conclui: “Creio que os estudos econômicos não devem ser definidos em termos da sua metodologia, nem da sua abordagem teórica, mas de seu objeto de estudo, como acontece com todas as outras disciplinas”. A Economia como a conhecemos hoje não existia, muito embora existissem as variáveis de produção e distribuição da riqueza. Tratava-se, à época, da parte política nacional responsável pelas categorias de arrecadação dos impostos, do endividamento público e do comércio internacional. Ao longo do tempo – da história econômica – observou-se que a apreciação e a percepção de como conduzir o processo de formação e distribuição da riqueza são divergentes e campos das aplicações teóricas revelaram-se na adequação das políticas ao

contexto e às circunstâncias. A única exceção à regra da adequabilidade e do respeito da importância relativa de certos fatores conjunturais e situacionais específicas está em Marx e em seus seguidores, na perspectiva de a economia ocidental ser uma justificativa ideológica para um sistema de exploração.

As mais acirradas discussões ideológicas da era moderna envolveram as ideias fundamentais de grandes economistas, como Adam Smith, Karl Marx e John Maynard Keynes. Eles alcançaram grande reputação mais em função das filosofias sociais presentes em suas teorias econômicas do que em razão dos avanços científicos que realizaram.

Na perspectiva de Fusfeld (2003, p. 4) sobre o desenvolvimento da economia, destaca que “Tanto os acontecimentos como as discussões ideológicas sempre foram importantes para o seu desenvolvimento”.

Disso surge um grande paradoxo: alguns dos maiores avanços na Ciência Econômica resultaram de controvérsias sobre políticas sociais. Sistemas baseados em ideologias, cada qual dispondo de um conjunto próprio de fatos, hipóteses e corpo teórico, deram importantes contribuições à teoria econômica. A primeira doutrina formal de política econômica internacional surge com o despontar da Idade Moderna e a formação dos estados-nacionais. O Mercantilismo guiou e reformulou as correntes dos poderes políticos e comerciais desde o século XV até o século XVIII, sofrendo alterações conceituais e práticas que levariam, progressivamente, ao *laissez-faire* e ao livre-comércio. As ideias apresentadas por Adam Smith no século XVIII constituíam o primeiro dos sistemas econômicos, e a teoria dos mercados desenvolvida por ele e seus seguidores representou o primeiro conjunto difundido de princípios teóricos da Ciência Econômica moderna.

Nessa direção, Grieco (1999, p. 32), com a publicação da *Riqueza das Nações* (1776), de Adam Smith, relata que esta publicação “[...] enfeixou as concepções filosóficas das liberdades naturais e do movimento liberal do século anterior, pondo fim à gerência exclusiva do Estado na condução do processo econômico”.

A proposta de Smith particularmente focalizava a expansão da riqueza, com amplas oportunidades aos empreendedores individuais que, no seu próprio interesse, investiria seu capital para aumentar ao máximo o valor da

produção. À procura do ganho pessoal e individual, o investidor age instintivamente como impulsionador por “mão invisível”. Conferia ele uma melhor posição de discernimento do que qualquer estadista ou legislador. Os economistas clássicos que acompanharam Adam Smith em 1776, na configuração da economia à época, a qual perdurou referência no campo econômico durante mais de um século e meio, acreditavam fielmente que inflações ou depressões não poderiam ocorrer. Pensavam que uma economia jamais poderia apresentar despesas insuficientes para comprar toda a produção. Essa convicção baseava-se na “Lei de Say”, cujo nome se deve ao economista francês Jean Baptiste Say. Simplificadamente, a Lei de Say afirma que “a oferta cria sua própria demanda”.

Sobre a lei de Say Balogh (1963, p. 1), declarou: “A teoria econômica foi, durante um século, completamente mistificada”.

A ideia central da tese dos economistas clássicos descrevia um fluxo circular “perfeito”, em que ao se adquirir o produto total da economia, a mesma quantidade de renda era gerada, a qual, por sua vez, seria usada na compra do produto total no mercado. A autorregulação. Consideravam que a única falha possível seria o descompasso entre a poupança e os investimentos. A crença dos economistas clássicos era de que isso não ocorreria, justificando sua confiança ao fato de haver uma equação de equilíbrio entre investimento por parte dos empresários igual ao nível de poupança. Acreditavam que, se houvesse pressão, o desequilíbrio dessas variáveis, a taxa de juros entraria para a manutenção dessa igualdade entre poupança e investimentos. Supunham que o planejamento dos investimentos dos empresários era ditado pela taxa de juros. Ao terem que pagar mais pelo custo do dinheiro (taxa de juros), estariam desestimulados a investir. Acreditavam que os poupadores eram atraídos pela remuneração da sua poupança. Taxa de juros maior, mais poupança e menos consumo. Assim, os economistas clássicos estavam convencidos de que uma economia capitalista seria inerentemente muito estável.

Segundo Hogndorn (1975, p. 76), “[...] os classicistas dependiam de outra teoria para assegurar que o estado de sua muito estável economia seria um estado de pleno emprego dos fatores de produção”.

A teoria referenciada por Hogendorn, denominada “teoria da flexibilidade de preços e salários”, descrevia que nenhum homem ficaria sem trabalho, nenhuma máquina permaneceria ociosa, nenhuma edificação ficaria sem uso e se uma economia, por qualquer motivo tendesse à depressão, a correção seria automática. A Lei da Flexibilidade de Salários e de Preços pareceu muito convincente à época. No entanto, a evolução econômica, infelizmente, tendeu por ignorá-la quase completamente. O surgimento de sindicatos fortes, de legislação de salário-mínimo e a extrema antipatia pública pelas reduções de salários, significava que os salários, em especial, não eram tão flexíveis quanto se pensara inicialmente.

Hogendorn, nessa perspectiva, destaca como mais importante:

> [...] mesmo que os salários diminuíssem drasticamente, não significaria isso que o poder de compra da maior parte da população seria reduzido? E não pareceria, para os empresários, que a queda do poder de compra representaria piores condições econômicas? (HOGENDORN, 1975, p. 76).

A opção de redução da atividade econômica pela redução da produção à contratação dos desempregados a seus novos e mais baixos salários foi a triste história da grande depressão.

Pelos impactos das imperfeições e desatenção às categorias das variáveis preço, mercado e salários é que o escritor Thomas Carlylle batizou a disciplina com o nome de “A Ciência Lúgubre”.

Assim, o duplo mecanismo clássico das leis de Say e flexibilidade de salários e preços não eram dignos de confiança.

O que aconteceu para mudar esse longo abandono dos problemas da estabilidade econômica? A raiz da resposta encontra-se no simples fato, mas inteiramente óbvio, dos antecedentes históricos de um capitalismo irrestrito não serem suficientemente satisfatórios.

A significativa transformação da economia clássica para a Nova Economia (Keynesiana) tem sua gênese nos ciclos constantes de prosperidade e depressão ao longo da história clássica, desde Adam Smith à Crise Econômica de 1929. Esse sistema “Clássico” e sua ideologia de *laissez-faire* foram remodelados, criando uma ortodoxia que prevaleceu até os anos 1930, quando John Maynard Keynes, praticamente sozinho, construiu a

moderna teoria de determinação da renda nacional e justificou políticas de intervenção do Estado na economia com o objetivo de retirá-la da estagnação em momentos de crise e depressão.

A Grande Depressão da década de 1930 e seus importantes efeitos obrigaram o reconhecimento da irrelevância das antigas ideias do sistema econômico “Clássico” de que: o mercado em tempo de crise se autorregula; o Estado não deve intervir na economia; a liberdade deve ser incondicional, irrestrita e a propriedade privada livre.

Nessa direção, Nunes (2007, p. 586) destaca que “A Grande Depressão veio deitar por terra os mitos liberais e pôr a nu as limitações da política monetária”.

Ao observar a Grande Depressão, Keynes registrou que ela não poderia explicar-se em termos monetários, defendendo que são as forças reais da economia (planos de governo, dos empresários e dos consumidores) que determinam o comportamento dos preços e, por conseguinte, o equilíbrio do sistema econômico. Para Keynes, a necessidade de ultrapassar as situações de insuficiência da demanda efetiva para combater o desemprego exigia uma intervenção mais ampla e mais coordenada do Estado.

Diante da importante Depressão de 1929, Keynes (1936) *apud* Stein (1976, p. 1) defendeu ainda que “[...] as situações de desequilíbrio e de crise são inerentes às economias capitalistas, nas quais as situações de pleno emprego são “raras e efêmeras”.

Nessa direção, afirma Keynes (1936, p. 372-374) que os vícios marcantes do capitalismo são: “a possibilidade da existência de desemprego involuntário, e o fato de que a repartição da riqueza e do rendimento é arbitrária e carece de equidade. A correção desses vícios constitui a principal responsabilidade do Estado”.

De Smith a Keynes, inúmeros estudiosos lançaram as bases para as atuais políticas de bem-estar social ao criticarem a abordagem da Ciência Econômica tradicional e suas teorias.

Para Fusfeld (2003, p. 5), ao longo dos debates dos estudiosos entre Smith e Keynes, surge “Um dos temas mais importantes na história da Ciência Econômica, [...] a interação entre ideologia e teoria. Desprovida de conflitos ideológicos, a disciplina não teria evoluído tanto.

Nesse sentido, Grenn (2009 p. 115) destaca que “A economia é uma disciplina ampla, mas dividida, e ela envolve dezenas de escolas de pensamento que abordam quase todos os aspectos da existência humana em termos políticos e filosóficos. No entanto, essa **rica diversidade de análises e ideias raramente é visível nos debates econômicos** realizados nos centros de poder”.

Para apresentar a vinculação ideológica e fundamentos econômicos entre as escolas do pensamento econômico, Rossetti (2016) destaca que:

> O atributo da temporalidade e, de certa forma, também o da dimensão espacial da realidade econômica transparece claramente em qualquer tentativa de construção da árvore genealógica da economia para designar as interligações entre as principais escolas do pensamento econômico. Além desses dois atributos, transparecem ainda as vinculações da economia com diferentes correntes ideológicas, dominantes ou alternativas, desenvolvidas em cada momento histórico. (ROSSETTI, 2016, p. 36).

As ligações se dão por dois canais. O primeiro é o da convergência dos fundamentos teóricos. O segundo, não menos importante, relevante, é o da vinculação ideológica. A força desta vinculação merece o destaque de que o surgimento e a evolução das ideologias se sobrepõem ao estudo do surgimento e da evolução das principais escolas do pensamento econômico.

O surgimento e a consolidação de determinada ideologia se dão em três momentos distintos, assim sintetizados por Chauí:

> 1. Ela se inicia como um conjunto sistemático de ideias que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa nova classe apareça como representante dos interesses de toda a sociedade, legitimado a luta da nova classe pelo poder.
>
> 2. Prossegue via popularização, tornando-se um conjunto de crenças e valores aceitos por todos os que são contrários à estrutura dominante existente e consolidando-se à medida que é interiorizado pela consciência de todas as categorias sociais não dominantes da sociedade.
>
> 3. Uma vez interiorizada e sedimentada, a ideologia proposta dá sustentação a uma nova estrutura de dominação, mesmo que os interesses das categorias sociais de que emergiu sejam sufocados pelos interesses particulares da nova classe dominante. (CHAUÍ, 1993, p. 36-38).

Ainda nessa direção, segundo Fusfeld (2003, p. 5), “[...] tendo sido jogada no fogo do debate ideológico, a Ciência Econômica sempre provocará

emoções, independentemente do quão ‘pura’ ou ‘científica’ for apresentada por seus defensores”.

A Ciência Econômica é uma disciplina em constante mutação. Se, por um lado, é produto de grandes debates ideológicos a respeito da maneira como a sociedade humana deveria se organizar, por outro, também influencia os resultados desses debates. Mesmo sendo baseada em uma busca teórica de verdades abstratas, ela também depende da realidade, seja das políticas públicas, seja do comportamento do clima do debate. Em outras palavras, explica como e por que o sistema econômico funciona e ao mesmo tempo o próprio sistema reage a esse funcionamento em um processo de retroalimentação.

As concepções monetaristas e dos neoliberais em geral diferem das propostas de Keynes (pai da macroeconomia por ter desenvolvido um modelo explicativo para as grandes crises do capital, para as quais recoloca o estado, não só como agente do sistema econômico, mas, e principalmente, com o papel de gerenciar o equilibro entre a oferta e a demanda de maneira justa e equânime) no que concerne ao entendimento da economia e da sociedade e, principalmente e de modo particular, no que tange à função do Estado perante a economia e a sociedade.

Em referência aos neoliberais, Nunes (2007, p. 592) destaca que “Fiéis ao ideário liberal do *laissez-faire*, da mão invisível e da lei de Say, os neoliberais de nossos dias defendem que as economias capitalistas tendem espontaneamente para o equilíbrio de pleno emprego em todos os mercados [...]”.

Nota-se que a ideologia liberal não se “apagou no tempo” mesmo com as frequentes – e em menor espaço de tempo – crises do capital.

Ainda para Nunes (2007, p. 600), “Na perspectiva dos neoliberais, os sindicatos é que devem assumir toda a responsabilidade pela criação das condições para o pleno emprego da mão de obra”.

Enquanto houver desemprego, os sindicatos precisam gerenciar o aceite junto aos trabalhadores por menores salários. Esse seria – segundo os neoliberais – o único meio de forçar a mobilidade da mão de obra entre os empregadores e de elevar as margens de lucro, redistribuindo os trabalhadores de modo que a distribuição da oferta de trabalho acompanhe a

demanda de mão de obra. E nessa condição a distribuição não se daria de maneira equânime.

O debate entre neoliberais e Keynesianos, de que deixamos algumas notas anteriormente, é um debate antigo como a economia política enquanto disciplina científica. Apresenta-se, hoje, por força das circunstâncias – que não são as mesmas de há dois séculos – com novos personagens, novos temas, novos argumentos, em novo enquadramento institucional. Esse debate está vivo e motiva a apreciação circunstancial das políticas dominantes neoliberais sobre a estrutura do funcionamento da economia na dinâmica do fluxo circular no sistema econômico à luz da base teórica keynesiana. Cabe ressaltar que o modelo de Keynes vigente desde sua origem é neutro, por meio do qual o Estado atua como gestor do equilíbrio – em segundo papel – do sistema econômico por meio das polícias macroeconômicas formuladas por Keynes.

Para compreender melhor a dinâmica da formação e distribuição da renda e os potenciais reflexos sociais, é de fundamental importância a visualização e o entendimento do fluxo circular produto/renda que acontece alicerçado no sistema econômico.

A estrutura do sistema econômico é tão antiga, cujo registro remonta desde o aparecimento das comunidades e sociedades humanas. O interesse para o ser humano decorre da necessidade de sua subsistência. É o único ser vivo a configurar de maneira sistematizada a organização produtiva, a curto e longo prazo. A diversificação de trabalho, bem como à noção de intercâmbio entre diferentes regiões – além de demonstrar grau de complexidade – surge como formato organizacional das primeiras sociedades humanas. Ao longo da história, pode-se observar que a estrutura de um sistema econômico existia em estado estamental[5] ou social, como no feudalismo e no atual capitalismo respectivamente.

Segundo Sandroni (1996, p. 386), o sistema econômico é: “Forma organizada que a estrutura econômica de uma sociedade assume. Engloba o

[5] A Sociedade Estamental ou de Estados representa a estrutura social típica do sistema feudal medieval, dividida nos **estamentos** grupos sociais, nos quais quase não existe mobilidade social, ou seja, a posição do indivíduo na sociedade dependerá de sua origem familiar.

tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e divisão do trabalho".

Destacam-se, dessa definição, importantes categorias estruturantes para o funcionamento das atividades econômicas: 1. Organização assumida. 2. Gestão da economia. 3. Processos de formação e circulação dos bens e serviços. 4. Tecnologia disponível. 5. Trabalho.

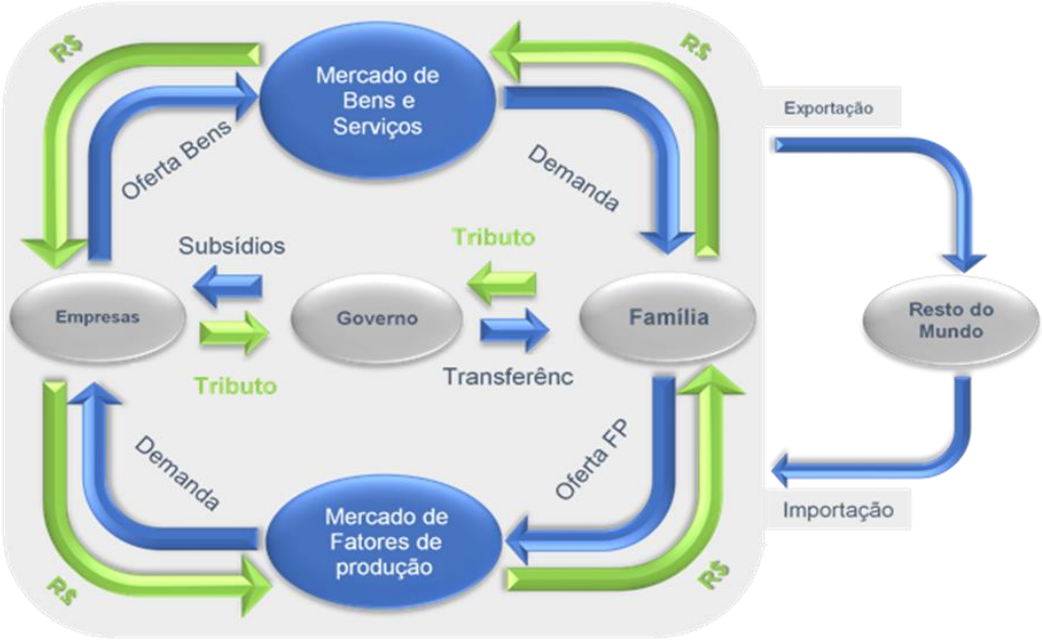
Nessa direção, para Holanda (1976, p. 1118), "[...] sistema é um conjunto de elementos, entre os quais se possa definir alguma relação. Disposição das partes, ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada".

Nessa definição, outras categorias estruturantes são destacadas: 1. Conjunto de elementos relacionados. 2. Disposição coordenada entre as partes em um todo. 3. Funcionamento organizado. Assim, segundo os autores, o sistema econômico é uma estrutura organizada e inter-relacionada, com o propósito de melhor gerenciar as atividades econômicas, interconectando as partes dentro de um todo e com objetivos prioritários sociais.

Nessas concepções, podem-se ainda destacar, para o entendimento da importância e do significado do sistema econômico de uma sociedade, duas versões: 1. O inter-relacionamento técnico-estrutural-econômico. 2. A abordagem político-ideológica. A primeira diz respeito à configuração dos agentes econômicos intervenientes no sistema. A segunda diz respeito à concepção ideológica da configuração inter-relacional entre os agentes para o funcionamento da economia.

Na perspectiva da interveniência configurada e estrutural, Castro & Lessa (1974, p. 21), explicitam que "Um sistema econômico são os variados elementos que participam da vida econômica de uma nação, assim como suas conexões e dependências".

Figura 6 – Configuração do Sistema Econômico – Elementos e agentes intervenientes



Fonte: o autor, adaptado de Rossetti (2016, p. 174).

Os elementos constituintes desta configuração são: 1. Mercado de bens e serviços; 2. Mercado de fatores de produção; 3. Agentes intervenientes: 3.1 Empresas; 3.2 Governo; 3.3. Famílias; e 3.4 O resto do mundo.

Os agregados macroeconômicos **produto, renda e dispêndio** são elaborados por meio do fluxo circular, ou seja, ao se produzir a riqueza, concomitantemente, produz-se a renda.

No modelo de Keynes, o Estado tem dupla função e atuação no sistema: 1. Agente interveniente que predominantemente gasta; e 2. Responsável pela manutenção da sustentabilidade e equilíbrio do sistema, por meio das políticas macroeconômicas. As empresas como agentes no sistema predominantemente investem. As famílias como agentes, predominantemente consomem. O resto do mundo estabelece relações econômicas na participação no sistema econômico, direta ou indiretamente, com investimentos por meio das empresas transnacionais, dos gastos na participação público-privada nos investimentos estruturais, no consumo na participação dos cidadãos que compram, vendem e vivem no país.

Importante apresentar em destaque e de maneira explicativa os objetivos do modelo Keynesiano: 1. Crescimento com desenvolvimento; 2.

Controle do nível geral de preços (inflação); 3. Distribuição equitativa da renda; e 4. Pleno emprego dos fatores de produção. Esses objetivos estão alinhados ao objetivo maior de crescimento com desenvolvimento e ao atendimento da humanidade na perspectiva de bem-estar social do berço ao túmulo. Cabe enfatizar que o desenvolvimento econômico não resulta necessariamente do crescimento econômico, mas é, sim, dele dependente, e sua efetividade depende das políticas públicas macroeconômicas na direção da estruturação e do equilíbrio do funcionamento do fluxo circular produto-renda, para que não haja concentração da renda (GINI)[6] e que todos possam participar do resultado econômico de maneira equânime e justa.

O controle do nível geral de preços (inflação) é um objetivo à manutenção justa do poder de compra, pois a inflação tem reflexo muito diferenciado entre populações com distinta renda (todas as rubricas que aumentam o seu poder de compra, não se restringindo apenas ao salário auferido pelo trabalho). Por meio das transferências e dos subsídios, o governo promoverá a equanimidade de renda, tanto para as (empresas) empresários, quanto para os consumidores (famílias).

O pleno emprego caracteriza-se pela maximização da utilização dos recursos disponíveis no sistema econômico, ou seja, plena utilização do nível de produção, nível de desemprego igual ou inferior a 5%, porque de zero a cinco é considerado movimentação do emprego e utilização plena dos recursos de capital na atividade econômica, proporcionando, assim, na dinâmica econômica, uma configuração isenta de desperdícios, ou seja, em plenitude econômica e social.

Na perspectiva da abordagem político-ideológica, Lajugie (1973, p. 7) destaca que “O sistema econômico é um conjunto coerente de instituições jurídicas e sociais, no seio das quais são postos em ações, a fim de assegurar a realização do equilíbrio econômico, certos meios técnicos organizados na junção de certos móveis dominantes”.

O modelo Keynesiano é neutro, ou seja, a trajetória da economia visa a configuração integrada das políticas macroeconômicas: 1. Fiscal ou tributária; 2. Monetária; 3. De renda; e 4. Comerciais ou cambiais, e podem

[6] Indicador macroeconômico que reflete o nível de concentração da renda em uma economia.

resultar fundamentalmente em duas distintas trajetórias: expansão ou retração da atividade econômica, conforme apresentado na figura 6. As questões política e ideológica são a motivação das definições para a configuração das políticas macroeconômicas. Assim, a constelação de poder existente estabelece o jogo de poder e, por conseguinte, “pilota” a economia para o norte que lhe convém.

O modelo de Keynes proporciona efetividade para o equilíbrio sustentável do sistema, ao tempo que também possibilita o direcionamento para trajetos distintos na perspectiva econômica em detrimento da perspectiva apenas econômica acumulativa, mercadológica. Governantes sociais democratas contemplam medidas macroeconômicas para atingir o pleno emprego, a distribuição equânime da renda, o controle do nível geral de preços (inflação) e o crescimento da atividade econômica com desenvolvimento. Governantes neoliberais, ao referendarem suas ações na cartilha de Washington (Consenso de Washington), configuram, por meio das políticas macroeconômicas, a efetividade do decálogo: 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos (austeridade fiscal); 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial (globalização – abertura econômica); 7. Investimentos diretos estrangeiros; 8. Privatizações; 9. Desregulamentação; e 10. Propriedade intelectual, cujo resultado gera crescimento sem desenvolvimento, porém, em muitas circunstâncias, pela concentração da riqueza, desequilibram o sistema, operando-o abaixo do pleno emprego, com má distribuição de renda (coeficiente de Gini – concentração) e com um processo de corrosão do poder de compra, via perda do poder aquisitivo das famílias e consequente aumento dos custos de capital pelo aumento dos juros.

Aditam os autores a essas duas perspectivas novas categorias importantes: 1. Conexões e dependências entre os agentes intervenientes do sistema econômico. 2. Coerência administrativa na organização das instituições jurídicas e sociais. 3. Equilíbrio econômico como objetivo assegurado na configuração do sistema. 4. Diretrizes e recursos, colocados em ação no seio das instituições para um certo móvel dominante.

As magnas questões econômicas, existentes desde que as criaturas humanas habitam a Terra, começaram – como são hoje conhecidas – quando

os grupamentos humanos verificaram não ser possível permanecer em um só lugar e sobrevier. Gradualmente, abandonaram a vida de coletores de meios de subsistência em local fixo e iniciaram atividades econômicas do cultivo do solo e respectiva colheita, assim como desenvolveram de maneira rudimentar atividades artesanais e de serviços de apoio secundário à vida sedentária. Questões-chaves sugiram desde então, que destacam o objetivo precípuo da economia, o de atendimento da vida humana. São elas: 1. A plena utilização dos recursos. 2.A escolha do que produzir. 3. A distribuição dos resultados do esforço de produção. 4. A organização da vida econômica em sociedade. Segue-se, resultante desse processo de formação e distribuição da riqueza para o atendimento às necessidades da vida humana, outras duas questões fundamentais dentro da economia: 1. Eficiência produtiva e 2. Eficiência Alocativa.

Segundo Rossetti (2016, p. 141), a respeito da eficiência produtiva, destaca: “[...] eficiência produtiva diz respeito ao aproveitamento ótimo dos recursos de produção [...]”.

Ainda Rossetti (2016, p. 141), a respeito da eficiência alocativa, destaca: “[...] eficiência alocativa, diz respeito a uma adequada combinação de produtos finais gerados, no sentido de que se otimizem, simultaneamente, a satisfação das necessidades de consumo e as exigências do processo de acumulação da sociedade”.

Uma nova e igualmente antiga abordagem sobre a efetividade na condução das atividades econômicas, segundo fins específicos, é dada por Santos (2014, p. 8) quando menciona referência à grande questão da solidariedade humana. “A solidariedade humana é condicionada pela natureza biológica a que estamos subordinados, ou é uma questão cultural que ultrapassa qualquer possível determinismo advindo das ciências da natureza”.

Ainda a respeito desse questionamento, Santos (2014) destaca ser,

> [...] uma complexa indagação que não encontra respostas fáceis e muito menos definitiva e é nesse emaranhado de possibilidades e de correntes interpretativas, muitas vezes opostas e contrastantes, e em outros casos complementares, que se busca analisar o fenômeno da solidariedade e sua correlação com a vida em à sociedade humana. (SANTOS, 2014, p. 8).

É importante contemplar essa abordagem, pois a economia só existe por haver escassez de recursos para atender às ilimitadas necessidades da humanidade. Assim, é axiomática a conexão entre o relacionamento interdependente dos seres em sociedade e a vida para uma existência digna e factível. Assim, as questões de ordem econômica implícitas no processo de formação e distribuição da riqueza, que acontece por meio do fluxo circular, dada a configuração econômica-jurídica-social, são enfatizadas. Emerge o econômico na perspectiva social e o social na perspectiva econômica, restaurando, assim, a sua bidirecional função social. A economia como ciência social resgata da trajetória histórica seu principal norte, o ser humano, e, por conseguinte, a sua dignidade que, atualmente, encontra-se em seus primeiros passos na temática dos Direitos Humanos.

Conforme esclarecem Santos e Rodrigues (2002, p. 112), “A nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas consequências imediatas. É em suma responsabilidade pelo futuro”.

Os anos 70 demarcam historicamente um ponto de ruptura revolucionária na história social e econômica do mundo. Em 1978, Deng Xiaoping iniciou um processo de liberação da economia da China, país que abriga 20% da população mundial. Em 1979, Paul Volcker, ao assumir o comando do Banco Central dos Estados Unidos, mudou radicalmente a política monetária. O FED assumiu a liderança na luta contra a inflação, independentemente das consequências. No Reino Unido, Margaret Thatcher, como primeira-ministra, em maio de 1979, restringe o poder dos sindicatos e finda um processo de estagnação inflacionária. Em 1980, Ronald Reagan, eleito presidente dos Estados Unidos, impeliu seu país a revitalizar a economia ao apoiar as diretrizes financistas de Volker no FED e adicionar suas convicções particulares de políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar o poder das finanças em âmbito internacional mundial. Transformações desta magnitude, nesses epicentros, não ocorrem ao acaso. A efetividade do movimento neoliberal tem sua gênese em 1973, com a articulação política – não governamental – do magnata das finanças e do petróleo, David Rockfeller.

Insatisfeito com o momento de incertezas políticas e de comércio norte-americanas, propõe – com a assessoria de empresários de referência internacional (da América do Norte, da Europa Ocidental e Asiáticos), de intelectuais renomados e políticos em destaque à época – o desenvolvimento de um programa político-econômico com duplo objetivo: 1. Despolitização dos países resistentes ao avanço do capitalismo financeiro; e 2. Reformulação das instituições internacionais. Poucos anos mais tarde, convida a liderança do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial à participação na denominada Comissão trilateral. Essa aliança trilateral entre Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental – sob nova perspectiva estratégica, liderada por David Rockfeller e inspirada por Zbigneiew Brzezinski – a reformulação das instituições internacionais, vista por eles como conturbadas por uma confrontação cada vez maior por parte de coalizões de países do então chamado Terceiro Mundo, está inserida na terceira fase teórica da globalização, que segundo Nogueira e Giovanni (2015, p. 414), "[...] concentra-se nas alterações do modo de produção capitalista, privilegiando a passagem do capitalismo industrial para o financeiro", na década de 1980. **A terceira fase teórica da globalização** abre-se com a criação, em Bretton-Woods, dos organismos FMI, Gatt, Banco Mundial e das Nações Unidas como instituições referenciais atuantes no século XX, com funções multilaterais para instrumentalizar a nova ordem mundial.

Conforme esclarece Chesnais (1996, *op. cit.* NOGUEIRA; GIOVANNI, 2015), tal fase de hegemonia do capital financeiro caracteriza-se por **três momentos articulados**:

> 1. **Internacionalização das firmas multinacionais**, com abertura das economias nacionais às transações exógenas e à aplicação do comércio mundial de bens e serviços;
>
> 2. **Transformações produzidas pelas novas tecnologias de informações e comunicação**, que alteram radicalmente os procedimentos de atuação das empresas que passam a operar em rede, reduzindo o tempo de produção e a duração da vida dos produtos, alterando as relações e flexibilizando a regras de trabalho;
>
> 3. **Globalização financeira**, definida como processo de interconexão dos mercados de capitais em escala nacional e internacional, levando à conformação de um mercado unificado de capitais em escala planetária. (CHESNAIS, 1996, *op. cit.* NOGUEIRA; GIOVANNI, 2015, p. 415).

A extraordinária amplitude e profundidade desta aliança transnacional levaram alguns autores à compreensão de ruptura das relações internacionais entre o bloco G7 com o bloco Brics. O instrumento adotado para esse fim foi designado por “globalização” (FEATHERSTONE, 1990; GIDDENS, 1990; ALBROW; KING, 1990), “formação global” (CHASE-DUNN, 1991), “cultura global” (APADURAI, 1990, 1997; ROBERTSON, 1992), “sistema global” (SKLAIR, 1991), “modernidades globais” (FEATHERSTONE *et al.,* 1995), “processo global” (FRIDMAN, 1994), “culturas da globalização” (JAMENSON; MIYOSHI, 1998) ou “cidades globais” (SASSEN, 1991, 1994; FORTUNA, 1997).

Importante destacar a perspectiva de Santos (2011, p. 49), a qual se alinha ao capítulo introdutório – Ideologia, neoliberalismo e social democracia e o sistema econômico – quando destaca: “Aparentemente transparente e sem complexidade, a ideia de globalização obscurece mais do que esclarece o que se passa no mundo”.

Ainda nessa direção, Santos (2011, p. 49), enfatizando a obscuridade do processo, destaca que:

> E o que obscurece ou oculta é, quando visto de outra perspectiva, tão importante que a transparência e simplicidade da ideia de globalização, longe de ser inocente, devem ser considerados dispositivos ideológicos e políticos dotados de intencionalidades específicas. (SANTOS, 2011, p. 49).

Observa-se, nessa enfática posição dada por Santos, que a globalização é um dispositivo ideológico e político dotado de intencionalidades. Rockfeller, ao articular a aliança tripartite, revela a seus membros sua intencionalidade política, com especificidade econômica e viés institucionalista liberal. É por meio das instituições internacionais, principalmente o FMI e o Banco Mundial, que as diretrizes são operacionalizadas de maneira totalitária (poder arbitrado).

Segundo Brezezinski (1971), citado por Hoeveler (2017, p. 55-75), “[...] os intelectuais ligados à comissão trilateral, procurariam desenvolver um quadro compreensivo e normativo para a política externa dos Estados Unidos”.

O desenvolvimento de um quadro compreensivo e normativo foi operacionalizado apenas a partir de 1976 – ano no qual as eleições nos Estados Unidos consagrariam o democrata “Jimmy Carter” na presidência, ele próprio um membro da *Trilateral Comission.*[7]

Na década de 80, anos 70, um grande foco de estudo sobre organizações internacionais foi a relação entre Norte-Sul. Nessa direção, Herz e Hoffman (2004, p. 46) destacam que “[...] uma orientação marcante nessa bibliografia dos anos 1970 é a relação entre a constituição do sistema internacional e o papel das organizações internacionais”.

As organizações intergovernamentais internacionais (OIGs) são agrupamentos políticos que têm nos Estados-membros seus membros fundadores e existem há um tempo relativamente curto em termos históricos, quando no século XX ganham destaque e escala.

No entendimento de Pecequillo (2012, p. 68-69), “As OIGs, portanto, possuem um caráter dinâmico acompanhando a mudança do contexto político internacional e as necessidades de seus Estados-membros”. Há uma ambiguidade – para o exercício legítimo das suas “finalidades” – de autonomia X dependência, cujo obstáculo principal a ser enfrentado, por um lado, diz respeito à imposição dos Estados-membros que as fundaram. Por outro, além da questão financeira, diz respeito àqueles referentes essencialmente **à vontade de seus fundadores majoritários, o de respeitarem ou não as regras**, da qual fazem parte, mesmo que isso possa significar uma diminuição de sua autonomia ou parte de sua soberania.

As forças transnacionais são atores internacionais não governamentais e dentre elas a comissão trilateral (gestora e maestra), que em seu quadro de membro, após sua fundação, **ampliou o quadro de membros, por ocasião do convite ao engajamento às instituições internacionais,** para as quais o intento precípuo eram as reformulações de interesse político-econômico de seus Estados-membros.

No estudo referencial de Cox (2007), pode-se observar, em suas palavras, o mesmo destaque das forças constituintes:

---

[7] Comissão formada e liderada por David Rockfeller que desenhou, nos anos 70, o novo ideário capitalista mundial, cujo principal produto foi a Globalização e o ideário do Consenso de Washington.

> As instituições internacionais corporificam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, mas permitem simultaneamente aos interesses subordinados fazerem ajustes com um mínimo de desgaste. (COX, 2007, p. 119).

Fica muito claro nas palavras de Cox (2007) o viés institucionalista dominante de grupos de poder internacional para a formulação de diretrizes internacionais, totalitárias, aos países em desenvolvimento (Brics) de seu interesse mercadológico. A atenção exclusiva do tema reestruturação das instituições internacionais é apresentada e discutida no décimo-primeiro *Task-Force Report* da comissão, intitulado *A reforma das instituições internacionais*, assinado por C. Fred Bergsten[8], Georges Berthoin[9] e Kinhide Mushakoji[10].

Nesse tema Bergsten, Berthoin e Mushakoji (1976, p. 1) apresentam: "O pressuposto do relatório era que o objetivo mínimo da organização internacional deveria ser ajudar a evitar ações unilaterais que ferem a humanidade como um todo".

Ao reunir as figuras institucionais-chaves como FMI e Banco Mundial, as propostas precípuas da comissão trilateral de despolitização[11] e reformulação das instituições internacionais estrategicamente facilitariam a efetividade de tais intenções dominantes.

---

[8] Economista liado à Brookings Institution, trilateralista de primeira hora, C. Fred Bergsten era membro do Council on Foreign Relations (CFR), o mais tradicional fórum de pensamento de política externa dos Estados Unidos, onde a própria ideia de trilateralismo foi originada. Dirigiu um grupo de discussão ao longo dos anos 1972-1973 intitulado *American interest in the Third World* e continuou como líder em um grupo similar durante os anos 1974-1975. Similar a Brzezinski – um dos intelectuais fundador da comissão – Bergsten criticava a gestão de Nixon com relação às políticas externas com o terceiro mundo. No centro dessa crítica, o argumento de que o terceiro mundo era importante para o fornecimento de uma série de recursos para os países centrais, especialmente os Estados Unidos, e também como receptor de investimentos americanos.

[9] Representante-chefe da Comissão das Comunidades Europeias no Reino Unido durante 1972-1973, ano em que a Inglaterra entre na comunidade. Berthoin começou sua carreira no serviço público francês como secretário do Ministério das Finanças. Entrou para o serviço público europeu e serviu como primeiro secretário privado de Jean Monnet, então presidente da Alta autoridade da ECSC (European Coal and Stell Community), instituição em que ocupou o cargo de representante em Londres, em 1956.

[10] Mushakoji, acadêmico, fez carreira em Bruxelas (Bélgica) e em França (Paris), na área de ciências políticas, exerceu o cargo de direção no Instituto de Relações Internacionais para Estudos Avançados sobre a Paz e o Desenvolvimento na Sophia University entre 1969-1975. Na época do relatório, era vice-presidente de programas da Universidade de Tóquio, das Nações Unidas, em Tóquio.

[11] Entende-se como despolitização o enfraquecimento da posição nacional de não aderir às diretrizes internacionais, ou seja, impor as diretrizes dominantes para a conquista dos mercados emergentes.

Os fóruns para a formação de coalizões e as formas de coordenação de políticas transgovernamentais foram contempladas como funções das organizações internacionais, em destaque a ONU, o FMI, o Banco Mundial e, mais tarde, a OMC. O novo papel das organizações internacionais – influenciado pelas diretrizes da comissão trilateral – passou a ser fundamental para a universalização das normas compatíveis como o *hegemon da pax*[12] americana.

Em alusão ao movimento do neoliberalismo – principal produto dos trabalhos da comissão trilateral – Souza (1995, p. 15) explicita a sua proposta: "[...] é uma tentativa de responder a dupla necessidade do capitalismo moderno: ter uma ideologia positiva, legitimadora do sistema, e ao mesmo tempo justificadora da nova ação de seus monopólios no conjunto do mundo".

Nessa mesma direção, Amin (2003, p. 93) destaca que "[...] o objetivo confesso da nova estratégia hegemônica dos EUA é de não tolerar a existência de nenhuma potência capaz de resistir às injunções de Washington".

Nesse sentido, Farias (2013, p. 13) associa esta monopolização do mundo como "[...] o fenômeno do imperialismo que ocorre no quadro de uma formação socioeconômica, cujas principais determinações espaço-temporais estão encerradas tanto no capital quanto no Estado".

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. A conclusão dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de "Consenso de

[12] Em um contexto histórico mais amplo, entre 1914 e 1991, não apenas o poder sem precedentes da América, mas também concepções e políticas distintivas dos EUA passaram a ter uma influência dominante, embora sob vários aspectos ambivalente, na transformação da ordem internacional. Mais, precisamente, acabaram moldando um processo de transformação (globalização) cheio de conflitos. Isso pode ser melhor descrito como um processo marcado por esforços sucessivos – empreendidos pela política americana – e tomadores de decisão em cooperação e consulta com seus colegas de outros países (comissão trilateral) para substituir a "ordem imperial imperialista e ainda eurocêntrica" do século XIX, com uma ordem global mais sustentável, moderna e legítima para o século XX.

Washington". O encontro oportunizaria a coordenação das organizações[13] destacadas para as ações necessárias às reformas deliberadas pelos agentes dessa configuração denominada neoliberalismo na cartilha de Washington. As diretrizes contempladas nessa cartilha, também conhecidas como o decálogo de Washington, são: 1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial; 7. Investimento direto estrangeiro; 8. Privatizações; 9. Desregulamentação; e 10. Propriedade intelectual.

As propostas do Consenso de Washington, apesar de cobrirem elementos básicos, não são completas e consideram dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e a entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.

Uma classe capitalista transnacional emerge, cujo campo de reprodução social é o global, por meio do qual ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores, bem como os Estados externamente fracos da periferia do sistema mundial.

O impacto dessa nova configuração institucionalizada mundial, regida por uma nova classe capitalista transnacional, com poderes internacionais, configura, pelo debate acadêmico, a teoria da dependência ou interdependência complexa.

Dentro da tradição da teoria da dependência, Evans (1986, p. 791-808) foi um dos primeiros a analisar a "tripla aliança", entre empresas multinacionais, a elite capitalista local e o que chama "burguesia estatal" enquanto base dinâmica da industrialização e do crescimento econômico de um país semiperiférico.

Essa nova configuração institucionalizada e **albergada pelas instituições internacionais** reflete-se **no domínio da globalização econômica**. A nova economia pró-mercado trouxe mudanças importantes no sistema interestatal, a forma política do sistema mundial moderno. A

[13] Instituições internacionais que no momento aprazado foram convidadas a participar da Comissão Trilateral.

soberania dos Estados periféricos e semiperiféricos, tanto quanto as suas autonomias políticas, seriam comprimidas com uma intensidade sem precedentes.

O impacto da internacionalização, na construção da nova economia mundial globalizada, regula o Estado-nação, internacionalizando suas funções em alinhamento às diretrizes institucionalizadas pelos organismos internacionais, tornando-os mínimo, o que significa despolitizá-lo para minimizar os conflitos ideológicos entre o capital e o social.

Nesse sentido, Santos (2011, p. 37) revela que: “A pressão sobre o Estado é agora relativamente monolítica – o ‘Consenso de Washington’ – e em seus termos o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado é o único modelo compatível com o novo regime global de acumulação [...]”.

A proclamação da democracia liberal como regime político universal e a imposição global do mesmo modelo terão impactos expressivos no direcionamento das economias periféricas e semiperiféricas, cujos resultados sociais irão revelar as desigualdades decorrentes.

Todas as exigências do “Consenso de Washington” implicam em mudanças legais e institucionais massivas para a efetividade do modelo neoliberal expresso em seu decálogo.

Nessa direção, Jessop (1995) salienta que a tendência para:

> [...] à internacionalização do Estado nacional é expressa no aumento do impacto estratégico do contexto internacional na actuação [sic] do Estado, o que pode envolver a expansão do campo de acção [sic] do Estado nacional sempre que for necessário adequar as condições internas às exigências extraterritoriais ou transnacionais. (JESSOP, 1995, p. 2).

A internacionalização do Estado nacional modifica em essência o papel fundamental, para o qual foi criado. O Estado passa a servir não mais ao cidadão e à sociedade, mas, e principalmente, à elite dominante, detentora do capital transnacional. As diretrizes internacionais não mais consideram a possibilidade de o Estado-nação apreciar e decidir em aceitá-las ou não, agora impostas de maneira unilateral e totalitária. Os direitos fundamentais, inalienáveis e inquestionáveis, são colocados em segundo plano quando o Estado responde às exigências extraterritoriais ou transnacionais, sempre que necessárias adequações às condições internas, aos interesses do capital,

como bem abordado por Jessop. As políticas de “ajustamento estrutural” e de “estabilização macroeconômica” foram impostas como condição para a renegociação da dívida externa e encobrem um enorme campo de intervenção econômica neoliberal, a qual provoca turbulência no contrato social, nos quadros legais e nas molduras institucionais.

No Brasil, o ajuste estrutural permitiu a transferência da propriedade, em parte ou total, pelas privatizações, das organizações nacionais estratégicas, como: Vale do Rio Doce, Petrobras, entre outras, ambas gestoras de riquezas naturais, portanto, de todos os cidadãos brasileiros. Esse processo de ajustamento estrutural, implantado no governo FHC[14], estava alinhado ao modelo de avanço do capital, na aquisição dessas riquezas, as quais foram transferidas a propriedade para pequenos grupos internacionais. O macroprocesso de distribuição da riqueza – objeto da ética economia – foi apropriado politicamente pelo grande capital de maneira injusta, desconsiderando a função econômica de equanimidade e adequabilidade.

Para Santos (2015, p. 38), relativo às turbulências no contrato social, destaca:

> [...] a liberação dos mercados; a privatização das indústrias e serviços; a desactivação [sic] das agências regulatórias e de licenciamento; a desregulamentação do mercado de trabalho e a “flexibilização” da relação salarial; a redução e a privatização, pelo menos parcial, dos serviços de bem-estar social (privatizações dos sistemas de pensões, partilhas dos custos dos serviços sociais), [...] expansão do chamado terceiro setor; [...] criação de mercados no interior do próprio Estado; uma menor preocupação com temas ambientais; as reformas educacionais dirigidas para a formação profissional mais do que para a construção da cidadania; etc. (SANTOS, 2015, p. 38).

A proposta da comissão trilateral, consubstanciada no renascimento do liberalismo sob a denominação neoliberal e expressa no decálogo de Washington, efetiva-se no novo contrato social, em que o Estado deixa de representar a sociedade e em substituição representa o capital, nesta nova denominação de capitalismo financeiro mundial. Entretanto, os objetivos da proposta trilateral de despolitizar os países resistentes ao movimento

[14] FHC, iniciais do nome de Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil no período de 1995 a 2002.

neoliberal e da reestruturação das instituições internacionais são visualizados como alicerces de um processo de hegemonia do modelo neoliberal, em longo prazo. As mudanças legais e institucionais da nova economia mundial resultam de uma intervenção estatal na vida econômica e social, via intervenção do Estado sobre o Estado, ou seja, o Estado tem de intervir para deixar de intervir, tem de regular a sua própria desregulação.

Um jogo de poder instala-se – expresso na teoria da interdependência complexa de Joseph Nye – no centro da estratégica americana de poder peremptório, nas relações internacionais, para o qual Nye (2010)[15] destaca haver a possibilidade de compartilhamento do poder no século XXI em três dimensões: "*Hard power* (poder duro); *Soft power* (poder brando); e *Smart power* (poder inteligente)".

Há, nessa lógica, estrategicamente configurada, uma conexão com o arbítrio totalitário, pela condicionante do *Soft Power* (poder brando) efetivar-se – de maneira condicional – se respeitado for o poder real, beligerante*, Hard Power*, o qual é uma das forças sustentadas pelos Estados Unidos para a sua manutenção de principal potência mundial.

Nessa direção, Lima (2014, p. 14) esclarece que "[...] o uso associado dos dois poderes – que geram o *Smart Power* (poder inteligente) – é ainda mais eficaz ao Estado que domine a arte de utilizá-lo.

Segundo as considerações do autor, partindo-se da necessidade de se compreender o *Soft Power* (poder brando), percebe-se que o *Smart Power* (poder inteligente) é a forma mais "evoluída" de poder político.

Entretanto, é muito importante destacar enfaticamente que a efetividade do poder político, dito evoluído, é resultante da aceitação irrestrita, das condições beligerantes sustentadas no *Hard Power*, preestabelecido para uma convivência pacífica entre os poderes, ou seja, o Estado que aceitar tal ameaça estará engajado, nos princípios fundantes do modelo neoliberal, construído pela Comissão Trilateral nos anos 70. Uma conexão direta com os objetivos de despolitização, articulados por intelectuais, na configuração da

[15] *This talk was presented at an official Ted Global 2010 conference (July), and was featured by our editors on the home page.* Disponível em: https://www.ted.com/talks/joseph_nye_on_global_power_shifts?language=pt-br. Acesso em: 18 abr. 2018.

Teoria da Interdependência Complexa. Esse movimento dirige-se a outro, não menos importante, objetivo da Comissão Trilateral – o da reformatação das organizações internacionais – na direção de estabelecer essa relação de poder em novas dimensões. A dimensão de compartilhamento “colaborativo” entre os Estados. Essa nova configuração de poder na nova economia mundial impacta na soberania e liberdade decisória de Estados-nação periféricos e semiperiféricos, com resultados importantes na dignidade da pessoa humana.

O sistema econômico regido pelo capitalismo financeiro não mais preocupa-se com os macroprocessos de formação e distribuição da riqueza, mas apenas preocupa-se em criar condições para a valorização do capital em detrimento do crescimento econômico com desenvolvimento. É um novo modelo – sem fundamentação teórica – a contrapor-se ao modelo de bem-estar social teorizado por John Maynard Keynes.

Na direção de mudanças na estrutura de poder mundial, Vigevani *et al*. (2004, p. 376) reconhecem que “A principal dinâmica operacional da economia global tem a capacidade de desligar o Estado moderno da intersecção entre soberania e nação (território nacional) que caracterizam o Estado e o sistema estatal modernos”.

É a chamada despolitização, a qual acontece pela força totalitária estabelecida pelos atores signatários, nacional e internacional, ao denominado Consenso de Washington – dez (diretrizes) internacionais – para o avanço desse novo modelo hegemônico de atuação sobre o funcionamento dos sistemas econômicos nacionais e mundial – neoliberalismo.

Para Soldatos (1996, p. 207), “[...] o fenômeno da ‘permeabilização’ das fronteiras dos Estados nacionais pode ser a causa de problemas socioeconômicos sérios para as cidades (interdependência-vulnerabilidade), mas também pode proporcionar-lhes oportunidade para a cooperação internacional (interdependência-oportunidade)”.

Nessa perspectiva, Dowbor (1997, p. 12) esclarece que “[...] as grandes metrópoles mundiais estão adquirindo um peso novo no processo de gestão das nossas sociedades, como polos de um conjunto de atividades internacionalizadas, e como articuladoras das políticas internas”.

A materialização da globalização, como processo imposto pelo movimento liberal sobre o sistema econômico, ao modificar o papel político dos Estados, dando-lhes maior relevância dentro do próprio Estado nacional, cria a possibilidade da formatação de uma nova estratégia de desenvolvimento do próprio Estado, resultante da somatória do desenvolvimento de cada uma das unidades que o compõem. Esse novo modelo, que ao Estado confere mudanças significativas como ator do sistema econômico, coloca-o em condições desfavoráveis para a defesa do controle e proteção de suas unidades subnacionais, dos efeitos devastadores externos (principalmente econômicos), resultantes do aprofundamento da interdependência complexa gerada pelo modelo centralizador das políticas internacionais, o neoliberalismo.

É nessa direção que Keohane (1984, p. 35), ao referenciar a teoria da interdependência complexa, ressalta ser: “Dessa maneira, que os problemas políticos já não podem ser solucionados satisfatoriamente sem a cooperação com outras nações ou mesmo com outros agentes não estatais”.

As fronteiras foram escancaradas sem a anuência da soberania nacional, a qual deveria resguardar estrategicamente os interesses nacionais e de seus cidadãos, como o fazem os articulistas norte-americanos para a manutenção e sua influência e poderio sociocultural e econômico sobre o mundo.

Em suma, os países sensíveis (G7) sofrem os impactos da lógica da interdependência assimétrica, mas têm capacidade de resposta. Os países vulneráveis (Brics e semiperiféricos) sofrem os impactos maiores advindos da mesma dinâmica e não têm capacidade de resposta no plano das relações internacionais.

A teoria da interdependência complexa, por um lado, tem como principal efeito possibilitar o desencadeamento de um processo de cooperação internacional, fundada na noção de “soberania compartilhada”, por meio da qual se podem resolver problemas com caráter de transnacionalidade. Por outro, a incapacidade do Estado de atender às demandas de todas as suas unidades subnacionais gera uma segmentação política tensa, cujo resultado configura uma redução importante de seu poder político central em favor do poder político internacional.

Nessa direção, Herz (1999, p. 259-29) adita: “[...] o papel do Estado se transforma: ele torna-se um instrumento de adaptação das políticas domésticas à realidade internacional, reagindo a decisões tomadas em outras esferas de poder, sejam elas regionais, transnacionais ou internacionais”.

Essa transformação do Estado como instrumento de adaptação das políticas domésticas à realidade internacional exprime um dos objetivos precípuos da Comissão Trilateral, por conseguinte neoliberal, de despolitização das economias periféricas para minimização dos conflitos e resistências ao avanço do modelo capitalista financeiro sobre os países emergentes e periféricos.

Conforme explanam Held e Mcgrew (2001), sobre as mudanças do papel do Estado, destacam que:

> [...] um desafio às tradicionais noções de soberania e legitimidade do Estado que vê seu poder diminuído porque a expansão das forças transnacionais reduz o controle que cada governo pode exercer sobre as atividades de seus cidadãos e dos outros povos. (HELD; MCGREW, 2001, p. 34-35).

A interdependência criada pelo modelo neoliberal, cuja gênese remonta ao movimento trilateral em 1973, cresce em importância e âmbito no século XXI e configura um cenário mundial global, demarcado pela questão central da legitimidade e soberania nacional, ao tempo que diminui a capacidade de os Estados ofertar bens e serviços às suas populações, o que resulta na expressiva redução dos resultados sociais que impactam nos direitos humanos e, principalmente, na dignidade do ser humano.

4. IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E NOS DIREITOS HUMANOS

4.1 DIREITOS HUMANOS

A preocupação pela paz emerge em um momento histórico da humanidade – face à hecatombe irracional das guerras mundiais; da revelação do holocausto nazista da barbárie generalizada – dentro do continente que pretensamente considerava-se irradiador da civilização.

Hannah Arendt (2000, p. 11), ao analisar a história e o pensamento político, anuncia, em alto e bom som, que “[...] a estrutura essencial de toda a civilização atingiu o ponto de ruptura”.

Tratados e declarações foram desenhados e contemplaram em seu arcabouço direcional o vínculo simbólico e integrado da história da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão pela Assembleia Nacional durante a Revolução Francesa.

A I Conferência Mundial sobre Direitos Humanos ocorrida em Teerã, em 1968, para examinar e avaliar o progresso desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, declara solenemente ser indispensável o cumprimento pela comunidade internacional, sua obrigação solene de fomentar e incrementar o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos. Enuncia, ainda, uma concepção comum a todos os povos de direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana.

Adita, por meio dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos Civis e Políticos, de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a independência e a eliminação de todas as formas de discriminação a todos os países.

Na Conferência Mundial citada, sintetiza-se, por meio da formulação de objetivo supremo em relação aos Direitos Humanos, que a humanidade usufrua da máxima liberdade e dignidade. Enfatiza, em sua avaliação, que a notória degeneração dos direitos humanos deriva da discriminação, em multifários aspectos destacados pelos indicadores do Índice de Progresso Social (IPS), à ofensa e à consciência da humanidade, cujo reflexo coloca em risco os fundamentos de liberdade, de justiça e de paz no mundo.

Destaca em seu item 12 ainda que a crescente disparidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento impede a realização dos direitos humanos na comunidade internacional. Reconhece que, no item 13, sobre a mesma perspectiva conceitual, que os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis e a realização dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais resulta impossível. A realização de um progresso duradouro na aplicação dos direitos humanos depende de boas e eficientes políticas internacionais de desenvolvimento econômico e social.

Alude enfaticamente que o analfabetismo mundial é um gigantesco obstáculo, que impede os esforços dirigidos ao cumprimento dos propósitos e objetivos da Carta das Nações Unidas e as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Destaca a urgência na erradicação do analfabetismo em todo o mundo, pela ação internacional na direção da promoção da educação em todos os níveis.

Na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, destacam-se quatro aspectos relevantes que não se referem ao impacto de suas resoluções para as concepções de desenvolvimento humano. Em Viena, foi legitimada a noção de indivisibilidade dos direitos humanos. A Declaração em Viena destaca os direitos de solidariedade, o direito à paz, o direito ao desenvolvimento e os direitos ambientais.

A conferência destaca que a promoção e a proteção dos direitos humanos constituem questões magnas e oportunidade única para a comunidade internacional de efetuar uma análise global do sistema internacional dos Direitos do homem e dos mecanismos a promover uma maior observância dos direitos, de forma de justiça e equitativa.

Reconhece que todos os direitos do homem derivam da dignidade e do valor inerente à pessoa humana e que a pessoa é o tema central dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. A efetividade é resultante desse norte, que a todos beneficia com o respeito a essa concepção fundamental.

Relembra a determinação expressa no Preâmbulo da Carta das Nações Unidas de preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, de estabelecer as condições indispensáveis e necessárias à manutenção da

justiça e do respeito pelas obrigações decorrentes de tratados e outras fontes do direito internacional, de promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito mais amplo de liberdade, de prática de tolerância e a sã convivência, além de empregar os mecanismos internacionais para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

Reconhece a necessidade do aprimoramento da coordenação dos direitos humanos no seio do sistema das Nações Unidas, por meio do reforço do centro para os Direitos Humanos da ONU. Enfatiza, ainda, as temáticas igualdade, dignidade e tolerância, assim como a igualdade de condições sociais e a erradicação de toda as formas de discriminação.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda que seja dada prioridade a iniciativas de âmbito nacional e internacional que visem promover a democracia, o desenvolvimento e os direitos humanos no sentido colaborativo ao desenvolvimento equânime. Recomenda que cada Estado pondere se será desejável a elaboração de um plano de ação nacional, que identifique os passos por meio dos quais esse Estado poderia melhorar a promoção e a proteção dos direitos humanos, e sinaliza que as organizações não governamentais e outras organizações populares ativas no campo do desenvolvimento e ou direitos humanos deviam ser habilitadas a desempenhar um papel mais significativo em nível nacional e internacional no debate, nas atividades e na implementação relacionados com o direito ao desenvolvimento e, em cooperação com os Governos, em todos os aspectos relevantes da cooperação para o desenvolvimento.

A II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos finaliza solicitação ao Secretário-Geral das Nações Unidas que, por ocasião do quinquagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, convide todos os Estados, órgãos e organismos do sistema das Nações Unidas relacionados aos direitos humanos a enviarem-lhe relatórios sobre os progressos obtidos na implementação da presente Declaração e que apresente um relatório à Assembleia Geral, na sua quinquagésima terceira sessão, por intermédio da Comissão dos Direitos do Homem e do Conselho Econômico e Social. Do mesmo modo, as instituições regionais e, se apropriado, as instituições nacionais sobre direitos humanos, bem como as organizações não

governamentais, podem apresentar as suas opiniões ao Secretário-Geral sobre os progressos da implementação da presente Declaração. Deverá ser dada especial atenção à avaliação dos progressos com vistas à ratificação universal dos tratados e protocolos internacionais sobre direitos humanos adaptados no âmbito do sistema das Nações Unidas.

Para Milkolci *op. cit.* Reis (2010, p. 53), "[...] as declarações constituem textos originados em contextos históricos distintos e que, portanto, foram criados para lidar com questões diferentes e de abrangência incomparável".

Em seu livro *Origens do Totalitarismo*, Arendt (2000, p. 511) elucida que "[...] a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada em um cenário de crimes que não eram passíveis de punição ou perdão".

Os autores convergem em suas concepções para a relatividade do contexto e destacam que as abordagens revelam a historicidade do contexto sociopolítico de cada época. Outro importante destaque refere-se à abordagem da amplitude das diversas questões que emergem em contextos distintos, muito bem exemplificado por enfatizar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos resulta de um cenário de crimes que, à época, não eram passíveis de punição e perdão. Uma constelação de poder, herdada do processo de colonização europeia, inviabiliza uma abordagem livre da temática Direitos Humanos. Entretanto, há que se considerar tal perspectiva para mostrar como o discurso dos direitos humanos tende a reinscrever uma dualidade contrastante de uma divisão socialmente construída, entre os considerados verdadeiramente humanos e seus outros, relegados à indignidade e à injustiça. O Universalismo, como corpo elaborado de teorias e prática, moldou a história mundial, qual na atualidade, a Globalização, como o corpo elaborado de práticas neoliberais molda a história mundial contemporânea. Trazer à luz o caráter histórico do universalismo e associá-lo às práticas neoliberais de globalização, como invenção ocidental e associar essa conexão a práticas e a interesses da classe minoritária dominante, originada no movimento trilateral, exige um exercício hermenêutico – reflexivo, interpretativo e apreciativo – capaz de fugir a paradigmas puramente político-econômicos. Tal conexão potencializa o exercício hermenêutico a constatar a centralidade da cultura nos processos sociais e políticos de dominação.

Na visão de Ortiz (2006, p. 95-103), ao estudar as reflexões de Gramsci, assim se expressa: “A cultura opera dentro da sociedade civil e por meio de consenso”.

Ao aproximar os enfoques de contextualidade histórica dos autores em suas concepções sobre os tratados e as declarações e a reflexão de Gramsci sobre a cultura de consenso dentro da sociedade civil, pode-se versar como sendo esses tratados e declarações consensuais um processo antidemocrático das classes dominantes hegemônicas, que institucionalizam seus ideais por meio de instituições e leis que possam legitimá-las perante a sociedade. Na sociedade ocidental contemporânea, certas ideias e formações culturais são mais influentes do que outras e esta liderança intelectual é que configura e sustenta o poder hegemônico. Na perspectiva gramsciana, estudada por Ortiz, a cultura é vista como arena de luta política, em que diferentes formas ideológicas competem para a configuração hegemônica que sustente a ordem política. Rompe-se aqui, portanto, com a visão de ideologia como falsa consciência, pois ela é vista como substrato da vida em sociedade, a própria condição para a ação no mundo. Dessa forma, o mundo social é visto como de conflito ideológico, em que o poder costuma ser exercido sob o consentimento do resto da coletividade.

Foi o escopo, à época, da comissão trilateral na despolitização dos países contrários à ideologia liberal (neoliberal), sob a “batuta” das novas diretrizes internacionais via instituições internacionais como a ONU, o FMI, a OMC na condução dessas diretrizes ao mundo contemporâneo na efetividade do segundo objeto de reformulação das ações dessas instituições para a implantação do decálogo de Washington (Consenso).

Nesse sentido, Reis (2010), ao referir-se do multiculturalismo ao pós-universalismo contra hegemônico, enfatiza:

> Na arena da política internacional, em paralelo ao desenvolvimento da crítica cultural, o léxico universalista dos direitos humanos era usado por alguns países como meio para a imposição de interesses, ao passo que, por outros, como meio para traduzir situações locais em uma linguagem global. (REIS, 2010, p. 63).

Nessas perspectivas de linguagem consensual global, é que se instala a Teoria Neoliberal das Relações Internacionais, baseada em pilares para

favorecer e aprofundar mais esse processo, em um movimento de reforço mútuo. Segundo a agenda econômica neoliberal, sintetizada no Consenso de Washington, o Estado deve intervir o menos possível na economia e na sociedade (Estado mínimo), sendo apenas um agente regulador e não protetor.

Nessa direção, os trabalhos de Hirst e Thompson reconhecem que:

> [...] a globalização corresponde a uma tríade de revoluções: a economia, a tecnologia, a social-cultural-política. Essa tríade revela uma transformação no sistema internacional que tem acentuado ainda mais as assimetrias entre as sociedades, expondo as contradições do sistema capitalista mundial. (HIRST; THMPSON, 2002, p. 247-265).

Nesse sentido, para Weber (2010, p. 108-109), “As representações neoliberais da globalização são baseadas em argumentos clássicos do neoliberalismo, que percebem os processos econômicos internacionais como esferas harmoniosas”.

Essa percepção de Weber alinha-se ao objetivo trilateral de politização dos periféricos no intuito de minimizar resistências ao ideário neoliberal. Essa percepção harmoniosa dos processos econômicos internacionais foi construída por interesses da classe dominante via diretrizes internacionais das instituições pelas quais atuaram os intentos liderados por Rockfeller na configuração multidimensional da globalização como principal produto neoliberal desta comissão. Dessa forma, a ação do Estado é impactada como subproduto das estruturas de interesse e a sua ação doméstica – de proteção social – não é mais o elemento central. O processo de internacionalização dos direitos humanos – que, por sua vez, pressupõe a delimitação da soberania estatal – passa, assim, a ser uma importante resposta à busca da reconstrução de um novo paradigma, diante do repúdio internacional às atrocidades cometidas na história da civilização humana, principalmente, as guerras mundiais e o holocausto.

Sendo assim, Piovesan (2016, p. 203) afirma que os direitos humanos tornam-se uma “[...] legítima preocupação internacional com o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas, com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral da ONU”.

A criação das Nações Unidas, com suas agendas especializadas, demarca uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta nas relações internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e a segurança internacional, o desenvolvimento das relações amistosas entre os Estados, a adoção da cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional e a proteção internacional aos direitos humanos.

Segundo Cassin (1974, p. 397), após debates no período de 1947 a 1948, assim a resume: “Esta Declaração se caracteriza, primeiramente, por sua amplitude. Compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual”.

Cabe, nesse momento, destacar as dimensões dos direitos humanos nessa perspectiva de desenvolvimento da sua personalidade física, moral e intelectual a que enfatiza Cassin.

Quadro 7 – Dimensões dos direitos humanos

DIMENSÃO	ESCOPO	RELATIVOS À:
LIBERDADE	DIREITOS LIBERDADES PÚBLICAS	• Poderes de agir reconhecidos e protegidos pela ordem jurídica a todos os seres humanos.
IGUALDADE	DIREITOS ECONÔMICOS SOCIAIS E CULTURAIS	• Relações de produção, trabalho e previdência • Educação e Cultura • Alimentação, saúde e moradia.
SOLIDARIEDADE OU FRATERNIDADE	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS AO PROGRESSO DA HUMANIDADE	• Paz • Desenvolvimento • Meio ambiente • Patrimônio comum • Autodeterminação dos povos • Comunicação.
DIREITO DOS POVOS	DIREITOS PRESERVAÇÃO DO SER HUMANO	• Biossegurança • Proteção contra a globalização desenfreada • Democracia • Inclusão digital.

Fonte: o autor, adaptado de Malheiro (2015, p. 33-35).

A compreensão das dimensões dos direitos humanos e suas respectivas características podem ser entendidas por meio do método histórico, que é um dos processos hermenêuticos ou interpretativos. A palavra hermenêutica advém do termo grego *hermeneúein*, que significa interpretar. Deriva da história de Hermes, deus da mitologia grega, que era responsável pela interpretação da vontade divina.

O método histórico corresponde à análise das ideologias, do sentimento dominante e do cenário histórico e cultural no qual está inserida determinada lei.

Segundo Leite (2014, p. 63), a rigor, esse método histórico: “[...] nasce obedecendo a aspirações da sociedade, mesmo que tais aspirações sejam apenas referentes à classe dominante”. Por esse método, portanto, é necessária uma atenção cuidadosa e diligente, quanto ao momento da interpretação e aplicação das diretrizes legais. Assim, por este método, a lei não tem um conteúdo fixo ou invariável e, por isso, deve ser buscada sua vontade. Dentro desta ótica interpretativa, amplia-se a importância do Poder Judiciário e dos Operadores de Direitos em suas funções transformadoras e em seu exercício hermenêutico crítico, concretizador, reivindicatório e emancipatório. Ainda segundo Leite (2014, p. 65), referente ao processo interpretativo hermenêutico aos Direitos Humanos, ou mais especificamente, o intérprete, tem uma responsabilidade que se aproxima de uma verdadeira função social: “[...] a de harmonizar a aplicação e a interpretação com a justiça social e o desenvolvimento econômico”.

No presente estudo, reforça-se a ideia da necessidade de compreender a harmonização entre a interpretação e a aplicação das normas e diretrizes internacionais com o escopo de identificar a promoção da justiça e bem-estar sociais, sem, no entanto, impedir o desenvolvimento econômico, assim como observar e revelar o impacto do desenvolvimento econômico que impede o desenvolvimento de bem-estar social. O reconhecimento dos Direitos Humanos como uma ordem internacional, cujas diretrizes legais ou não encontram-se em patamares superiores aos ordenamentos nacionais, contribui para uma tendência de alteração dos sistemas jurídicos e das formas interpretativas, sobretudo quando se pressupõe que a ordem internacional é elaborada por representantes de grandes potências econômicas. Todavia,

apenas o reconhecimento e a positivação não são suficientes, uma vez que a efetivação dos Direitos Humanos também envolve necessidades práticas sociais, políticas e econômicas.

Nessa direção, Piovesan (2006, p. 22) aponta para a ordem contemporânea sete desafios centrais que devem ser superados para tornar possível a efetivação dos direitos humanos e destaca ser:

Quadro 8 – Desafios contemporâneos centrais para a efetivação dos direitos humanos

DESAFIOS	CARACTERÍTICAS
SUPERAÇÃO DO UNIVERSALISMO *VERSUS* CULTURALISMO	DOIS POLOS: • Os defensores da universalidade dos Direitos humanos, creem em uma moralidade universal. • Os defensores de uma relativização desses Direitos de acordo com as características e os discursos das sociedades em suas particularidades.
LAICIDADE ESTATAL *VERSUS* FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO	• O Estado laico é pressuposto essencial para a implementação dos Direitos Humanos em um regime democrático. • O fundamentalismo religioso torna-se um desafio à implementação dos Direitos humanos.
DIREITO DE DESENVOLVIMENTO *VERSUS* ASSIMETRIAS GLOBAIS	• A ascensão das manifestações dos países em desenvolvimento, houve reformulações tanto no conceito quanto no próprio discurso, que passaram a abarcar a pluralidade das demandas como a inclusão social e a erradicação da pobreza. • Igualdade formal entre países e pessoas naturais. Reconhecer as particularidades de cada nação. Maior efetividade no atendimento de suas necessidades.
DIREITO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS *VERSUS* GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA	• Características econômicas na busca de eficiência, racionalização da produção de produtos e serviços e aumento do mercado consumidor. • Espaço de convivência assimétrico entre países desenvolvidos e periféricos. Prejuízos da globalização aos direitos humanos e políticas públicas que minorem seus efeitos sociais.
RESPEITO À DIVERSIDADE *VERSUS* INTOLERÂNCIA	• Proteção a generalização do indivíduo, já que todos são iguais perante a lei. • Compreender o significado da igualdade.
COMBATE AO TERROR *VERSUS* PRESERVAÇÃO DE DIREITOS E LIBERDADES PÚBLICAS.	• Guerra contra o terror. • Preservação dos direitos de liberdades.
UNILATERALISMO *VERSUS* MULTILATERALISMO	• Instaurar ordem mundial na qual resgate-se organismos multilaterais, apesar das superpotências influentes. • Impedir as forças discricionárias do poder do Império.

Fonte: o autor, adaptado de Piovesan (2006, p. 22).

A questão central dos Direitos Humanos – muito embora esses desafios sejam caracteres de impacto social – devem ter uma visão crítica na perspectiva da dignidade humana, assim como nos fundamentos de bem-estar do berço ao túmulo que a dualidade material e espiritual, inerente à vida humana na Terra, contempla. **Na perspectiva material**, o objetivo precípuo do campo econômico, da economia, o de garantir o atendimento à humanidade, face à escassez de recursos e crescimento das necessidades humanas. **Na perspectiva espiritual**, o objetivo de pensar na família humanidade e, para tal, a sensibilidade social de garantir bem-estar para todos, do berço ao túmulo. Assim, a necessidade de rever historicamente a postura egoísta e, com a regra do bem proceder (moral)[16], promover o indivíduo em todas as suas potencialidades, cujo reflexo dar-se-á a necessidade da integração da diversidade natural à sociedade, cuja realidade deve ser entendida como uma oportunidade multifocal para o atendimento integrado na perspectiva do desenvolvimento da sociedade humana, diferentes, mas todos igualmente importantes.

A análise conceitual, o significado filosófico da dignidade humana, tem como pré-requisito a real noção de dignidade. Para uma aproximação à concepção filosófica, é de grande ajuda e valia a concepção histórica da palavra dignidade. Encontra-se no dicionário Caldas Aulete um amplo e diversificado conjunto de sinônimos e definições, que podem ser reunidos em grupos.

No primeiro, a palavra dignidade diz respeito a algo excelso, elevado ou superior. Eis alguns: majestade, nobreza, autoridade, qualidade do que é grande, nobre e elevado. Para o segundo, a palavra dignidade diz respeito à qualidade moral, tais como: brio, qualidade moral que infunde respeito, grandeza moral, elevação, consciência do próprio valor, modo de proceder ou se apresentar, solenidade, contemplando ainda as noções de honestidade, de caráter elevado, honradez e de nobreza, como alguém que é considerado apto, habilitado, capaz, distinto, excelente. No terceiro, a palavra dignidade está relacionada a méritos: a ideia de alguém que se tornou digno, merecedor de algum gesto ou prêmio, ou seja, reconhecimento. Para o quarto, o

[16] Entende-se como moral a regra do bem proceder, que tudo faz em prol do coletivo em detrimento do individual.

dicionário acrescenta o significado de dignidade, como sendo alo que requer alguma compensação. Indica ainda algo apropriado, acomodado, conforme, conveniente. No quinto, a palavra diz respeito ao qualificativo de respeito à pessoa diferenciada, que tem título de proeminência. Dignitário. Para o sexto, a palavra dignidade está ligada a verbos de louvor, permissão, como é o caso do verbo dignar-se, que pode significar conceder ou não permitir. Há ainda o verbo dignificar, que significa elevar alguém a uma dignidade, honrar, nobilitar ou também enobrecer. Aulete (1976, p. 1103)

Aulete aponta palavras que traduzem o oposto de dignidade. Aparece a palavra indignação, que seria o sentimento de desprezo que uma pessoa indigna excita no ânimo de outrem. Assim, a noção de dignidade humana está subjacente à noção de justiça.

Ainda sobre o conceito de dignidade humana, o relatório (CONIC, 2003, p. 40) destaca que: “A noção de dignidade começou, portanto, a ser adotada quando se passou a atribuir importância não apenas à utilidade das coisas, mas também à própria vida humana e às relações dos homens entre si”.

Nesse sentido, é importante destacar a visão de Kant (1980, p. 140), que enfatiza exatamente o objeto da dignidade ao dizer:

> Uma coisa que tem preço pode ser substituída por outra que lhe seja equivalente, mas quanto está acima de qualquer preço, por não haver outra que lhe seja equivalente, tem dignidade. (KANT, 1980, p. 140).

Nessa perspectiva, pode-se inferir que a dignidade humana diz respeito à valorização do ser humano enquanto ser único e com direitos assegurados pelo simples fato de existir. Somos iguais e ao mesmo tempo diferentes, e a igualdade está nas condições iguais de nossa origem, porém, diferentes pela diversidade resultante das oportunidades no tempo de nossa existência, ou seja, o resultado de nossas experiências enquanto indivíduos. A diversidade é uma riqueza da vida de relação e cada indivíduo deve ser considerado pela igualdade potencial de se desenvolver. Dignificar uma sociedade significa, portanto, equanimidade, garantia de oportunidades iguais e não igualdade simplesmente solta à toda sorte do meio social, complexo e repleto de interesses individuais, uma verdadeira constelação de poder, que subjuga as potencialidades de cada ser humano.

Herrera Flores (2011, p. 82), sobre dignidade humana, destaca que “A dignidade da pessoa humana não expressa um valor universal e abstrato, sempre rondado por concepções essencialistas ou ideais, mas o resultado de uma trama de relações concretas, abertas e diferenciadas, postas em prática na luta pela construção de espaços sociais, econômicos, políticos e jurídicos, nos quais a vida poder ser vivida dignamente.

Nessa concepção, Flores alinha-se à preocupação central da II Conferência Mundial de Direitos Humanos ao destacar que o resultado efetivo está ligado a uma trama de relações concretas e abertas, cuja finalidade posta em prática é a luta convergente dos espaços sociais, políticos jurídicos e econômicos de maneira permanente para oportunizar uma vida vivida com dignidade.

Ao fecho do importante tema, a concepção da dignidade, Pico de La Mirandola (1990, p. 13) trouxe a noção de dignidade humana para o mundo ocidental, dizendo-se influenciado pelos filósofos árabes. Inicia seu discurso sobre a dignidade do homem proclamando que “[...] não há, no mundo, espetáculo mais digno de admiração do que o homem”.

A noção de dignidade humana resulta, portanto, do reconhecimento da essência do ser humano. Nessa concepção, contemplam-se diversos valores, descobertos no convívio social, em todas as épocas, da trajetória da vida humana e sua interdependência. A principal descoberta, o valor da vida e, por conseguinte, o valor da justiça – imparcialidade para com todos em todas as circunstâncias – na vida de relação. Essa perspectiva central **do valor do ser humano e da vida é que se deve fundamentar o nosso estudo e, pela interpretação das ações dignas ou indignas do homem,**[17] revelar o impacto na sociedade e nos Direitos Humanos.

O ser humano é portador de uma infinidade de valores. Por esse motivo, diz-nos Kant, não tem preço: tem dignidade.

[17] Grifos do autor.

4.2 PROGRESSO SOCIAL – COMPARATIVO ENTRE OS PAÍSES DESENVOLVIDOS (G7) E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTOS (Brics) APRESENTADOS PELO IPS (*SOCIAL PROGRESS INDEX*) DIMENSÕES E CATEGORIAS

O impacto é uma colisão. Nesse sentido, as consequências relativas da globalização na dignidade humana, tipificadas em educação e direitos humanos (dignidade da pessoa), configuram-se na estrutura central desse estudo. O impacto tem importância em função de suas consequências. Nesta seção, será apresentado o impacto da dimensão econômica da globalização na dignidade da pessoa humana, por meio dos indicadores do modelo de progresso social do IPS – *Social Progress Index* nas três dimensões: **Necessidades Humanas Básicas; Fundamentos de Bem-estar; e Oportunidades**, desdobradas em categorias e indicadores específicos. As políticas macroeconômicas do modelo Keynesiano e seus resultados econômicos sobre a dinâmica do sistema econômico, identificados por meio dos indicadores macroeconômicos e respectivos reflexos, expressos nos indicadores sociais apresentados pelo IPS.

Os resultados provenientes das diferenças acerca da eficiência social do Brasil – nessa seção – são apresentados e analisados. Antes, porém, de apresentá-los, convém destacar que a base de dados IPS – *Progress Social Index*, por ser resultado de uma nova e recente metodologia, contempla dados a partir de 2013 e disponíveis até 2017. Assim, para a compreensão dos reflexos das políticas macroeconômicas de maneira comparativa entre distintos governos (Neoliberal e Social-Democrata), foi necessária a ampliação da série temporal desde 1995 até 2017. Para não desconfigurar a modelagem da metodologia do IPS – *Social Progress Index*, buscaram-se as mesmas fontes para a série mais ampla.

No item 4.2 desta seção, há apresentação do impacto diferenciado da globalização – com uma visão abrangente – entre países desenvolvidos (G7) e em desenvolvimento (Brics), por meio dos indicadores do IPS no período 2013-2017, nas dimensões: Necessidades humanas básicas; Fundamentos de Bem-estar; e Oportunidades, com os respectivos desdobramentos aos níveis das categorias, conforme Quadros 1, 2 e 3.

No item 4.3, a apresentação detalhada das dimensões: Necessidades Humanas Básicas; Fundamentos do Bem-estar; e Oportunidades, com respectivas categorias e indicadores, conforme apresentados nos Quadros 1, 2 e 3. A análise, além de detalhadas ao nível dos indicadores, contemplou uma série histórica ampla de 1995 a 2017.

O processo de desenvolvimento operacional resultado da pesquisa de cada capítulo conforme apresentado na Figura 1 – Itinerário da tese, configurou-se conforme Figura 7 – Etapas do desenvolvimento da tese.

Figura 7 – Etapas do desenvolvimento da Tese

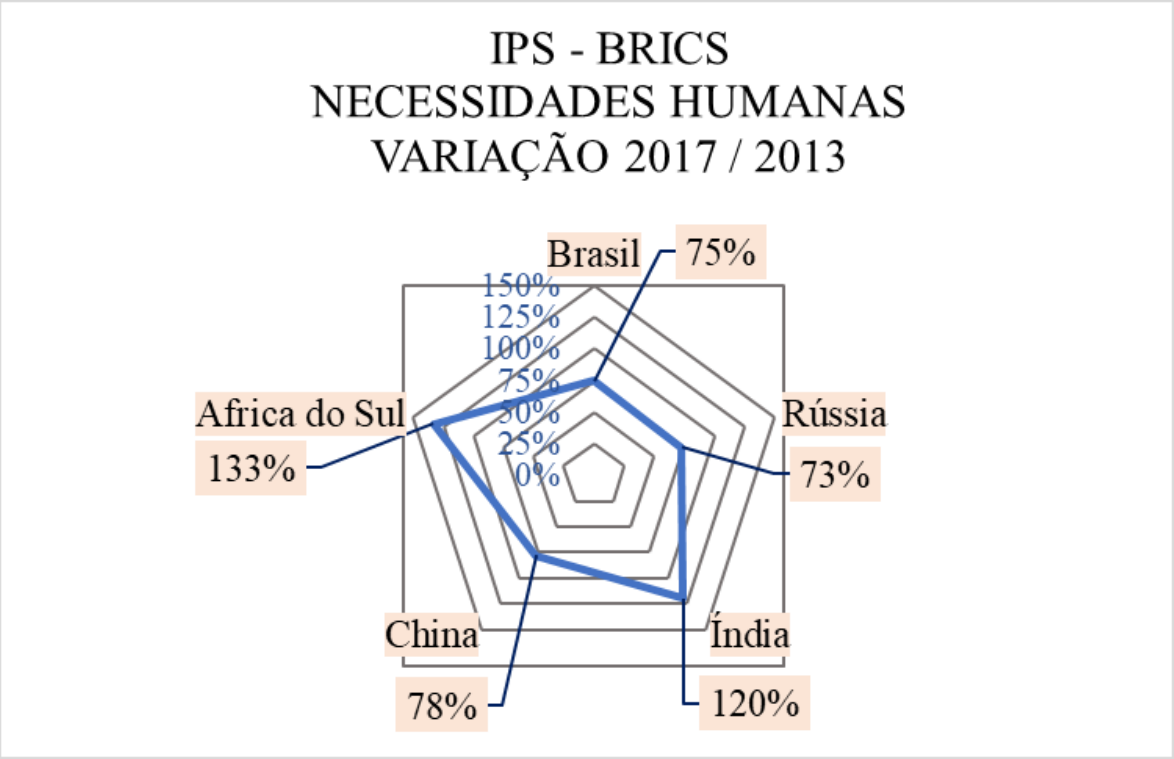
Fonte: o autor (2019).

4.3 PROGRESSO SOCIAL – COMPARATIVO ENTRE OS PAÍSES DESENVOLVIDOS (G7) E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO (Brics)

4.3.1 Necessidades humanas básicas

As categorias contempladas nesta dimensão são: nutrição e cuidados médicos básicos; água e saneamento; moradia e segurança pessoal.

Gráfico 1 – IPS – Brics – Necessidades Humanas Básicas – Variação 2017/2013

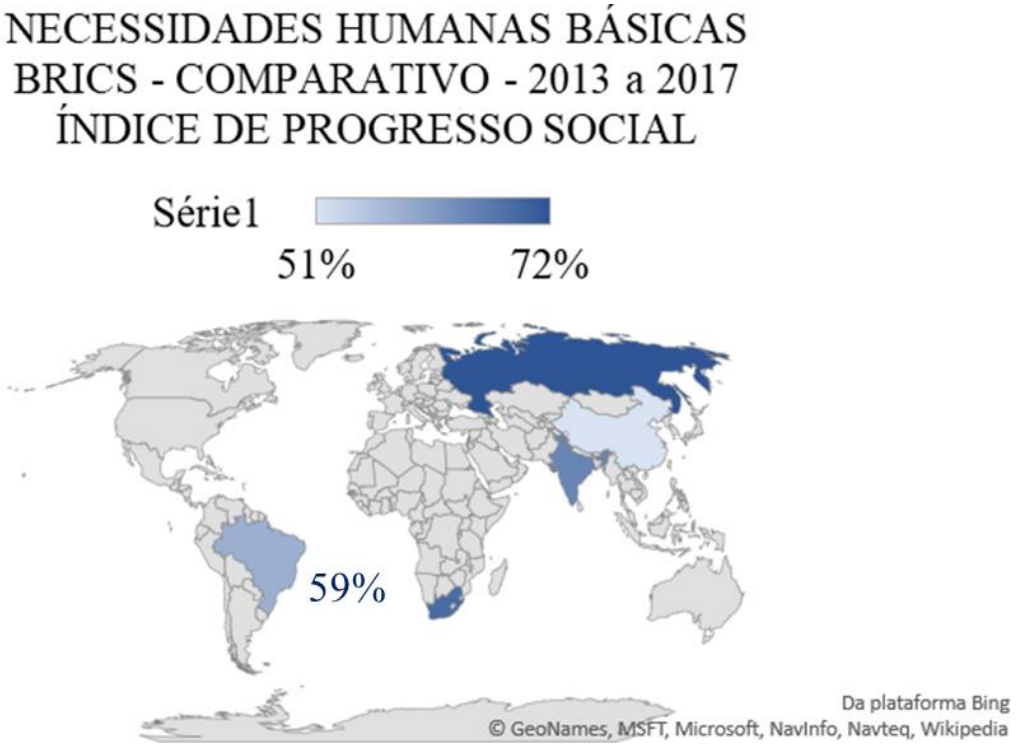


Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Observa-se no Gráfico 1 que no grupo de países em desenvolvimento, o Brasil apresenta uma evolução de 75% no período, maior apenas do que a Rússia. O melhor desempenho foi registrado pela África do Sul, seguido pela Índia.

Comparando-se os dois grupos de países, desenvolvidos (G7) e em desenvolvimento (Brics), observa-se, conforme Gráfico 2, que o escore de progresso social do Brasil é menor que o dos demais países-membros.

Gráfico 2 – IPS – Necessidades Humanas Básicas – Brics – Comparação do escore de progresso social no período de 2013 a 2017



Fonte: o autor, a partir da base de dados da plataforma Bing (2019).

Em comparação com os países desenvolvidos (G7), pode-se observar no Gráfico 3 que o grupo de países desenvolvidos tem um nível de desenvolvimento social superior na ordem de 29,22% na média do período, com amplitude de 47,82% no período, tendo o ano de 2017 o melhor desempenho do G7, com escore 93,32, e o Brics em 2013 com menor desempenho, com escore de 45,51.

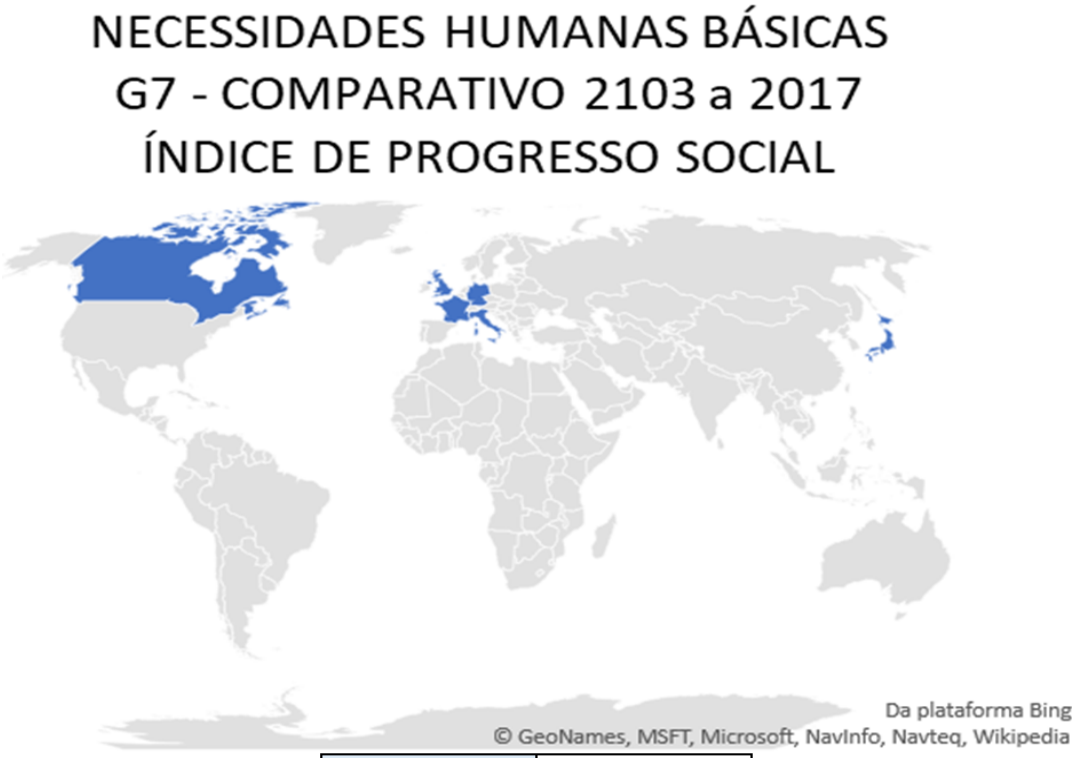
Gráfico 3 – Necessidades Humanas Básicas – Comparativo G7 *versus* Brics

	2013	2014	2015	2016	2017
BRICS	45,51	72,76	72,79	71,40	73,92
G7	63,67	92,03	93,12	93,27	93,32

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Observa-se no grupo de países desenvolvido que a média de evolução, além de ser maior do que os países em desenvolvimento, obteve um desempenho médio das variações entre 2017 e 2013 no período de 47%, conforme apresentado no Gráfico 4. Destaca-se, ainda, um progresso social maior pela França (58%) e menor para Itália (37%), embora todos os países tenham tido um desempenho próximo da média (47%) no grupo G7, o que não ocorreu no grupo de países em desenvolvimento Brics, evolução diferenciada com amplitude significativa.

Gráfico 4 – Necessidades Humanas Básicas – G7 – Comparativo – 2013 a 2017 – Índice de Progresso Social



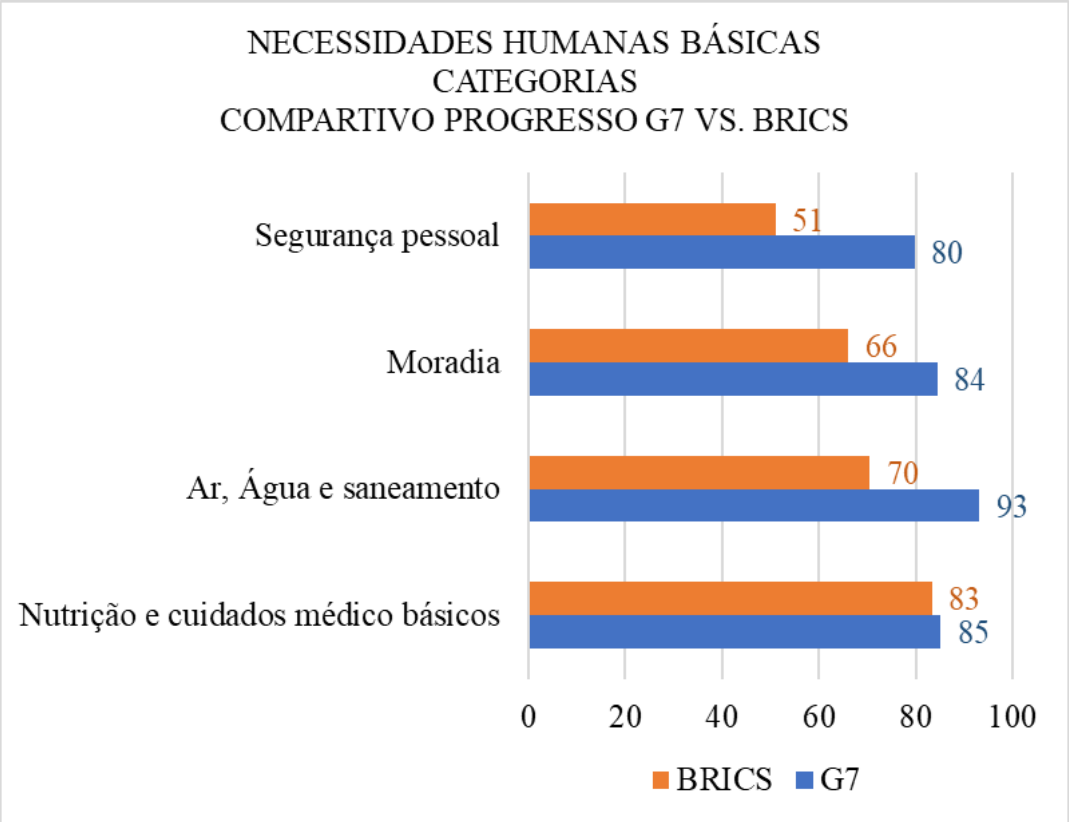
Canadá	49%
França	52%
Alemanha	46%
Itália	37%
Japão	48%
E.U.A	50%
U.K	48%
MÉDIA	47%

Fonte: o autor, a partir da base de dados da plataforma Bing (2019).

Na dimensão **Necessidades Humanas Básicas**, conforme pode-se observar no Gráfico 5, a categoria de menor resultado social tanto nos países do Brics quanto nos países do G7 é a segurança pessoal, com escores respectivos de 51 e 80. A categoria nutrição e cuidados médicos básicos para os dois blocos G7 e Brics tem o melhor escore e pouca diferença, 85 e 83 respectivamente. Observa-se, ainda, que a categoria de maior amplitude entre os blocos é a ar, água e saneamento, com 32,86% de diferença (93/70 = G7/Brics).

É notória a diferença de desempenho entre os países em desenvolvimento (Brics) e os países desenvolvido (G7) em todos os indicadores: segurança pessoal; moradia; ar, água e saneamento; e nutrição e cuidados médicos básicos.

Gráfico 5 – Necessidades Humanas Básicas – Categorias – Progresso comparativo entre G7 e Brics



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Destaca-se ainda que na categoria nutrição e cuidados médicos básicos, no grupo G7, o melhor desempenho é do Canadá, com escore de 94,88, em 2017, e o menor desempenho no período é do EUA, com escores de 61,04, em 2013. O país que obteve a melhor evolução na categoria nutrição e cuidados médicos no período foi o Japão, com um percentual de evolução de 58,5%, conforme Tabela 1.

Já para os países Brics, o de melhor desempenho é a Rússia, com escore 98,34, em 2017, e o menor desempenho no período é o da África do Sul, com escore de 38,06, em 2013. O país que obteve a melhor evolução na

categoria nutrição e cuidados médicos no período foi a Índia, com 120%, conforme Tabela 2.

Tabela 1 – Necessidades Humanas Básicas – Nutrição e cuidados médicos – G7

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	61,33	95,3	95,09	95,09	94,88	54,7%
França	61,4	93,12	91,8	92,51	92,49	50,6%
Alemanha	61,95	94,23	94,58	94,38	94,46	52,5%
Itália	89,06	88,7	89,42	89,13	89,1	0,0%
Japão	60,51	95,63	95,44	96,1	95,92	58,5%
E.U.A	61,04	93,17	92,76	92,97	92,96	52,3%
U.K	61,11	92,76	92,76	92,73	93,42	52,9%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 2 – Necessidades Humanas Básicas – Nutrição e cuidados médicos – Brics

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	55,41	96,98	96,99	97,07	97,07	75%
china	53,44	94,09	94,53	94,94	94,94	78%
Índia	38,48	83,38	83,71	84,64	84,64	120%
Russia	56,85	98,19	98,24	98,34	98,34	73%
Africa do Sul	38,06	83,72	84,03	88,64	88,64	133%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

As informações coletadas permitem concluir que na categoria nutrição e cuidados médicos básicos, da dimensão necessidades humanas básicas, os países do grupo Brics obtiveram uma expressiva melhoria, com variação entre 73% de mínimo e 133% de máximo. Esse crescimento possibilitou maior aproximação aos percentuais registrados no grupo dos países do G7.

Entretanto, quando a questão central está em relacionar o desempenho econômico da globalização – dada as políticas macroeconômicas adotadas – nos direitos humanos, mesmo com a melhora, os indicadores revelam o não atendimento em nutrição e cuidados médicos básicos de 7,27% da população do Brics e 6,68% da população dos países do G7. Esses números

representam 261 milhões de pessoas excluídas, sendo que, dessa população, 83,74% são dos países do Brics, enquanto somente 16,26% referem-se à população desatendida no G7. Além do desempenho comparativo, é importante destacar que embora haja proximidade dos percentuais de desatendimento em 7,27% e 6,68% Brics e G7 respectivamente, o potencial de erradicação do déficit de atendimento no G7 é significativo, uma vez que da riqueza total que é produzida no mundo, estes sete países representam 3,31% do total de países do planeta, cuja riqueza total equivale a 43%, ou seja, U$ 36.608 trilhões. Esse resultado deve ser explicado pela elevada concentração de renda (acima de 55,5% em média)[18] dos 10% mais ricos desse bloco G7.

Na mesma direção, constata-se que o esforço nesta categoria dos países do bloco Brics foi bem superior, face às condições econômicas serem bem distantes das condições dos países do G7. O crescimento econômico desses dois blocos, que juntos representam 47,55% da riqueza mundial, não foi direcionado suficientemente para o desenvolvimento do bem-estar e da dignidade humana, conforme registram os indicadores. Faltar com cuidados médicos básicos e nutrição adequada a uma população de 261 milhões de pessoas não só é um desrespeito aos direitos humanos, como também à humanidade.

Todas as pessoas têm direito a um padrão que lhe assegure saúde e bem-estar, sendo responsabilidade do Estado e da sociedade, em âmbito nacional ou internacional, assegurar, sem distinção de qualquer natureza, o acesso a uma alimentação adequada, nutritiva e saudável. As declarações, os pactos internacionais e as instituições especialistas, cujos objetivos versam sobre direitos humanos, devem liderar um movimento permanente para a erradicação da fome e, por conseguinte, a prevenção da saúde para o desfrute de bem-estar, do berço ao túmulo. Evidencia-se, assim, a importância à alimentação adequada e a responsabilidade internacional na implantação de políticas públicas. O IPS, em seu precípuo objetivo de auxiliar na revelação destas necessidades, pode indicar ações para a mitigação das necessidades humanas em todos os países. A realidade revelada pelos indicadores nos dois

[18] Disponível em: https://wid.world/country/france/. Acesso em: 07 dez. 2018.

grupos é de distribuição insatisfatória dos recursos, pois o que falta não são recursos nem alimentos, é a falta de solidariedade.

Verifica-se nas Tabelas 3 e 4 – referentes à categoria Ar, Água e Saneamento – que, nos países do G7, a amplitude de variação no período foi bem menor do que a dos países do Brics, identificando-se a melhor evolução de progresso social no G7 do Canadá, com variação de 66%, e a menor evolução com 55%, dos EUA. Entretanto, pode-se observar que o melhor desempenho no período foi da Itália, em 2017, com escore de 99,84, e o menor do Canadá, com 59,82, o que significa que os indicadores de progresso social para o Canadá foram de grande valia para suas políticas sociais, pois, como destacado, obteve a melhor evolução no período.

Tabela 3 – Necessidades Humanas Básicas – Ar, Água e Saneamento – G7

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
AR, ÁGUA E SANEAMENTO						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	
Canadá	59,82	99,42	99,42	99,42	99,42	66%
França	62,8	99,56	99,56	99,56	99,56	59%
Alemanha	63,77	99,75	99,75	99,75	99,75	56%
Itália	99,84	99,84	99,84	99,84	99,84	0%
Japão	62,27	99,57	99,58	99,58	99,58	60%
E.U.A	64,47	99,75	99,75	99,74	99,74	55%
U.K	60,77	98,77	98,77	98,77	98,77	63%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 4 – Necessidades Humanas Básicas – Ar, Água e Saneamento – Brics

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
AR, ÁGUA E SANEAMENTO						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	51,86	85,89	86,57	86,62	86,62	67%
china	47,44	78,92	80,37	81,8	81,8	72%
Índia	37,03	56,48	57,49	57,57	57,57	55%
Russia	55,73	83,14	83,49	83,50	83,50	50%
Africa do Sul	48,06	71,61	72,32	73,02	73,02	52%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Verifica-se na Tabela 4, referente à categoria Ar, Água e Saneamento dos países em desenvolvimento Brics, que o melhor desempenho no período foi no Brasil, em 2017, com escore de 86,62, e o menor na Índia, com 37,03. Destaca-se, ainda, que a China, com 72% de evolução, obteve o melhor desempenho e a Rússia o menor, com 50%. Observa-se, ainda, que embora a Índia tenha obtido evolução maior que a Rússia e a África do Sul, seu desempenho é bem inferior em cada ano do período. O Brasil evoluiu muito bem a partir de 2014 e manteve o desempenho conquistado, aproximando-se do escore dos países desenvolvidos, ficando apenas a 13.22 pontos percentuais do melhor desempenho mundial, que é o registrado pela Itália (99,84).

A água é um componente essencial para a vida. Negar água potável ao ser humano é negar-lhe o direito à vida. O corpo humano é constituído por 60% de água, que é utilizada direta ou indiretamente em todas as funções necessárias ao bem viver. Serve como solvente para minerais, vitaminas, aminoácidos, glicose e demais moléculas. Atua no processo digestório, absorção, excreção e sistema circulatório. A água, no corpo humano, funciona ainda como controladora da temperatura do corpo, na absorção do impacto e proteção, além da lubrificação dos tecidos na vida intrauterina. Estima-se que dois litros de água devem ser ingeridos diariamente pela dieta, segundo Whitney, Hamilton e Rolfes (1990).

O abastecimento de água potável, consumível, acessível e a preço razoável, para o uso pessoal e doméstico. Esse acesso é necessário para evitar a morte por desidratação e para reduzir o risco de enfermidades

relacionadas e para satisfazer às necessidades de consumo, de cozinha, de higiene pessoal e domésticas. O direito à água articula liberdades e direitos. Os elementos do direito à água, inalienável, devem adequar-se à dignidade humana, à vida e à saúde. Portanto, a água deve ser considerada e tratada como um bem social e cultural e não econômico. Quando a água se torna um bem escasso, por descaso dos compromissos públicos do Estado, geram-se inúmeras consequências ligadas à saúde física e mental das pessoas. Para efetivar uma ação concreta em vista do direito à vida, à saúde e à dignidade, a ONU definiu o período entre 2005 e 2015 como a "Década Internacional para a Ação Água para a vida", como forma de contribuir na preservação das águas mundiais e com a meta de reduzir pela metade a proporção da população mundial sem acesso sustentável à água potável e saneamento até 2015. Conforme os registros dos indicadores revelam, apenas nos países desenvolvidos do grupo G7 esse objetivo da ONU quase foi efetivado. Nos países Brics, em desenvolvimento, ditos emergentes, o objetivo está muito aquém na Índia e em média abaixo em 18,57% (desconsiderando a Índia cujo escore é de apenas 57,57% conforme tabela 4) dos demais países-membros, o que significa impactar em uma população expressiva, já que esses países reúnem as maiores populações entre os demais países do mundo. O indicador do IPS refere-se ao percentual (%) da população com um duto de abastecimento interno ou uma ou mais torneiras ou torneira no quintal. Quanto ao saneamento, refere-se ao acesso às instalações de saneamento em (%) da população com saneamento melhorado, incluindo sanitários com descarga, sistemas de esgoto encanado, fossas sépticas, descarga direta, revelando as condições necessárias básicas a serem motivo das políticas públicas por parte do poder público, o Estado.

Tabela 5 – Necessidades Humanas Básicas – Moradia – G7

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
MORADIA						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	63,95	90,2	89,28	88,94	88,12	37,8%
França	57,86	91,45	86,12	86,6	88,4	52,8%
Alemanha	66,72	88,29	89,62	88,7	89,03	33,4%
Itália	84,3	83,79	84,81	85,09	84,94	0,8%
Japão	72,8	90,46	91,53	92,1	93,25	28,1%
E.U.A	61,74	88,73	87,08	87,56	87,53	41,8%
U.K	66,16	90,8	90,78	90,14	89,18	34,8%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 6 – Necessidades Humanas Básicas – Moradia – Brics

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
MORADIA						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	53,6	77,04	74,28	72,53	73,9	37,9%
china	63,86	76,56	76,92	79,55	79,15	23,9%
Índia	49,18	52,68	54,43	59,82	64,42	31,0%
Russia	35,95	74,23	75,56	76,79	77,57	115,8%
Africa do	44,45	66,41	65,19	65,07	62,82	41,3%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria Moradia, pode-se verificar, conforme as Tabelas 5 e 6, G7 e Brics respectivamente, que a distância de qualidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é significativa. O desempenho médio do G7 sobre o Brics é de 27,81% maior (84,46/66,08). Nos países do G7, o melhor escore registrou-se no Japão, com 93,25, e o menor registrou-se na França, com 57,86. Destaca-se que a Itália apresenta a menor evolução (0,8%), justificada pelo melhor desempenho em todo o período. O país que melhorou significativamente foi a França, com variação de 52,8%, escore bem acima da média do grupo.

Nos países do grupo Brics, pode-se destacar que a Rússia obteve progresso significativo na categoria moradia, de 115,8%, registrando o menor

escore em 2013, de 35,95, e o segundo maior com 77,57, ficando atrás do melhor escore registrado na China, com 79,15. Destaca-se que a Índia evoluiu abaixo dos países do grupo com escore de 31%, com escore médio muito abaixo do escore médio do grupo, ou seja, vem evoluindo muito pouco no período.

A sociedade desenvolve-se a partir de um modelo capitalista de mercado – o que equivale a dizer de consumo desenfreado – em desejos de satisfação, sem se importar com as condições reais das necessidades humanas. O Estado, institucionalmente organizado, deve garantir condições de moradia, as quais transcendem as quatro paredes de uma residência. Não se discute o direito à moradia ser uma necessidade humana básica de todos os indivíduos e tampouco se compreende circunscrever-se a um teto apenas. A moradia é uma das condições indispensáveis à subsistência digna ligada ao direito à vida e à dignidade. A adequabilidade à moradia significa um lugar que se caracteriza fundamentalmente em porto seguro, ou seja, um espaço no qual cada indivíduo poderá desfrutar de segurança, condições apropriadas de iluminação, ventilação, como infraestrutura básica à qualidade de vida. Consagrada como direito social, a moradia deve ser implantada progressivamente pelo poder público, a taxas que superem a taxas de necessidades da sociedade e, ao longo do tempo, a mitigação desta necessidade, deste direito seja efetividade por completo. O direito à moradia se encontra intimamente ligado à plena consecução da dignidade humana, e, em última instância, de um Estado Democrático de Direito, já que a sua efetivação encontra-se conectada à efetividade plena dos direitos fundamentais. A efetivação do direito à moradia requer uma intervenção na ordem econômica e social pelo Estado. Nessa direção, pode-se dizer que devem ser criadas políticas públicas de organização do uso e do desenvolvimento da área urbana. A moradia, apesar de ter sido incluída no rol de direitos fundamentais sociais, não se encontra assegurada de maneira efetiva e concreta, conforme revelaram os indicadores. Os resultados apresentados pelos indicadores revelaram que há muito ainda a ser feito e pouco foi realizado nos últimos cinco anos, com registro no G7 de apenas 88,67%, ou seja, métrica que destaca ter tido uma evolução média neste período de apenas 27,38%, o que equivale registrar, apenas em média uma

evolução anual de 5,47%. Nesse grupo, portanto, 11,32% não têm condições adequadas de moradia. Os indicadores no grupo dos países emergentes, em desenvolvimento como o Brics, revelaram um contexto mais dramático, ou seja, apenas 71,57% da população são atendidas e 28,42% não tem acesso respeitados a esses direitos de moradia. A dramaticidade desse registro revela-se a significativo contingente humano e, por conseguinte, conforme conceitualmente explanado, à infraestrutura adequada à subsistência com segurança e qualidade de vida.

Tabela 7 – Necessidades Humanas Básicas – Segurança Pessoal – G7

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
SEGURANÇA PESSOAL						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	70,28	92,37	92,43	92,74	92,74	32,0%
França	62,08	82,23	82,28	84,6	82,74	33,3%
Alemanha	66,61	89,57	89,59	89,73	89,71	34,7%
Itália	71,69	71,69	73,55	72,1	72,1	0,6%
Japão	68,58	93,34	91,49	93,52	91,66	33,7%
E.U.A	63,79	85,14	85,14	85,45	85,45	34,0%
U.K	60,99	82,55	82,55	83,05	86,76	42,3%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Com relação à categoria Segurança Pessoal, no grupo de países desenvolvidos, pode-se destacar que em todos os países do grupo houve evolução importante, com destaque para o desempenho do Canadá, com escore de 92.74. Observa-se, ainda, um escore muito abaixo dos registrados no período no ano 2013 pelo Reino Unido (UK), com apenas 60,99 registrado. No entanto, verifica-se que houve avanço igualmente expressivo registrado no ano de 2017 (UK) de 86,76%, representando, assim, a melhor evolução no grupo G7.

Tabela 8 – Necessidades Humanas Básicas – Segurança Pessoal – Brics

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS						
SEGURANÇA PESSOAL						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	32,1	51,39	48,91	48,65	48,38	50,7%
china	47,08	63,38	63,41	64,01	64,01	36,0%
Índia	36,26	59,46	59,48	60,32	60,35	66,4%
Russia	35,94	57,88	58,02	58	57,83	60,9%
Africa do Sul	29,5	43,88	41,78	42,02	45,43	54,0%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Já para os países em desenvolvimento, com relação à categoria Segurança Pessoal, o escore é muito inferior aos países desenvolvidos, representando 59,92% menor entre os registros médios no período (81,72/51,1) razão do G7 sobre o Brics.

Observa-se, ainda, que o melhor desempenho e o maior escore foi na Índia, com 60,35 e 66,4%, respectivamente. O menor escore foi registrado na África do Sul, com 29,5 e a menor evolução na China, com 36,0%, embora tenha um desempenho melhor em todos os anos, porém, muito abaixo dos países do G7.

A violência contra a pessoa humana apresenta-se em multifárias formas, dentre elas podem-se destacar: os homicídios; as agressões de toda natureza; os sequestros; a violência no trânsito; a corrupção; o abandono nas ruas; a falta de condições mínimas à manutenção e à sustentação da vida digna; o tráfego negativo de toda ordem; a exploração; a desigualdade; a falta de oportunidades; e, sobretudo, a falta de solidariedade. A categoria segurança pessoal contemplada no IPS refere-se às agressões tipificadas: taxa de homicídios; taxa de crimes violentos; percepção da criminalidade; terror político; e mortes no trânsito. Na literatura sobre a temática, principalmente de Doyal e Gough (1991)[19], os autores destacam que a educação está na principal causa da violência porque proporciona autonomia ao ser humano. Destacam o acesso aos recursos do ensino e neste aspecto a justificativa da correlação entre os níveis de violência entre os países do G7

[19] DOYAL, Len; GOUGH, Ian. *A theory of human need.*

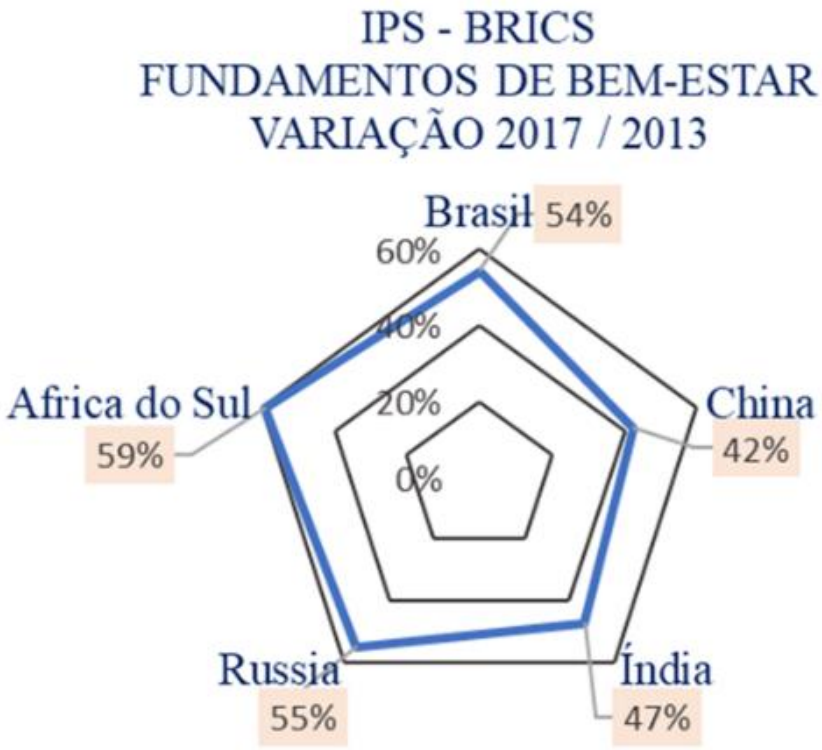
e Brics, revelados pela categoria segurança pessoal. Conforme os registros do desempenho nas Tabelas 7 e 8, percebe-se que a distância entre os países Desenvolvidos (G7) e em desenvolvimento (Brics) é muito expressiva, na ordem de 30,68% na evolução média. Para o G7, o indicador de segurança revela uma insegurança de 14,12% da população face aos indicadores referenciados do IPS, enquanto no Brics o indicador de insegurança é de 44,80% da população. Esses resultados revelam grave ofenda contra à igualdade, à liberdade, à solidariedade, aos direitos fundamentais do homem e da sociedade e, sobretudo, à dignidade humana.

Ademais, é válido destacar com ênfase que essa dimensão de necessidades humanas básicas é a que impacta mais na população menos favorecida, que é a maioria tanto do bloco G7 quanto no Brics. O processo de multiplicação e diferenciação não foi minorado neste período analisado, pelo contrário, verificou-se permanecer grande diferença de atendimento aos direitos humanos entre os blocos G7 e Brics. Assim, essa população desatendida em seus direitos sociais fundamentais das necessidades básicas sofre ameaças e riscos constantes em sua existência física e autônoma. A tecnologia, o aumento da riqueza e o nível atual de riqueza desses países não implicaram em melhoria das condições de vida social, ao tempo que esse fato revelado pelos indicadores, no âmbito econômico-político-social configurado pelo modelo de liberdade neoliberal, não promoveu dignidade humana nas sociedades de suas respectivas responsabilidades. No dizer de Bobbio (2004, p. 343), “A igualdade não revogou a liberdade, mas a liberdade sem a igualdade é um valor vulnerável”.

4.3.2 Fundamentos de bem-estar

As categorias contempladas nesta dimensão são: acesso ao conhecimento básico; acesso à informação e à comunicação; saúde e bem-estar; e sustentabilidade dos ecossistemas.

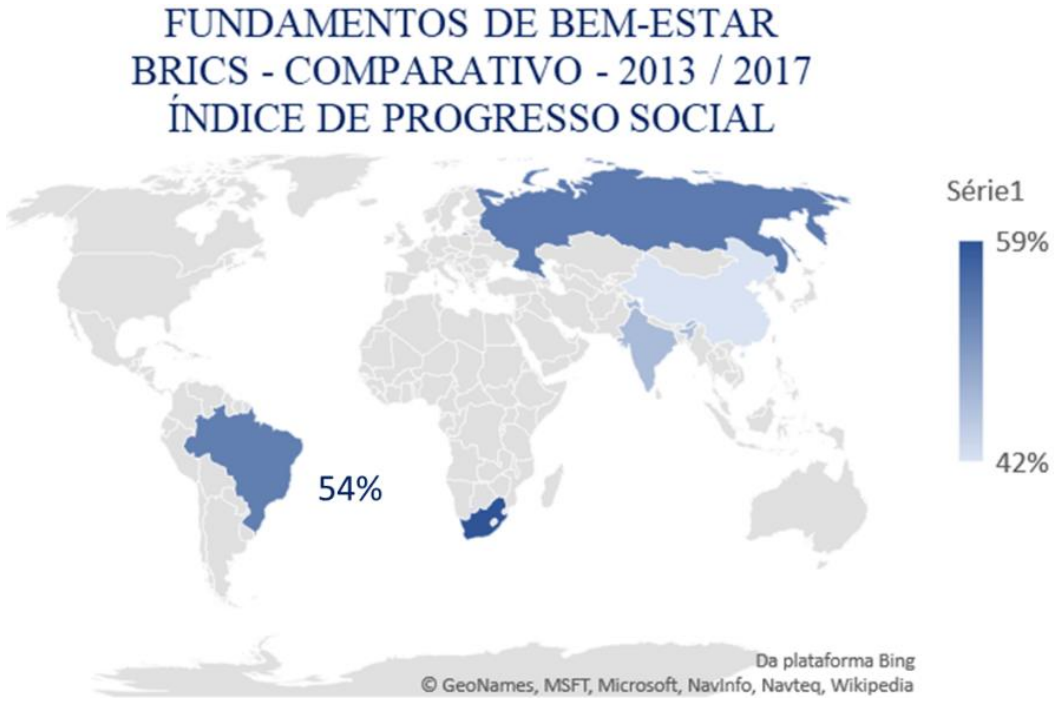
Gráfico 6 – IPS – Brics – Fundamentos de bem-estar variação – 2017/2013



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

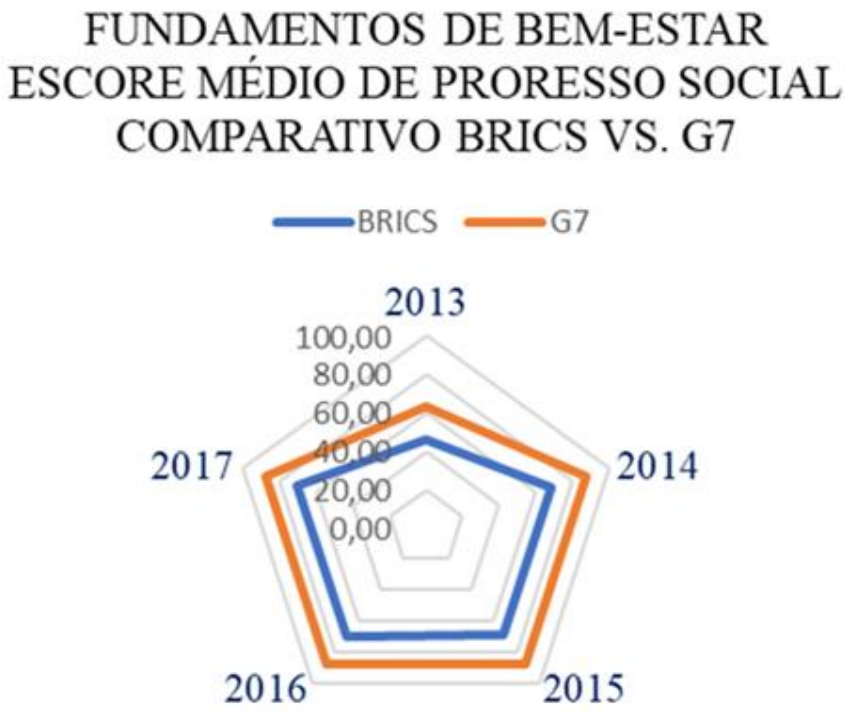
Observa-se nos Gráficos 6 e 7 que no grupo de países em desenvolvimento, o Brasil apresenta uma evolução em bem-estar de 54% no período, com melhor evolução apenas da China (42,5%) e Índia (47%). O melhor desempenho foi registrado pela África do Sul, seguido pela Rússia.

Gráfico 7 – IPS – Fundamentos de bem-estar – Brics – Comparação do escore de progresso social no período de 2013 a 2017



Fonte: o autor, a partir da base de dados da plataforma Bing (2019).

Gráfico 8 – Fundamentos de bem-estar – Comparativo – G7 *versus* BRICS



	2013	2014	2015	2016	2017
BRICS	46,38	68,18	68,64	70,18	70,25
G7	62,78	87,30	87,50	87,95	87,99

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Verifica-se na comparação apresentada no Gráfico 8 que os países do grupo G7 têm um bem-estar melhor do que os países do grupo Brics 25,25% maior (87,99/70,25). Destaca-se que a evolução do Brics no período foi superior à do G7 em 11.31 pontos percentuais ((Variação 17/13 Brics (70,25/46/38)) menos ((Variação 17/13 G7 (87,99/62,78)).

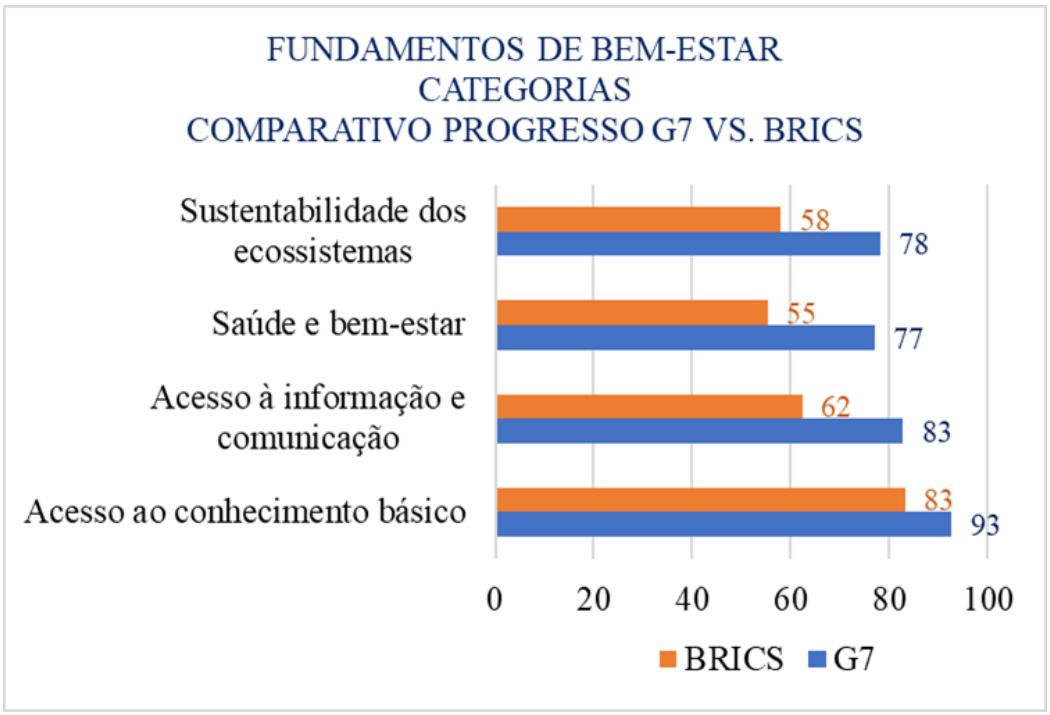
Gráfico 9 – Fundamentos de Bem-estar – G7 – Comparativo 2013 a 2017 – Índice de Progresso Social

Canadá	55%
França	49%
Alemanha	46%
Itália	1%
Japão	47%
E.U.A	60%
U.K	44%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Observa-se na comparação dos países G7 que a evolução é homogênea, tendo como melhor desempenho do período os EUA, com 60% de evolução. A evolução de (1%) na Itália deve-se ao grau de bem-estar elevado e mantido na média de 84,22, conforme pode-se verificar na Tabela 9.

Gráfico 10 – Fundamentos de bem-estar – Categorias – Comparativo progresso G7 *versus* Brics



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Observando-se em conjunto as categorias da dimensão Fundamentos de Bem-Estar, identifica-se que o grupo G7 apresenta melhor desempenho em todas as categorias e que a categoria de melhor escore de todas é o acesso ao conhecimento básico. Entretanto, identifica-se também que as categorias: saúde e bem-estar, e sustentabilidade dos ecossistemas são para os dois grupos de menor desempenho. Para o grupo Brics, os escores são muito baixos (55-58), respectivamente, comparados aos escores do grupo G7 (77-78) respectivamente. A amplitude maior entre os grupos está na categoria acesso à informação e à comunicação, com uma amplitude de 21 pontos percentuais (83-62).

Tabela 9 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso ao conhecimento básico – G7

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	65,03	99,68	99,68	99,68	99,68	53,3%
França	62,45	99,68	99,59	99,59	99,59	59,5%
Alemanha	61,52	97,31	97,06	97,85	97,85	59,1%
Itália	99,13	99,13	98,95	98,99	98,99	-0,1%
Japão	64,72	99,49	99,39	99,86	99,86	54,3%
E.U.A	64,04	98,33	98,46	98,46	98,46	53,7%
U.K	61,28	95,86	96,8	97,95	97,95	59,8%
MÉDIA	68,31	98,50	98,56	98,91	98,91	92,64

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 10 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso ao conhecimento básico – Brics

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	52,65	93,14	93,84	94,11	94,11	79%
china	49,8	95,9	95,2	95,49	95,48	92%
Índia	35,21	85,13	84,85	85,57	85,57	143%
Russia	57,18	99,03	98,48	98,48	98,48	72%
Africa do Sul	48,44	84,62	84,72	86,32	86,32	78%
MÉDIA	48,66	91,56	91,42	91,99	91,99	83,12

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Verifica-se nas Tabelas 9 e 10, referentes à categoria Acesso ao Conhecimento Básico, que nos países do G7 a amplitude de variação no período foi bem menor do que a dos países do Brics, identificando-se a melhor evolução de progresso social no G7 do Reino Unido (UK), com variação de 59,8% e a menor evolução com 53,3%, no Canadá. Entretanto, pode-se observar que o melhor desempenho no período foi do Japão, em 2017, com escore de 99,86 e o menor do Reino Unido (UK), com escore de 61,28, o que significa que os indicadores de progresso social para o Reino Unido (UK) foram de grande valia para suas políticas sociais, pois, como destacado, obteve a melhor evolução no período.

O acesso ao conhecimento básico é um direito social, necessário ao desenvolvimento da pessoa humana, à formação de sua personalidade, já que constitui um elemento básico à formação e à promoção humana, e um direito de todos e um dever do Estado, que por meio de políticas públicas, proporcionará sua efetividade. A educação, além de se constituir como um direito fundamental, é, em essência, um processo de mudanças, de transformação e de promoção humana. Como elemento natural do direito fundamental, é indispensável à formação do ser humano, proporcionando-lhe liberdade e autonomia. Como um direito social indiscutível, exerce, por principal função, assegurar a todas as pessoas condições de gozar seus direitos individuais. Como poderia um analfabeto exercer plenamente o livre direito de manifestação de seu pensar? Ela desenvolve a capacidade cidadã e a competência necessária à pessoa humana para o exercício de suas atividades laborais. Assumi-la como prioridade significa respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana, haja vista dar condições aos que a ela tem acesso, de exercer os demais direitos fundamentais e, por conseguinte, desfrutar de melhores condições de vida e bem-estar.

O sistema educacional deve proporcionar oportunidade de desenvolvimento nestas diferentes dimensões, preocupando-se com o desenvolvimento de valores a respeito dos direitos humanos e a tolerância, além da participação social na vida pública com liberdade e dignidade. Assim, no Estado Social, a proteção do direito individual como parte do bem comum, a vida digna do berço ao túmulo e, sobretudo, de uma vida *frater*[20] entre os cidadãos de uma mesma comunidade e entre a humanidade.

De todos os indicadores de progresso social, este revela, nos dois grupos G7 e Brics, um desempenho superior em comparação às demais categorias da dimensão Fundamentos de Bem-estar. O índice médio do Brics, conforme Tabelas 9 e 10, é, em 2017, 6,11% menor do que o índice médio do G7. Entretanto, os números revelam uma condição de lesa humanidade, pois representam uma população pária, na ordem de 245.758.865 milhões de pessoas no Brics e 4.207.571 milhões de pessoas no grupo G7, as quais não reúnem nenhuma condição para promoverem sua autonomia e bem-estar. O

[20] A definição de ***frater*** no dicionário é irmão. Aqui destacado como convívio na família e humanidade.

tempo flui e a oportunidade de as crianças se desenvolverem também. Não há como recuperar depois. Assim, o acesso à educação básica é de vital importância para um mundo digno e de respeito social.

Na perspectiva da disponibilidade da riqueza, o grupo G7 representa 44,7% da riqueza do planeta, enquanto o Brics 30,6%, ou seja, os dois grupos com apenas 12 países (3,1% do total) somam 75,2% da riqueza do planeta. Não há argumentos para essa prática. É amoral. Essas milhões de criaturas desrespeitadas em seus direitos sociais serão, além de párias sociais, um peso social que a família humanidade deverá cuidar. Aos bem aquinhoados, a indiferença que o IPS revela e orienta para as urgentes políticas públicas que se fazem presentes. Mister o respeito à equanimidade para se ter, além de justiça, paz.

Tabela 11 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso à informação e à comunicação – G7

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	68,77	83,43	85,19	85,69	85,11	24%
França	67,72	85,9	86,32	87,62	86,85	28%
Alemanha	73,34	91,4	91,88	91,95	91,06	24%
Itália	78,28	78,28	79,88	79,22	79,81	2%
Japão	65,71	84,95	86,96	86,84	86,7	32%
E.U.A	69,91	90,23	89,71	90,15	89,61	28%
U.K	64,04	84,91	82,4	83,51	84,63	32%
MÉDIA	69,68	85,59	86,05	86,43	86,25	82,80

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 12 – Fundamentos de Bem-estar – Acesso à informação e à comunicação – Brics

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	51,44	73,82	73,99	75,73	76,67	49%
china	40,84	50,02	53,81	55,39	53,18	30%
Índia	35,3	50,39	51,7	54,52	56,1	59%
Russia	54,8	73,82	75,18	75,02	73,37	34%
Africa do Sul	48,31	74,92	76,91	78	78,83	63%
MÉDIA	46,14	64,59	66,32	67,73	67,63	62,48

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Observando-se as Tabelas 11 e 12 referentes à categoria Acesso à Informação e Comunicação, verifica-se distância de desempenho entre os dois grupos, porém em cada um não há homogeneidade. No grupo G7, a evolução média situa-se entre 20% e 30%. Destaca-se a Alemanha, com evolução menor do que os países-membros face ao acesso à informação e à comunicação ter atingido um escore elevado a partir de 2014 na ordem de 91,4.

Verifica-se que nos países em desenvolvimento do Brics, somente Brasil, Rússia e África do Sul atingiram escore superior a 70. O melhor na África do Sul, com escore de 78,83, e o menor na Índia, com escore de 35,3.

É inegável, pelo desenvolvimento das condições tecnológicas que transformaram as condições de vida na atualidade, que o direito de acesso à informação e à comunicação seja um direito a ser garantido às pessoas, de forma universal, amparado por regime judiciário. Importante destacar que o aspecto da universalidade compreende não somente o direito de um indivíduo, mas um direito que cabe a todos os indivíduos da sociedade, uma vez que as transformações tecnológicas afetam as condições do existir humano e da humanidade. As conquistas tecnológicas devem se refletir em bem-estar e em novas possibilidades para todos, pois se assim não acontecer, a sociedade como um todo perde a equanimidade, ou seja, igualdade de oportunidades. Como poderá ser cidadão um indivíduo que, por não ter acesso à informação e à comunicação, não participar dos seus direitos e responsabilidades, tais como: acesso à justiça; a acessar a prestação de

contas públicas; a de obter certidões diretamente dos órgãos públicas; a de participar de licitações públicas via internet; ao direito de votar via internet; e outras participações que lhe proporcionam o exercício da cidadania? Portanto, o direito de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação é racionalmente justificado como fundamental na perspectiva da dignidade humana.

Os indicadores revelaram um acesso maior do G7 em relação ao Brics no período de 2013-2017 à informação e comunicação em 33,43%. Esse número revela a velocidade e a antecipação de oportunidades de maneira distinta entre os dois blocos G7 e Brics. Assim, a população residente dos países desenvolvidos desfruta das novas oportunidades antes de a população residente em países em desenvolvimento, refletindo-se, assim, na diferenciação permanente, entre os cidadãos da sociedade humana, ao tempo que essa discrepância registrada reflete-se na desigual oportunidade para o desenvolvimento da autonomia e participação social, na dignidade humana. Especificamente, essa categoria no IPS diz respeito à questão: “As pessoas podem acessar livremente ideias e informações a partir de qualquer lugar do mundo?” Considera os cidadãos usuários de telefonia móvel e da internet, assim como com relação à comunicação, que diz respeito especificamente ao grau de liberdade para a comunicação e o respeito da comunicação para com o cidadão, ao lhes revelar informações consistentes e fidedignas.

Diante do exposto, a inclusão digital faz parte de um processo educativo que enseja conhecimentos e habilidades a promover o senso crítico. Não se refere apenas à disponibilização de tecnologias para acesso à informação, mas capacitar o indivíduo para o exercício consciente de sua cidadania e ao desenvolvimento de sua autonomia e dignidade.

Tabela 13 – Fundamentos de Bem-estar – Saúde e bem-estar – G7

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
SAÚDE E BEM-ESTAR						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	65,8	80,38	80,64	81,38	81,6	24,0%
França	63,64	77,41	78,2	78,77	79,06	24,2%
Alemanha	66,13	77,39	77,29	78,4	78,62	18,9%
Itália	83,75	83,75	84,25	84,56	84,81	1,3%
Japão	63,14	78,4	78,71	79,69	79,89	26,5%
E.U.A	68,1	79,44	79,54	80,92	81,16	19,2%
U.K	62,65	75,24	75,25	75,69	75,88	21,1%
MÉDIA	67,60	78,86	79,13	79,92	80,15	77,13

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 14 – Fundamentos de Bem-estar – Saúde e bem-estar – Brics

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
SAÚDE E BEM-ESTAR						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	47,73	72,28	72,52	73,29	73,57	54,1%
china	54,17	64,59	64,7	67,74	68,03	25,6%
Índia	39,16	53,96	54,13	55,78	55,91	42,8%
Russia	39,14	41,6	41,93	47,01	47,14	20,4%
Africa do Sul	35,28	52,88	53,21	53,14	53,39	51,3%
MÉDIA	43,10	57,06	57,30	59,39	59,61	55,29

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria Saúde e Bem-estar, expressa nas Tabelas 13 e 14, observa-se que os países do Brics obtiveram importante avanço. Em destaque para o Brasil, que evolui 28.84 pontos (73,57-47,73), registrando a maior evolução no período de 54,1%.

Verifica-se ainda que a África do Sul, embora não apresente a menor evolução, apresenta o menor desempenho no período, de 35,28. A China e a Rússia obtiveram a menor evolução, 25,6% e 20,4%, respectivamente, no período.

Saúde e bem-estar são temas intimamente ligados. A amplitude desta relação só poderá ser percebida se a concepção de saúde não for entendida como condição meramente de ausência de doença, mas, sim, e sobretudo, uma abordagem transdisciplinar, quando então poder-se-á compreender sua conexão direta aos direitos humanos. O IPS sobre o enfoque de saúde e bem-estar diz respeito ao questionamento: Será que as pessoas vivem vidas longas e saudáveis? Os indicadores revelam pelo seu escore as respostas nas abordagens específicas de: expectativa de vida ao nascer; mortes prematuras por doenças não transmissíveis; obesidade; mortes por contaminação; e taxas de suicídio. Assim, saúde e bem-estar, inseridos na dimensão fundamentos de bem-estar, revelam importantes aspectos a serem observados para que os Estados – em seu papel de garantir as condições de vida adequadas – possam monitorar e estabelecer políticas públicas que contribuam para a mitigação dos aspectos que influem para a não conformidade e efetividade. Em sentido amplo, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer e liberdade.

Os indicadores revelaram, nos dois blocos G7 e Brics, expressiva distância da efetividade dessa condição fundamental de bem-estar. Observa-se no período compreendido entre 2013 e 2017 uma lenta evolução. Considerando-se o último ano da série histórica, a evolução 2017 revela que, no grupo G7, 19,85% de sua população não goza deste direito e, no grupo Brics, revela uma situação muito crítica, pois 40,39% de sua população não gozam o direito de saúde adequada e, por conseguinte, de bem-estar.

Apesar das indiscutíveis e fantásticas conquistas da tecnologia, da comunicação e da informatização, a humanidade registra sua miséria socioeconômica, crescente e avassaladora, apesar de organizações bem-intencionadas na busca da diminuição da penúria social e do sofrimento em geral. O egoísmo do modelo de acumulação capitalista, exacerbado pelo ideário neoliberal e confirmado pelos níveis de concentração de renda, principalmente a partir dos anos 90, eclipsou o caminhar fraterno e solidário da humanidade. A desigualdade viceja em toda parte, podendo-se expressar que na atualidade vive-se “noite moral” em toda parte, pois a riqueza em toda

a sua multidimensionalidade não foi direcionada por políticas públicas à promoção da dignidade e do bem-estar do ser humano.

Tabela 15 – Fundamentos de bem-estar – Sustentabilidade dos ecossistemas G7

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	23,34	80,4	80,4	79,89	80,17	243,5%
França	46,08	89,22	89,24	91,16	91,14	97,8%
Alemanha	44,71	91,06	91,06	91,6	91,6	104,9%
Itália	89,87	89,87	89,89	89,57	89,58	-0,3%
Japão	44,47	82,84	82,78	83,63	83,82	88,5%
E.U.A	48,23	91,26	91,34	91,89	91,88	90,5%
U.K	21,98	79,1	79,15	78,23	78,31	256,3%
MÉDIA	45,53	86,25	86,27	86,57	86,64	78,25

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 16 – Fundamentos de bem-estar – Sustentabilidade dos ecossistemas – Brics

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR						
SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	54,59	73,03	72,97	73,89	73,87	35,3%
china	48,04	52,6	52,58	57,78	58	20,7%
Índia	56,75	46,35	46,41	46,58	47,01	-17,2%
Russia	35,31	67,42	67,51	69,21	69,35	96,4%
Africa do Sul	43,41	58,13	58,17	60,62	60,6	39,6%
MÉDIA	47,62	59,506	59,528	61,616	61,766	58,0%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria Sustentabilidade dos ecossistemas, expressa nas Tabelas 15 e 16, pode-se destacar uma diferença importante entre os países desenvolvidos com os em desenvolvimento, com exceção positiva do Brasil, que desde 2014 apresenta um escore próximo ao países desenvolvidos, e exceção negativa do Reino Unido (UK) e Canadá, em 2013, com um desempenho muito abaixo dos países dos dois grupos, com escore de 21,98 e 23,34, respectivamente, os menores entre todos. Observa-se que a reação

no período foi importante para esses dois países, que obtiveram a maior evolução, registrando: Canadá, 243,5% e Reino Unido (UK), 256,3%.

A busca da sustentabilidade é uma questão de sobrevivência que há muito tempo vem sendo um “grito no silêncio”. O comportamento de toda a sociedade na busca da utilização correta dos recursos escassos do planeta não é uma questão de escolha, mas, sim, uma questão urgente para a sobrevivência da humanidade. A Revolução Industrial do século XVIII demarca a capacidade do homem de produzir em larga escala, mas revela a importante degradação do ambiente em que vive, cujas consequências atingem, na maior parte, as populações de menores condições socioeconômicas, as ditas excluídas.

> Infelizmente não houve a preocupação de manter-se a ética saudável, que foi devorada pelas ambições superlativas, e a ganância de uns vem escravizando outros, numa paisagem humana paradoxal: poder e submissão, glórias e desgraças, abundância e escassez, vida e morte. (FRANCO, 2018, p. 8).

A problemática da sustentabilidade dos ecossistemas tem suas raízes também no crescimento da população e concomitante aumento do consumo exacerbado do capitalismo de mercado. No que diz respeito à sustentabilidade dos ecossistemas da dimensão fundamentos de bem-estar, o IPS aborda com a questão: O país está utilizando seus recursos naturais de forma adequada a mantê-los disponíveis às gerações futuras? Contempla os enfoques sobre a emissão de gases de efeito estufa; o uso da água como porcentagem dos recursos de sustentabilidade dos ecossistemas; e biodiversidade e hábitat.

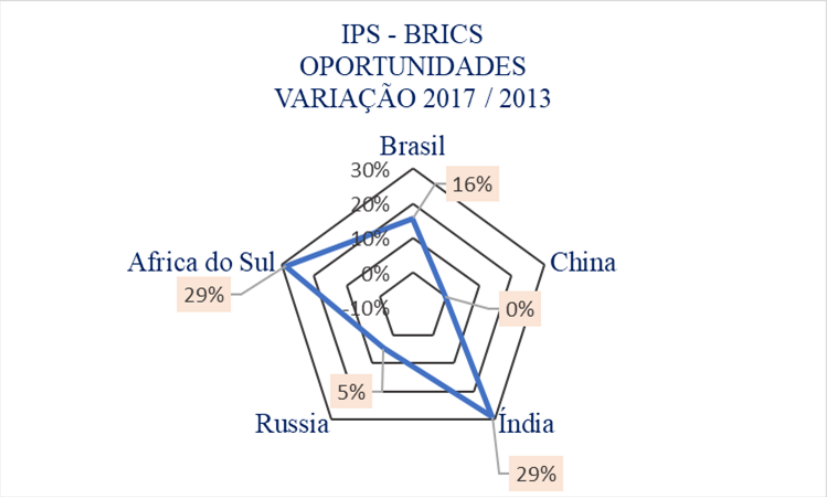
Logo, ao se preocupar e avaliar o desempenho da sustentabilidade dos ecossistemas, admite-se a preocupação com a vida de cada ser humano, assim como deste “ser vivo maior” chamado hábitat Terra. Assim, a consciência para regular atividades e determinar condutas, como observado nos indicadores, ainda está longe de se efetivar, pois as questões de ordem moral: O que produzir? Para quem produzir? Como produzir? Por que produzir? foram ao longo da evolução do capitalismo de mercado desrespeitadas, face aos interesses imediatos do lucro ainda prevalecerem sem a responsabilidade das consequências sociais. Deixar fluir o modelo predatório de consumo desenfreado por parte daqueles que

democraticamente representam a sociedade é um crime irreparável, por provocar o avesso da dignidade humana, suor, lágrimas e muita infelicidade social.

4.3.3 Oportunidades

As categorias contempladas nesta dimensão são: direitos individuais; liberdade e escolhas individuais; tolerância e inclusão; e acesso à educação superior.

Gráfico 11 – IPS – Brics – Oportunidades – variação 2017/2013



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

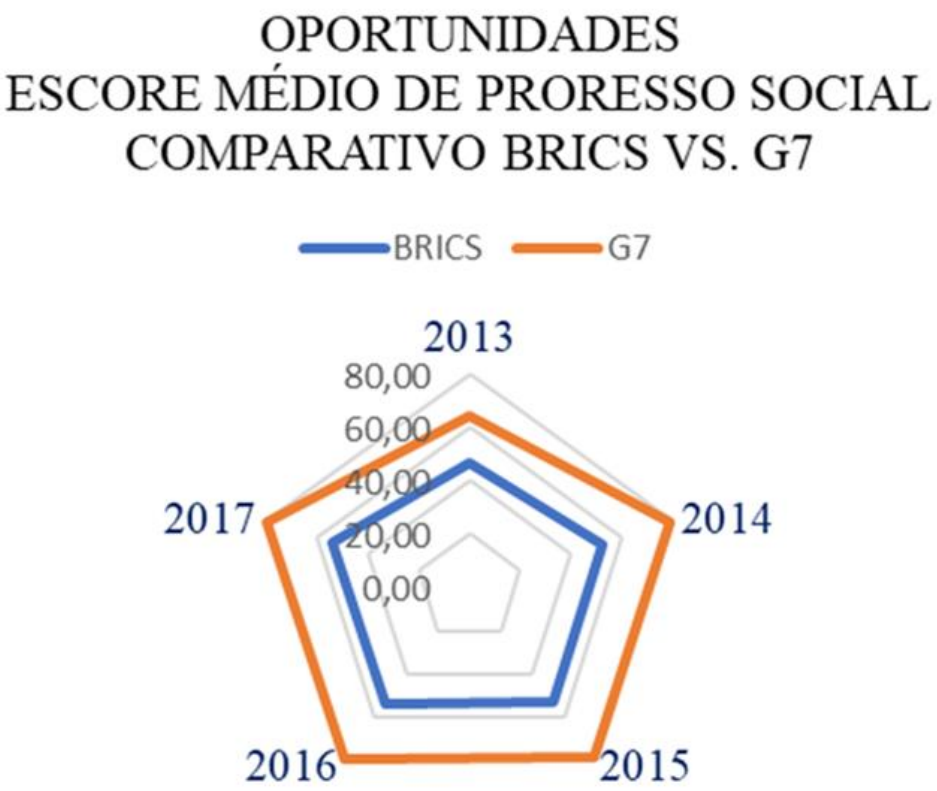
Observa-se nos Gráficos 11 e 12 que, no grupo de países em desenvolvimento, a evolução não ultrapassou 29%. Justifica-se a menor evolução da China (0%), porque no período ela manteve uma evolução média de 42,41%, escore que é o mais baixo do grupo. Embora o Brasil apresente evolução intermediária de 16%, atingiu em 2017 um escore de 65,86, aproximando-se do escore mais baixo dos países desenvolvidos. Os países que obtiveram melhor evolução no período, África do Sul e Índia, apresentam desempenho médio distintos. A África, como o Brasil, apresentou um escore, em 2017, de 64,5, com essa evolução aproximando-se também do escore mais baixo dos países desenvolvidos. Já a Índia, mesmo com a evolução de

29% na categoria, apresenta um escore de 47,29, somente superior ao da China.

Gráfico 12 – IPS – Brics – Oportunidades – Comparação do escore de progresso social no período de 2013 a 2017

Fonte: o autor, a partir da base de dados da plataforma Bing (2019).

Gráfico 13 – Oportunidades – Comparativo entre G7 e Brics

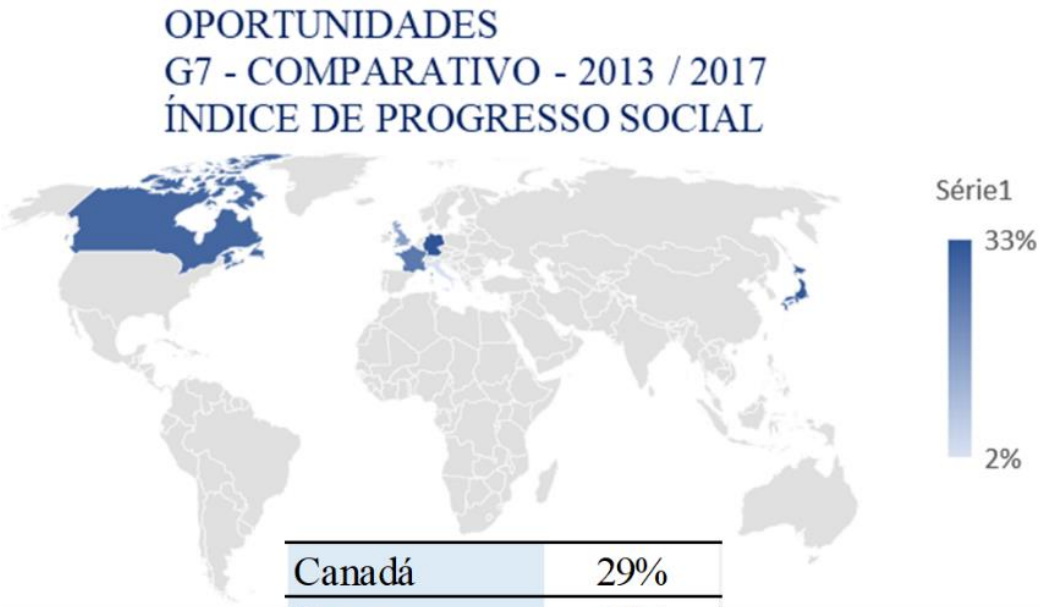


	2013	2014	2015	2016	2017
BRICS	46,85	52,54	52,82	53,59	54,06
G7	64,59	78,67	78,90	79,25	79,47

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Verifica-se na comparação apresentada no Gráfico 13 que os países do grupo G7 apresentam melhor desempenho do que os países do grupo Brics em 47% maior (79,47/54,06). Destaca-se que a evolução do G7 no período foi superior à do Brics em 7.65 pontos percentuais ((Variação 17/13 G7 (79,47/64,59)) menos ((Variação 17/13 Brics (54,06/46,85)).

Gráfico 14 – Oportunidades – Comparativo entre G7 e Brics no período de 2013 a 2017 – Índice de Progresso Social

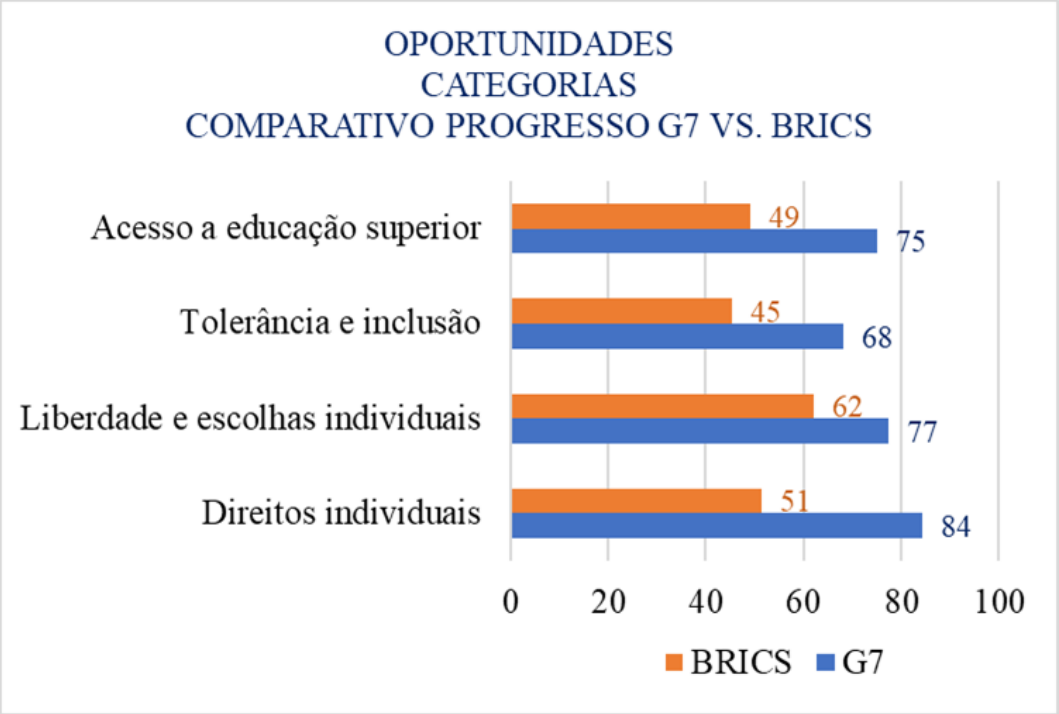


Canadá	29%
França	25%
Alemanha	33%
Itália	2%
Japão	32%
E.U.A	28%
U.K	17%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index (*2019).

Observa-se na comparação dos países G7 que a evolução não é homogênea, tendo como melhor desempenho do período o Canadá, com 29% de evolução. A evolução de 2% na Itália deve-se à manutenção dos escores com percentual evolutivo muito baixo ao longo do período, em média 0,6% a partir de 2015, não variando entre os anos 2013 e 2014.

Gráfico 15 – Oportunidades – Categorias – Comparativo de progresso entre G7 e Brics



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Observando-se em conjunto as categorias da dimensão **oportunidades**, identifica-se que o grupo G7 apresenta melhor desempenho em todas as categorias e que a categoria de melhor escore de todas são os direitos individuais. Entretanto, identifica-se também que as categorias: acesso à Educação Superior e tolerância e inclusão são para os dois grupos de menor desempenho. Para o grupo Brics, os escores são muito baixos (49 e 45), respectivamente, comparados aos escores do grupo G7 (75 e 68), respectivamente. A amplitude maior entre os grupos está na categoria direitos individuais, com uma amplitude de 33 pontos percentuais (84-51).

Tabela 17 – Oportunidades – Direitos individuais – G7

OPORTUNIDADES						
DIREITOS INDIVIDUAIS						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	69,13	93,79	93,79	94,32	94,32	36,4%
França	63,05	87,55	87,55	86,03	86,03	36,4%
Alemanha	60,72	92,75	92,75	92,75	92,75	52,8%
Itália	80,2	80,2	80,76	79,67	79,67	-0,7%
Japão	66,08	82,57	84,61	85,66	85,66	29,6%
E.U.A	69,13	92,28	92,28	89,24	90,76	31,3%
U.K	68,47	87,99	87,99	87,47	88,98	30,0%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 18 – Oportunidades – direitos individuais – Brics

OPORTUNIDADES						
DIREITOS INDIVIDUAIS						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	57,27	73,77	73,77	72,69	71,64	25%
china	30,36	17,25	17,25	16,73	15,21	-50%
Índia	50,17	70,69	72,3	72,3	72,3	44%
Russia	34,58	32,1	27,98	26,47	25,42	-26%
Africa do Sul	55,54	74,71	74,71	74,71	74,71	35%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria Direitos Individuais, observa-se nas Tabelas 17 e 18 diminuição da diferença entre os países do G7 e Brics. A diferença registrada entre os menores desempenho tanto quanto dos maiores são verificadas. A amplitude em pontos entre os menores desempenhos, Alemanha (2013 = 60,72) e China (2013 = 30,36), é de 30,36 pontos, o que registra uma razão percentual de 100%. A diferença registrada entre os maiores desempenhos, Canadá (2017 = 94,32) e África do Sul (2017 = 74,71), é de 19.61 pontos, o que registra uma razão percentual de 26,24%. Destaca-se que a razão entre as razões menores e maiores desempenho é significativa na ordem de 280,98%. Das categorias, a dimensão **Oportunidades** foi a que melhor evolução apresentou no período de registro do IPS.

Os direitos individuais dizem respeito a todo o arcabouço legal, institucional, que suporta o valor da importância e significado da pessoa humana. O IPS em relação à categoria direitos individuais contemplada na dimensão **oportunidades** preocupa-se com a questão central: As pessoas são livres de restrições para o exercício de seus direitos? Contempla na sua mensuração indicadores específicos relativos: aos direitos políticos; à liberdade de expressão; à liberdade partidária; à liberdade de circulação; e o direito à propriedade privada.

Os registros observados revelaram que os países em desenvolvimento Brics, os direitos individuais estão muito distantes de sua efetividade, pois 25,29% da sua população, ou seja, 776.905.213 milhões de pessoas não se percebem respeitadas nessa direção. Nos países desenvolvidos, 11,02% da sua população, ou seja, 52.668.792 milhões de pessoas não percebem efetividade em seus direitos individuais. As restrições são limitações ao direito fundamental de cada indivíduo, por meio do qual se deve defender e garantir a livre expressão do pensamento, partidária, de circulação e propriedade. Assim, a eticidade e a moral devem estabelecer as diretrizes do bem proceder entre os homens e, à medida que trata da equidade relacional expressa pela liberdade relativa à sociedade, objetiva o direito individual no coletivo e, por conseguinte, a dignidade social e individual.

Tabela 19 – Oportunidades – Liberdade e escolhas individuais – G7

OPORTUNIDADES						
LIBERDADE E ESCOLHAS INDIVIDUAIS						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	67,78	88,43	89,09	89,43	88,47	31%
França	63,47	84,61	81,71	82,65	81,5	28%
Alemanha	64,46	84,73	85,32	84,37	84,83	32%
Itália	60,1	60,1	63,66	63,98	66,14	10%
Japão	51,95	77,98	79,08	79,11	78,6	51%
E.U.A	62,7	87,7	86,31	88,02	87,31	39%
U.K	64,45	80,72	83,15	83,14	79,88	24%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 20 – Oportunidades – Liberdade e escolhas individuais – Brics

OPORTUNIDADES						
LIBERDADE E ESCOLHAS INDIVIDUAIS						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	57,75	68,49	66,39	72,37	73,23	27%
china	60,66	71,53	70,42	70,29	71,09	17%
Índia	31,36	56,22	56,78	56,18	58,43	86%
Russia	48,16	54,09	56,59	56,17	56,77	18%
Africa do Sul	47,35	70,14	72,9	75,32	72,94	54%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria Liberdade e Escolhas Individuais, observa-se nas Tabelas 19 e 20 que nos países em desenvolvimento, Brasil (73,23), China (71,09) e África do Sul (72,94) apresentam escores superiores à média dos Brics de 66,49 em 2017 e próximos do menor desempenho dos países desenvolvidos, notadamente o Japão (78,6). Destaca-se que somente a Itália registrou, em 2017, um desempenho pouco abaixo da média dos Brics, com escore de 66,14.

A diferença entre o desempenho médio é de 14.47 pontos (G7=80,96 – Brics=66,49), o que registra uma amplitude de 21,76%.

Verifica-se que EUA obteve evolução de 39% no período, registrando o segundo melhor escore em 2017, de 87,31, ficando abaixo do Canadá, com uma diferença de apenas 1.16 pontos percentuais.

A liberdade é uma prerrogativa fundante do Estado democrático em seus aspectos social e econômico. Expressa, em reconhecimento central, como princípio da dignidade. A autoridade deste direito está na moral, na regra do bem proceder e o homem procede bem quando tudo faz pelo bem comum em detrimento de seu bem particular. O arbítrio lhe é uma prerrogativa natural de escolha e este, por sua vez, é qualificado como livre quando respeita o ser coletivo na tessitura social em que é uma das “células vivas”. Os reflexos adversos, as limitações, subjugações impostas pelo poder arbitrário da minoria sobre a maioria, resulta dessa inobservância moral, que é responsabilidade jurídica, social e econômica inibir em prol de uma sociedade harmonizada, justa e em paz. O IPS com relação a essa categoria de liberdades e escolhas individuais contemplada na dimensão **oportunidades** centra-se na questão: As pessoas são livres de restrições quando das suas decisões pessoais? Destaca ainda os enfoques: da liberdade de escolha; da liberdade religiosa; da liberdade ao casamento precoce; da demanda por contracepção atendida; e corrupção.

Nesses aspectos, os indicadores revelaram surpreendente distância de seus objetivos. No grupo dos países desenvolvidos G7, o escore observado foi de 31,70% da população não se sentir livre para suas escolhas individuais, o que representa uma população de 149.071.493 milhões de pessoas. No grupo dos países em desenvolvimento Brics, o escore observado foi de 27,06% da população, o que representa uma população de 831.279.362 milhões de pessoas que percebem tolhidas sua liberdade de escolha nos aspectos contemplados, nessa categoria, acima mencionados.

A dignidade da pessoa humana como valor espiritual inerente à pessoa, manifestada no desejo de expressar-se com liberdade de arbítrio consciente e responsável pela própria existência, traz ao mesmo tempo a pretensão do respeito para com toda a sociedade. Esse desejo natural de expressão singular e individual no coletivo implica nas características fundamentais da dignidade, a autonomia e a liberdade. Essa relação do individual com o coletivo deve ser assegurada por estrutura legal, a fim de

evitar a subjugação resultante da irresponsabilidade do poder arbitrário totalitário, que é também uma grande restrição à liberdade e à liberdade de escolhas.

Tabela 21 – Oportunidades – Tolerância e inclusão – G7

OPORTUNIDADES						
TOLERÂNCIA E INCLUSÃO						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	74,11	85,37	85,53	84,24	81,87	10,5%
França	59,24	60,82	61,72	63,05	61,16	3,2%
Alemanha	64,37	68,18	70,43	71,77	73,64	14,4%
Itália	65,55	65,55	64,02	63,95	63,66	-2,9%
Japão	54,18	60,72	58,85	57,54	62,11	14,6%
E.U.A	67,22	69,98	69,5	71,76	69,49	3,4%
U.K	68,63	74,92	74,19	71,58	68,3	-0,5%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 22 – Oportunidades – Tolerância e inclusão – Brics

OPORTUNIDADES						
TOLERÂNCIA E INCLUSÃO						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	69,23	67,72	66,19	62,56	68,34	-1,3%
china	36,1	38,55	35,48	35,34	37,76	4,6%
Índia	26,52	26,36	28,08	26,24	26,36	-0,6%
Russia	40,63	34,66	34,87	35,28	36,15	-11,0%
Africa do Sul	57,86	53,86	60,96	67,14	60,7	4,9%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria Tolerância e inclusão, verifica-se nas Tabelas 21 e 22 uma diferença no desempenho médio de 2017 entre os países do G7 e Brics de 49,58%. Os escores médios tanto do G7 como do Brics são baixos em comparação às outras categorias dessa dimensão.

Observa-se que, no grupo G7, a amplitude de desempenho entre o melhor desempenho, Canadá (81,87), e o menor, França (61,16), é significativa, registrando uma variação de 33,86%. Observa-se, ainda, que

apenas dois países do G7 apresentam desempenho superior à média do grupo Alemanha e Canadá, com escores de 73,64 e 87,81, respectivamente.

No grupo de países Brics, destaca-se uma média muito baixa de desempenho na ordem de 45,86, o que equivale a um grau de intolerância e inclusão muito crítico. Destaca-se, dessa intolerância, a Índia, com o menor escore de 26,36, o que significa um grau de intolerância de 73,64. China e Rússia, embora com escores superiores ao da Índia, também apresentam um grau de intolerância elevado dado a seus respectivos escores de 37,76 e 36,15.

A temática tolerância e inclusão diz respeito à isonomia, ou seja, princípio de que todos são iguais perante a lei, não devendo haver distinções de nenhuma natureza, entre pessoas que se encontrem na mesma situação. Abordagem cuja perspectiva significa a promoção e a tutela da dignidade humana, uma vez que a igualdade tem relação direta com os direitos fundamentais de cada cidadão e, pela imparcialidade para com todos e em todas as circunstâncias, o processo de justiça e de equidade social. O enfoque da igualdade encerra implicitamente o conceito de abolição de privilégios, ao tempo que destaca a justiça distributiva, independente de gênero, idade, etnia e raça. O IPS com relação a essa categoria de tolerância e inclusão contemplada na dimensão **oportunidades** centra-se na questão: Há exclusões individuais a oportunidades que o franquie a ser útil na sociedade? Destaca enfoques relativos: à tolerância a imigrantes; à tolerância a homossexuais; à discriminação e violência contra minorias; à tolerância religiosa; e ao apoio familiar e comunitário.

Nesse sentido, Santos (2003, p. 56), muito feliz em sua síntese, averba: “Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”.

Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não estimule nem alimente as desigualdades.

Os indicadores dessa categoria apresentaram muito pouco desenvolvimento social na direção da tolerância e inclusão social, nos dois blocos de países. Em 2017, o escore médio do G7 da população resistente é de 31,7%, o que representa uma população de 149.071.430 milhões de

pessoas, e no escore médio do Brics da população resistente é de 39,30%, o que representa uma população de 1.207.290.426 bilhão de pessoas.

A intolerância é o resultado da falta de empatia, isto é, de se colocar no lugar do outro. O ser humano culturalmente não se elevou de seu ego e julga, critica e acusa sem perceber que a perfeição não lhe é característica referencial. Este estado de ânimo é um sintoma indicativo de que a sociedade continua beligerante e que algo precisa ser corrigido individual e coletivamente. Ideologias, partidos políticos, estilos de vida, crenças e cultos religiosos expressam em maior ou menor grau esse sentimento depreciativo, gerador de muitos conflitos e desarmonia social. O mundo necessita ser apreciativo, mas, para que essa apreciatividade aconteça, é necessária a educação altruísta, colaborativa de respeito a todos e a todas indistintamente. A constelação de poder armada, arma a sociedade, coopta por meio de seus ideários e os números sociais “gritam” a chamar a atenção de que o desencontro humano, expresso pelo ódio, pela ira, pela beligerância de toda ordem, pelo preconceito, além de necessitar de um cuidadoso e diligente exame, constitui-se no grande desafio para a conquista de uma sociedade viável, sustentável e em paz. Pelo contrário, a exclusão e a desassistência continuarão sendo o combustível das adversidades e hoje da loucura do terror, nas mais distintas graduações.

Os horizontes se ampliarão quando a educação formar cidadãos que promovam a liberdade advinda do respeito a si, ao próximo e à sociedade. A renovação, pois, à matriz psicológica em voga é o egoísmo, advindo do modelo conceitual de Adam Smith, de que cada um deveria cuidar de seus interesses para a sociedade progredir. Na época, essa liberdade irrestrita tinha um viés moral, o bem-estar social, mas que, com o passar dos anos, transformou-se em desvalor, o egoísmo exacerbado dos dias atuais. Assim, faz-se necessário ir ao encontro do outro e não de encontro ao outro, de tal modo que a equanimidade ofereça a medida exata de como proceder em relação ao próximo e de como reagir diante dos fatos penosos e afligentes dos desencontros culturais dos dias atuais.

Tabela 23 – Oportunidades – Acesso à Educação Superior – G7

OPORTUNIDADES						
ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR						
G7	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Canadá	62,18	85,32	85,47	87,34	87,34	40,5%
França	58,56	70,48	70,68	73,02	75,72	29,3%
Alemanha	55,39	74,02	74,22	73,84	73,84	33,3%
Itália	70,94	70,94	71,13	72,38	72,38	2,0%
Japão	57,73	69,27	69,44	74,25	76,95	33,3%
E.U.A	60,59	81,02	81,21	81,56	84,26	39,1%
U.K	78,13	84,75	84,92	86,85	89,55	14,6%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 24 – Oportunidades – Acesso à Educação Superior – Brics

OPORTUNIDADES						
ACESSO A EDUCAÇÃO SUPERIOR						
BRICS	2013	2014	2015	2016	2017	17/13
Brasil	43,56	44,98	45,23	45,74	50,21	15,3%
china	43,25	44,2	44,53	46,07	46,05	6,5%
Índia	38,65	29,46	29,66	30,28	32,05	-17,1%
Russia	68,38	75,14	75,32	77,62	82,08	20,0%
Africa do Sul	39,74	46,88	47,13	52,35	49,65	24,9%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na categoria acesso à Educação Superior, verifica-se nas Tabelas 23 e 24 diferença no desempenho médio de 2017 entre os países do G7 e Brics de 53,83%. Os escores médios do Brics são baixos em comparação às outras categorias dessa dimensão.

Observa-se que, no grupo G7, a amplitude de desempenho é homogenia, isto é, baixa diferença de desempenho. O desempenho do melhor escore, EUA (84,26), e o menor, Itália (72,38), representa uma variação de 24%. Observa-se, ainda, que todos os países do G7 apresentam desempenho superior a 75% de acesso.

No grupo de países Brics, destaca-se uma média muito baixa de desempenho na ordem de 52%, o que equivale a um grau elevado de

dificuldades para acesso ao nível superior de 48%, muito crítico. Destaca-se desse grau de dificuldade de acesso a Índia, com o menor escore de 32,05, o que significa um grau de intolerância de 67,95%.

Verifica-se, ainda, que o único país com desempenho diferenciado e com padrão dos países desenvolvidos G7 é a Rússia, com escore, em 2017, de 82,08, maior do que os países do G7 França (75,72), Alemanha (73,84), Itália72,38), e Japão (76,95).

O acesso à Educação Superior consiste em proporcionar ao indivíduo um pensar reflexivo e crítico e estimular uma formação, além de específica em suas especialidades temáticas, ética e humana. O futuro profissional, cidadão ou professor amplia sua perspectiva para atuar na sociedade de maneira ativa, comprometida, responsável e, sobretudo, vigiando a defesa e o respeito aos direitos humanos, condição para uma vida digna e solidária.

Segundo Cortina (2010, p. 27), “Pensar na função formadora da educação superior significa também pensar no compromisso que a universidade e as instituições de ensino superior têm para com a sociedade através de suas funções [...] estimular um pensar [...]”.

Frente ao exposto, as instituições públicas e privadas de Ensino Superior, segundo Panizzi (2002, p. 9), “[...] só tem sentido como uma construção coletiva perdurável que não cede a formação do espetacular, do efêmero, como lugar da produção de uma riqueza cada vez mais escassa, a riqueza moral dos valores, a riqueza da conveniência e do diálogo, da ética”.

Assim, a preocupação central transcende a informação técnica e considera de maneira cuidadosa a perspectiva de que a Universidade é um bem social, por meio da qual, sendo pública ou privada, os grandes problemas da sociedade são analisados de forma interdisciplinar, produzindo relevantes conhecimentos na direção da minoração dos seus efeitos e, por meio de estratégias e alternativas, uma forma séria e responsável de promover a transformação positiva da sociedade. O IPS com ralação ao acesso à Educação Superior, categoria contemplada na dimensão **oportunidades,** centra-se na questão: Será que os indivíduos, as pessoas têm a oportunidade de alcançar níveis de Educação Superior? Destaca os enfoques relativos: aos anos de escolaridade superior; à taxa média de escolarização das mulheres;

à desigualdade no desempenho educacional; e ao número de universidades com classificação internacional.

Consolidando-se todas essas dimensões e categorias – Tabela 25 e Gráfico 16 – pode-se inferir que o progresso social no período de 2013-2017 registra uma evolução diferenciada entre os países desenvolvidos (G7) e em desenvolvimento (Brics). Destaca-se que os indicadores sociais nutrição e cuidados médicos básicos (NHB) e acesso ao conhecimento básico (FBE) são os de menor distância, registrando uma amplitude em pontos de 5 e 10, respectivamente. Verifica-se ainda que os indicadores que expressam maiores diferenças são: direitos individuais (OPO) e segurança pessoal (NHB), com 39 e 38 pontos de distância, respectivamente.

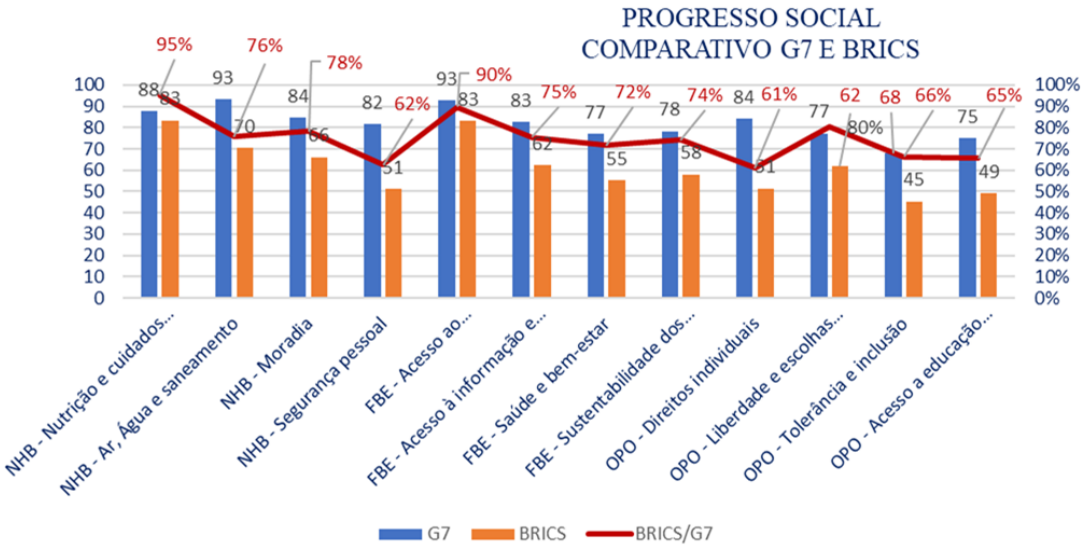
Tabela 25 – Progresso Social – Resumo comparativo entre G7 e Brics

INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL		G7	BRICS	BRICS/G7
NHB NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	NHB - Nutrição e cuidados médico b	88	83	95%
	NHB - Ar, Água e saneamento	93	70	76%
	NHB - Moradia	84	66	78%
	NHB - Segurança pessoal	82	51	62%
FBE FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR	FBE - Acesso ao conhecimento básic	93	83	90%
	FBE - Acesso à informação e comuni	83	62	75%
	FBE - Saúde e bem-estar	77	55	72%
	FBE - Sustentabilidade dos ecossister	78	58	74%
OPO OPORTUNIDADES	OPO - Direitos individuais	84	51	61%
	OPO - Liberdade e escolhas individu	77	62	80%
	OPO - Tolerância e inclusão	68	45	66%
	OPO - Acesso a educação superior	75	49	65%

Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

No Gráfico 16, pode-se visualizar o resumo da dimensão oportunidades com as variações comparativas das respectivas categorias entre os países desenvolvidos G7 e em desenvolvimento Brics.

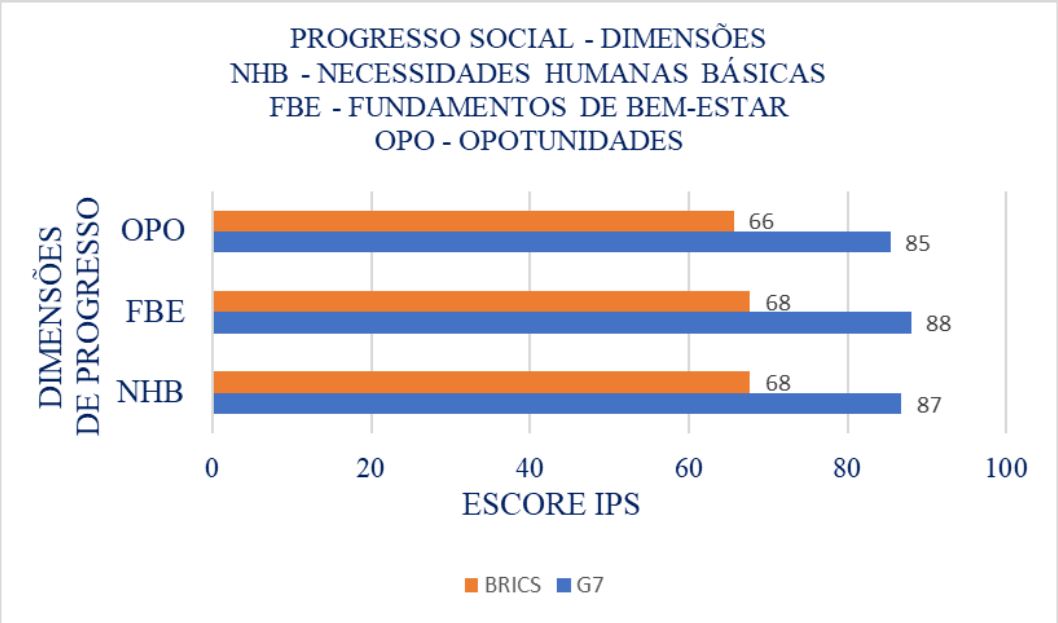
Gráfico 16 – Progresso Social – Brics/G7



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

O Gráfico 17 apresenta a variação de escore médio entre os países G7 e Brics, nas dimensões OPO – Oportunidades, FBE – Fundamentos de bem-estar e NHB – Necessidades básicas humanas. Observação que a distância média na categoria OPO é de 23,1% ((1-(66/85)) *100), FBE de 23,1% ((1-(68/88)) *100), e NHB de 21,9% ((1-(68/87)) *100).

Gráfico 17 – Progresso Social – Evolução média no período de 2013 a 2017



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Tabela 26 – Progresso Social – Comparativo entre países – Escore 2017

INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL	BRASIL	CHINA	ÍNDICA	RÚSSIA	ÁFRICA SUL	CANADA	FRANÇA	ALEMANHA	ITÁLIA	JAPÃO	EUA	REINO UNIDO
NHB - Nutrição e cuidados médico básicos	97,1	94,9	84,6	98,3	88,6	94,9	92,5	94,5	89,1	95,9	93,0	93,4
NHB - Ar, Água e saneamento	86,6	81,8	57,6	83,5	73,0	99,4	99,6	99,8	99,8	99,6	99,7	98,8
NHB - Moradia	73,9	79,2	64,4	77,6	62,8	88,1	88,4	89,0	84,9	93,3	87,5	89,2
NHB - Segurança pessoal	48,4	64,0	60,4	57,8	45,4	92,7	82,7	89,7	72,1	91,7	85,5	86,8
FBE - Acesso ao conhecimento básico	94,1	95,5	85,6	98,5	86,3	99,7	99,6	97,9	99,0	99,9	98,5	98,0
FBE - Acesso à informação e comunicação	76,7	53,2	56,1	73,4	78,8	85,1	86,9	91,1	79,8	86,7	89,6	84,6
FBE - Saúde e bem-estar	73,6	68,0	55,9	47,1	53,4	81,6	79,1	78,6	84,8	79,9	81,2	75,9
FBE - Sustentabilidade dos ecossistemas	73,9	58,0	47,0	69,4	60,6	80,2	91,1	91,6	89,6	83,8	91,9	78,3
OPO - Direitos individuais	71,6	15,2	72,3	25,4	74,7	94,3	86,0	92,8	79,7	85,7	90,8	89,0
OPO - Liberdade e escolhas individuais	73,2	71,1	58,4	56,8	72,9	88,5	81,5	84,8	66,1	78,6	87,3	79,9
OPO - Tolerância e inclusão	68,3	37,8	26,4	36,2	60,7	81,9	61,2	73,6	63,7	62,1	69,5	68,3
OPO - Acesso a educação superior	50,2	46,1	32,1	82,1	49,7	87,3	75,7	73,8	72,4	77,0	84,3	89,6

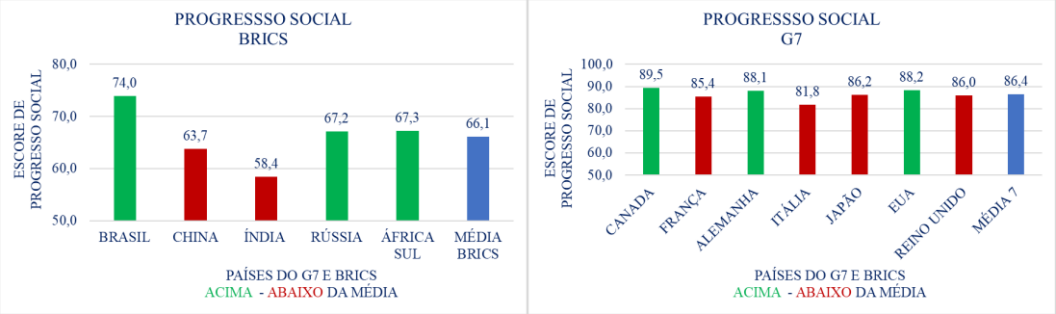
Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

Na Tabela 26, observam-se os países com melhor desempenho nos dois grupos de países em desenvolvimento e desenvolvido.

Com relação às **Necessidades Humanas Básicas**, os países com melhores desempenho Brics e G7 respectivamente em cada indicador: Nutrição e cuidados médicos básicos, Brasil e Canadá; Ar, Água e Saneamento, Brasil e Itália; Moradia, China e Japão; e Segurança Pessoal, a Índia e Canadá. Com relação aos **Fundamentos de Bem-estar,** os países com melhores desempenho Brics e G7 respectivamente em cada indicador: Acesso ao conhecimento básico, Rússia e Japão; Acesso à informação e comunicação, África do Sul e Alemanha; Saúde e bem-estar, Brasil e Itália; e Sustentabilidade dos ecossistemas, Índia e Estados Unidos.

Finalmente, com relação às **Oportunidades**, os países com melhores desempenho Brics e G7 respectivamente em cada indicador: Direitos individuais, África do Sul e Canadá; Liberdades e escolhas individuais, Brasil e Canadá; Tolerância e inclusão, Brasil e Canadá; e Acesso à Educação Superior, Rússia e Reino Unido.

Gráfico 18 – Progresso Social Geral por país do G7 e Brics



Fonte: o autor, a partir da base de dados IPS – *Social Pregress Index* (2019).

No Gráfico 18, destaca-se que, no bloco Brics, dois países têm um desempenho abaixo da média em seu progresso social, China (63,7) e Índia (58,4). Nesse bloco, o Brasil destaca-se com um escore de 74, próximo dos países desenvolvidos.

Já o progresso social dos países do bloco G7 apenas três, Canadá (89,5), Alemanha (88,1) e EUA (88,2) registram progresso acima da média. França, Japão e Reino Unido, embora registrem escore abaixo da média, não estão muito distantes e apresentam um progresso acima de 80 pontos.

4.4 IMPACTO DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA GLOBALIZAÇÃO, NA EDUCAÇÃO E NOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

4.4.1 Estudo prévio das políticas macroeconômicas contempladas em cada período de governo no período de 1995 a 2017

As Tabelas 27 a 31 destacam as diretrizes contempladas nas ações governamentais que formaram os fundamentos macroeconômicos para a gestão econômica de cada governo.

Tabela 27 – Diretrizes macroeconômicas do governo FHC (1995-2002)

FHC I - 1995 - 1998	FHC II - 1999 - 2002
Reforma estrutural - econômica	Desvalorização cambial
Desregulamentação	Política macroeconômica FMI
Desestatização	Mudança cambial - flutuante
Elevação da taxa de juros	Mudança cambial - Livre
Restrição ao crédito	Acordos com FMI - política empréstimos
Redução base monetária	Austeridade Fiscal - Rigidez Resultado
Adoção de bandas cambiais	Primário
Ajuste fiscal	Criação de impostos - CLSS, COFINS e IOF
Suspensão do reajuste salarial	Reestabelece cobrança CPMF
Redução dos investimentos	Reforma estrutural - LRF - Lei de
Aumento do Imposto IR PF	responsabilidade Fiscal
Aumento do petróleo	Política de Juros alto - SELIC
Elevação da carga tributária	Acentuada desvalorização cambial 43%
Estabilização / FMI - aumento Tributos	NFSP - mudança de composição
Empréstimos FMI	Privatizações
	Endividamento - empréstimos FMI

Fonte: o autor (2019).

As ações adotadas revelam que as políticas macroeconômicas do governo FHC em seus dois mandatos estão alinhadas ao consenso de Washington, nas seguintes diretrizes: ajuste fiscal; responsabilidade fiscal; privatizações; redução dos custos salariais; e reforma estrutural da economia.

Tabela 28 – Diretrizes macroeconômicas do governo Lula (2003-2010)

LULA I - 2003 - 2006	LUALA II - 2007 - 2010
Visibilidade na transição acalma mercado	Aumeto Salário mínimo real
Redução da dívida externa	Aumento do crédito
Aumento das Exportações	Programas de transferência
Distribuição de renda - Salário Mínimo	Política de Exportação
Redução taxa de juros - SELIC	Aumento reservas cambiais
Ampliação do crédito população - microcrédito	Estabilidade cambial
Pagamento FMI 0 Retomada da política monetária	Controle da inflação
Recomposição das reservas cambiais	Crescimento atividade PIB
Controle cambial	Aumento arrecadação
Política cambial flutuante	Diminuição da dívida pública
	Programa de investimento
	Parcerias público privada
	Redução taxa de juros
	Programa de combate à pobreza

Fonte: o autor (2019).

As ações adotadas revelam que as políticas macroeconômicas do governo Lula, em seus dois mandatos, não estão alinhadas ao consenso de Washington, muito embora definições específicas da política monetária quanto ao nível da taxa de juros e crédito em seu primeiro mandato acompanharam as diretrizes dos gestores desta pasta econômica. Após a redução da dívida com o FMI, o governo passou a configurar a política monetária, notadamente com a redução das taxas de juros, conforme observado na Tabela 33. Outra política diferenciada refere-se à política de renda, com o aumento real do salário verificado e expresso na mesma tabela. No segundo governo, com a saída do direcionamento das políticas macroeconômicas do FMI, a questão de expansão da economia foi efetivada, podendo-se registrar tal efeito nas menores taxas de desemprego, nas maiores taxas de investimento (FBKF), na melhor utilização da capacidade instalada da indústria (NUCI), na redução significativa do endividamento total

do Brasil e no resultado primário do governo, indicadores apresentados na Tabela 33.

Tabela 29 – Diretrizes macroeconômicas do governo Dilma (2011-2016)

DILMA I – 2011 - 2014	DILMA II - 2015 - 05/2016
Controle da inflação	Gestão comprometida por falta de apoio empresarial
Elevação do depósito compulsório	
Aumento IOF s/ crédito tributário	Movimento político neoliberal - (golpe)
Redução exiência resultado Primário	
Redução IPI - linha branca	
Programa minha casa minha vida	
Subsídios contrução civil	
Retirada IOF sobre aplicações estrangeiras na Bolsa	
Programa de sustentação investimentos	
Desoneração fiscal - 42 setores	
Plano infraestrutura Brasil	
Reforma do setor elétrico	
Proteção indústria nacional - aumento IPI 30% sobre veículos importados	
Redução Spread bancário via bancos públicos	
Redução das tarifas energia elétrica	

Fonte: o autor (2019).

As ações adotadas revelam que as políticas macroeconômicas do governo Dilma seguiram o modelo expansionista do governo Lula, evidenciadas pela revelação dos resultados da Tabela 33: Crescimento acentuado do PIB, a conquista do pleno emprego, objetivo do modelo macroeconômico Keynesiano (NUCI) próximo dos 80% com taxa de desemprego real igual ou inferior a 5% (7,8-5%) igual a 2,8% real e, principalmente, pelo nível de investimento médio (FBKF).

Tabela 30 – Diretrizes macroeconômicas do governo Temer

TEMER - 2017 - 2018
Ajuste Fiscal
Reforma trabalhista
Redução drástica nos invetimento
Elevação taxa de juros
Desoneração trabalhista - Extinção gradual multa 10% FGTS
Acesso ao crédito - micros, pequenas e médias empresas
Controle déficit público - EC 93/2016 - DRU (20% para 30%) prorrogação até 2023
Auteridade Fiscal EC 95/2016 Novo regime fiscal - 20 anos
Despesas 2017 corrigidas acima inflação
EC 95/2016 congela gastos sociais
REFIS
Liberação saques conta inativas FGTS
Terceirização libre - afeta trabalhadores

Fonte: o autor (2019).

As ações adotadas revelam que as políticas macroeconômicas do governo Temer seguiram o modelo neoliberal do governo FHC, cujas ações macroeconômicas indicam total aderência ao consenso de Washington: ajuste fiscal, novo regime de austeridade fiscal por 20 anos, elevação da taxa de juros, desoneração trabalhista com reforma trabalhista, paralização do ganho real de renda, e privatizações. Essas medidas oneraram o governo, a taxa de desemprego aumentou, houve retração da atividade econômica, o aumento da dívida tanto interna quanto externa e o aumento da concentração de renda.

Para melhor compreender as diferenças da gestão macroeconômica dos governos e classificá-las segundo ideário fundamental de cada grupo de

gestor no poder da economia, foi criado um modelo comparativo e aderente ao decálogo de Washington, também conhecido como Consenso de Washington, apresentado nas Tabelas 31 e 32, por meio das quais foi possível estabelecer o grau de aderência neoliberal pelos critérios de classificação referentes à anuência dos itens ao decálogo e seu grau de adoção.

Na Tabela 31, pode-se ver o decálogo de Washington na primeira coluna e nas demais colunas os governos, o seu grau de aderência a cada diretriz, a respectiva efetividade e o valor do critério correspondente. Essa escala foi definida com base nas políticas adotadas ao critério destacado na Tabela 32.

Para a classificação de aderência ao decálogo de Washington, foram utilizados os aspectos predominantes resultantes das políticas macroeconômicas de cada governo, apresentados nas Tabelas 27, 28, 29 e 30, além de correlacioná-los ao decálogo, conforme Tabelas 31 e 32, grau de aderência e efetividade, respectivamente.

Tabela 31 – Modelo de classificação ideológica – Grau de aderência e efetividade ao decálogo neoliberal de Washington

CONFIGURAÇÃO MACROECONÔMICA ALINHAMENTO AO IDEÁRIO NEOLIBERAL (DECÁLOGO DE WASHIGTON)	FHC I	SCORE	FHC II	SCORE	LULA I	SCORE	LULA II	SCORE	DILMA I	SCORE	DILMA II	SCORE	TEMER	SCORE
1. DISCIPLINA FISCAL	SIM	10	SIM	10	NÃO	5	NÃO	7	NÃO	5	NÃO	0	SIM	10
2. REDUÇÃO DO GASTO PÚBLICO	SIM	5	SIM	5	SIM	10	SIM	10	SIM	10	SIM	5	SIM	7
3. REFORMA TRIBUTÁRIA	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	5
4. JUROS DE MERCADO	SIM	10	SIM	10	NÃO	5	NÃO	5	NÃO	5	NÃO	5	SIM	10
5. CÂMBIO DE MERCADO	SIM	5	SIM	10	SIM	10	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	10
6. ABERTURA COMERCIAL	SIM	7	SIM	7	NÃO	7	NÃO	0	NÃO	0	NÃO	0	SIM	7
7. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO SEM RESTRIÇÕES	SIM	10	SIM	10	NÃO	7	NÃO	7	NÃO	7	NÃO	5	SIM	10
8. PRIVATIZAÇÕES DAS ESTATAIS	SIM	10	SIM	10	NÃO	7	NÃO	0	NÃO	0	NÃO	0	SIM	7
9. DESREGULAMENTAÇÃO PROGRESSIVA DO CONTROLE ECOÔMICO E DAS LEIS TRABALHISTAS	SIM	7	SIM	7	NÃO	7	NÃO	7	NÃO	7	NÃO	0	SIM	10
10. DIREITOS À PROPRIEDADE PRIVADA SEM RESTRIÇÕES	SIM	10	SIM	10	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	5	SIM	10
PONTOS		79		84		68		51		49		30		86
GRAU DE ADERÊNCIA AO NEOLIBERLISMO		79%		84%		68%		51%		49%		30%		86%

Fonte: o autor (2019).

Tabela 32 – Critérios para classificação do ideário de governo segundo o decálogo de Washington

PONTUAÇÃO		CRITÉRIO	SCORE MÁXIMO
SIM	10	CONCORDA - IMPLANTOU	100
SIM	7	CONCORDA - IMPLANTOU PARCIAL	70
SIM	5	CONCORDA - NÃO IMPLANTOU	50
NÃO	7	NÃO CONCORDA - IMPLANTOU	70
NÃO	5	NÃO CONCORDA - IMPLATOU PARCIAL	50
NÃO	O	NÃO CONCORDA - NÃO IMPLANTOU	0

Fonte: o autor (2019).

A Tabela 33 apresenta o resultado por governo dos principais indicadores macroeconômicos, que possibilita fazer uma análise comparativa da gestão da economia resultante das diferentes ideologias subjacentes neoliberal (FHC e Temer) e social-democrata (Lula e Dilma).

Tabela 33 – Desempenho macroeconômico dos governos (1995-2017)

INDICADORES MACROECONÔMICOS					
INDICADORES	Unidade	FHC	LULA	DILMA	TEMER
PIB NO PERÍODO	R$ milhões	1.139.583	2.397.060	2.109.940	564.153
NUCI	% utilização	77,2%	80,4%	78,8%	75,70%
INVESTIMENTO (FBKF)	% PIB	17,4%	18,8%	19,7%	16,10%
DESEMPREGO	taxa em %	16,9%	15,3%	7,8%	12,70%
INFLAÇÃO	variação %	8,8%	5,6%	6,7%	2,91%
SALÁRIO MÍNIMO	variação % real	2,8%	6,3%	2,1%	0,00%
CONCENTRAÇÃO DE RENDA	% GINI	59,1%	55,2%	52,6%	54,90%
TAXA DE JUROS	% SELIC	26,68%	14,72%	11,47%	7,73%
CARGA TRIBUTÁRIA	variação P.P %	3,9%	1,7%	-1,0%	0,10%
RESULTADO PRIMÁRIO	% PIB	1,61%	3,12%	0,32%	-2,35%
DÍVIDA TOTAL	var. crescimento %	30,4%	-10,4%	18,2%	4,0%
RISCO	pontos	864	297	283	240
VULNERABILIDADE	dívida total/exportação	3,32	1,21	0,85	1,06

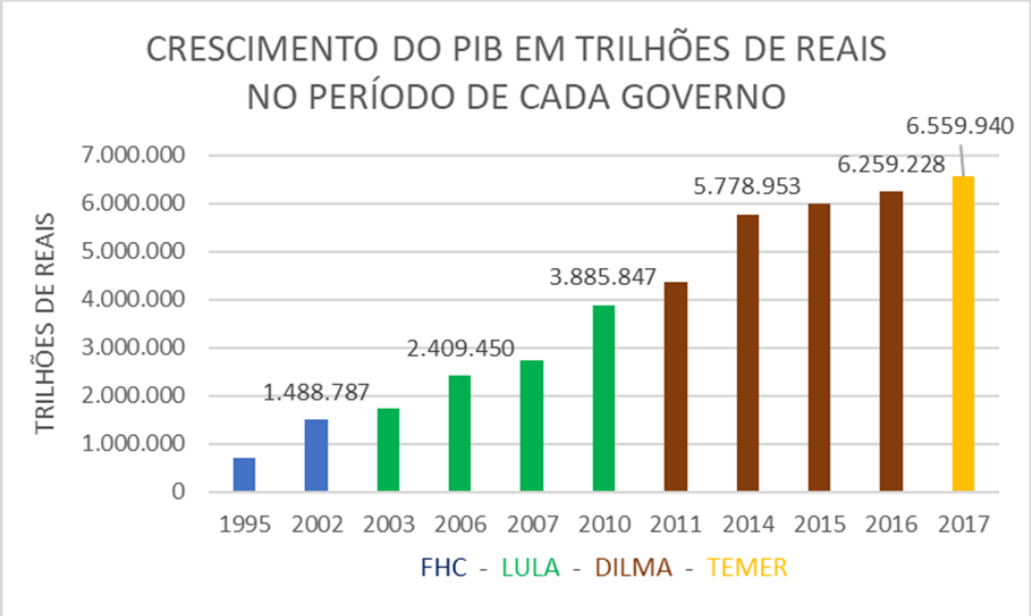
Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Observa-se na variável PIB a adição de riqueza em cada governo, que no total do período montam em R$ 6.210.736 trilhões. Em destaque para os governos de Lula e Dilma, que somados representam 72,6%. Esse crescimento diferenciado deve-se à redução da dívida interna e externa promovida pelo governo Lula, o que resultou em menor vulnerabilidade e consequentemente maior credibilidade, atraindo investimentos privados para

o processo expansionista desejado. Importante destacar como causa fundamental para esse crescimento econômico a política de renda adotada, gerando um elevado poder de compra no sistema, resultante do aumento real dos salários que se converteram em maior consumo e produção. Pode-se verificar que a expansão da economia nos governos Lula e Dilma refletiram em maior média de investimentos de máquinas e equipamentos (FBKF) na ordem de 18,8% e 19,7%, respectivamente. Como resultado imediato, a redução da taxa de desemprego. Com a economia aquecida, com credibilidade após o governo Lula, o governo Dilma, seguindo a mesma política expansionista, registra taxa de desemprego, 7,8% nominal e 2,8% real.

Pode-se constatar no Gráfico 19 que a grande expansão da economia foi no período 2003 a 2016.

Gráfico 19 – Crescimento do PIB – Em trilhões de reais



Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

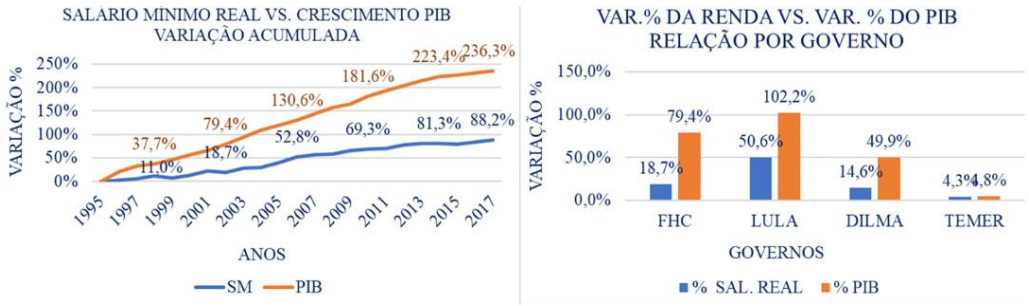
O crescimento da atividade econômica no período proporcionou redução da ociosidade da economia, reduzindo-se os custos e, por conseguinte, os preços.

Verifica-se que com um nível de utilização da capacidade instalada próximo dos 80%, associado a uma taxa de desemprego real menor ou igual

a 5%, a economia é caracterizada como uma economia em pleno emprego, o que significa dizer estar funcionando sem desperdícios de recursos, com utilização plena das indústrias, sem desemprego e, sobretudo, gerando resultado para o governo poder gastar[21] em infraestrutura e, assim, sustentar a atividade de maneira virtuosa.

Esse crescimento econômico está relacionado ao aumento real do poder de compra. O Gráfico 20 apresenta forte correlação entre o aumento real dos salários e o crescimento da atividade econômica, o PIB. A taxa de crescimento entre essas variáveis não é proporcional. Observa-se um crescimento maior do PIB em % em relação ao crescimento real do salário em %.

Gráfico 20 – (%) de aumento real do salário *versus* (%) de crescimento do PIB



Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Observa-se ainda que outra variável contribuiu para o aumento do poder de compra real do sistema, a queda da inflação. O aumento da capacidade instalada, ou seja, da oferta agregada, possibilita o atendimento da demanda agregada e a redução dos custos de produção pela diluição dos custos fixos pelo aumento da demanda.

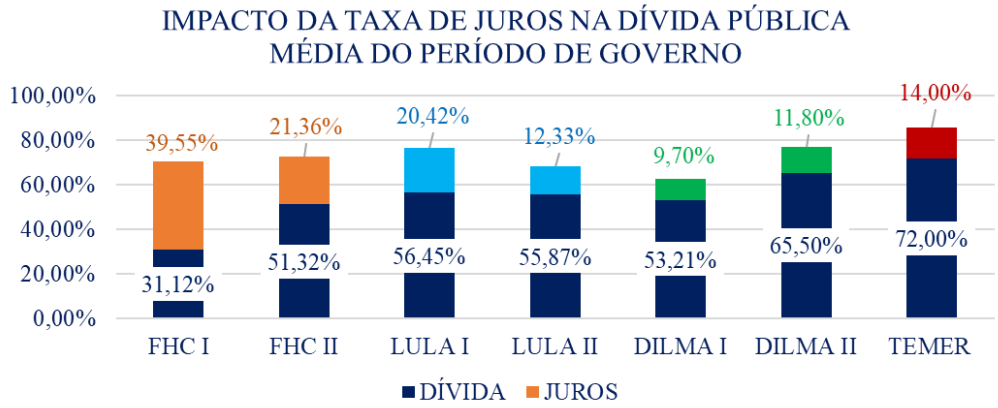
O controle do nível geral de preços (inflação) é outro objetivo do modelo keynesiano que tem duplo efeito na economia: 1. Aumento do poder de compra e concomitante crescimento do PIB. 2. Com o aumento do PIB, o

[21] Gasto é a maneira predominante como o governo intervém no sistema econômico, assim como investimento e consumo são respectivamente a forma predominante dos agentes Empresa e Famílias na fórmula geral Keynesiana Y = I + C + G + (X-M), em que I = investimento; C = consumo e G = a gasto; (X-M) representa a interdependência de uma economia aberta em relação ao agente Resto do mundo.

aumento da arrecadação e, por conseguinte, a melhora no resultado das contas públicas.

Observa-se que com o aumento da arrecadação, resultante do aumento do PIB, há uma queda significativa das taxas médias de juros nos períodos de governo de 26,68% (FHC) para 11,47% (Dilma). Importante observar que o aumento das taxas de juros movimenta a economia em sentido contrário, o de retração, que como consequência, ao reduzir a arrecadação, aumenta o endividamento público, conforme pode-se verificar no Gráfico 21. Destaca-se que o gráfico apresenta as taxas médias de juros em cada governo e as taxas médias de aumento da dívida pública.

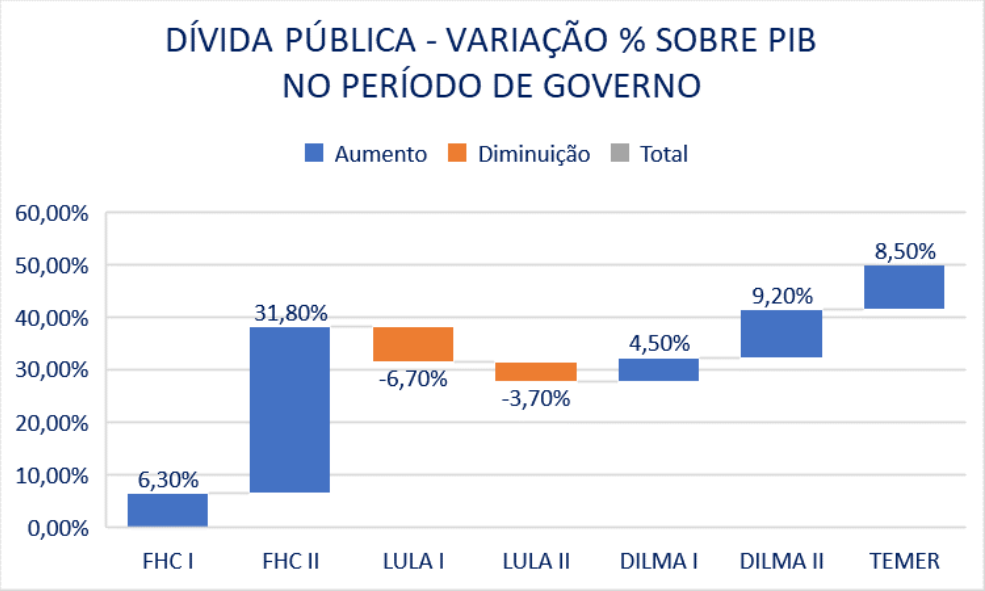
Gráfico 21 – Impacto da taxa de juros no PIB



Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

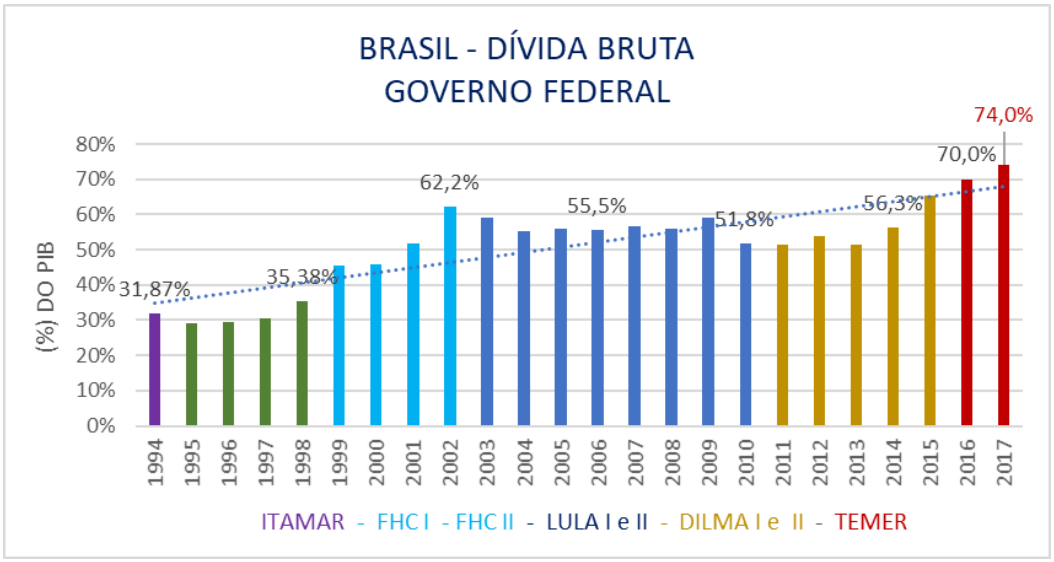
Verifica-se que a manutenção de taxas de juros médias elevadas nos dois primeiros governos de FHC elevou a dívida em 20.20 pontos percentuais na média. Destaca-se que ao final do governo FHC II, a dívida representava 62% do PIB, a maior taxa do período em 2002, conforme pode-se verificar nos Gráfico 22 e 23. A dívida em elevação e com os níveis médios de taxa de juros no governo FHC pressionaram o governo a tomar medidas que se configuraram na Lei de responsabilidade fiscal.

Gráfico 22 – Dívida pública – variação % sobre o PIB



Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Gráfico 23 – Dívida bruta do governo federal em percentual sobre o PIB

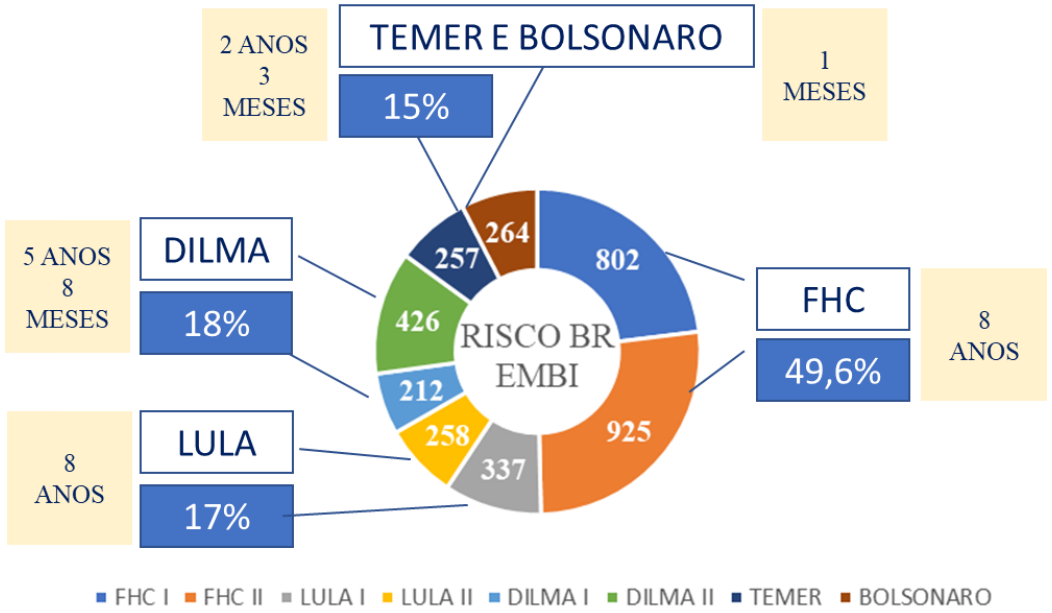


Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Observa-se ainda para o período 1995-2017 a redução expressiva do indicador de risco, medida em pontos, de 864 pontos no governo FHC, chegando-se a 240 pontos no governo temer. A grande redução da percepção de risco foi a diminuição da dívida e do crescimento da atividade econômica ocorrida significativamente a partir do governo Lula, redução essa na ordem de 65,63 pontos percentuais médios entre os governos. Cabe ressaltar que

para cada 100 pontos de risco, o governo tem um esforço adicional de captar poupança externa de 1% de taxa de juros pelo dinheiro demandado, ou seja, uma taxa de 864 pontos equivale a 8,64% de taxa de juros a maior de que os juros de mercado. O Gráfico 24 apresenta o grau de incerteza acumulado em cada governo e seu respectivo percentual sobre o total de risco gerado no período de 1995-2017.

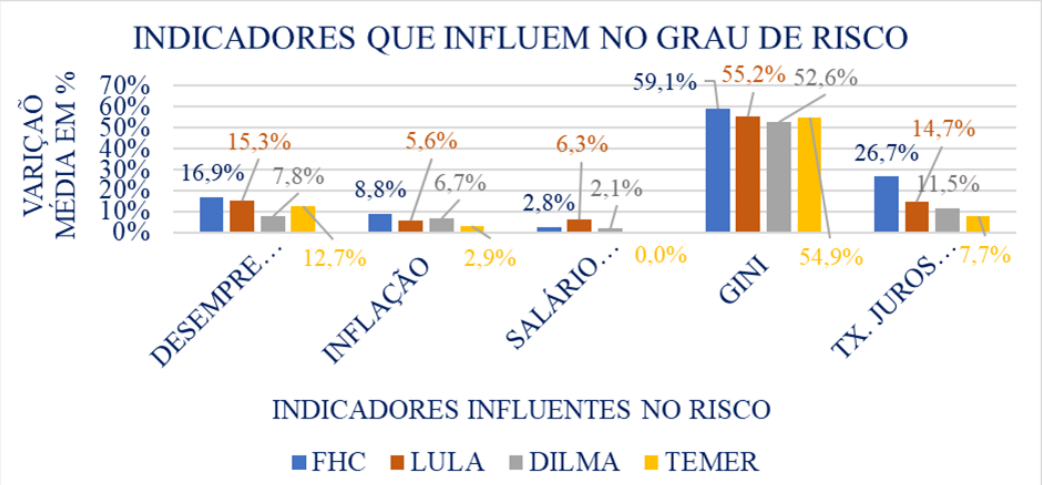
Gráfico 24 – Risco EMBI-Br – média (%) sobre pontos totais em percentual



Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Cabe ressaltar que o risco é um indicador de incerteza e resulta da incapacidade de geração de riqueza na economia, pelos desequilíbrios gerados no fluxo circular no sistema econômico, dentre alguns, a concentração de renda, medida pelo índice de Gini, o grau de endividamento, a taxa de desemprego, o nível de atividade econômica abaixo do pleno emprego, o desordenamento dos preços e, sobretudo, pela elevação das taxas de juros, conforme verifica-se no Gráfico 25.

Gráfico 25 – Grau de risco – Indicadores influentes



INDICADORES	FHC	LULA	DILMA	TEMER
DESEMPREGO	16,9%	15,3%	7,8%	12,7%
INFLAÇÃO	8,8%	5,6%	6,7%	2,9%
SALÁRIO REAL	2,8%	6,3%	2,1%	0,0%
GINI	59,1%	55,2%	52,6%	54,9%
TX. JUROS SELIC	26,7%	14,7%	11,5%	7,7%

Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Em relação ao Gini, refere-se ao percentual (%) de concentração de renda. Quanto maior o grau de concentração da renda na economia, menor capacidade de crescimento e, por conseguinte, em promover o desenvolvimento. Assim, ao verificar-se a redução da concentração dos governos Lula e Dilma, pode-se compreender o crescimento exponencial do PIB e, consequentemente, a redução do desemprego, a redução da taxa de juros e o retorno do processo de expansão da economia, conforme modelo apresentado na Figura 6 – Movimentos expansionista e retracionistas resultantes das políticas e variáveis macroeconômicas do modelo Keynesiano.

Por fim, registrar que o indicador vulnerabilidade – razão da dívida total/exportações – é igualmente outro importante indicador de segurança que reduz o risco, uma vez que ao diminuir a dívida total e aumentar as exportações, o país apresenta maior credibilidade face ter menos compromissos a pagar em moeda estrangeira, ao tempo que aumenta as reservas cambiais pelo aumento das exportações. Observa-se que o grau de

vulnerabilidade obteve importante melhora, resultante do aumento das exportações, da drástica diminuição da dívida externa e do aumento das reservas internacionais. Como resultado, o aumento da confiança dos investidores nacionais e internacionais, o que pode ser constatado no aumento do nível de investimento (FBCF)[22] na indústria (máquinas e equipamentos) e na construção.

O aumento das reservas internacionais aumenta a confiança pela menor exposição do país às variações cambiais. Contribui para evitar depreciação da moeda em função das investidas especulativas ao mercado de câmbio e, como resultado direto, estabiliza os custos das importações, assegurando menor pressão inflacionária e a manutenção do poder de compra dos salários. O poder de compra estabilizado mantém a atividade econômica (PIB) e proporciona melhor condição de bem-estar pela menor vulnerabilidade ao desemprego.

Observa-se no Gráfico 26 a evolução das reservas cambiais associada à evolução da dívida externa.

Gráfico 26 – Evolução da dívida externa e reservas cambiais

Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Ressalta-se que no ano de 2009 o Brasil passa a ser credor, ou seja, as reservas internacionais ultrapassam a dívida externa bruta. Verifica-se

[22] FBCF – Formação bruta de capital fixo significa, investimentos em máquinas, equipamentos e na construção.

ainda o crescimento das reservas (exportações maiores do que as importações), registrando-se um montante de 381 bilhões de dólares, o que representa em reais a um câmbio de 4/1 o montante de R$ 1.524 trilhões ou 45,72% do PIB do mesmo ano. Destaca-se, ainda, para esse resultado, a contribuição do crescimento importante e contínuo das exportações a partir do ano de 2006.

De tudo que foi apresentado até o presente momento, pode-se inferir, conforme apresentado na Tabela 34, que o desempenho macroeconômico nas mãos de gestores neoliberais (FHC e Temer) é inferior ao desempenho dos gestores sociais democratas (Lula e Dilma).

Tabela 34 – Desempenho neoliberal *versus* Social-democrata

DESEMPENHO MACROECONÔMICO - NELIBERALISMO VS. SOCIAL DEMOCRACIA			
	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA	SD / NEO
PIB NO PERÍODO	1.703.736	4.507.000	165%
NUCI	76,5%	79,6%	4,1%
INVESTIMENTO (FBKF)	16,8%	19,3%	14,9%
DESEMPREGO	16,4%	12,0%	-26,8%
INFLAÇÃO	8,1%	6,1%	-25,5%
SALÁRIO MÍNIMO	1,4%	4,2%	203,6%
CONCENTRAÇÃO DE RENDA	58,6%	54,1%	-7,7%
TAXA DE JUROS	24,6%	13,3%	-45,8%
CARGA TRIBUTÁRIA	3,5%	0,5%	-85,2%
RESULTADO PRIMÁRIO	1,2%	1,9%	64,1%
DÍVIDA TOTAL	34,4%	8,20%	-76,2%
RISCO	795	291	-63,4%
VULNERABILIDADE	3,07	1,06	-65,6%

Fonte: o autor, com base nas fontes apresentadas nos Quadros 5 e 6 (2019).

Com relação à Tabela 34, é importante destacar que em todos os macro indicadores, o desempenho social-democrata foi superior ao desempenho neoliberal.

Na gestão da economia social-democrata, o resultado do elenco de medidas adotadas expandiu a economia, ao contrário, o resultado do elenco de medidas adotadas pela gestão da economia neoliberal contraiu a economia. Essa diferença e inferioridade no desempenho da economia na gestão neoliberal devem-se às políticas macroeconômicas retracionistas de redução do poder de compra (salários), do elevado nível médio das taxas de juros e do grau de endividamento resultantes dos empréstimos junto ao FMI.

Aliás, importante referenciar que a política monetária, enquanto o FMI era credor do Brasil, era configurada pelo próprio FMI. Como resultado das políticas de elevação das taxas de juros, o impacto nos custos, no encarecimento do crédito, cujos resultados refletiram-se no aumento do nível geral dos preços, por meio do qual se registra perda no poder de compra e consequente redução da atividade econômica. A queda da atividade econômica reflete-se imediatamente no aumento do desemprego e na perda de resultado do governo e, por fim, um processo recessivo se instala, aumentando a incerteza e as taxas juros.

Esses dois movimentos contrários resultantes da dimensão econômica da gestão neoliberal e social-democrata têm impactos expressivos no progresso social e na condição de vida da população menos favorecida do resultado do sistema econômico.

No item 4.4.2, serão identificados esses impactos no progresso social, com ênfase em três distintas dimensões: **Necessidades Humanas Básicas (NHB); Fundamentos de Bem-Estar (FBE) e Oportunidades (OPO),** as quais são desdobradas em categorias e essas, por sua vez, em indicadores sociais, conforme modelo do IPS – *Social Progress Index* destacados nos Quadros 1, 2 e 3.

4.4.2 Impacto da dimensão econômica neoliberal e social-democrata no progresso social na educação e nos direitos humanos no Brasil

O desenvolvimento humano, ao conceber, enfatizar, medir e, por conseguinte, avaliar esses indicadores, expressa o nível de satisfação dos direitos básicos do ser humano, essencialmente os da dignidade. Transcende a noção de desenvolvimento puramente econômico.

O modelo IPS expressa esse desenvolvimento por meio de um conjunto multidimensional e multifário de indicadores que dizem respeito a três dimensões: **(NHB)**: nutrição e cuidados médicos básicos; água e saneamento; moradia e segurança pessoal; **(FBE):** acesso ao conhecimento básico; acesso à informação e à comunicação; saúde e bem-estar; e

sustentabilidade dos ecossistemas; **(OPO):** direitos individuais; liberdades individuais; tolerância e inclusão; e aceso à Educação Superior.

Trata-se, portanto, de um modelo de mensuração de progresso social para avaliar o bem-estar de uma nação ou população nestas multifárias dimensões de qualidade de vida, da existência humana e não apenas na perspectiva do viver bem proporcionado pelo plano da riqueza material.

Segundo Januzzi (2004, p. 19), “Os indicadores sociais podem ser classificados segundo as diversas aplicações a que se destinam. A classificação mais comum é a divisão segundo a área temática da realidade social”.

Assim, para poder ser empregado na pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de políticas públicas, o indicador social deve contemplar uma série de propriedade: relevância; validade conceitual; confiabilidade na sua construção; cobertura adequada; sensibilidade às políticas públicas implantadas; especificidade e factibilidade.

O modelo de mensuração *IPS – Social Progress Index* foi configurado com todas essas propriedades, razão pela qual foi destacado como base de dados do presente estudo.

Enfatiza-se para a análise do impacto da dimensão econômica da globalização na educação e direitos humanos no Brasil, uma vez que os ideários neoliberal e social-democratas já foram identificados pela configuração das políticas macroeconômicas em cada governo, conforme Tabelas 31 e 32, a adoção da perspectiva, não mais de cada governo, mas, sim, uma perspectiva do ideário de gestão macroeconômica, utilizando-se para tal as técnicas estatísticas de análise descritiva, comparativa, da gestão da econômica, nas dimensões neoliberal e social-democrata, e reflexos respectivos nos indicadores de progresso social do IPS.

4.4.2.1 IPS – Necessidades humanas básicas

A dimensão Necessidades Humanas Básicas

diz respeito às seguintes categorias: nutrição e cuidados médicos básicos; ar, água e saneamento; moradia; e segurança pessoal. Dezesseis

indicadores foram contemplados para o estudo e estão na Tabela 35, em resumo com os escores evolutivos e comparativos entre os ideários neoliberal e social-democrata.

Observa-se nos Gráficos 27 e 28 que dos cinco indicadores referentes à nutrição e cuidados médicos básicos, a gestão social-democrata obteve resultados expressivamente melhores do que os da gestão neoliberal. Em destaque para os indicadores: desnutrição, com redução em (-68%) e déficit alimentar com redução em (-78%). Verifica-se que essa expressiva melhora se deu principalmente no governo Lula (2003-2014), governo com o melhor desempenho macroeconômico conforme apresentado na Tabela 33.

A dimensão desse desempenho refere-se a uma redução do número de pessoas que não se nutriam adequadamente – segundo parâmetros mínimos de atendimento às necessidades energéticas básicas da dieta continuada – na ordem de 13.9 pontos percentuais (18,9% em 2002 para 5% em 2010), o que equivale a 28.980.791 milhões de pessoas. Pelo observado, correlacionando-se o crescimento do PIB resultante do aumento do poder de compra e do emprego, uma significativa correlação entre desempenho da dimensão econômica dessas variáveis na melhoria da alimentação com nutrição das pessoas.

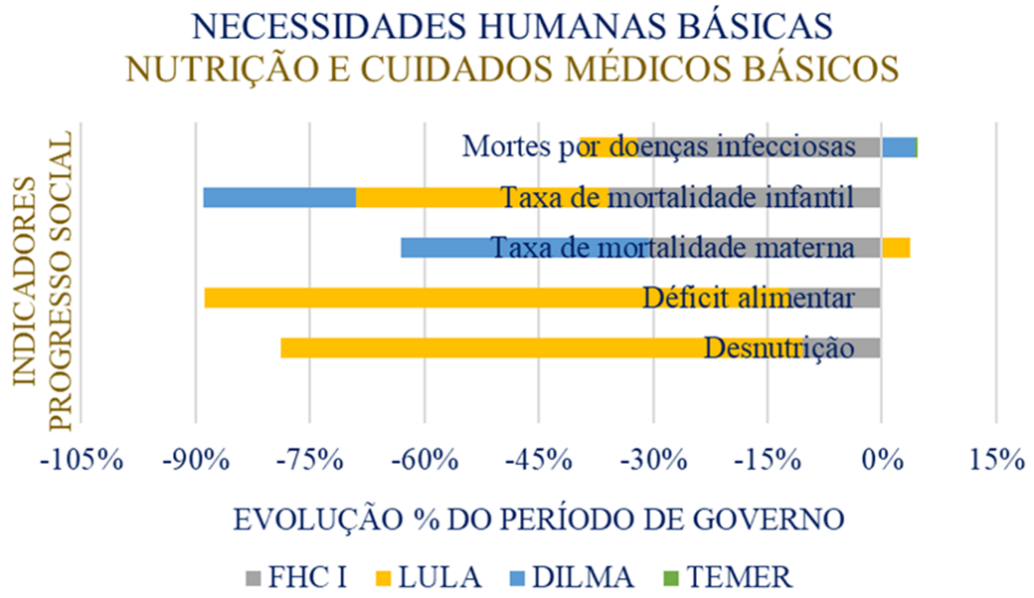
Com relação à mortalidade infantil, a diferença é de 43 p.p.[23] em favor da gestão social-democrata (-49 menos -6). Verifica-se que os três governos (FHC, Lula e Dilma) contribuíram para a evolução positiva (redução) da taxa de mortalidade infantil, ou seja, essa evolução é registrada em todo o período (1995-2016).

Observa-se que com a distribuição de renda, houve melhora nutricional da alimentação de expressiva população, cujos reflexos são registrados também na taxa de mortalidade infantil, cuja redução em número de mortes antes de completar cinco anos por 1.000 crianças nascidas vivas e de 12 crianças por 1.000 crianças nascidas vivas, o que representa uma redução da mortalidade infantil no período de 2003 a 2016 de 3.544.413 mil crianças vivas. Assim, quando a economia distribui renda, via aumento real dos salários e programas sociais, a economia, ao expandir pelo consumo, atrai os

[23] p.p significa variação em pontos percentuais.

investimentos e gera novos empregos, até chegar ao pleno emprego. Pelo consumo, o governo arrecada mais e gasta investindo realimentando o fluxo produção e renda, cujos reflexos são nitidamente observados entre os diferentes modos de gestão da macroeconomia neoliberal e social-democrata.

Gráfico 27 – Nutrição e cuidados médicos básicos



NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS BÁSICOS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Desnutrição	-10%	-68%
Déficit alimentar	-12%	-78%
Taxa de mortalidade materna	-7%	-30%
Taxa de mortalidade infantil	-6%	-49%
Mortes por doenças infecciosas	-3%	-3%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

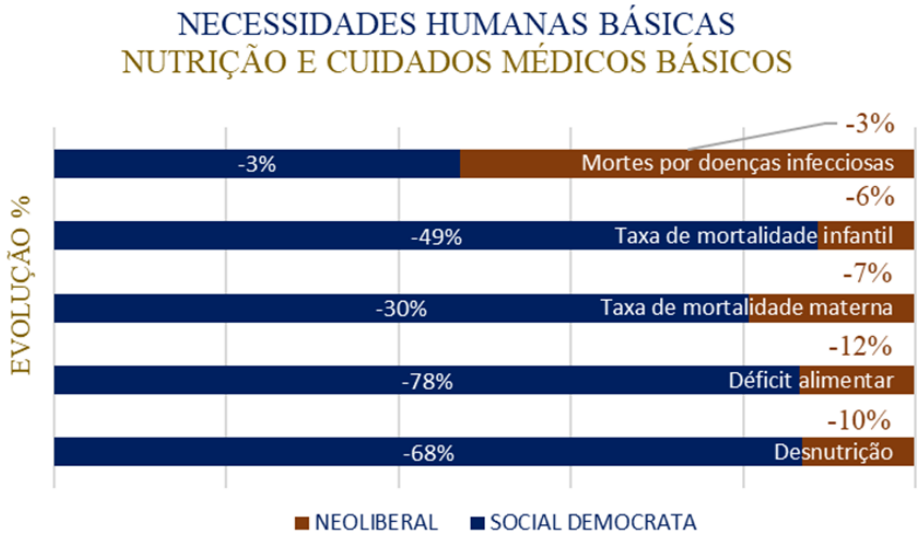
Na evolução (redução) do indicador taxa de mortalidade materna, registra-se melhoria maior nos governos (FHC e Dilma). No governo FHC, a estabilização arbitrária do câmbio em seu primeiro mandato refletiu-se na redução dos custos de importações, o que significa 50% das nossas necessidades de fatores de produção e, por conseguinte, a queda importante da taxa inflacionária. A redução dos níveis gerais dos preços (IPCA) reduz as perdas de poder de compra de uma massa expressiva de renda no sistema, uma vez que a maioria da população aufere salário-mínimo. Trata-se, portanto, de um direcionador da teoria Keynesiana, o mais importante direcionador, o que inverteu a lógica do modelo liberal quanto à renda ser a

variável macroeconômica “locomotiva da economia” e não a produção como anteriormente se entendia. Na explicação, quanto à paridade artificial entre o U$ dólar e o R$ real, os salários não obtiveram aumento, mas deixaram de perder poder de compra com o processo artificialmente estancado da inflação. Com relação ao desempenho observado no governo Dilma, destaca-se a redução dos custos pelo elevado nível de atividade econômica, o qual chegou ao pleno emprego, o que implica ressaltar utilização plena, sem desperdícios da capacidade industrial e da maximização na utilização da população disponível para o trabalho. Assim, pelo aumento da atividade econômica, há redução dos custos de produção e do nível geral dos preços e, como reflexo, o aumento do poder de compra. Com o aumento do poder de compra, há melhoria das condições de vida e, especificamente, com melhor nutrição, melhoria das condições de gestação, cujos reflexos são identificados na redução importante da taxa de mortalidade materna relacionada ou agravada por seu manejo durante a gravidez e o parto até 42 dias após o término da gravidez, independentemente da duração ou local. Registrou-se, no período do governo FHC, uma redução total de 5.404 mortes maternas e no governo Dilma, 4.203 mortes.

No Gráfico 27, observa-se uma diferença menor do que os demais indicadores, registrando uma variação de 23 p.p.

O indicador mortes por doenças infecciosas registrou uma evolução (redução) maior no governo FHC.

Gráfico 28 – Nutrição e cuidados médicos básicos – Neoliberalismo *versus* social-democracia



Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Por fim, relacionado a esta categoria Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, os resultados obtidos pela gestão social-democrata, em relação à gestão neoliberal, são bem superiores e dos cinco indicadores, quatro deles: desnutrição; déficit alimentar; taxa de mortalidade infantil; e taxa de mortalidade materna, a diferença é expressiva, conforme verifica-se no Gráfico 28.

Nutrição e cuidados médicos básicos são variáveis contempladas na Dimensão de Direitos Humanos – Igualdade, cujo escopo refere-se aos direitos econômicos, sociais e culturais, relativos à alimentação e à saúde. A não conformidade à ingestão suficiente para atender às necessidades de energia na dieta de forma contínua (desnutrição) e o número de calorias necessárias para aumentar o desnutrido do seu estado é um impacto lesivo aos direitos de igualdade. Embora os indicadores tenham evoluído, pode-se verificar nos gráficos do Apêndice III, intitulados Desnutrição e Déficit alimentar, haver ainda no Brasil oportunidade para as políticas públicas tratarem desse respeito aos direitos de cada cidadão. Registra-se, desde 2009, que 5% da população brasileira tem ingestão insuficiente contínua para atender às suas necessidades energéticas de sobrevivência. Verifica-se que o déficit alimentar vem piorando desde 2015 e acentuando-se a partir de 2016,

período evidenciado pela crise política do processo de *impeachment,* cuja matriz ideológica neoliberal, em contraponto ao bem-estar social, assume o governo e estabelece um novo conjunto de diretrizes, restritivas da economia como já mencionado, cujos impactos são evidenciados nos gráficos do Apêndice III. Esse processo de impedimento e tomada do poder impacta na Dimensão de Direitos Humanos – Direito dos Povos, cujo escopo refere-se ao direito de preservação do ser humano, especificamente relacionados à categoria Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, na proteção contra a globalização desenfreada e democracia. A não conformidade com a proteção contra a desenfreada globalização configura-se lesa aos direitos de Preservação do Ser Humano.

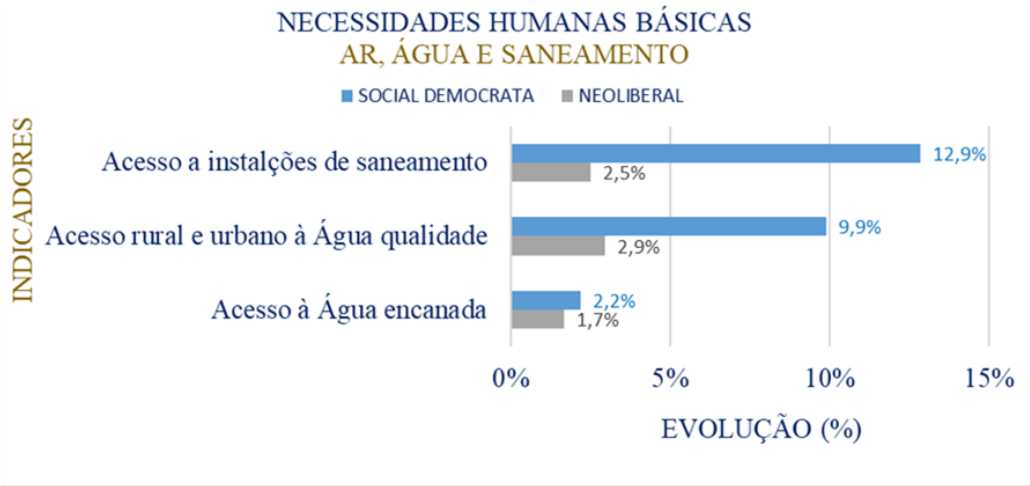
Com relação à categoria Ar, Água e Saneamento, observa-se no Gráfico 29 que em todos os indicadores de progresso, a gestão social-democrata obteve resultado bem superior à gestão neoliberal. Com relação ao indicador acesso à água encanada, a diferença é de 0,5 p.p. na média ponderada dos períodos de governo. No entanto, conforme registro gráfico do Apêndice III, intitulado Acesso à água encanada, em 1995, 89,8% da população dispunha de encanamento de água ligado à moradia, em 2016, 93,5%, o que representa uma melhora de 4,01% (93,5/89/8%). Registra-se, ainda, que desde 2014 o desempenho não sofre variação positiva.

Com relação ao indicador Acesso rural e urbano à água de qualidade, a diferença é de 7 p.p. na média ponderada entre governos neoliberal e social-democrata, a favor da gestão social-democrata. A amplitude registrada na série histórica apresentada no gráfico intitulado Acesso rural à água encanada, apresentado no Apêndice III, é de 10,6 p.p., o que representa uma evolução na ordem de 13,53% (88,9% - 2016/78,3 – 1995). Registra-se, ainda, que no ano de 2015, o indicador obteve seu melhor escore, mantendo-se inalterado até os dias atuais, ano 2019.

Já com relação ao indicador acesso à instalação de saneamento, verifica-se no Gráfico 28 uma diferença entre os ideários neoliberal e socialdemocracia de 10.4 p.p., o que representa uma evolução na ordem de 17,31% (85,95% – 2017/73,26% – 2000) no período de dados disponíveis (2000-2017), conforme apresentado no gráfico intitulado Acesso à instalação de saneamento, no Apêndice III.

Ar, água e saneamento são variáveis contempladas na Dimensão de Direitos Humanos – Igualdade, cujo escopo refere-se aos direitos saúde e moradia. A não conformidade com a disponibilidade de água encanada de qualidade e melhores condições de saneamento é um impacto lesivo ao direito de Igualdade, especificamente aos direitos Sociais e Culturais.

Gráfico 29 – Ar, água e saneamento



AR, ÁGUA E SANEAMENTO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Acesso à Água encanada	1,7%	2,2%
Acesso rural e urbano à Água qualidade	2,9%	9,9%
Acesso a instalções de saneamento	2,5%	12,9%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Com relação à categoria Moradia, observa-se no Gráfico 30 que em todos os indicadores de progresso, a gestão neoliberal obteve resultado inferior à gestão social-democrata. Com relação ao indicador acesso à eletricidade, a diferença é de 2,3 p.p. na média ponderada dos períodos de governo. No entanto, conforme registro gráfico do Apêndice III, com o mesmo nome, em 1995, 91,7% da população dispunham de energia elétrica, em 2016, 100%, o que representa uma melhora de 9,05% (100%/91,7). Registra-se, ainda, que foi no ano de 2016 que toda a população dispôs de energia elétrica em suas residências.

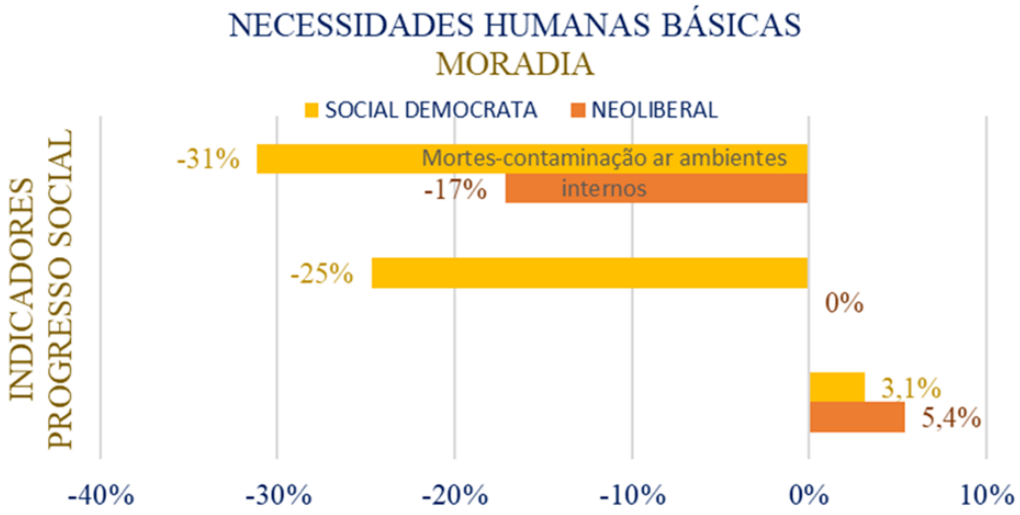
Com relação ao indicador qualidade de fornecimento de energia elétrica, a diferença é de 25 p.p. na média ponderada entre governos neoliberal e social-democrata, a favor da gestão neoliberal. A amplitude registrada na série histórica apresentada no gráfico de mesmo nome,

apresentado no Apêndice III, é de -0,4 p.p., o que representa uma evolução na ordem de -7,5% (4,5 - 2016/4,9 – 2007). Registra-se, ainda, que no ano de 2008, o indicador obteve seu melhor escore 5,0, reduzindo-se para escore 4,1 em 2016 e apresentando uma melhora na percepção de qualidade para 4,5, em 2018. Destaca-se que esse escore refere-se a uma escala de satisfação que varia de zero (0) a cinco (5). Quanto maior o escore, maior o nível de satisfação.

Já com relação ao indicador mortes por contaminação do ar em ambiente externo, verifica-se no Gráfico 30 uma diferença entre os ideários neoliberal e socialdemocracia de -14 p.p., o que representa uma evolução na ordem de 57,83% (42 – 2015/99,6 – 1995) no período de dados disponíveis (1995-2015), conforme apresentado no gráfico de mesmo nome no Apêndice III.

Moradia é uma variável contemplada na Dimensão de Direitos Humanos – Igualdade, cujo escopo refere-se aos direitos à moradia. A não conformidade com a disponibilidade de moradia de qualidade e satisfação ao fornecimento de energia elétrica é um impacto lesivo ao direito de Igualdade, especificamente aos direitos Sociais e Culturais.

Gráfico 30 – Moradia



MORADIA	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Acesso à eletricidade	5,4%	3,1%
Qualidade no fornecimento de eletricidade	0%	-25%
Mortes-contaminação ar ambientes internos	-17%	-31%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

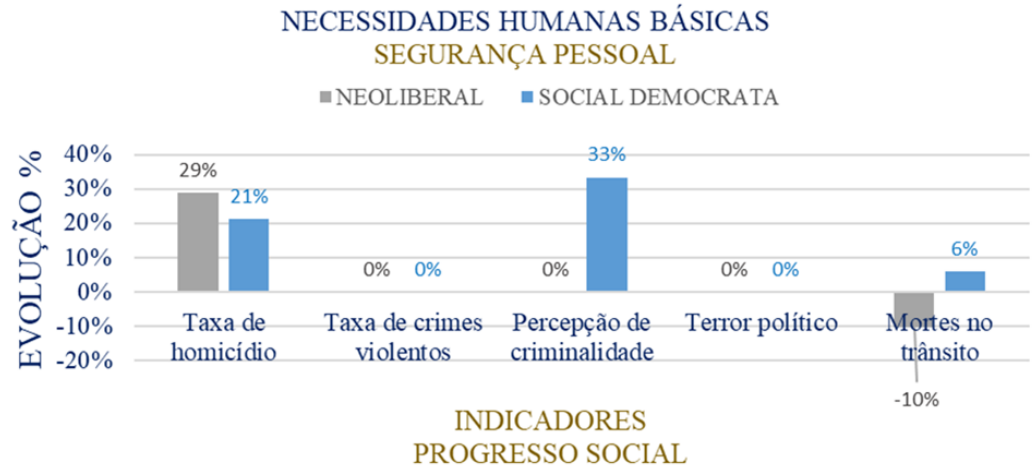
Com relação à categoria Segurança Pessoal, observa-se no Gráfico 31 que os indicadores de progresso positivo, a gestão neoliberal obteve resultado superior nos indicadores: percepção de criminalidade e mortes de trânsito. Na gestão social-democrata, verifica-se desempenho superior no indicador taxa de homicídios. Destaca-se que embora haja diferença na taxa de homicídios entre os governos, tanto no governo neoliberal quanto no governo social-democrata, verificaram-se aumentos nas variações percentuais (29% – neoliberal e 21% – social-democrata). Com relação ainda ao indicador taxa de homicídios, a diferença é de 8 p.p. na média ponderada dos períodos de governo. No entanto, conforme registro gráfico do Apêndice III com mesmo nome, em 2007, verificou-se uma taxa de 23,15 mortes por 100 mil habitantes (100.000) e no ano 2015 uma taxa de 26,73 mortes por 100 mil habitantes, o que representa 15,51% (26,74/23,15) de aumento de mortes no período de (2007-2015).

Com relação ao indicador percepção de criminalidade, a diferença é de 33 p.p. na média ponderada entre governos neoliberal e social-democrata, a

favor da gestão neoliberal. A amplitude registrada na série histórica apresentada no gráfico de mesmo nome apresentado no Apêndice III é de 33 p.p. (4 – 2018/3 – 2008). Destaca-se que embora haja variação de 33% entre os ideários de gestão econômica neoliberal e social-democrata, o escore é muito elevado em todo o período, pois o indicador é medido em uma escala que varia de um (1) a cinco (5), sendo 1 = maioria dos cidadãos confiam e 5 = alto nível de desconfiança.

Já com relação ao indicador mortes no trânsito, verifica-se no Gráfico 31 uma redução de -10% na gestão dos ideários neoliberal e aumento de 6% na gestão do ideário social democracia, registrando-se uma variação de 16 p.p. conforme apresentado no gráfico de mesmo nome no Apêndice III.

Gráfico 31 – Segurança pessoal



SEGURANÇA PESSOAL	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Taxa de homicídio	29%	21%
Taxa de crimes violentos	0%	0%
Percepção de criminalidade	0%	33%
Terror político	0%	0%
Mortes no trânsito	-10%	6%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Segurança Pessoal é uma variável contemplada na Dimensão de Direitos Humanos – Liberdade, cujo escopo refere-se: ao poder de agir reconhecido e protegido pela ordem jurídica a todos os seres humanos. A não conformidade com a disponibilidade segurança pessoal no ir e vir dos cidadãos e ao reconhecimento da proteção jurídica aos cidadãos é um

impacto lesivo ao direito de Liberdade, especificamente aos direitos de Liberdades Públicas.

Na Tabela 35, pode-se observar que o impacto neoliberal nos direitos humanos na dimensão necessidades humanas é muito inferior em amplitude e na maioria dos indicadores. Destaca-se que dos 16 indicadores referentes às necessidades humanas básicas, apenas em cinco obteve-se desempenho melhor comparativamente ao desempenho da gestão social-democrata, números que representam inferioridade quantitativa e qualitativa inferior de 68,75% (5/16). A tabela representa as variações médias ponderadas dos governos e pode-se perceber, além do desempenho diferenciado, o grau de amplitude em cada indicador social, em destaque para: desnutrição; déficit alimentar; taxa de mortalidade infantil e materna; e acesso à água encanada e de qualidade.

Tabela 35 – IPS – Necessidades humanas básicas, categorias e indicadores de progresso social – Resumo demonstrativo da evolução média ponderada

	INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL	GOVERNO NEOLIBERAL	GOVERNO SOC. DEMOCRATA
	NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS BÁSICOS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	Desnutrição	-10%	-68%
	Déficit alimentar	-12%	-78%
	Taxa de mortalidade materna	-7%	-30%
	Taxa de mortalidade infantil	-6%	-49%
	Mortes por doenças infecciosas	-3%	-3%
	AR, ÁGUA E SANEAMENTO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Acesso à Água encanada	1,7%	2,2%
	Acesso rural e urbano à Água qualidade	2,9%	9,9%
	Acesso a instalções de saneamento	2,5%	12,9%
	MORADIA	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Acesso à eletricidade	5,4%	3,1%
	Qualidade no fornecimento de eletricidade	0%	-25%
	Mortes-contaminação ar ambientes internos	-17%	-31%
	SEGURANÇA PESSOAL	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Taxa de homicídio	29%	21%
	Taxa de crimes violentos	0%	0%
	Percepção de criminalidade	0%	33%
	Terror político	0%	0%
	Mortes no trânsito	-10%	6%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

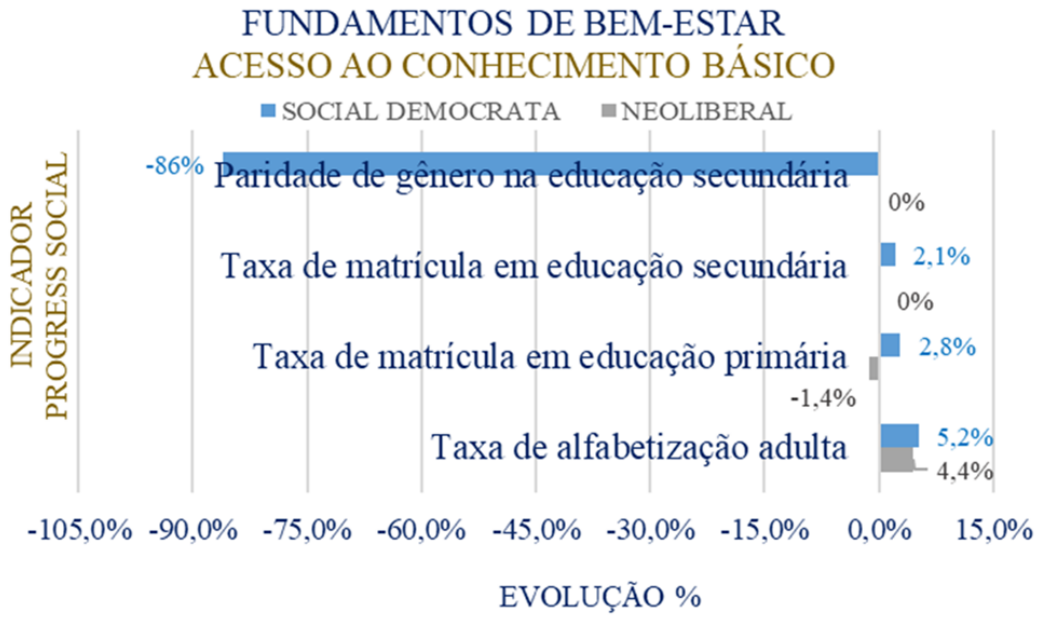
4.4.2.2 IPS – Fundamentos de bem-estar

A dimensão Fundamentos de Bem-Estar diz respeito às seguintes categorias: acesso ao conhecimento básico; acesso à informação e à comunicação; saúde e bem-estar; e sustentabilidade dos ecossistemas. Quinze indicadores foram contemplados para o estudo e estão na Tabela 37, em resumo com os escores evolutivos e comparativos entre os ideários neoliberal e social-democrata.

Observa-se no Gráfico 32 desempenho superior em todos os indicadores sociais da categoria Acesso ao conhecimento básico na gestão social-democrata em comparação à gestão neoliberal. Verifica-se que a taxa de alfabetização adulta 0,8 p.p. maior. Apresenta uma evolução de 7,66% (93% – 2017/86,37% – 2000). A contribuição neoliberal e social-democrata neste período não apresentou muita amplitude, 4,4% e 5,4%, respectivamente. Verifica-se uma significativa amplitude e melhora na gestão

social-democrata de -86 p.p na redução da paridade de gênero na educação secundária a partir do governo Lula, em 2008, redução acentuada a partir do governo Dilma, em 2013, conforme gráfico de mesmo nome no Apêndice III.

Gráfico 32 – Acesso ao conhecimento básico



ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Taxa de alfabetização adulta	4,4%	5,2%
Taxa de matrícula em educação primária	-1,4%	2,8%
Taxa de matrícula em educação secundária	0%	2,1%
Paridade de gênero na educação secundária	0%	-86%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

No Gráfico 32, verifica-se que nos governos classificados como neoliberais, a taxa de matrícula primária reduziu em -1,4% e não variou para as taxas de matrícula secundária e superior. Observa-se movimento contrário nos governos sociais-democratas para as taxas de matrícula para a educação primária e secundária na ordem de 2,8% e 2,1%, respectivamente.

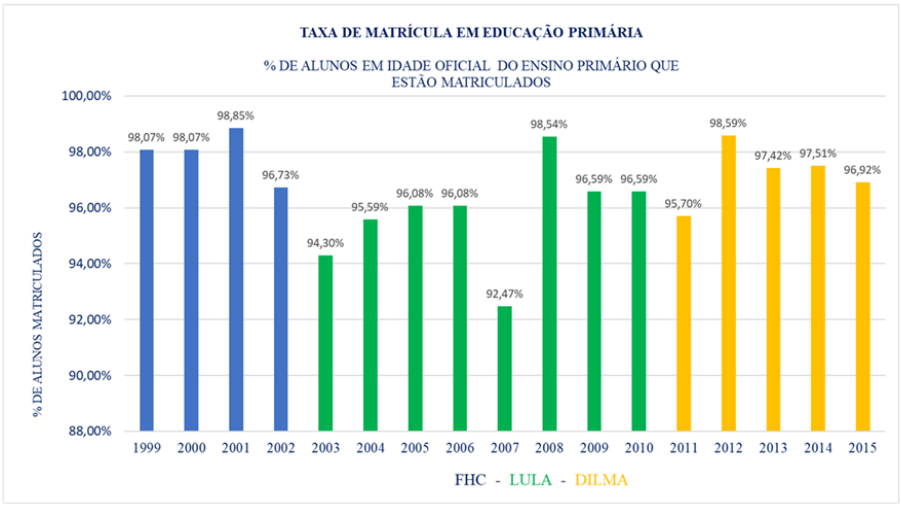
No Gráfico 33, sobre a taxa de alfabetização adulta, que representa o percentual (%) da população com 15 anos ou mais, segundo a Unesco, observa-se uma evolução expressiva a partir dos anos 2000, o que se pode correlacionar com as diretrizes políticas explicitadas na II Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena, cuja principal discussão e ênfase reconhecida versava sobre a urgente necessidade de erradicação do

analfabetismo mundial para a erradicação das dificuldades ao progresso humano e, por conseguinte, à dignidade humana.

Gráfico 33 – Taxa de alfabetização adulta

Fonte: o autor, com base em dados da Unesco. Após 2014, dados do PNAD – Síntese de indicadores 2015.

Gráfico 34 – Taxa de matrícula primária



Fonte: o autor, com base em dados da Unesco.

Observa-se no Gráfico 34, referente à taxa de matrícula primária no Brasil, não haver estabilidade registrada no percentual (%) de alunos em idade oficial de ensino primário. No segundo governo FHC, registra-se uma queda

acentuada até o primeiro ano do governo Lula, decorrente de dois fatores nitidamente registrados: um refere-se ao grau de endividamento interno e externo bruto apresentado no Gráfico 23 – Dívida bruta do governo federal em percentual sobre o PIB, que no governo FHC obteve aumento expressivo na ordem de 30,4 pontos percentuais, representando uma correspondente variação de 95,16%. Outro fator refere-se à utilização orçamentária muito insignificante no governo FHC em educação, apresentado no Gráfico 37 – Gastos com educação – Comparativo entre governos, que no governo FHC foi de 8% do total investido ao longo do período referenciado nesta pesquisa (1995-2017).

Inversamente, observa-se no governo Lula, considerando-se os mesmos fatores (endividamento e gasto com educação), uma redução de 10,4 pontos percentuais, representando uma correspondente variação de 16,7% no endividamento e um investimento em educação no período na ordem de 23%, o que representa investimentos em educação de 187,5% a maior, cujo resultado expresso no Gráfico 34 registra uma evolução da taxa de matrícula na ordem de 2,2 pontos percentuais, elevando-se de 94,30% para 95,59%.

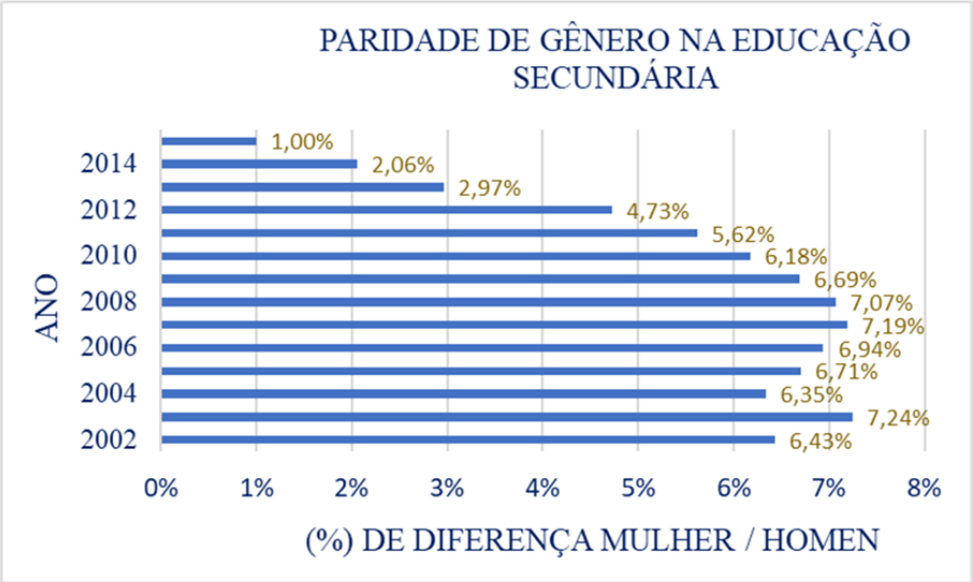
Segundo o estudo PNUD a respeito do IDH-2004 do Brasil, o avanço – embora tenha registrado elevação no governo FHC e posterior queda pelos fatores destacados – é insuficiente. O país leva uma década para que os alunos tenham um ano a mais de estudo na média. Além dessa deficiência, há o fato de que o IDH está medindo quantidade, mas no período FHC, não qualidade.

Com a necessidade de financiamento do setor público elevada e com a restrição de crédito para países cujo desempenho encontra-se abaixo da média mundial e devido ao fato de que a metodologia à época mensurava quantitativamente o fator educação, o governo FHC, para modificar o IDH com o intuito de habilitar o país ao crédito, estabelece, via política pública, aumento da taxa de escolaridade sem a preocupação com a qualidade. Assim, o IDH registra evolução.

Nesta direção, segundo PNUD-2004, a melhora da posição em educação deve-se ao fato de que o número de matriculados em todos os níveis de ensino subiu de 72% em 1995 para 92%, em 2002.

Segundo Libânio (PNUD-2004), “Aumentaram as matrículas, mas agora é preciso ver quantos vão concluir os respectivos cursos”.

Gráfico 35 – Paridade de gênero na educação secundária



Fonte: o autor, com base em dados da Unesco. Disponível em: http://data.uis.unesco.org/Index.apx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en. Acesso em: 18 dez. 2018.

Identifica-se com relação à paridade de gênero na educação secundária uma expressiva redução diferencial na ordem de 543%, registrando-se 6,43% (2002) para 1% (2014). Destaca-se o movimento bidirecional inverso ascendente até 2007, ano em que o índice representou a maior diferença em 7,19%, e descendente até 2014, ano em que o índice representou a menor diferença histórica em 1%. As políticas de acesso e investimentos expressivos dos governos Lula e Dilma justificaram essa evolução, como pode ser observado na Tabela 36 – Gastos com educação – Comparativo entre governos. O montante percentual dos investimentos em educação no período da investigação deste estudo representou por parte dos governos Lula e Dilma um percentual do total na ordem de 74,9%.

Destaca-se que há alta correlação entre o desempenho da atividade econômica (PIB) e os gastos públicos nestes governos, assim como com o grau de comprometimento da dívida pública em relação à riqueza PIB, como se pode identificar nos Gráficos: 19 – Crescimento do PIB em trilhões de reais

no período de cada governo, e 22 – Dívida pública – variação percentual sobre o PIB no período de governo (aumentos e diminuições %).

Uma maior participação nos investimentos em educação do governo Dilma na ordem de 51,6% face a uma maior disponibilidade de recursos pela adição de PIB e redução significativa de endividamento em seu governo conforme registro na Tabela 33 de R$ 2.109.940 trilhões em atividade econômica e 18,2% em dívida total sobre o PIB. Os resultados do governo Lula, principalmente a retomada do crescimento econômico e concomitante redução da dívida total, contribuíram para que no governo sucessor de Dilma houvesse a possibilidade de orçamentação em educação.

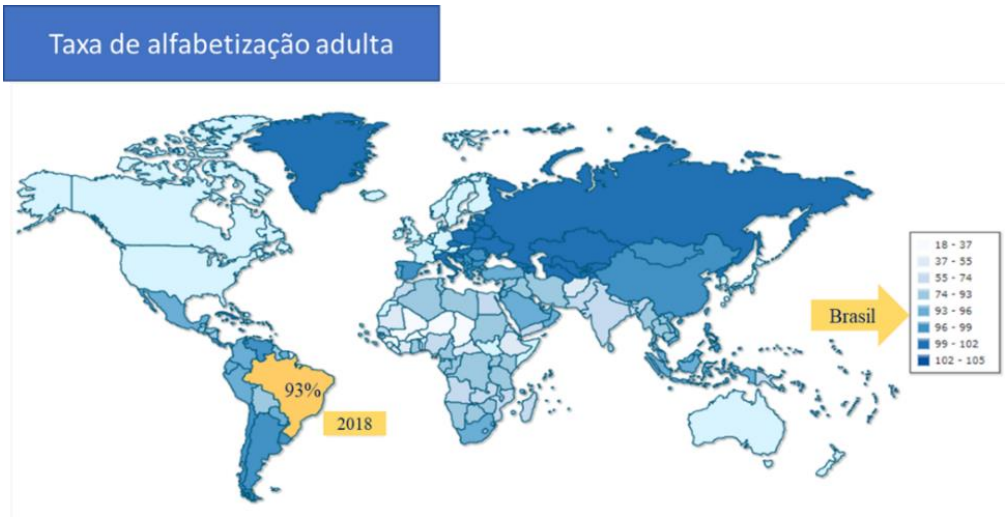
Além do fator quantitativo, é do ideário social-democrata o bem-estar social, principalmente no atendimento ao crescimento econômico com desenvolvimento e, neste qualificativo de desenvolvimento, a educação em primeiro plano.

A redução do grau de comprometimento do resultado primário no governo Lula com a redução expressiva da taxa de juros (Selic) e consequentemente menor necessidade de financiamento do setor público (NFSP) viabilizou a disponibilidade orçamentária para, por meio das políticas públicas, destinar maior soma de recursos com educação e saúde, observados no registro do indicador resultado primário médio no período na Tabela 33, resultado esse proporcional ao crescimento do PIB, o que importa valores igualmente mais expressivos. Os governos Lula e Dilma, neste período, aditaram R$ 4.507.000,00 trilhões de riqueza (PIB), o que representa, no período, uma participação do total na ordem de 72,56% dos R$ 6.210.736 aditados.

Na mesma Tabela 36 observa-se em resumo que há um efetivo desejo de melhor desenvolvimento da educação nos governos sociais-democratas de Lula e Dilma em relação aos governos neoliberais de FHC e Temer, cujos registros de investimento do total entre os dois modelos de governo sobre a economia é, respectivamente, de 74,9% e 25,1%.

Nessa direção, todos os indicadores da dimensão Fundamentos de Bem-Estar, expressos: paridade de gênero na educação secundária; taxa de matrícula em educação secundária; taxa de matrícula em educação primária; e taxa de alfabetização adulta, confirmaram esse superior desempenho.

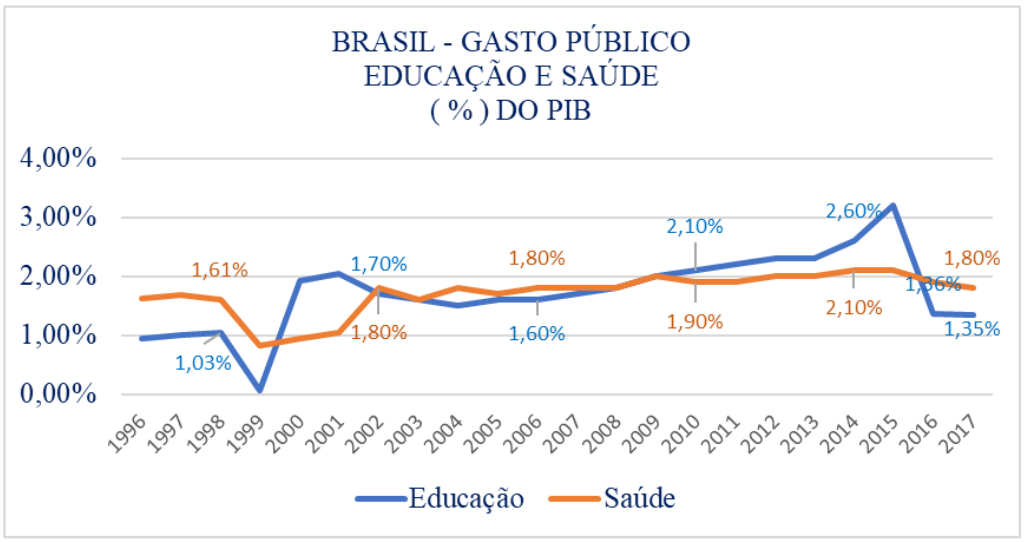
Gráfico 36 – Taxa de alfabetização adulta



Fonte: o autor, adaptado de Indexmundi. Disponível em: https://www.indexmundi.com/map/?v=39&r=xx&l=pt. Acesso em: 18 dez. 2018.

Observa-se, com relação à taxa de alfabetização adulta, no Gráfico 36, que o Brasil se encontra na escala em uma posição intermediária com relação aos países estudados nos blocos G7 e Brics.

Gráfico 36 – Gasto com educação e saúde – Porcentagem do PIB



Fonte: o autor, a partir da base de dados da Seafi.

Com relação aos gastos públicos em educação e saúde, pode-se observar no Gráfico 37 esse movimento contrário e distinto de cada governo,

destacando-se que os governos neoliberais – pela política de austeridade fiscal adotada – não investem nestas rubricas, principalmente em educação.

Considerando-se a evolução do PIB e os percentuais de gastos públicos com educação conforme demonstrados na Tabela 36, pode-se destacar que o governo social-democrata do montante total de investimentos (R$ 516.734 milhões de reais) no período de 1995-2018, representou 74,9% contra 25,1% do governo neoliberal. Observa-se ainda que o governo que mais investiu em educação, em termos monetários, foi o governo Dilma, com 51% do total, seguido do governo do Lula, com 23,3%, e 17,1% e 8% respectivamente para os governos Temer e FHC.

Importante mencionar que esse investimento *per capita* de expressar uma evolução significativa face à taxa de aumento de alunos não acompanha à taxa de investimentos.

Destaca-se que o percentual (%) inferior a 5% é um desrespeito ao cidadão, pelo fato de não oportunizar o direito de pleno desenvolvimento das potencialidades da pessoa humana.

Tabela 36 – Gastos com educação – Comparativo entre governos

GASTO COM EDUCAÇÃO		
FHC	41.347	8,0%
LULA	120.154	23,3%
DILMA	266.674	51,6%
TEMER	88.559	17,1%
TOTAL	516.734	

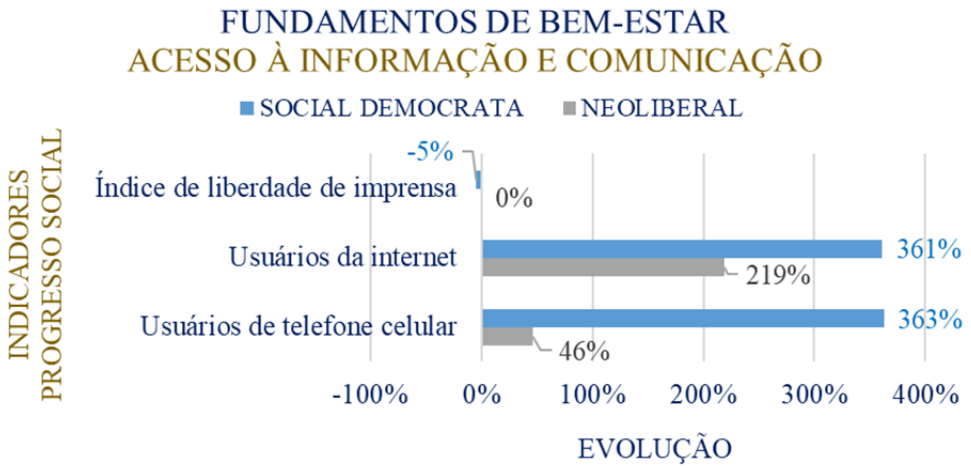
GASTO COM EDUCAÇÃO		
NEOLIBERAL	129.906	25,1%
SOCIAL DEMOCRATA	386.828	74,9%
TOTAL	**516.734**	

Fonte: o autor, a partir da base de dados do IBGE.

Observa-se no Gráfico 38 desempenho superior expressivo em dois indicadores sociais da categoria Acesso à informação e à comunicação na gestão social-democrata em comparação à gestão neoliberal. Verifica-se que o número de usuários da internet registrou uma variação de 142 p.p. a maior. Apresenta uma evolução de 754,18% (113 – 2017/13,23 – 2000). Verifica-se um significativo aumento do número de usuários, a partir do governo Lula,

acompanhando o crescimento do PIB, assim como o aumento real do número de trabalhadores, ao tempo que houve crescimento da renda real, conforme anteriormente destacado na Tabela 34.

Gráfico 37 – Acesso à informação e à comunicação

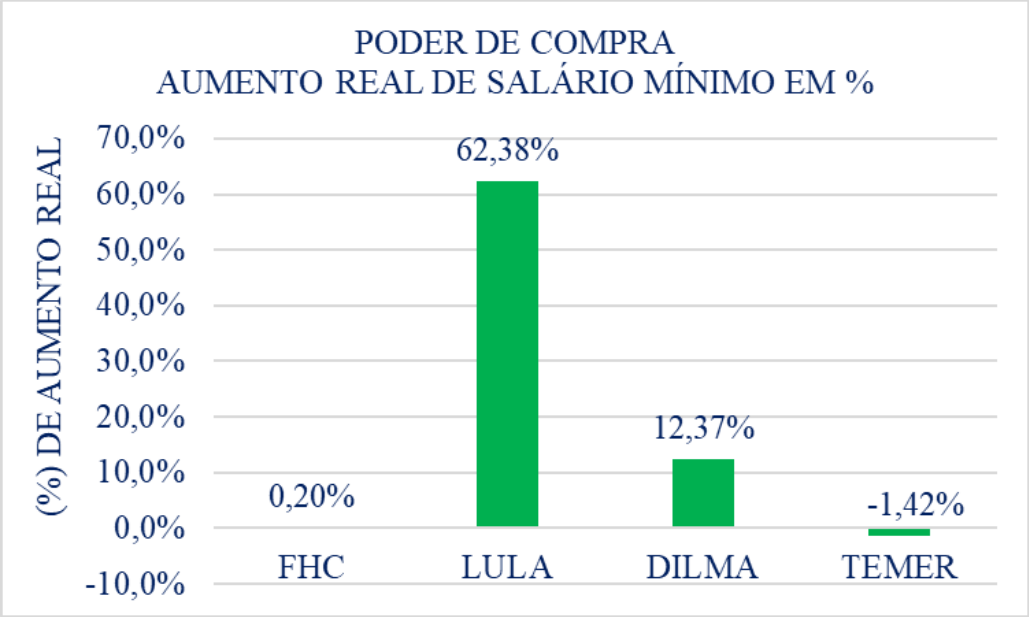


ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Usuários de telefone celular	46%	363%
Usuários da internet	219%	361%
Índice de liberdade de imprensa	0%	-5%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Verifica-se em destaque, conforme apresentado no Gráfico 39, que a variação real de salário-mínimo registrada no governo Lula de 62,38%, que possibilitou acesso à aquisição de equipamentos móveis e, por conseguinte, à inclusão digital.

Gráfico 38 – Aumento real acumulado do salário-mínimo em cada governo, em percentual



Fonte: o autor, a partir da base de dados do Bacen.

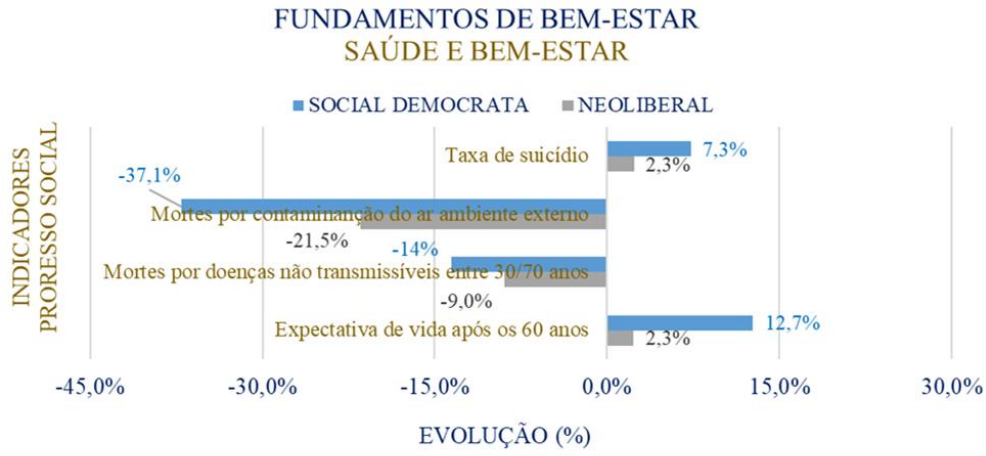
Por fim, cabe ressaltar para o indicador índice de liberdade de imprensa que neoliberal é superior ao social-democrata em 5 p.p.

O acesso à comunicação e à informação são variáveis contempladas nas Dimensões de Direitos Humanos – Solidariedade ou Fraternidade e Direito dos Povos, respectivamente, tendo como escopo respectivo o direito difuso e coletivo ao progresso da humanidade e os direitos de preservação do ser humano, conforme apresentados no Quadro 7. A não conformidade com o acesso à informação e à comunicação, tanto quanto à inclusão digital, configura-se um impacto lesivo ao direito à Solidariedade ou Fraternidade e a Preservação do Ser Humano.

Observa-se no Gráfico 40, desempenho superior em três dos quatro indicadores sociais da categoria Saúde e bem-estar na gestão social-democrata em comparação à gestão neoliberal. Verifica-se que a expectativa de vida após os 60 anos variou em 10,4 p.p. a maior. Apresenta uma evolução de 16,16% (21,7 – 2017/18,7 – 2000). Verifica-se uma significativa redução do número de mortes por doenças não transmissíveis, 5% na faixa etária entre 30 e 70 anos. Destaca-se uma redução em 15,6 p.p (-37,1-(-21,5)), do número de mortes por contaminação do ar em ambientes externos. O único indicador da categoria favorável na gestão neoliberal foi a taxa de suicídio, com

desempenho menor em 5%. Entretanto, deve-se considerar que a taxa para ambos os governos é alta se comparada aos países desenvolvidos.

Gráfico 39 – Saúde e bem-estar



SAÚDE E BEM-ESTAR	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Expectativa de vida após os 60 anos	2,3%	12,7%
Mortes por doenças não transmissíveis entre 30/70 anos	-9,0%	-14%
Mortes por contaminação do ar ambiente externo	-21,5%	-37,1%
Taxa de suicídio	2,3%	7,3%

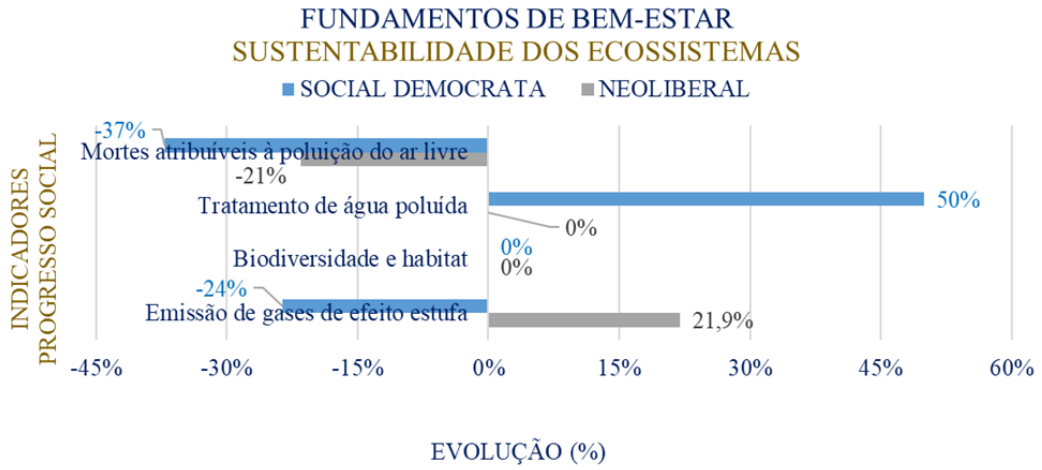
Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Por fim, observa-se no Gráfico 41, desempenho superior em todos os indicadores sociais – da categoria sustentabilidade dos ecossistemas – que registraram variações na gestão social-democrata em comparação à gestão neoliberal. Verifica-se com relação à emissão de gases de efeito estufa uma variação expressiva de 45.9 p.p., o que representa uma redução de -3,4% (1.476 – 2.017/1598 – 1995).

Com relação ao indicador tratamento de água poluída, o desempenho foi 50 p.p., o que representa aumento de 35% na porcentagem de água residual coletada, gerada ou produzida que é tratada e normalizada.

O indicador mortes atribuíveis à poluição do ar livre melhora nas duas gestões neoliberal e social-democrata em -21% e -37%, resultando em uma diferença pontual de 16 p.p.

Gráfico 40 – Sustentabilidade dos ecossistemas



SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Emissão de gases de efeito estufa	21,9%	-24%
Biodiversidade e habitat	0%	0%
Tratamento de água poluída	0%	50%
Mortes atribuíveis à poluição do ar livre	-21%	-37%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Na Tabela 37, pode-se observar que o impacto neoliberal nos direitos humanos na dimensão fundamentos de bem-estar é muito inferior em amplitude e na maioria dos indicadores. Destaca-se que dos 15 indicadores referentes aos fundamentos de bem-estar, apenas cinco obtiveram desempenho melhor comparativamente ao desempenho da gestão social-democrata, números que representam inferioridade quantitativa e qualitativa inferior de 86,7%% (5/15). A tabela representa as variações médias ponderadas dos governos e pode-se perceber, além do desempenho diferenciado, o grau de amplitude em cada indicador social, em destaque para: taxa de matrícula na educação primária, secundária e superior; taxa de alfabetização de adultos; número de usuários da internet e da telefonia móvel; expectativa de vida após os 60 anos; redução; taxa de suicídio; emissão dos gases de efeito estufa; tratamento de água poluída e mortes atribuíveis à poluição do ar livre.

Tabela 37 – IPS – Fundamentos de bem-estar, categorias e indicadores de progresso social – Resumo demonstrativo

	INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL	GOVERNO NEOLIBERAL	GOVERNO SOC. DEMOCRATA
	ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR	Taxa de alfabetização adulta	4,4%	5,2%
	Taxa de matrícula em educação primária	-1,4%	2,8%
	Taxa de matrícula em educação secundária	0%	2,1%
	Paridade de gênero na educação secundária	0%	-86%
	ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Usuários de telefone celular	46%	363%
	Usuários da internet	219%	361%
	Índice de liberdade de imprensa	0%	-5%
	SAÚDE E BEM-ESTAR	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Expectativa de vida após os 60 anos	2,3%	12,7%
	Mortes por doenças não transmissíveis entre 30/70 anos	-9,0%	-14%
	Mortes por contaminação do ar ambiente externo	-21,5%	-37,1%
	Taxa de suicídio	2,3%	7,3%
	SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Emissão de gases de efeito estufa	21,9%	-24%
	Biodiversidade e habitat	0%	0%
	Tratamento de água poluída	0%	50%
	Mortes atribuíveis à poluição do ar livre	-21%	-37%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

4.4.2.3 IPS – Oportunidades

A dimensão Oportunidades diz respeito às seguintes categorias: direitos individuais; liberdades individuais; tolerância e inclusão; e acesso à Educação Superior. Dezenove indicadores foram contemplados para o estudo e estão na Tabela 38 em resumo, com os escores evolutivos e comparativos entre os ideários neoliberal e social-democrata.

Observa-se no Gráfico 42 desempenho superior em três dos quatro indicadores sociais dos direitos individuais na gestão neoliberal em comparação à gestão social-democrata, números que representam inferioridade quantitativa e qualitativa inferior de 75% (3/4). Verifica-se que os direitos políticos têm amplitude de 9,2 p.p. maior a favor da gestão social-democrata. Destaca-se para esse indicador que na gestão neoliberal apresentou um recuo de liberdade política na média dos governos de -6,1%. Esse indicador é mensurado em uma escala de zero (0) a quarenta (40), sendo: 0 = sem direitos políticos e 40 = plenos direitos políticos. A média geral

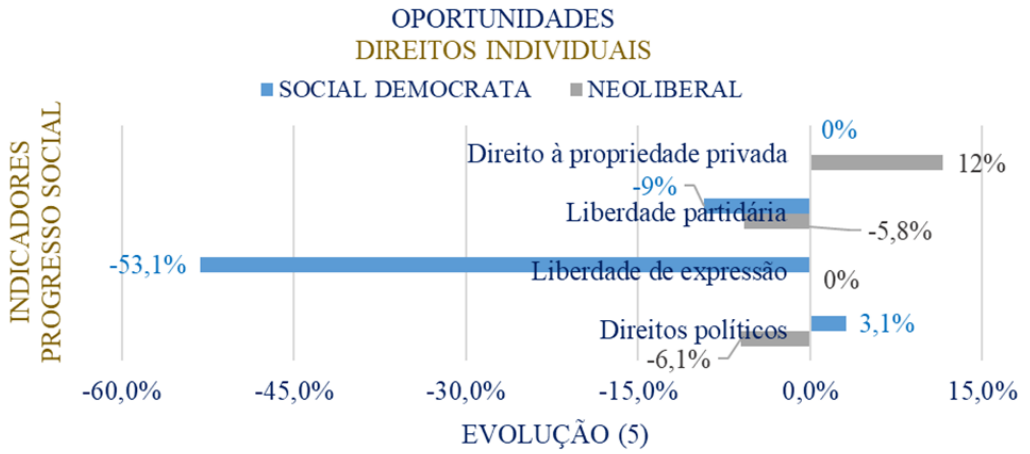
dos governos é de 32,13, nos governos neoliberais de 31 e nos sociais-democratas de 32.

Com relação à liberdade de expressão, que inclui: discussão privada; expressão acadêmica; e expressão cultural, observa-se um escore de -53,1%. Entretanto, na escala de zero (0) a quarenta (40), o Brasil registra, desde 2013, 15 pontos; 2012 registrava 33 pontos o maior escore da série no período (2003-2017). Verifica-se ainda uma redução da liberdade partidária para os dois modelos de gestão.

Em destaque aos direitos políticos, o menor escore foi registrado no ano de 2017, no governo neoliberal de Temer.

De acordo com o Gráfico 42, o Brasil encontra-se classificado em um cenário de liberdade mundial (2018) como um país que contempla a liberdade de expressão.

Gráfico 41 – IPS – Direitos individuais



DIREITOS INDIVIDUAIS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Direitos políticos	-6,1%	3,1%
Liberdade de expressão	0%	-53,1%
Liberdade partidária	-5,8%	-9%
Direito à propriedade privada	12%	0%

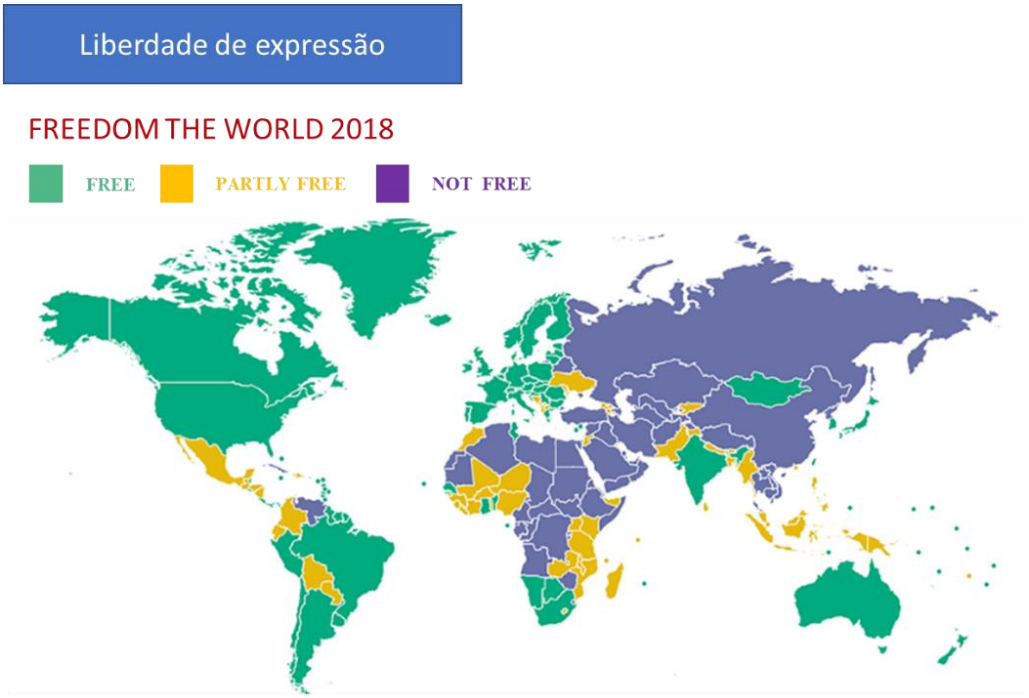
Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Com relação à liberdade partidária, verifica-se uma variação média ponderada nos dois tipos de governo, destacando-se que nos governos neoliberais a redução de liberdade partidária foi de 2.8 p.p. apenas.

Observa-se que dos indicadores da categoria direitos individuais, o direito à propriedade privada é expressivamente maior no governo neoliberal,

registrando uma variação pontual média ponderada de 12 p.p. Essa constatação evidencia uma das diretrizes do decálogo de Washington, assim como está contemplada como fundamento do sistema capitalista. No ideário neoliberal, liberdade privada livre, isto é, sem restrições de proporcionalidade.

Gráfico 42 – *Freedom the World* 2018



Fonte: o autor, a partir da base de dados de *Freedom house* (2019).

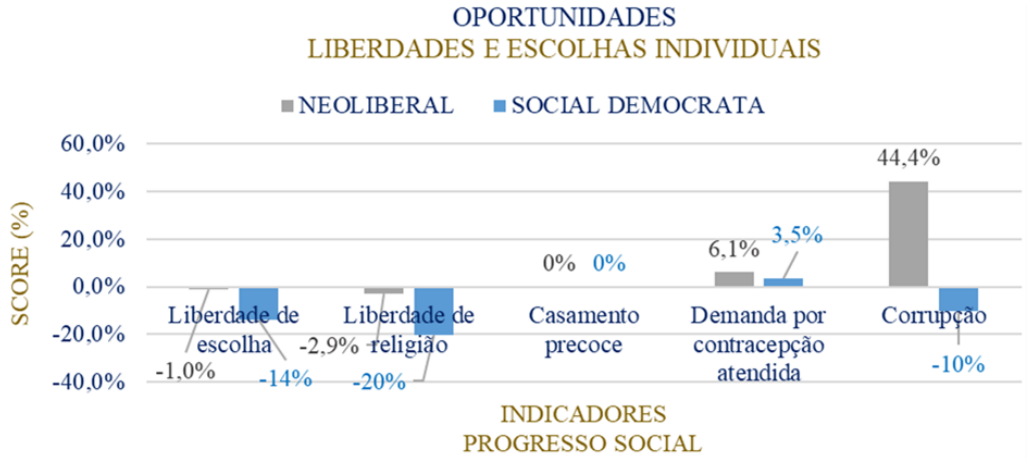
Direitos individuais são variáveis contempladas nas Dimensões de Direitos Humanos – Liberdade, tendo como escopo Os Direitos às Liberdades Públicas. A não conformidade com os direitos políticos; liberdades partidárias; liberdades de expressão; circulação; e direitos à propriedade privada configura-se um impacto lesivo ao direito à Liberdade.

Verifica-se no Gráfico 44 que o grau de liberdades reduziu no período de 1995-2017. Observa-se que o indicador de liberdade religiosa obteve a maior redução, em -20% na variação média ponderada, registrada na gestão social-democrata. Registra-se uma diferença expressiva também no indicador de liberdade de escolha, com um escore médio ponderado de 15 p.p. a favor do governo neoliberal.

O indicador referente às demandas por contracepção atendida registra melhora suave de 6,1% e 3,5% nas variações médias ponderadas respectivamente para a gestão neoliberal e social-democrata.

Nessa categoria, registra-se a maior variação e o maior escore dentre os indicadores das liberdades e escolhas individuais, a corrupção com uma variação pontual de 54,4 p.p., ou seja, um crescimento da corrupção maior nas médias ponderadas de 44% nos governos neoliberais, conforme registro no Gráfico 44.

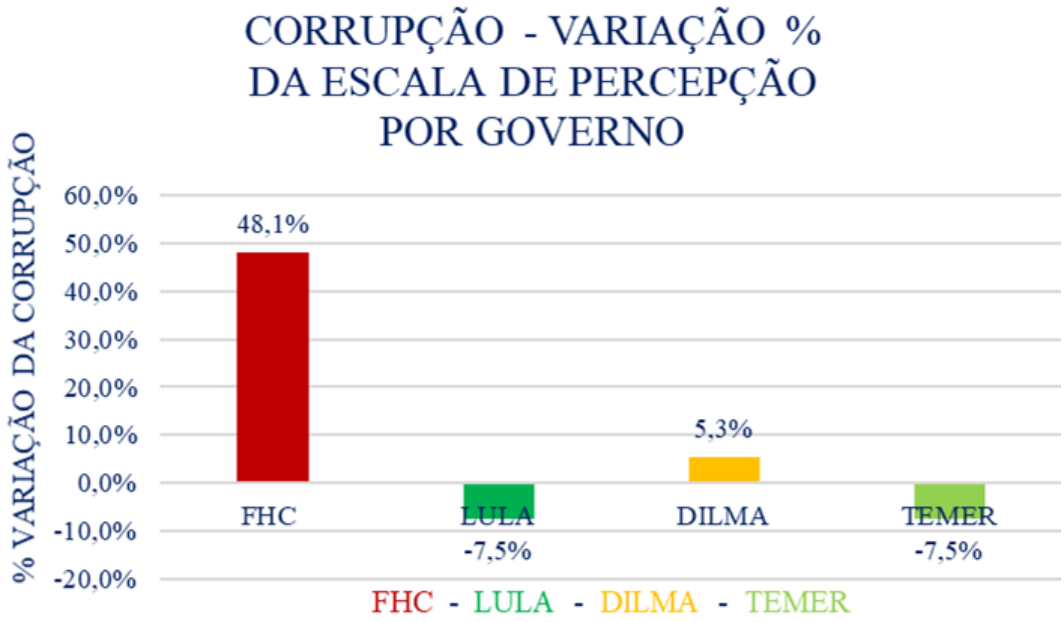
Gráfico 43 – IPS – Liberdades e escolhas individuais



LIBERDADES E ESCOLHAS INDIVIDUAIS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Liberdade de escolha	-1,0%	-14%
Liberdade de religião	-2,9%	-20%
Casamento precoce	0%	0%
Demanda por contracepção atendida	6,1%	3,5%
Corrupção	44,4%	-10%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Gráfico 44 – Corrupção – variação (%) percebida



Fonte: o autor, a partir dos dados de *Transparency*. Disponível em: http://www.transparency.org/research/cpi/overvew. Acesso em: 15 dez. 2018.

Liberdades e escolhas individuais são variáveis contempladas nas Dimensões de Direitos Humanos – Direito dos Povos, tendo como escopo Direitos à Preservação do Ser Humano. A não conformidade com liberdades de escolha e individuais, tais como: liberdade de escolha; liberdade de religião; e combate à corrupção configura-se um impacto lesivo ao Direito dos Povos.

Observa-se no Gráfico 46 que em todos os indicadores da categoria tolerância e inclusão, o desempenho social-democrata foi superior ao desempenho da gestão neoliberal. Destaca-se com relação à tolerância a imigrantes uma redução média ponderada no período de -33% na gestão neoliberal e na gestão social-democrata um acréscimo médio ponderado no período de tolerância de 21,6%. A diferença registrada foi significativa entre os dois modelos de gestão da economia na ordem de 59 p.p.

Com referência à tolerância a homossexuais, a amplitude entre as médias ponderadas no período foi de 203 p.p.

Verifica-se uma redução da tolerância religiosa na média ponderada nos governos de gestão social-democrata em -26%, enquanto nos governos neoliberais um aumento de 10,3%.

Com relação à rede de proteção à comunidade, o desempenho social-democrata foi muito superior, registrando melhor de proteção em 15% maior na média ponderada do período. Destaca-se que a amplitude das variações médias entre os dois governos é de 700% (12%/1,5%).

Gráfico 45 – IPS – Tolerância e inclusão

TOLERÂNCIA EINCLUSÃO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Tolerância a imigrantes	-33,3%	21,6%
Tolerância a homossexuais	0,0%	203%
Discriminação e violência contra minorias	6,3%	12,3%
Tolerância religiosa	10,3%	-26%
Rede de proteção à comunidade	1,5%	12%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

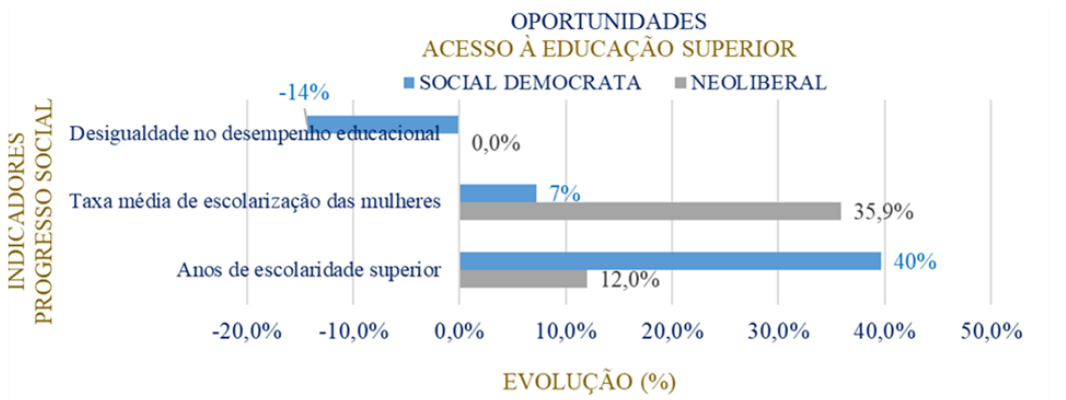
Tolerância e inclusão são variáveis contempladas na Dimensão de Direitos Humanos – Igualdade, tendo como escopo Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A não conformidade com a tolerância à imigração; aos homossexuais; à discriminação e violência contra as minorias; a intolerância religiosa; e a falta de proteção social às comunidades menos favorecidas configura-se um impacto lesivo ao direito De Igualdade.

Observa-se no Gráfico 47, com relação ao indicador anos de escolaridade, um avanço diferenciado de 52 p.p. Verifica-se um avanço na ordem de 40% e 12% para os governos sociais democratas e neoliberais, respectivamente. Esse resultado pode ser melhor entendido na observação com os investimentos apresentados na Tabela 36, em que o governo social-democrata participou em 74,9% do total de investimentos em educação no

período de 1995-2017. Verifica-se ainda que a taxa média de escolarização das mulheres foi de 35,9% no governo neoliberal, enquanto apenas 7% no governo social-democrata.

Destaca-se a importância da redução da desigualdade no desempenho educacional do governo social-democrata de -14%.

Gráfico 46 – IPS – Acesso à Educação Superior



ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
Anos de escolaridade superior	12,0%	40%
Taxa média de escolarização das mulheres	35,9%	7%
Desigualdade no desempenho educacional	0,0%	-14%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Acesso à Educação Superior é um indicador referenciado na Dimensão de Direitos Humanos – Igualdade tendo como escopo Os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A não conformidade com o desempenho da educação e igualdade configura-se um impacto lesivo ao direito De Igualdade.

Tabela 38 – IPS – Oportunidades, categorias e indicadores de progresso social – Resumo demonstrativo

INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL		GOVERNO NEOLIBERAL	GOVERNO SOC. DEMOCRATA
DIREITOS INDIVIDUAIS		NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
OPORTUNIDADES	Direitos políticos	-6,1%	3,1%
	Liberdade de expressão	0%	-53,1%
	Liberdade partidária	-5,8%	-9%
	Direito à propriedade privada	12%	0%
	LIBERDADES E ESCOLHAS INDIVIDUAIS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Liberdade de escolha	-1,0%	-14%
	Liberdade de religião	-2,9%	-20%
	Casamento precoce	0%	0%
	Demanda por contracepção atendida	6,1%	3,5%
	Corrupção	44,4%	-10%
	TOLERÂNCIA E INCLUSÃO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Tolerância a imigrantes	-33,3%	21,6%
	Tolerância a homossexuais	0,0%	203%
	Discriminação e violência contra minorias	6,3%	12,3%
	Tolerância religiosa	10,3%	-26%
	Rede de proteção à comunidade	1,5%	12%
	ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Anos de escolaridade superior	12,0%	40%
	Taxa média de escolarização das mulheres	35,9%	7%
	Desigualdade no desempenho educacional	0,0%	-14%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Na Tabela 38 pode-se observar que o impacto neoliberal nos direitos humanos na dimensão oportunidades é muito inferior em amplitude e na maioria dos indicadores. Destaca-se que dos 17 indicadores referentes às oportunidades, apenas oito obtiveram desempenho melhor comparativamente ao desempenho da gestão social-democrata. Destaca-se que desses oito indicadores, cinco estão relacionados apenas a indicadores ligados à liberdade. Essa diferença de desempenho representa uma inferioridade quantitativa e qualitativa de 53% ((8/17) -1). A tabela representa as variações médias ponderadas dos governos e verifica-se, além do desempenho diferenciado, o grau de amplitude em cada indicador social, em destaque para: liberdade partidária; direitos à propriedade privada; corrupção; tolerância a imigrantes; tolerância a homossexuais; anos de escolaridade; e taxa média de escolarização.

Na Tabela 39 observa-se nitidamente o impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos, pela revelação clara de que a gestão do sistema econômico com políticas neoliberais não se diferenciou positivamente em relação ao modelo de gestão

do sistema econômico na perspectiva social-democrata do direcionamento do modelo Keynesiano.

Observa-se que do total de 48 indicadores do modelo IPS, a gestão econômica fundamentada no ideário social-democrata foi superior em 31, o que significa 64,58%.

Na dimensão das necessidades humanas básicas, o desempenho foi em 100% superior na categoria nutrição e cuidados médicos básicos, o que revela que os programas sociais e a distribuição da renda dos governos Lula e Dilma tiveram reflexos importantes, principalmente na redução da deficiência nutricional em 68%, no déficit alimentar em 78% e na taxa de mortalidade infantil em 49%. Uma economia em expansão atende a seu objetivo precípuo de atendimento das necessidades humanas da população.

Com relação à categoria ar, água e saneamento, verifica-se um desempenho superior em 100% dos indicadores, o que revela que os programas de aceleração de investimentos foram efetivos nessa direção, por conta de uma arrecadação resultante de um PIB adicional dos governos sociais-democratas na ordem de R$ 4.507.000 trilhões, o que representa do PIB atual 68,70%. Em destaque, nessa categoria, para o acesso rural e urbano à água de qualidade e, ao acesso à instalação de saneamento. Esse impacto é expressivo porque representa respectivamente a esses indicadores uma melhoria das condições de vida de uma população de 17,3 milhões de pessoas e 23 milhões de pessoas.

No que diz respeito à categoria moradia, observa-se uma redução importante das mortes por contaminação do ar em ambientes internos. Em destaque o acesso a eletricidades, resultante da necessidade de ampliação da capacidade instalada do setor de energia a partir do segundo governo FHC. Por fim, com relação à categoria segurança pessoal, houve maior preocupação, ou seja, aumento da violência, por conseguinte, maior insegurança. O alto nível de desemprego nos governos neoliberais e um ambiente de beligerância política, gerando protestos e insegurança, são as principais causas dessa insegurança, que só não foi maior face ao crescimento econômico promovido pela gestão social-democrática da econômica explícitas na Tabela 34.

Na dimensão fundamentos de bem-estar, o desempenho social-democrata foi superior em 80% dos indicadores. Com relação à categoria acesso ao conhecimento, em todos os indicadores, o governo social-democrata foi superior. Observa-se, nessa categoria, uma importante redução da diferença no desempenho escolar de gênero, ou seja, melhora na paridade de 86%. Registra-se a elevação da taxa de matrícula primária no governo FHC II, face à necessidade de melhoria do IDH – índice de desenvolvimento humano que contempla três variáveis: longevidade; renda e escolaridade. Como o país encontrava-se com elevado nível de endividamento e a longevidade resultar da melhor das condições de bem-estar, a única alternativa para melhorar o IDH foi promover o aumento das matrículas escolares. O IDH no patamar registrado no governo FHC II não permitia novos empréstimos ao Brasil, sendo esse então o principal motivo de o governo neoliberal despontar com melhor desempenho na educação.

Os programas direcionados pelos governos sociais-democratas ligados à educação refletiram positivamente nas taxas educacionais de matrículas primárias e secundárias como na melhora da alfabetização adulta. Essa evolução na rubrica educação no governo social-democrata pode ser compreendida pelo montante investido de R$ 516.734 milhões de reais, sendo representado em 74,9% conforme registro na Tabela 36. No Gráfico 37 observa-se um crescimento diferenciado dos investimentos em educação a partir de 2006. Verifica-se ainda que os governos sociais democratas investiram em percentual 52,94% a mais em relação aos percentuais de investimentos neoliberais. Contudo, se os percentuais forem transformados em valores monetários, a diferença é muito expressiva, pois o PIB cresce 165% no período da gestão social-democrata. Os valores correspondem R$ 1.097.895 social-democrata contra R$ 223.794 neoliberal. Esses valores significam o desinteresse neoliberal em despesas sociais de grande valor como a educação. Registre-se ainda que o governo social-democrata investiu na média do período 2% do PIB contra 1,08% na média do período do governo neoliberal, o que corresponde a 92,59% maior em favor do governo social-democrata. Com relação ao acesso à informação e comunicação, embora registre-se evolução nos dois governos, o desempenho social-democrata foi superior em 66,67% com evolução significativa aos usuários de telefone

celular e aos usuários de internet, evolução decorrente do avanço tecnológico das telecomunicações no mundo e do crescimento da economia brasileira com o aumento real de poder de compra concomitante. Com relação à saúde e bem-estar, observa-se uma evolução na gestão dos dois governos, principalmente na redução das mortes por contaminação do ar ambiente externo, resultantes das diretrizes legais de controle de poluentes dos automóveis e fábricas implantadas nos dois governos. Com relação à sustentabilidade dos ecossistemas, pode-se destacar a redução de mortes atribuídas à poluição do ar livre e expressivamente o avanço no tratamento da água poluída no governo social-democrata.

Por fim, na dimensão Oportunidades, o desempenho entre as duas gestões foi equilibrado. Nas categorias direitos individuais, o governo neoliberal obteve um desempenho superior no indicador relativo à propriedade privada, que é um dos itens do decálogo neoliberal. Porém, quanto aos direitos políticos, seu desempenho foi inferior quanto à percepção da população. Dessa categoria, conforme pode ser observado na Tabela 39, o que se destaca é o crescimento da percepção de corrupção nos governos neoliberais. As causas que evidenciam uma justificativa podem relacionar-se aos processos pouco transparentes das privatizações efetivadas no governo FHC como parte do ideário neoliberal da cartilha de Washington e do processo do golpe impetrado contra o governo Dilma. Por outro, destaca-se ainda a redução do direito de escolha e na liberdade de religião nos dois governos. Esses resultados refletem o nível de preconceito e intolerância de nossa população, cuja característica pode ser associada ao nosso nível de qualidade educacional. Com relação à tolerância e à inclusão, os indicadores revelam que no governo social-democrata há maior apreciatividade e disposição para o acolhimento de não brasileiros que se encontrem em dificuldades, assim como por sua colaboração laboral, como o ocorrido com a contratação de médicos cubanos. Entretanto, em direção contrária, revela-se o indicador um aumento em 33% de intolerância por parte dos governos neoliberais. Outro indicador que se destaca é a aceitação da diversidade afetiva pelos governos sociais-democratas em relação aos governos neoliberais. E, por fim, no que diz respeito ao acesso à Educação Superior, os números revelam o impacto das políticas de acesso dos governos sociais democratas em superioridade

registrada em 40%. Outro importante avanço percebido refere-se à redução da desigualdade de desempenho educacional.

Tabela 39 – Impacto da dimensão econômica da globalização na educação e direitos humanos no Brasil – Comparativo das gestões neoliberais *versus* sociais democratas

	INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL	GOVERNO NEOLIBERAL	GOVERNO SOC. DEMOCRATA
	NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS BÁSICOS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	Desnutrição	-10%	-68%
	Déficit alimentar	-12%	-78%
	Taxa de mortalidade materna	-7%	-30%
	Taxa de mortalidade infantil	-6%	-49%
	Mortes por doenças infecciosas	-3%	-3%
	AR, ÁGUA E SANEAMENTO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Acesso à Água encanada	1,7%	2,2%
	Acesso rural e urbano à Água qualidade	2,9%	9,9%
	Acesso a instalções de saneamento	2,5%	12,9%
	MORADIA	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Acesso à eletricidade	5,4%	3,1%
	Qualidade no fornecimento de eletricidade	0%	-25%
	Mortes-contaminação ar ambientes internos	-17%	-31%
	SEGURANÇA PESSOAL	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Taxa de homicídio	29%	21%
	Taxa de crimes violentos	0%	0%
	Percepção de criminalidade	0%	33%
	Terror político	0%	0%
	Mortes no trânsito	-10%	6%
	INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL	GOVERNO NEOLIBERAL	GOVERNO SOC. DEMOCRATA
	ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR	Taxa de alfabetização adulta	4,4%	5,2%
	Taxa de matrícula em educação primária	-1,4%	2,8%
	Taxa de matrícula em educação secundária	0%	2,1%
	Paridade de gênero na educação secundária	0%	-86%
	ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Usuários de telefone celular	46%	363%
	Usuários da internet	219%	361%
	Índice de liberdade de imprensa	0%	-5%
	SAÚDE E BEM-ESTAR	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Expectativa de vida após os 60 anos	2,3%	12,7%
	Mortes por doenças não transmissíveis entre 30/70 anos	-9,0%	-14%
	Mortes por contaminação do ar ambiente externo	-21,5%	-37,1%
	Taxa de suicídio	2,3%	7,3%
	SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Emissão de gases de efeito estufa	21,9%	-24%
	Biodiversidade e habitat	0%	0%
	Tratamento de água poluída	0%	50%
	Mortes atribuíveis à poluição do ar livre	-21%	-37%
	INDICADORES DE PROGRESSO SOCIAL	GOVERNO NEOLIBERAL	GOVERNO SOC. DEMOCRATA
	DIREITOS INDIVIDUAIS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
OPORTUNIDADES	Direitos políticos	-6,1%	3,1%
	Liberdade de expressão	0%	-53,1%
	Liberdade partidária	-5,8%	-9%
	Direito à propriedade privada	12%	0%
	LIBERDADES E ESCOLHAS INDIVIDUAIS	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Liberdade de escolha	-1,0%	-14%
	Liberdade de religião	-2,9%	-20%
	Casamento precoce	0%	0%
	Demanda por contracepção atendida	6,1%	3,5%
	Corrupção	44,4%	-10%
	TOLERÂNCIA E INCLUSÃO	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Tolerância a imigrantes	-33,3%	21,6%
	Tolerância a homossexuais	0,0%	203%
	Discriminação e violência contra minorias	6,3%	12,3%
	Tolerância religiosa	10,3%	-26%
	Rede de proteção à comunidade	1,5%	12%
	ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	NEOLIBERAL	SOCIAL DEMOCRATA
	Anos de escolaridade superior	12,0%	40%
	Taxa média de escolarização das mulheres	35,9%	7%
	Desigualdade no desempenho educacional	0,0%	-14%

Fonte: o autor, com base no IPS – *Social Progress Index* (2019).

Após a reflexão sobre os indicadores de progresso social resultantes do impacto da dimensão econômica da globalização, evidencia-se que a qualidade de vida, a promoção da dignidade da pessoa humana, o bem-estar da sociedade, o respeito aos direitos do outro, a consciência da responsabilidade no cumprimento dos deveres por parte de cada indivíduo, embora alguns avanços tenham sido observados, está longe de expressar a preocupação das políticas públicas e macroeconômicas nessa direção.

Os indicadores revelaram que o bem-estar e a melhoria das condições de vida são dependentes da postura moral de cada governante, ou seja, da regra do bem proceder, que significa sempre e em qualquer circunstância colocar em primeiro plano o social em detrimento do individual. O problema da economia não é técnico nem político, é moral.

A igualdade não obstrui a liberdade, mas a liberdade sem igualdade é amoral.

A constelação de poder, em competição nefasta, obnubila a visão de que em sociedade somos todos irmãos e que somos interdependentes. As ideologias, transparentes ou não, são os referenciais desses grupos que assumem o comando e, pelo conjunto de seu ideário, promovem pelas políticas macroeconômicas do modelo Keynesiano expansão ou retração da atividade econômica. Os movimentos em cada governo e principalmente em cada modo de conduzir a economia revelaram-se, com muita nitidez, de expansão na gestão social-democrata e de retração na gestão neoliberal. O impacto da dimensão econômica na educação e nos direitos humanos é significativo. Os indicadores revelaram que o movimento de expansão econômica gera – além de prosperidade material – progresso social, bem-estar individual e coletivo. Ao contrário, pelo movimento de retração econômica – além da carência material – gera infelicidade e lesões na dignidade e nos direitos humanos.

Resgatando as indagações pressupostas de Aristóteles (1992) de que a principal função da riqueza é trazer benefícios para toda a sociedade; de Dreèze (1998) de que o desenvolvimento humano depende em maior ou menor grau do desempenho da economia; e de Despotis (2005) na afirmativa de que a eficiência do progresso social é mensurável, pode-se concluir que a

gestão altruísta da economia social-democrata resulta em progresso e que a gestão egoísta da economia neoliberal resulta em lesão humanitária de grande significado e de longa duração.

A economia deveria voltar a ser chamada de filosofia moral para atender e dar efetividade ao seu principal escopo – atender à humanidade e garantir dignidade do berço ao túmulo, não só para o indivíduo, mas, sobretudo, para a sociedade humana.

A educação é o motor da transformação. A educação moral do homem é o grande desafio. O entendimento da diversidade como oportunidade proporcionará uma visão de integração e colaboração. Não mais, o sentimento primevo da competição, mas o sentimento ético da excelência de bem e melhor servir.

São muitas as conquistas da inteligência, mas são muitas também as carências do sentimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar o impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil, mensurado pelos indicadores de progresso social do modelo IPS - *Social Progress Index* como resultados das ações e políticas macroeconômicas nas distintas perspectivas neoliberal e social-democrata comparativamente no Brasil. Para a efetividade desse objetivo, foi necessário o estabelecimento de pressupostos, sendo alguns ideológicos e outros de ordem teórico-prática. O pressuposto da existência de uma ideologia implícita na gestão macroeconômica da economia – inserida no modelo Keynesiano de gestão das políticas macroeconômicas: Fiscal/tributária; Monetária; Renda; e Cambial/Comercial – direcionadora de movimentos de expansão e retração, cria, assim, um campo de interdependência entre o campo econômico e o campo social de bem-estar e direitos humanos. Outro pressuposto contemplado diz respeito ao escopo precípuo da ciência econômica, o de atendimento à humanidade e, por conseguinte, da dignidade da pessoa humana. O pressuposto, não menos importante, de ordem filosófica, de que a riqueza é apenas um meio para que se atinjam fins mais elevados referentes à qualidade de vida ou à felicidade, do berço ao túmulo. Como pressupostos específicos em Aristóteles, “a principal função da riqueza é trazer benefícios para a sociedade; em Dreèze e Sen sobre o desenvolvimento humano, com a abordagem “todo desenvolvimento humano depende, em maior ou menor grau, do desempenho da economia”; e, em Despotis, sobre a eficiência social de que “existem fatores mensuráveis que afetam a eficiência social dos países”.

Importante destacar que a ampliação do horizonte temporal da pesquisa compreendido entre os anos 1995 e 2017, inclusive, possibilitou mais nítida revelação dos resultados comparados entre neoliberalismo e socialdemocracia. Essa ampliação não desfigurou a configuração do modelo IPS – *Social Progress Index* em suas dimensões, categorias e indicadores, uma vez que as fontes para a dilação da série histórica foram as mesmas utilizadas no IPS.

Considerando-se que o desenvolvimento humano é de natureza multidimensional e a dificuldade de contemplar um conjunto de indicadores capaz de satisfazer aos anseios humanos é uma tarefa muito difícil, pelos critérios exigidos a destacar sua efetividade, é a justificativa da escolha da metodologia e base de dados do IPS.

O presente trabalho foi pioneiro na perspectiva de conectar o desempenho macroeconômico da gestão neoliberal (globalização) aos impactos de progresso social.

Pode-se afirmar, por fim, que o impacto da dimensão econômica da globalização, revelados pelos indicadores de progresso social, foi significativo.

Destaca-se que dos 48 indicadores de progresso social, a gestão neoliberal, representante da dimensão econômica da globalização nos dias atuais, somente obteve evolução melhor nos indicadores da dimensão necessidades humanas básicas, especificamente nos indicadores: mortes por doenças infecciosas; acesso à eletricidade; qualidade ao fornecimento de eletricidade; percepção de criminalidade e mortes no trânsito; na dimensão fundamento de bem-estar, especificamente nos indicadores: índice de liberdade de imprensa e taxa de suicídio; e na dimensão oportunidades, especificamente nos indicadores: liberdade de expressão; liberdade partidária; direitos à propriedade privada; liberdade de escolha; liberdade religiosa; demanda por contracepção atendida e taxa média de escolaridade das mulheres.

Verificou-se o melhor desempenho nos indicadores muito aderentes ao ideário do consenso de Washington, referentes à propriedade privada e às liberdades. Os demais indicadores, aderentes à dignidade humana e aos direitos humanos, obtiveram desempenho muito abaixo da expectativa.

Em resposta à pergunta central da tese enunciada "**Qual o impacto da dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil, a partir da mensuração do IPS – *Social Progress Index***? Após cuidadosa reflexão e análise sobre os resultados dos indicadores de progresso social – resultantes do impacto da dimensão econômica da globalização – observou-se, de maneira nítida, que a dimensão econômica da globalização na educação e nos direitos humanos no Brasil, em todas as três dimensões, necessidades humanas básicas, fundamentos de

bem-estar e oportunidades, foi inferior ao desempenho da dimensão econômica social-democrata no Brasil.

Os indicadores da dimensão **necessidades humanas básicas**, relativos à nutrição e cuidados médicos básicos registraram, nos governos neoliberais, aumento da desnutrição, déficit alimentar, aumento da mortalidade infantil e materna e aumento das mortes por doenças infecciosas. Os indicadores relativos a ar, água e saneamento revelaram baixa melhora no acesso à água encanada, na qualidade de água tanto rural quanto urbana e no acesso a instalações de saneamento. Os indicadores relativos à moradia revelaram importante melhoria no acesso à eletricidade, redução da qualidade no fornecimento de eletricidade e redução das mortes por contaminação do ar nos ambientes internos. Os indicadores relativos à segurança pessoal revelaram importante aumento da taxa de homicídios e redução do índice de mortes no trânsito.

Os indicadores da dimensão **fundamentos de bem-estar**, relativos ao acesso ao conhecimento básico revelaram aumento significativo da taxa de alfabetização adulta, redução da taxa média em educação primária nos governos neoliberais, estagnação na evolução das taxas de matrícula na educação secundária e, no governo social-democrata, significativo aumento da paridade de gênero no desempenho na educação secundária. Os indicadores relativos ao acesso à informação e à comunicação revelaram aumento expressivo da inclusão digital (acesso a celulares e internet) e redução da percepção de liberdade de imprensa. Os indicadores relativos à saúde e bem-estar revelaram aumento significativo na expectativa de vida após os 60 anos no governo social-democrata, enquanto no governo neoliberal registrou-se um crescimento muito baixo. Revelaram, também, redução significativa das mortes por contaminação do ar ambiente externo e aumento da taxa de suicídio nos dois governos, em nível inferior no governo neoliberal. Os indicadores sobre sustentabilidade dos ecossistemas revelaram expressiva piora no governo neoliberal e expressiva melhora no governo social-democrata com relação à emissão de gazes efeito estufa, com relação ao tratamento de água poluída importante melhoria no governo social-democrata e importante redução, nos dois governos, das mortes atribuídas à poluição do ar livre.

Os indicadores da dimensão **oportunidades**, relativos aos direitos individuais, revelaram redução aos direitos políticos no governo neoliberal e aumento no governo social-democrata, redução expressiva na liberdade de expressão, redução da liberdade partidária e avanço no indicador relativo à propriedade privada no governo neoliberal. Os indicadores relativos as liberdades e escolhas individuais revelaram redução na liberdade de escolhas, da liberdade religiosa de maneira mais acentuada no governo social-democrata e aumento no atendimento à demanda por contracepção atendida. Os indicadores relativos à tolerância e inclusão revelaram, no governo neoliberal, intolerância significativa, enquanto no governo social-democrata aumento significativo da tolerância a imigrantes, em destaque ainda ao aumento expressivo à tolerância homossexual no governo social-democrata, enquanto no governo neoliberal o indicador não apresentou movimentação evolutiva. Revelaram ainda aumento da discriminação e violência contra minorias nos dois governos, porém, muito maior no governo social-democrata, e aumento da rede de proteção à comunidade. Por fim, os indicadores relativos ao acesso à Educação Superior revelaram aumento dos anos de escolaridade superior principalmente no governo social-democrata, aumento da taxa média de escolarização das mulheres principalmente no governo neoliberal e importante redução da desigualdade no desempenho educacional no governo social-democrata.

Os indicadores revelaram que o bem-estar e a melhoria das condições de vida são dependentes da postura moral de cada governante, ou seja, da regra do bem proceder, que significa sempre e em qualquer circunstância colocar em primeiro plano o social em detrimento do individual, a forte dependência do progresso social à maneira de se conduzir a economia e, sobretudo, que a má distribuição da riqueza impacta de maneira superlativa na dignidade da pessoa humana e significativamente nos direitos humanos.

O presente estudo justificou-se pela contribuição ao destacar a conexão da gestão macroeconômica aos impactos na dignidade da pessoa humana, de maneira estruturada e teoricamente fundamentada.

O estudo revela haver oportunidades para novas pesquisas, utilizando-se a base dos indicadores de progresso social do IPS. É importante a continuidade da pesquisa sob a mesma perspectiva, porém, com temáticas

específicas, como, por exemplo, a temática de cada dimensão e ou a temática particularizada de cada indicador de progresso social contemplado no modelo IPS.

Conclui-se, após esse estudo, que a configuração do modelo de gestão macroeconômico impacta de maneira diferenciada, como resultado das políticas por distintos gestores neoliberais e sociais-democratas na educação, no progresso social, nos direitos humanos, assim como na dignidade da pessoa humana.

A economia impacta na qualidade de bem-estar social, portanto, o ser humano deve ser o motivo central da gestão política macroeconômica. Há possibilidade de convivência entre o crescimento econômico com o desenvolvimento social, como observado nos indicadores comparativos.

O ser humano não é coisa, por isso, não é substituível por outra coisa e, por conseguinte, merece ter do berço ao túmulo uma vida com dignidade, próspera, esperançosa e, principalmente, com felicidade e harmonia social.

O desenvolvimento científico-tecnológico – promotor o crescimento da riqueza – deve vir acompanhado do desenvolvimento humano, principalmente moral, para que a paz seja o reflexo característico da dignidade social na sociedade em que vivemos.

Os indicadores de progresso social revelaram a disparidade de ritmo entre os desenvolvimentos científico-tecnológico e moral na atualidade e a racionalidade não expressou, nas diretrizes políticas, os valores do bem proceder.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma investigação). *In*: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. **O científico e o ideológico**. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/029/29andrioli01.htm. Acesso em: 18 dez. 2018.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AULETE, Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. 5. Ed. Delta. Rio de Janeiro: DELTA, 1970. 5V.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2007. 2v.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CASSIN, René. El problema de la realización de los derechos humanos em la sociedade universal. *In*: CASSIN, René. **Veinte años de evolución de los derechos humanos.** México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1974, p. 397.

CASTRO; LESSA. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

CHANG, Há-Joon. **Economia modo de usar**: um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 36. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHIZZOTTI, Antonio. **Caderno de história da educação,** v. 15, n. 2, p. 599-613, maio-ago. 2016. ISSN: 1982-7806.

CONIC. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. **Relatório sobre a dignidade humana e paz no Brasil – 2003.** CONIC. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 40.

CORTINA, A**. Ética sem moral.** Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. *In*: GILL, Stephen (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 119.

DESPOTIS, D. K. **Measuring human development via data envelopement analysis**: the case of Asia and the Pacific, Omega, 2005, p. 974.

DICKE, Peter. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. 5. ed. Porto Alegre: Boockmann, 2010.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. *In*: DOWBOR, Ladislau *et al.* (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 9-16.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **A theory of human need**. London: MacMillan, 1991.

DREÈZE, J.; SEN, A. **Hunger and Public Action**. 1. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998. p. 183.

EVANS, Peter. **State, capital and the transformation of dependence**: the Brazilian computer case, World Development, 14, 791-808.

FARIAS, F. B. de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez, 2013.p. 13.

FLORES, J. H. A dignidade da luta. **Revista Direito e Práxis**, v. 2, n. 1, 2011, p. 82.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Divaldo Pereira. **Luz nas trevas**. Pelo espírito Joanna de Ângelis. [psicografia]. Salvador: Leal, 2018.

FURTER, Pierre. **Educação e Reflexão**. Petrópolis: Vozes, 1970.

FUSFELD, Daniel, R. **A era dos economistas**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GABEL, J**. Sociologia de la alienación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado**: o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 15.

GREEN, Dunca. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. Tradução de Luiz Vasconcelos. São Paulo: Cortez; Oxford; Oxfam Internacional, 2009.

GRIECO, Francisco de Assis. **O comércio exterior e as crises financeiras**. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 34-35.

HERZ, Mônica. A internacionalização da política: a perspectiva cosmopolita em face do debate sobre a democratização da ONU. **Contexto Internacional,** v. 21, n. 2, Rio de Janeiro: IRI-PUC, jul./dez. 1999, p. 259-29.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. (tradução – Janaína Marcoantonio, Mairane Janikian). 1. ed. São Paulo: Ática, 2010. p.15.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. The future of globalização. Cooperation and conflit; **Journal of the Nordic International Studies Association**, 37(3), p. 247-265.

HOEVELER, Rejane. **Rev. Carta Internacional.** Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2017, p. 55-75.

HOGENDORN, J. S. **O controle da economia moderna**: uma tradução à macroeconomia Keynesiana. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOLANDA, A. B. **Pequeno dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: RRP Editorial, 1976.

IPS – INDEX SOCIAL PROGRESS. Disponível em: http://www.socialprogress.org. Acesso em: 10 out. 2018.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, médias e aplicações. 3. ed. Campinas: Alénea/PUC-Campinas, 2004.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril, 1980. p. 140.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Princeton: Princeton University Press, 1984. p. 35.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis, 2011.

LAJUGIE, J. **Os sistemas econômicos**. São Paulo: Difel, 1973.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 63.

LINDBECK, Assar. **A economia política da nova esquerda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA, Andreza de Melo. Uma leitura sobre a globalização e as concepções de poder em Joseph Nye. **Revista Eletrônica EXAMÃPAKU.** v. 7, n. 1, jan./abril/201 dez. 4. Disponível em: http://revista.ufrr.br/index.php/examapaku. Acesso em: 18 dez. 2018.

LIMA SOBRINHO, Antonio Estevam de. **Etapas das ideias econômicas no Brasil**. Brasília, DF. Universidade de Brasília, 1978.

LUKÁCS, G. Consciência de Classe. *In*: VELHO, O. *et al.* (Org.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MACPHERSON, Crawford B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke.** (Tradução de Nelson Dantas). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 27.

MALHEIRO, Emerson. **Curso de direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 33-35.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NOGUEIRA, M. A.; GIOVANNI, G. (Org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, Fundap, 2015.

NUNES, Antônio José Avelãs. **Uma introdução à economia política**. São Paulo: Quatier Latin, 2007.

ORTIZ, Renato. Gramsci e as ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Anpocs, v. 21, n. 62, 2006, p. 95-103.

PANIZZI, W. **La enseñanza superior como "Servicio Comercial**": ¿Desafío o amenaza? Discurso apresentado na III Cumbre Iberoamericana de Reitores de Universidades Públicas. Porto Alegre, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais**: temas, atores e visões. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PICO DE LA MIRANDOLA, J. De hominis dignitate (1486). *In:* PICO DE LA MIRANDOLA, J. **Los filósofos del Renascimento.** Seleção de textos de Clemente Fernández. Madrid: B.A.C. 1990. p. 13.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos: desafios de ordem internacional contemporânea. *In*: PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos**. v. 1, Curitiba: Juruá, 2006, p. 22.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 203.

PORTER, M.; STERN, S.; GREEN, M. **Índice de progresso social**. Sumário Executivo, 2014.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

REIS, Rosana Rocha (Org.). **Políticas de direitos humanos**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 53.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SÁNCHEZ, Gamboa Silvio. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANTOS, Francisco de Araújo. **O liberalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991. p. 27.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internacionales: phénomène de segmentation des rôles tradicionales de l'état-nation. *In*: PHILIP, Christian *et al.* **Au-delà et em deçà de l'etat-nation**. Bruxelas: Bruvlant, 1996. p. 203-236.

SOUZA, N. A. **O colapso do neoliberalismo**. São Paulo: Global, 1995. p. 15.

STEIN, J. L. **Unemployment, infaltion and monetarism.** New York: Oxford, North-Holland, 1976.

STERN, S. *et al.* **Índice de Progresso Social 2014**. Relatório metodológico, 2014.

TED GLOBAL 2010 Conference. Disponível em: https://www.ted.com/talks/joseph_nye_on_global_power_shifts?language=pt-br. Acesso em: 18 abr. 2018.

VIGEVANI, Tullo *et al.* (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC: Ed. Unesp; Bauru, EDUSC, 2004. p. 376.

WEBER, Cynthia. **International Relation Theory: A Critical introduction**. London: Routledge, 2010. p. 108-109.

WHITNEY, E. N.; HAMILTON, E. M. N.; ROLFES, S. R. **Undertanding Nutrition**. 5th ed. St Paul: West, 1990.

APÊNDICES

APÊNDICE I – GLOSSÁRIO UTILIZADO

BALANÇA COMERCIAL

Balança comercial é o indicador econômico que representa a relação entre o total de exportações e importações de bens e serviços de um país em determinado período. Quando o total de exportações de bens e serviços for superior ao total de importações, registra-se um superávit no saldo da balança comercial. Quando o total de exportações de bens e serviços for inferior ao total de importações, registra-se um déficit no saldo da balança comercial.

CONSENSO DE WASHINGTON

Trata-se de uma conjugação de grandes medidas, compostas por dez direcionadores, desenvolvidas a partir dos anos 70 pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, aplicadas a países em desenvolvimento e emergentes. Esse decálogo foi formulado em 1989 pelo economista John Williamson:

1 **Disciplina fiscal**: altos e contínuos déficits fiscais contribuem para a inflação e fugas de capital.

2 **Redução dos gastos públicos**: o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários.

3 **Reforma tributária**: a base de arrecadação tributária deve ser ampla.

4 **Juros de mercado**: os mercados financeiros domésticos devem determinar as taxas de juros de um país. Taxas de juros reais e positivas desfavorecem fugas de capitais e aumentam a poupança local.

5 **Câmbio de mercado**: países em desenvolvimento devem adotar uma taxa de câmbio competitiva que favoreça as exportações, tornando-as mais baratas no exterior.

6 **Abertura comercial**: as tarifas devem ser minimizadas e não devem incidir sobre bens intermediários utilizados como insumos para as exportações. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.

7 **Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições**: investimentos estrangeiros podem introduzir o capital e as tecnologias que faltam no país, devendo, portanto, ser incentivados.

8 **Privatização das estatais**: tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores. Logo, o Estado deve vender empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais.

9 Desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas: a regulação excessiva pode promover a corrupção e a discriminação contra empresas menores com pouco acesso aos maiores escalões da burocracia. Os governos precisam desregular a economia.

10 Direito à propriedade: os direitos de propriedade devem ser aplicados. Sistemas judiciários pobres e leis fracas reduzem os incentivos para poupar e acumular riqueza.

EXTREMA POBREZA

Percentual de pessoas na população total com renda familiar *per capita* inferior à linha de indigência (ou miséria ou extrema pobreza). A linha de extrema pobreza aqui considerada é a estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa com base nas recomendações da FAO e OMS. Calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE. Observação: Série histórica interrompida pelo IBGE.

GINI

Desenvolvido pelo matemático italiano Corrado Gini, o Coeficiente de Gini é um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero, menor é a desigualdade de renda num país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do um, maior a concentração de renda num país.

ICC

Este indicador avalia o grau de confiança que a população tem na situação geral do país e nas condições presentes e futuras de sua família. Obs.: O ICC é a média do Índice de condições econômicas atuais e do Índice de expectativas.

INDICADOR SOCIAL

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas.

INDICADOR ECONÔMICO

Um indicador econômico é uma medida em geral quantitativa dotada de significado econômico, usado para quantificar a efetividade das políticas macroeconômicas de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programática (para formulação de políticas de equilíbrio do funcionamento do sistema econômico).

ICEI

O indicador de confiança do empresário industrial (CEI) é baseado em seis questões referentes às condições atuais, em comparação aos últimos seis meses, e às expectativas, para os próximos seis meses, com relação à economia, ao setor de atividade e à própria empresa. Os índices para condições atuais e expectativas foram obtidos a partir da ponderação das perguntas relativas à economia, setor e empresa, utilizando-se os respectivos pesos 1, 2 e 3. O índice geral foi obtido a partir da ponderação dos resultados referentes a condições atuais e expectativas, utilizando-se respectivamente os pesos 1 e 2. Os indicadores variam em um intervalo entre 0 (zero) e 100 (cem). Valores acima de 50 (cinquenta) indicam situação melhor ou expectativa otimista.

IBC-Br

O **Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (IBC-Br) é** um indicador criado para tentar antecipar o resultado do **Produto Interno Bruto (**PIB**)** do país, constituindo-se em um parâmetro preliminar da evolução da atividade econômica brasileira. O cálculo do IBC-Br também auxilia a autoridade monetária a definir a meta da taxa básica de juros da economia.

IPCA

Produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1979, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPCA) – também conhecido como IPCA – é o indicador oficial do Governo Federal para aferição das metas inflacionárias. O IPCA mede a variação do custo de vida das famílias com chefes assalariados e com rendimento mensal compreendido entre 1 e 40 salários mínimos mensais.

PIB

O PIB (Produto Interno Bruto) é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia e tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Quando uma determinada região apresenta declínio de dois trimestres consecutivos no valor do PIB, significa que sua economia se encontra em recessão técnica. Apesar de o Produto Interno Bruto ser considerado um bom indicador de crescimento, não pode ser considerado um índice de desenvolvimento, uma vez que seu cálculo não inclui dados como distribuição de renda, expectativa de vida e nível educacional da população, entre outros aspectos.

PNAD

Realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) produz diversos indicadores mensais, trimestrais e anuais sobre o mercado de trabalho no Brasil, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do país. A PNAD abrange informações referentes à quantidade de pessoas com emprego, quantidade de pessoas sem emprego, taxa de ocupação, taxa de desemprego e rendimento médio dos trabalhadores.

POBREZA – DESIGUALDADE – ÍNDICE DE THIEL

Mede o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. É o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos. Tende ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)/IBGE. Observação: série interrompida pelo IBGE.

SALÁRIO-MÍNIMO

O salário-mínimo é o menor valor de remuneração que a legislação permite que os empregadores paguem aos seus empregados pelo tempo e esforço gastos na produção de bens e serviços. O salário-mínimo também é o menor valor pelo qual uma pessoa pode vender sua força de trabalho.

SELIC

A Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. Esta taxa básica é utilizada como referência para o cálculo das demais taxas de juros cobradas pelo mercado.

APÊNDICE II – DEFINIÇÕES DO IPS

METODOLOGIA DO IPS

Concepção de progresso social

Progresso social é a capacidade de uma sociedade de atender às necessidades humanas básicas de seus cidadãos, de estabelecer as bases que permitam aos indivíduos e comunidades melhorarem e manterem sua qualidade de vida, e de criar condições para que todos atinjam seu pleno potencial.

Princípios basilares

- Somente indicadores sociais e ambientais.
- Resultados, não investimentos.
- Holístico e relevante para todos os países.
- Factível.

Configuração

- Dimensões, Categorias e indicadores:

1. Necessidades Humanas Básicas.
   1.1. Nutrição e cuidados médicos básicos.
   1.2. Água e saneamento.
   1.3. Moradia.
   1.4. Segurança pessoal.

2. Fundamentos de Bem-Estar.
   2.1. Acesso ao conhecimento básico.
   2.2. Acesso à informação e comunicação.
   2.3. Saúde e bem-estar.
   2.4. Sustentabilidade dos ecossistemas.

3. Oportunidades.
   3.1. Direitos individuais.
   3.2. Liberdades individuais.
   3.3. Tolerância e inclusão.
   3.4. Acesso à Educação Superior.

Seleção e justificativa

Os indicadores são selecionados porque são medidos apropriadamente, conforme uma metodologia consistente, em todos os países da amostra. Em sua totalidade, esta estrutura tem como objetivo capturar uma ampla gama de

fatores inter-relacionados, revelados pela literatura acadêmica e experiência profissional como sustentáculo do progresso social.

Metodologia aplicada

A inovação desta metodologia, para obtenção de um diagnóstico mais próximo às realidades normalmente invisíveis aos indicadores sociais mais genéricos, reside justamente na apropriação do frame analítico estabelecido pelo *Social Progress Imprerative* e sua tradução ao nível da comunidade.

Essa tradução, contudo, demandou diferentes passos no processo de consolidação de um método de pesquisa que se mostrasse eficiente para contemplação das realidades locais e simultaneamente acionável, na medida em que permite diferentes atores e instituições fazerem uso dos resultados para promoção de ações que alterem em alguma medida a realidade observada. Abaixo os passos para o estabelecimento do IPS Comunidades:

Passo 1: Compreensão aprofundada da realidade local, em termos de diversidade territorial, linguagem, aspectos culturais e econômicos próprios à população estudada.

Passo 2: Adequação dos conteúdos a serem aferidos à realidade, sem perder de vista a importância de métricas básicas e universais dentro do escopo analítico que define Progresso Social, na perspectiva estabelecida pelo SPI.

Passo 3: Trabalho coletivo de consolidação dos indicadores a serem levantados, incorporando sugestões, críticas e revisão das lideranças comunitárias dos territórios objeto da investigação.

Passo 4: Construção de uma amostra representativa e robusta o suficiente para o nível desagregado de leitura desejado, bem como padronização dos processos de coleta da informação e verificação das entrevistas realizadas.

Passo 5: Construção dos modelos estatísticos de análise seguindo as diretrizes utilizadas pelo modelo global. Nesse passo, para consolidação dos modelos, foi aplicada de maneira rigorosa a metodologia SPI, para construção de indicadores sintéticos que tivessem maior poder explicativo e simultaneamente fossem mais aderentes às realidades analisadas, permitindo a leitura aproximada dos resultados obtidos com o IPS Comunidades com os IPS dos níveis global e municipal, ainda que a comparação estrita dos indicadores não se faça possível.

Mensuração.

Os resultados são normalizados de forma a compor uma escala de 0 a 100 para cada componente aferido. Nesse sentido, quanto mais próximo a 100, melhor o desempenho da população em determinada dimensão.

CONCEITO E CÁLCULO DOS INDICADORES – DIMENSÃO – CATEGORIAS

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS

NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS BÁSICOS

DESNUTRIÇÃO

A porcentagem da população cuja ingestão de alimentos é insuficiente para atender às necessidades energéticas da dieta continuamente. O escore do IPS **varia em porcentagem de zero a cinco (0 a 5%).** Quanto maior, significa prevalência de desnutrição.

DÉFICIT ALIMENTAR

Refere-se ao número de calorias necessárias para levantar os subnutridos de seus *status*. A intensidade média da privação alimentar dos subnutridos **é estimada como a diferença entre a exigência média de energia na dieta e o consumo médio de energia da população subnutrida e multiplicada pelo número de subnutridos** para fornecer uma estimativa do total de déficit alimentar do país, que é então normalizado pela população total.

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Refere-se ao número anual de **mortes femininas por qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou seu manejo** – excluindo causas

acidentais ou incidentais – **durante a gravidez e o parto ou até 42 dias após o término da gravidez**, independentemente da duração ou local.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

Refere-se à probabilidade de **uma criança nascida** em um ano específico **morrer antes de atingir a idade de cinco anos por 1000 habitantes**.

MORTES POR DOENÇAS INFECCIOSAS

Diz respeito à taxa de mortalidade padronizada por idade de mortes por HIV/AIDS, tuberculose, diarreia, infecções intestinais, infecções respiratórias, otite média, meningite, encefalite, difteria, coqueluche, tétano, sarampo, varicela, herpes zoster, malária e doença de chagas, medida por 100.000 habitantes.

ÁGUA E SANEAMENTO

ACESSO À ÁGUA ENCANADA

Refere-se ao percentual da população **com um duto de abastecimento de água conectada** com o encanamento interno a uma ou mais torneiras ou torneira no quintal.

ACESSO RURAL À ÁGUA ENCANADA

Refere-se ao acesso rural a fontes de água de qualidade. A porcentagem **(%) da população rural com água canalizada para habitação, a água canalizada** para o quintal, lote, torneira ou fontanário público, tubagem ou furo, poço protegido, ou água de chuva.

ACESSO A INSTALAÇÕES DE SANEAMENTO

Refere-se ao acesso a instalações de saneamento. A porcentagem **(%) da população com saneamento melhorado**, incluindo sanitários com descarga, sistema de esgoto encanados, fossas sépticas, descarga direta/direta na latrina da fossa latrina.

MORADIA

ACESSO À ELETRICIDADE

Refere-se ao acesso % da população à energia elétrica.

QUALIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Refere-se à **qualidade de fornecimento de energia elétrica** medida **pela resposta média à questão**: "**No seu país, como você avaliaria a confiabilidade do fornecimento de eletricidade, falta de interrupção e falta de flutuações de voltagem?"** A escala varia de 1 a 7, sendo 1 = não é confiável em absoluto e 7 = extremamente confiável.

MORTES POR CONTAMINAÇÃO DO AR EM AMBIENTE INTERNO

Refere-se à **taxa de mortalidade padronizada** por idade **atribuível à poluição do ar doméstica e poluição do ar ambiente** por 100.000 habitantes.

SEGURANÇA PESSOAL

TAXA DE HOMICÍDIOS

Refere-se ao **número de homicídios**, definidos como **morte ilegal** infligida a uma pessoa com a intenção de causar morte ou ferimentos graves por 100.000 habitantes. **Observação:** este indicador é o único de fonte

diferente da base de dados do IPS. Porém, o conceito é o mesmo, razão pela qual o utilizamos. Fonte (IPEADATA).

TAXA DE CRIMES VIOLENTOS

Refere-se à avaliação com base na pergunta: **"A criminalidade violenta pode representar um problema significativo para o governo e ou empresas nos próximos dois anos?"** O escore refere-se a uma **escala que varia de 1 a 5, sendo**: 1 = fortemente não e 5 = fortemente sim.

PERCEPÇÃO DA CRIMINALIDADE

Refere-se a uma **avaliação do nível de segurança interna e o grau em que os outros cidadãos podem ser confiáveis.** Medido em uma **escala de 1 a 5, sendo**: 1 = maioria dos outros cidadãos pode ser confiável; níveis muito baixos de segurança interna e 5 = nível muito alto de desconfiança; as pessoas são extremamente cautelosas em suas relações com outros; grande número de condomínios fechados, alta prevalência de segurança e guardas.

TERROR POLÍTICO

O **nível de violência política e terror que um país experimenta com base em uma "escala de terror" de 5 níveis:**

> 1 = Países sob um estado de direito seguro, as pessoas não são presas por seus pontos de vista e a tortura é rara ou excepcional. Assassinatos políticos são extremamente raros.
>
> 2 = Existe uma quantidade limitada de prisão por atividade política não violenta. No entanto, poucas pessoas são afetadas; torturas e espancamentos são excepcionais. Assassinato político é raro.
>
> 3 = Existe um extenso aprisionamento político ou uma história recente de tal prisão. Execução ou outros assassinatos políticos e

brutalidades podem ser comuns. A detenção ilimitada, com ou sem julgamento, por opiniões políticas é aceita.

4 = Variações de direitos civis e políticos se expandiram para um grande número da população. Assassinatos, desaparecimentos e tortura são uma parte comum da vida. Apesar de sua generalidade, nesse nível o terror afeta aqueles que se interessam por políticas e ideias.

5 = Terror se expandiu para toda a população. Os líderes dessas comunidades não limitam os meios ou à eficácia com que buscam objetivos pessoais ou ideológicos.

MORTES NO TRÂNSITO

Refere-se **à estimativa de mortes por lesões fatais no trânsito** por 100.000 habitantes.

FUNDAMENTOS DE BEM-BEM ESTAR

ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO ADULTA

Diz respeito à porcentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever uma declaração curta ou simples sobre sua vida cotidiana. Alfabetização que também abrange a capacidade de fazer cálculos aritméticos simples.

TAXA DE MATRÍCULA EM EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Diz respeito ao número total de alunos da idade oficial do ensino primário que estão matriculados em qualquer nível de ensino, expresso como uma porcentagem da população com idade escolar oficial. Estatística denominada “taxa de matrícula primária líquida total”.

TAXA DE MATRÍCULA EM EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA

Diz respeito ao total de matrículas no ensino médio, independentemente da idade, expresso como porcentagem da população total com idade escolar oficial no ensino médio. A taxa bruta de matrícula pode ser superior a 100% devido à inclusão de alunos maiores de idade e menores de idade devido à entrada precoce ou tardia na escola e repetição de séries. No modelo IPS, os dados são limitados a 100.

PARIDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA

Diz respeito à proporção das meninas para os meninos matriculados no nível secundário em escolas públicas e privadas. No modelo IPS, a distância absoluta de 1 é usada.

ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

USUÁRIOS DE TELEFONE CELULAR

Refere-se às assinaturas de um serviço telefônico móvel público que utilizam a tecnologia celular, incluindo o número de cartões SIM pré-pagos ativos durante os últimos três meses, expressos como o número de assinaturas de telefones móveis por 100 habitantes. No modelo PSI, as pontuações são limitadas a 100 telefones móveis por 100 pessoas.

USUÁRIOS DE INTERNET

Diz respeito ao número estimado de usuários de internet fora do total da população, usando a internet a partir de qualquer dispositivo (incluindo celulares) nos últimos 12 meses.

ÍNDICE DE LIBERDADE DE IMPRENSA

Diz respeito ao grau de liberdade que os jornalistas, organizações de notícias e internautas desfrutam em cada país, e os esforços feitos pelas autoridades para respeitar e fazer respeitar essa liberdade.

SAÚDE E BEM-ESTAR

EXPECTATIVA DE VIDA APÓS OS 60 ANOS

Refere-se ao número médio de anos que uma pessoa de 60 anos poderia esperar viver, se passasse pela vida exposta às taxas de mortalidade específicas por sexo e idade prevalecente na época de seus 60 anos de idade, por um período de 60 anos, em um país, território ou área geográfica.

MORTES POR DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS ENTRE 30 E 70 ANOS

Refere-se à taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas entre as populações com idade entre 30 e 70 anos, para cada 100.000 habitantes.

MORTES POR CONTAMINAÇÃO DO AR AMBIENTE EXTERNO

Diz respeito ao número de mortes resultantes de emissões da atividade industrial às famílias, por carros e caminhões, expressa como a taxa por 100 mil pessoas.

TAXA DE SUICÍDIO

Diz respeito à mortalidade devido à lesão autoinfligida, por 100.000 pessoas, conforme a idade.

SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS

EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

As emissões de dióxido de carbono (CO2), metano (CH4), óxido nitroso (N2O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF6), expressas em equivalentes de CO2 usando 100 anos potenciais de aquecimento global encontrados no Painel Intergovernamental de Mudança de Clima – Segundo Relatório de Avaliação por PIB-PPP. No modelo SPI, os dados são escalados 0-4:4:<100 3: 100-200 2: 200-1000 1: 1000-2000 0:> 2000. Fonte: World ResourcesInstitute.

BIODIVERSIDADE E HÁBITAT

Refere-se à proteção das áreas terrestres e marinhas, bem como espécies ameaçadas ou em perigo, que compreendem áreas críticas de Proteção do Hábitat, Área Terrestre Protegidas (*National Weight Bioma*), Áreas Protegidas Terrestres (*Global Weight Bioma*), e áreas marinhas protegidas, em escala de 0 (sem proteção) a 100 (alta proteção). Fonte: *Yale Center for Environmental Law & Policy and Columbia Uni.*

TRATAMENTO DE ÁGUA POLUÍDA

Diz respeito à porcentagem de águas residuais coletadas, geradas ou produzidas que são tratadas, normalizadas pela população conectada a instalações centralizadas de tratamento de águas residuais.

MORTES ATRIBUÍVEIS À POLUIÇÃO DO AR LIVRE

Diz respeito ao número de mortes resultantes das emissões da atividade industrial, residencial, movimentação veicular de carros e caminhões, expresso pela taxa de mortes por 100.000 habitantes.

OPORTUNIDADES

DIREITOS INDIVIDUAIS

DIREITOS POLÍTICOS

Refere-se a uma **avaliação de três subcategorias** de direitos políticos:

1. Processo eleitoral.
2. Pluralismo político e participação.
3. Funcionamento do governo.

Esse indicador é medido em **uma escala de 0 a 40, sendo**: 0 = sem direitos políticos e 40 = plenos direitos políticos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Refere-se **a uma avaliação de múltiplos aspectos da liberdade de** expressão, incluindo discussão privada, expressão acadêmica e cultural.

LIBERDADE PARTIDÁRIA

Refere-se a uma avaliação sobre **se as pessoas podem** assistir gratuitamente às reuniões da comunidade, participar de organizações políticas, realizar manifestações públicas, assinar petições e expressar opiniões contra as políticas e ações do governo sem medo de retaliações.

DIREITOS À PROPRIEDADE PRIVADA

Refere-se **ao grau que um país protege os direitos de propriedade privada e o grau de sua aplicabilidade**, medido de uma **escala de 0 a 100,** sendo: 0 = propriedade privada é proibida; e 100 = propriedade privada é garantida pelo governo.

LIBERDADES INDIVIDUAIS

LIBERDADE DE ESCOLHA

Refere-se à **porcentagem (%) de respondentes satisfeitos à questão**: “Você está satisfeito ou insatisfeito com sua liberdade de escolher o que faz com sua vida?”

LIBERDADE RELIGIOSA

Refere-se a uma **medida combinada de 20 tipos de restrições, incluindo esforços do governo para** banir determinadas religiões, proibir conversões, limitar a pregação ou dar tratamento preferencial a um ou mais grupos religiosos. **Medida com escala de 1 a 10, sendo:** 1 = baixa liberdade; e 10 = liberdade muito alta.

DEMANDA POR CONTRACEPÇÃO ATENDIDA

Refere-se à **porcentagem (%) da demanda total** de planejamento familiar entre mulheres casadas ou em união de 15 a 49 anos que está **satisfeita com os métodos modernos.**

CORRUPÇÃO

Refere-se **ao nível percebido de corrupção no setor público na opinião dos especialistas,** medida em uma **escala de 0 a 100, sendo**: 0 = altamente corrupto; e 100 = muito limpo.

TOLERÂNCIA E INCLUSÃO

TOLERÂNCIA A IMIGRANTES

Refere-se **ao percentual (%) de respondentes “sim” à pergunta**: “A cidade ou região em que você mora é uma boa cidade ou lugar para a recepção de população de outros países?”

TOLERÂNCIA A HOMOSSEXUAIS

Refere-se **ao percentual (%) de respondentes "sim"** à **pergunta**: "A cidade ou região em que você mora é um bom lugar ou não para morar gays ou lésbicas?"

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA MINORIAS

Refere-se ao **indicador de queixas ao grupo**: Discriminação, impotência, violência étnica, violência comunal, violência sectária e violência religiosa, **medido em uma escala de 0 a 10, sendo**: 0 = pressões baixas; e 10 = pressões muito altas.

TOLERÂNCIA RELIGIOSA

Refere-se **ao grau em que existem barreiras à liberdade de religião** em um país, atos de hostilidade religiosa por indivíduos, organizações sociais privadas.

CORRUPÇÃO

Refere-se **à porcentagem (%) de respondentes "sim" à pergunta**: "Se você estava com problemas, você tem parentes ou amigos com quem pode contar para ajudá-lo sempre que precisar ou não?"

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANOS DE ESCOLARIDADE SUPERIOR

Refere-se **à média de anos de Educação Superior** entre pessoas **com mais de** 25 anos de idade.

TAXA MÉDIA DE ESCOLARIAÇÃO DAS MULHERES

Refere-se ao número médio de anos frequentado por mulheres entre 25 e 34 anos, incluindo os ensinos: primário, secundário e superior.

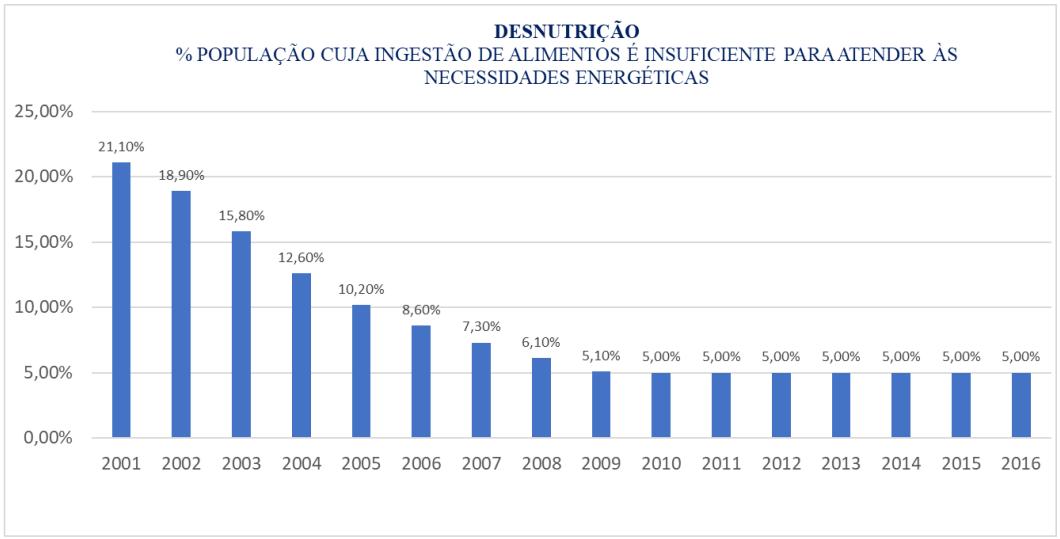
DESIGUALDADE NO DESEMPENHO SUPERIOR

Refere-se **à perda na educação potencial devido à desigualdade**, **calculada pela diferença percentual (%) entre o Índice de Desenvolvimento e o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano,** que compreende a média de anos de estudo e anos de escolaridade esperados, e o Índice de Educação ajustado por desigualdade.

APÊNDICE III – GRÁFICOS – SÉRIE HISTÓRICA – POR CATEGORIA

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS
NUTRIÇÃO E CUIDADOS MÉDICOS BÁSICOS

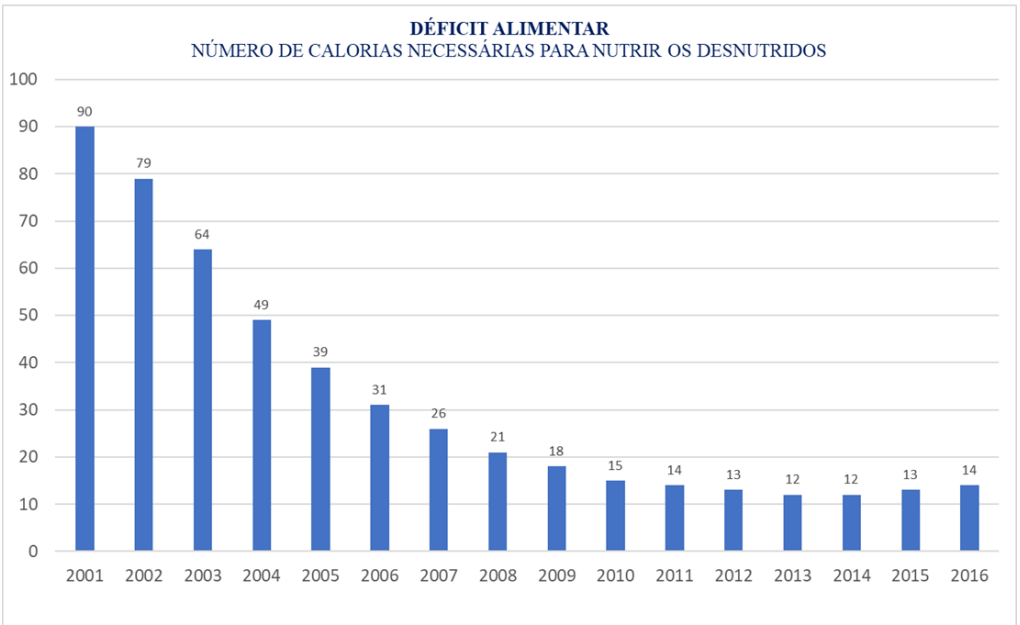
Desnutrição



FONTE: *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO
ACESSO: 27/10/2018 às 13:06

NOTA: Os dados de 2001 à 2012 retirados diretamente da base de dados FAO. De 2013 em diante da base de dados IPS. A fonte do IPS é da FAO.

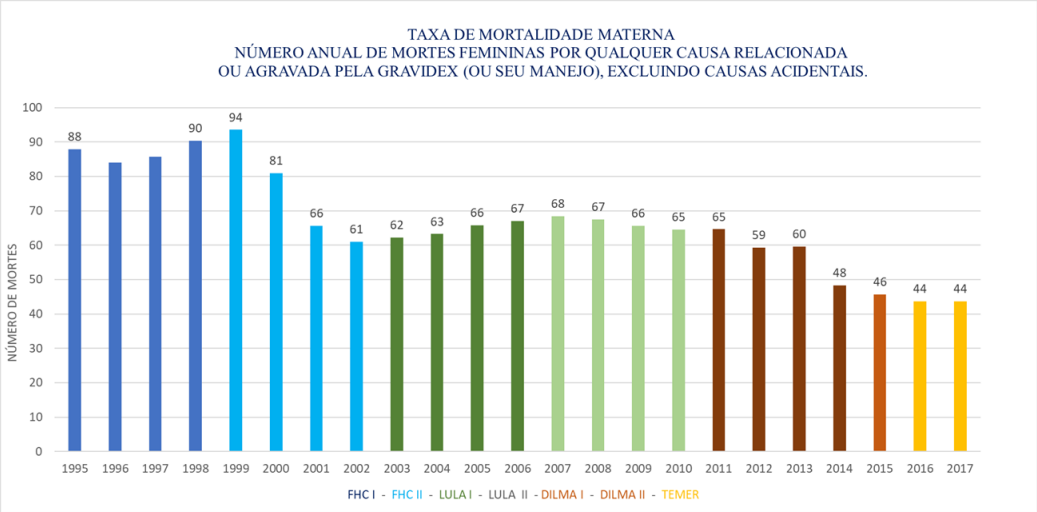
Déficit alimentar



FONTE: *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO
ACESSO: 27/10/2018 às 13:06

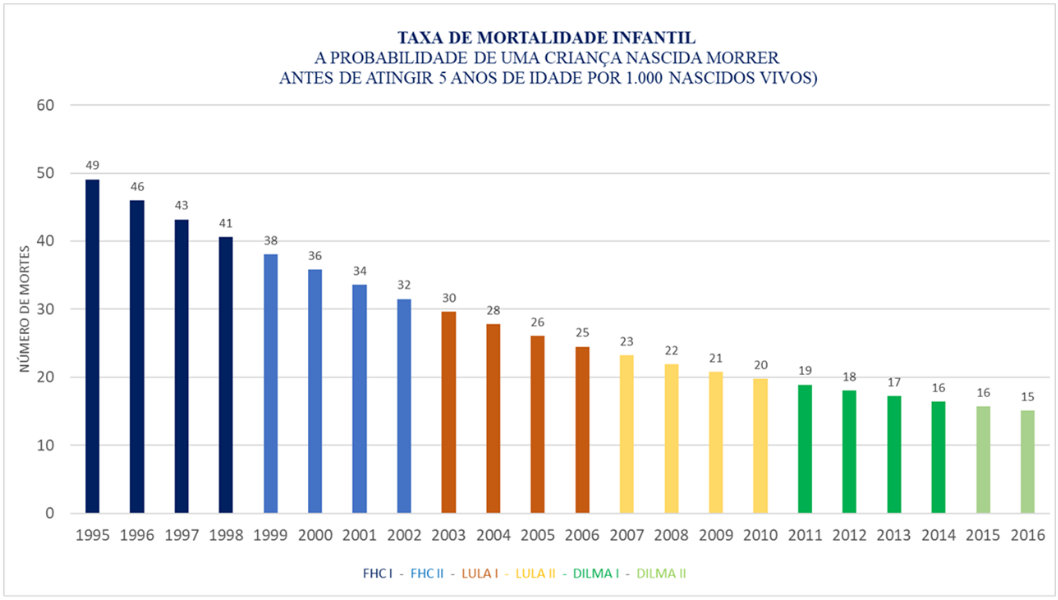
NOTA: Os dados de 2001 à 2012 retirados diretamente da base de dados FAO. De 2013 em diante da base de dados IPS. A fonte do IPS é da FAO.

Mortalidade materna



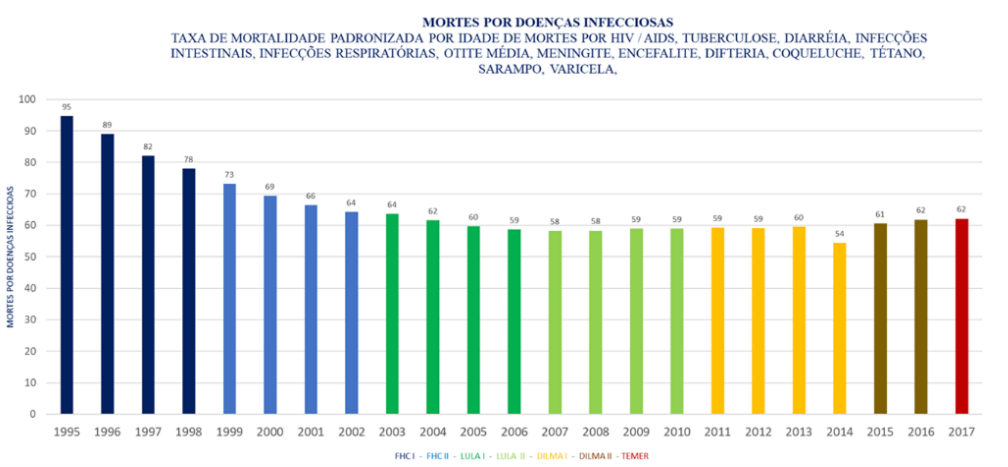
FONTE: World Health Organization

Mortalidade infantil



Fonte: UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation – elaborado pelo autor

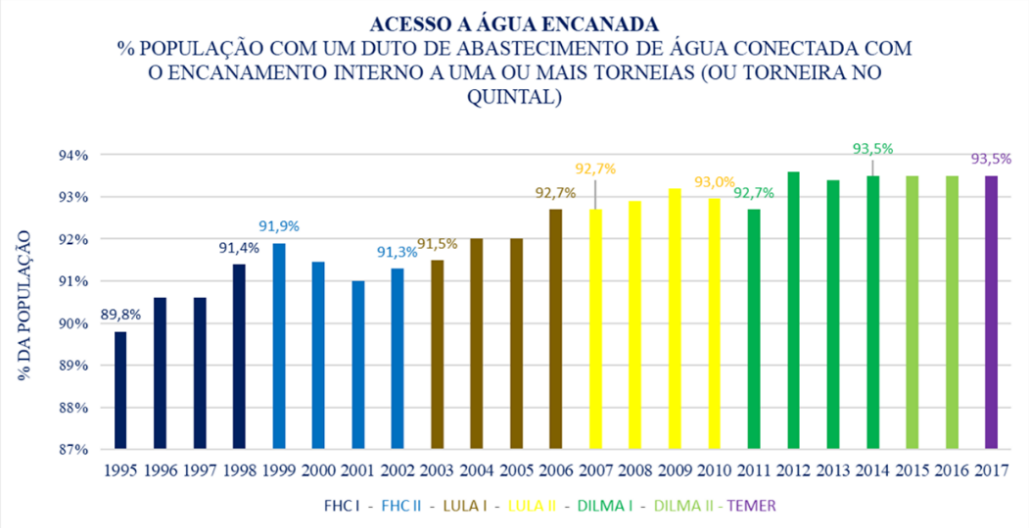
Morte por doenças infecciosas



Fonte: Institute for Health Metrics and Evaluation - elaborado pelo autor

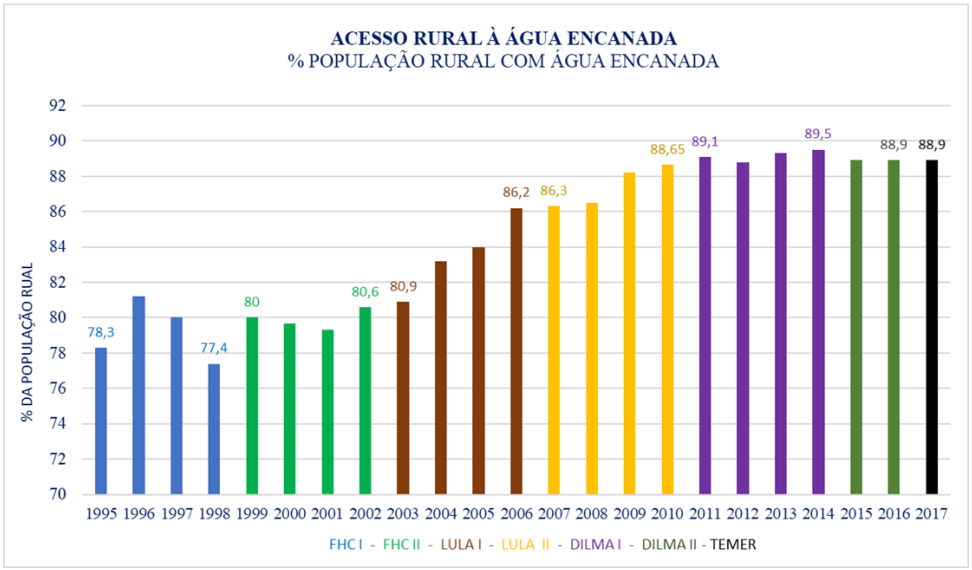
NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS
ÁGUA E SANEAMENTO

Acesso à água encanada



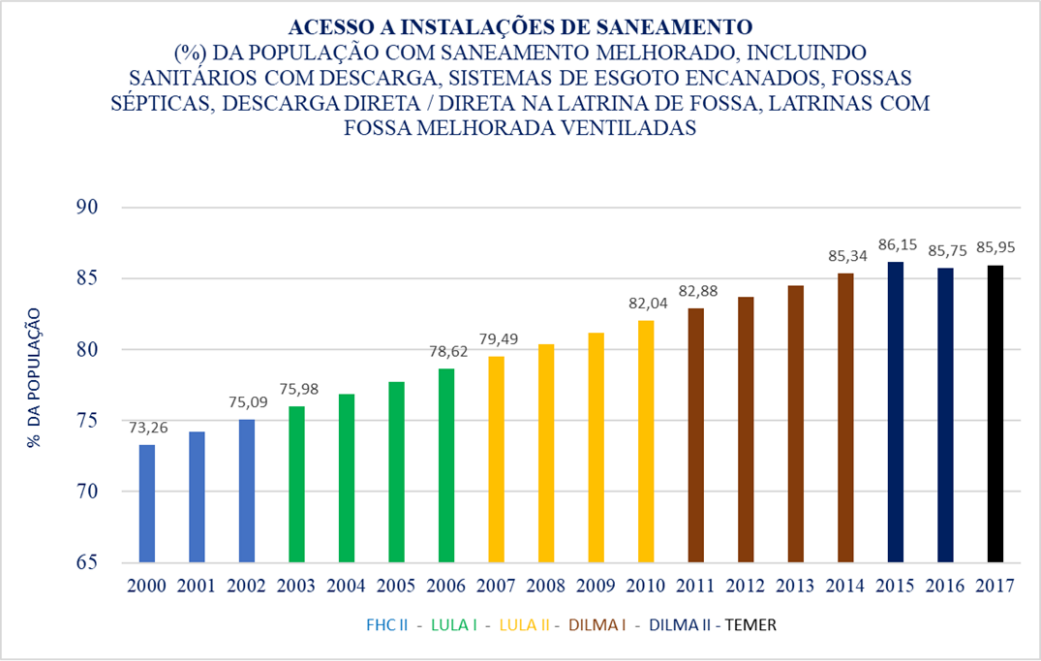
FONTE: IBGE - 'Série estatística – elaborado pelo autor

Acesso rural e urbano a fontes de água de qualidade



FONTE: IBGE
https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=16&op=0&vcodigo=IU22&t=acesso-sistema-abastec;imento-agua-area-rural
Acesso em 29/10/2018 às 20:06

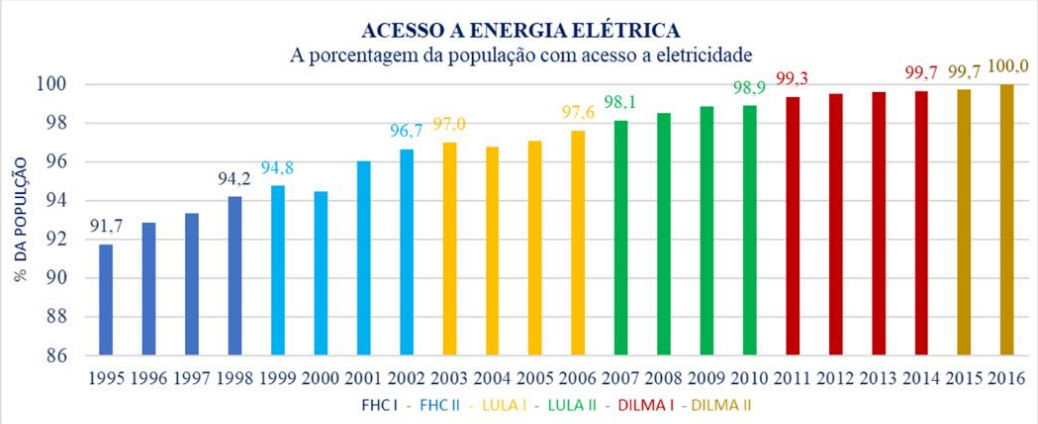
Acesso instalações de saneamento



FONTE: WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation

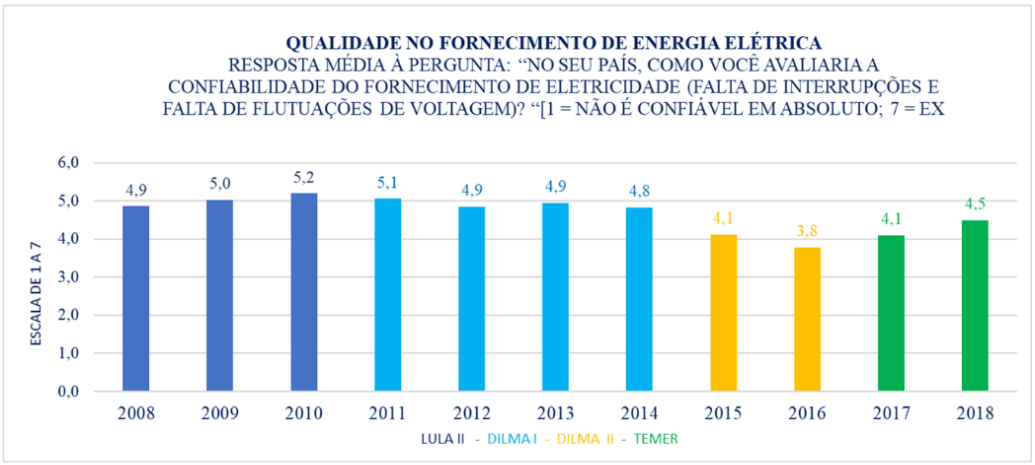
NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS
MORADIA

Acesso à eletricidade



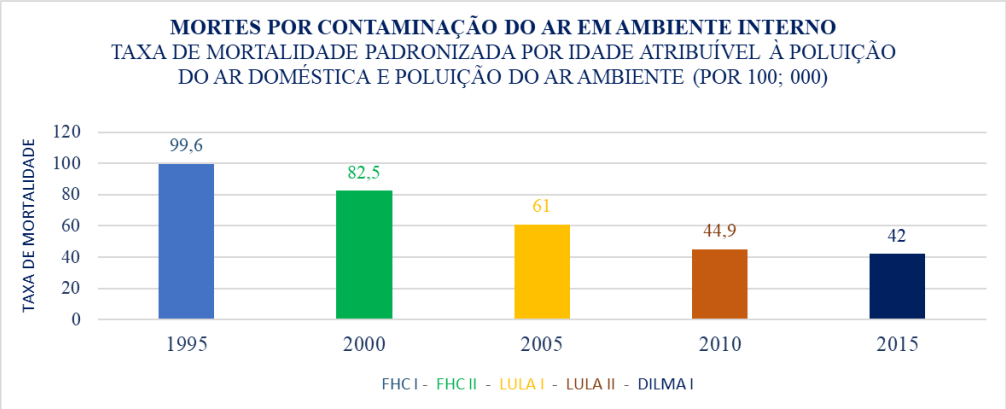
Fonte: *Sustainable Energy for All*

Qualidade do fornecimento de eletricidade



Fonte: World Economic Forum Global Competitiveness Report

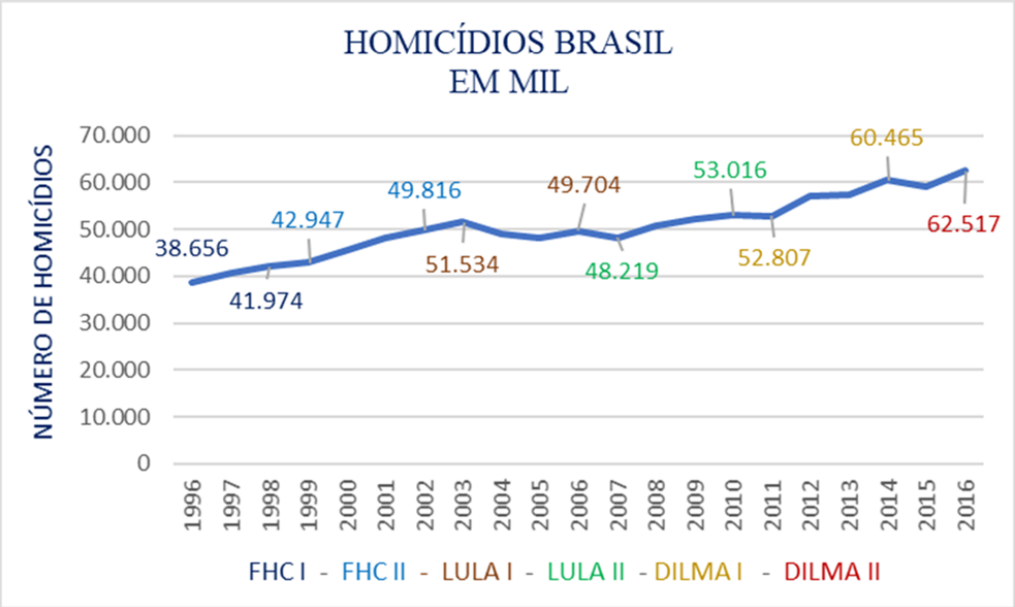
Mortes por contaminação do ar em ambiente interno



FONTE: *World Economic Forum Global Competitiveness Report*

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS
SEGURANÇA PESSOAL

Taxa de homicídio

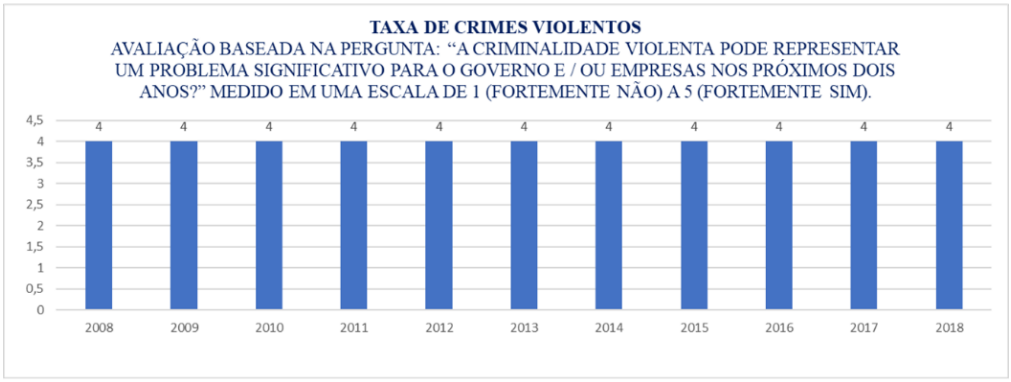


FONTE: IPEA - Atlas da violência - elaborado pelo autor

Taxa de homicídio

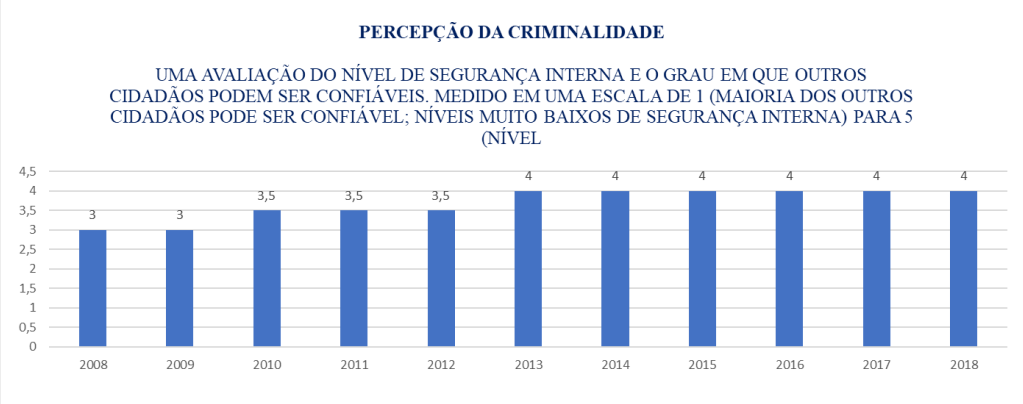
FONTE: IPEADATA - Elaborado pelo autor

Taxa de crimes violentos



Fonte: *Institute for Economics and Peace Global Peace Index*

Percepção da criminalidade

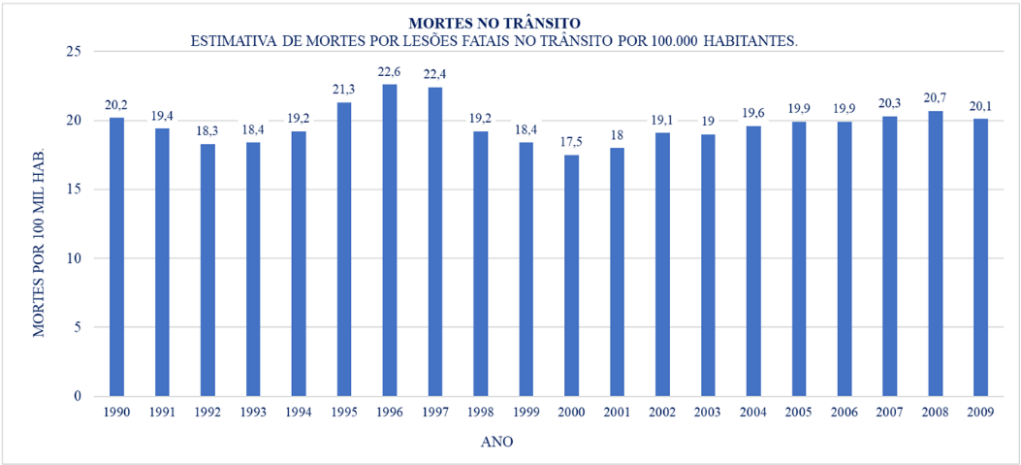


Fonte: Institute for Economics and Peace Global Peace Index

Terror político

FONTE: Institute for Economics and Peace Global Peace Index

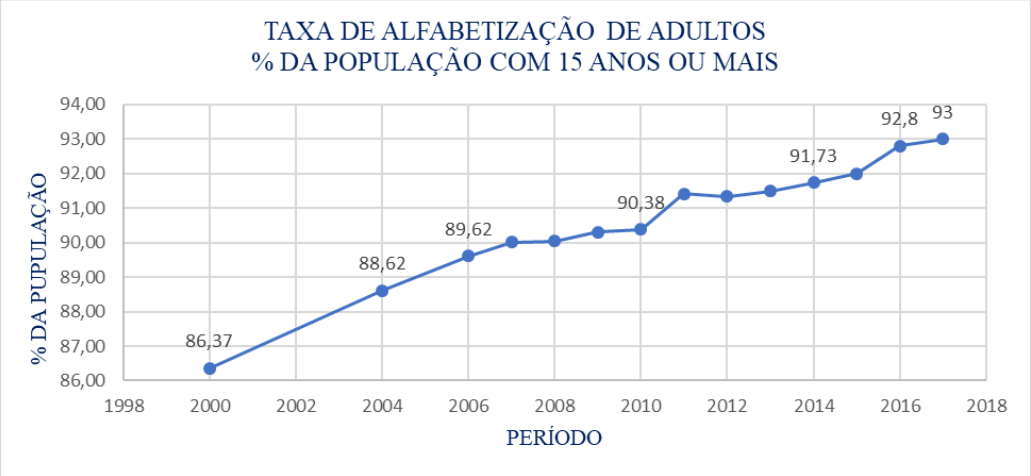
Mortes no trânsito



Fonte: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde (SVS): Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e base demográfica do IBGE.

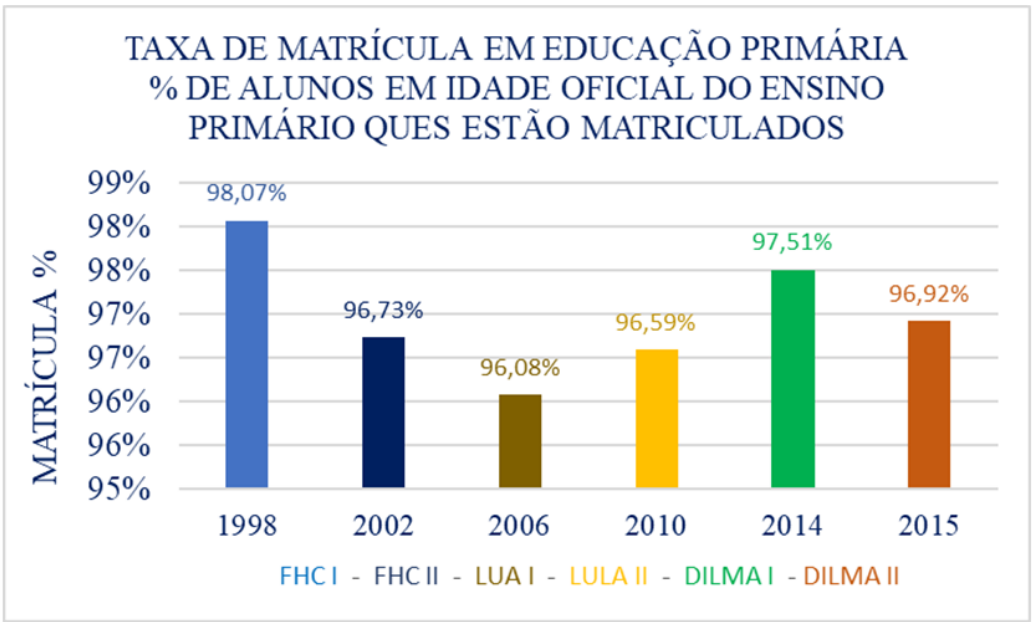
FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR
ACESSO AO CONHECIMENTO BÁSICO

Taxa de alfabetização adulta



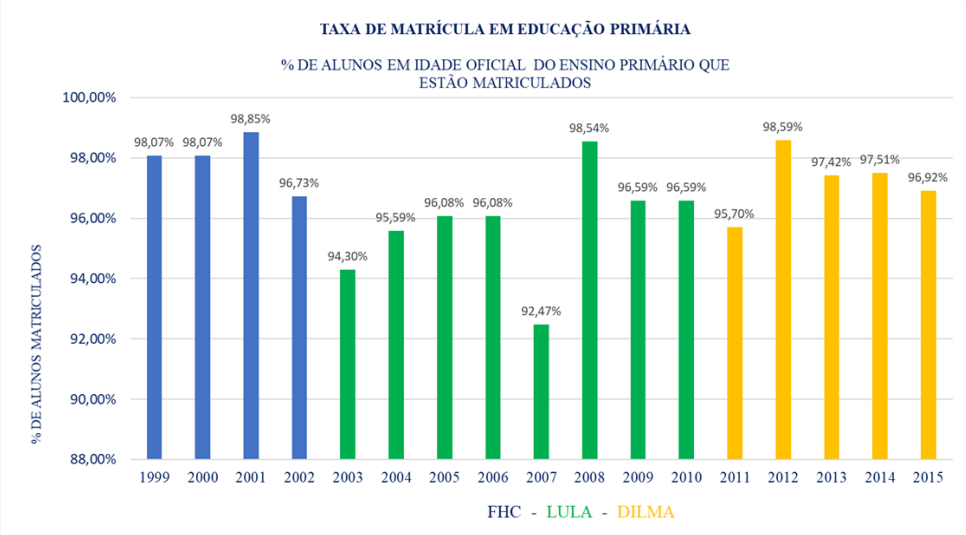
FONTE: **UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics (UNESCO) . Após 2014 dados do PNAD - Síntese de indicadores 2015.**

Taxa de matrícula primária



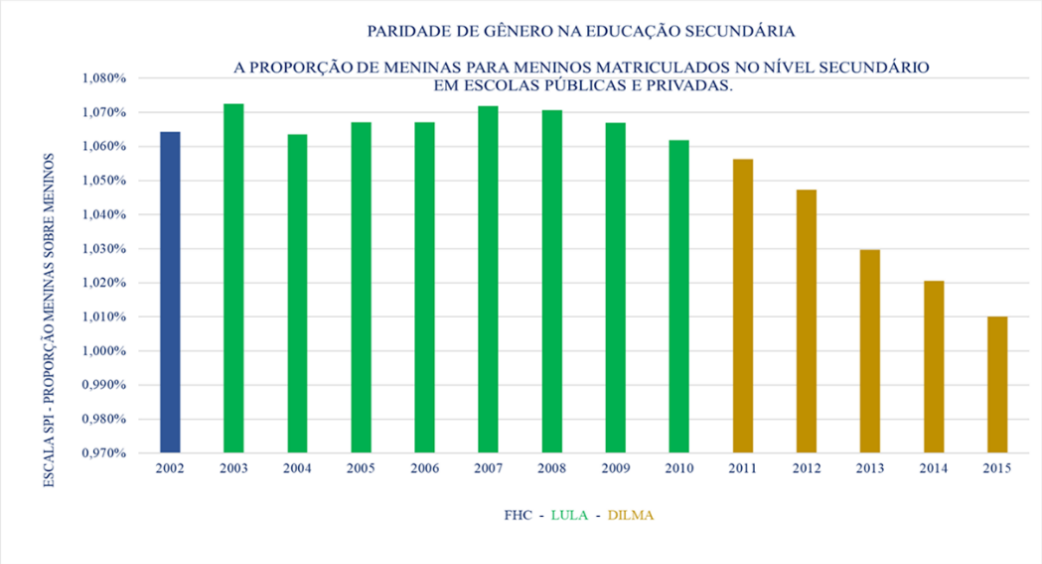
FONTE: UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics (UNESCO)

Taxa de matrícula primária



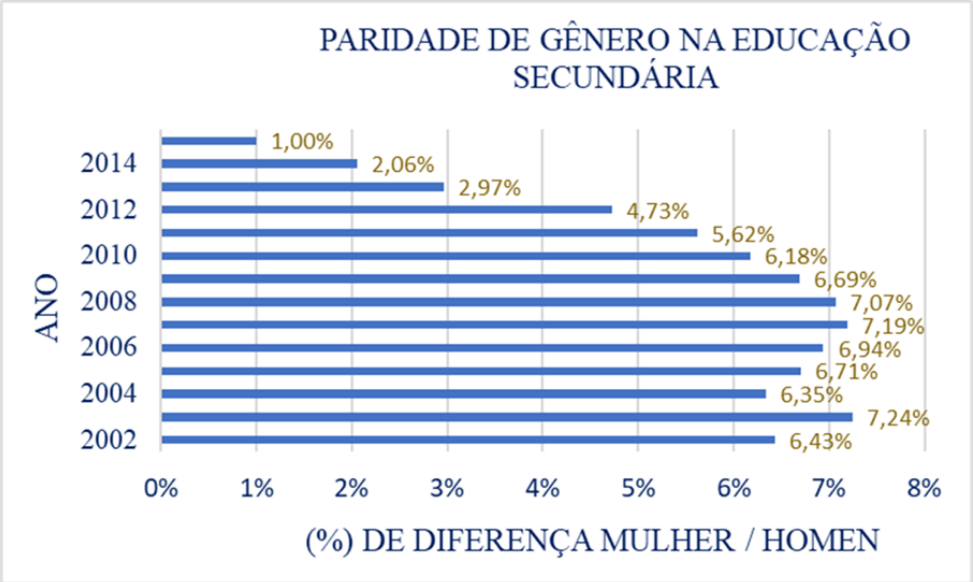
FONTE: UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics - UNESCO

Paridade de gênero na educação secundárias



FONTE: UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics

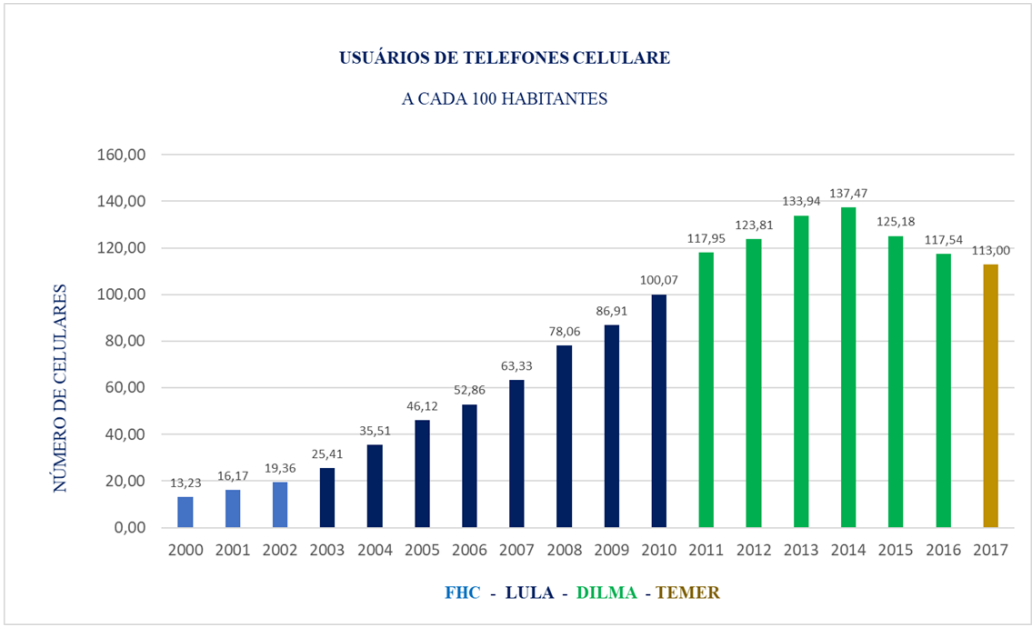
Paridade de gênero na educação secundárias



FONTE: UN Educational, Scientific, and Cultural Organization Institute for Statistics http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en

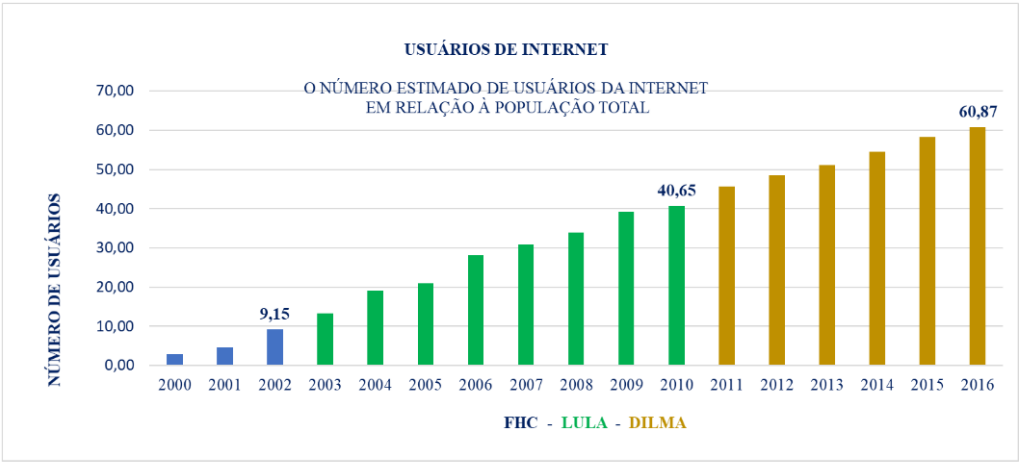
FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR
ACESSO À INFORMÇÃO E À COMUNICAÇÃO

Usuário de telefone celular



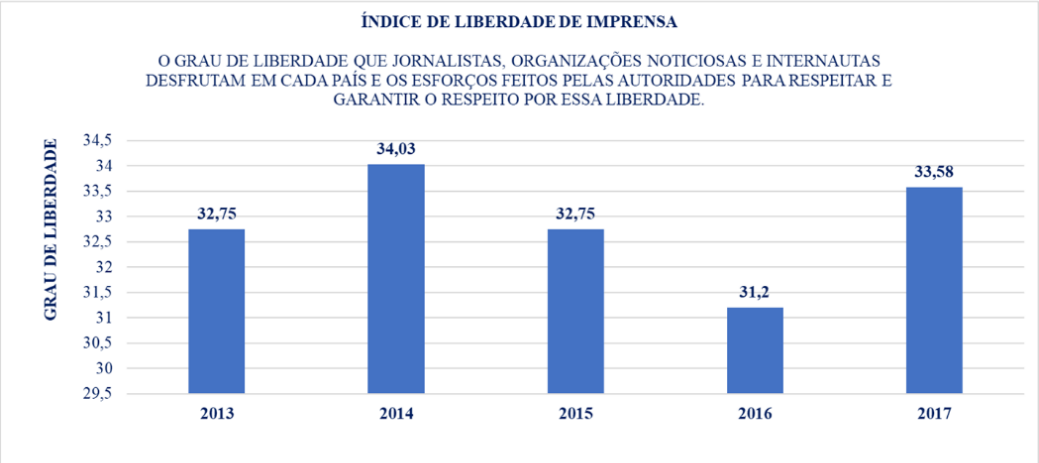
FONTE: *International Telecommunications Union*

Usuário de internet



FONTE: *International Telecommunications Union*

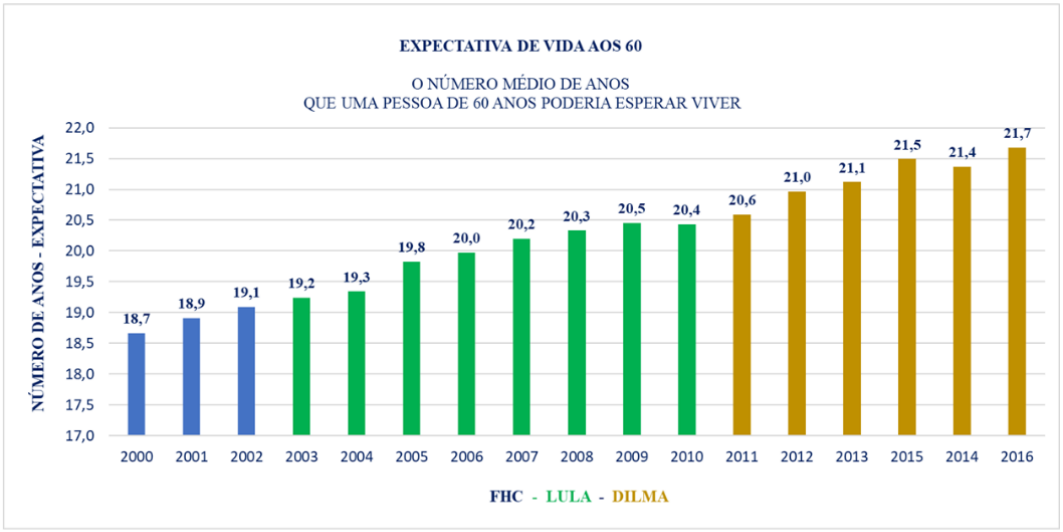
Índice de liberdade de imprensa



FONTE: ***Reporters Without Borders***

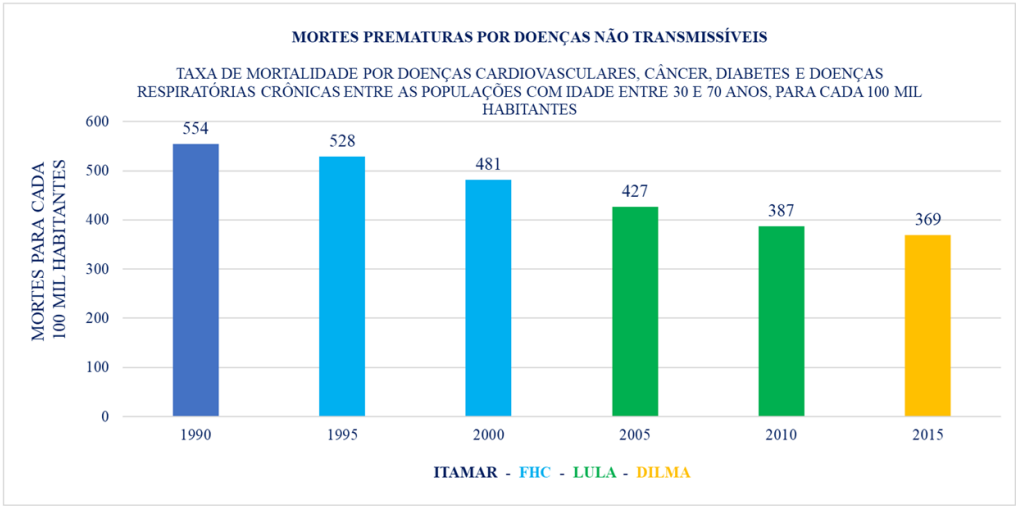
FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR
SAÚDE E BEM-ESTAR

Expectativa de vida aos 60 anos



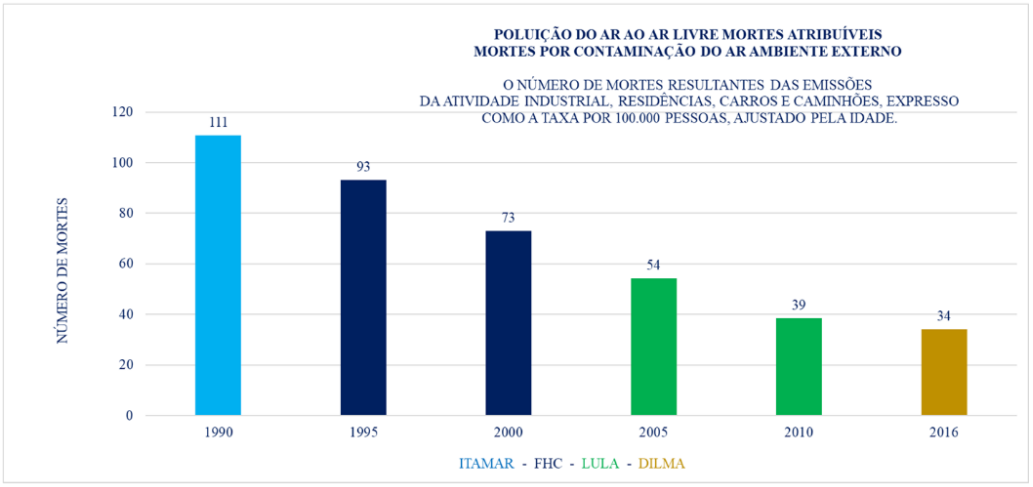
FONTE: *World Health Organization*

Mortes por doenças não transmissíveis entre 30 e 70 anos



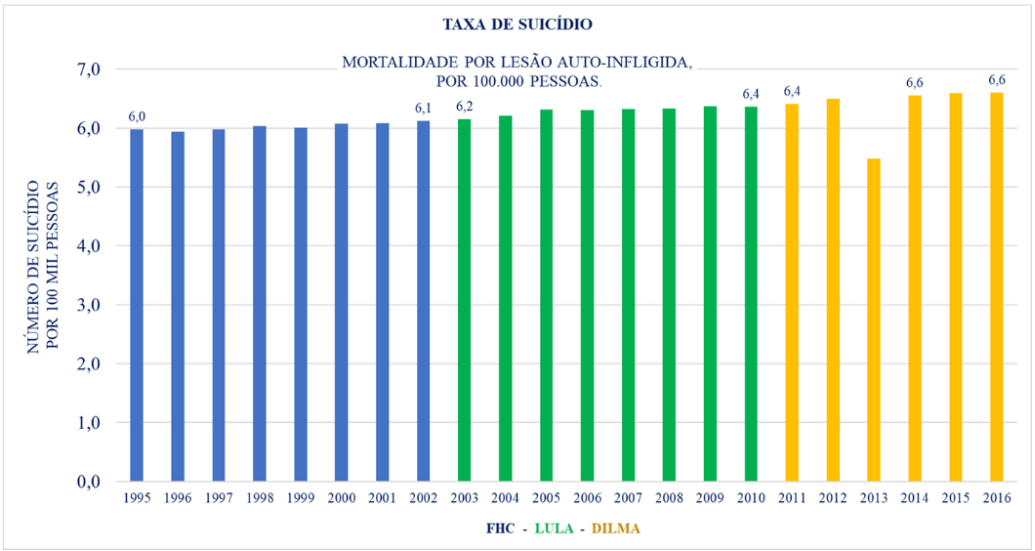
FONTE: *Institute for Health Metrics and Evaluation*

Mortes por contaminação do ar em ambiente externo



FONTE: *Institute for Health Metrics and Evaluation*

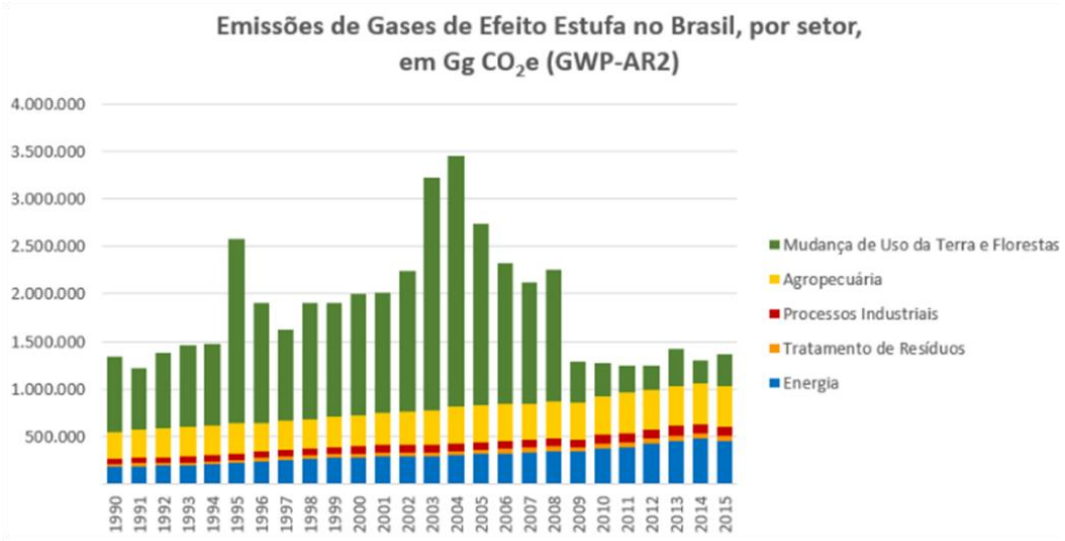
Taxa de suicídio



FONTE: *Institute for Health Metrics and Evaluation*

FUNDAMENTOS DE BEM-ESTAR
SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS

Emissão de gases efeito estufa

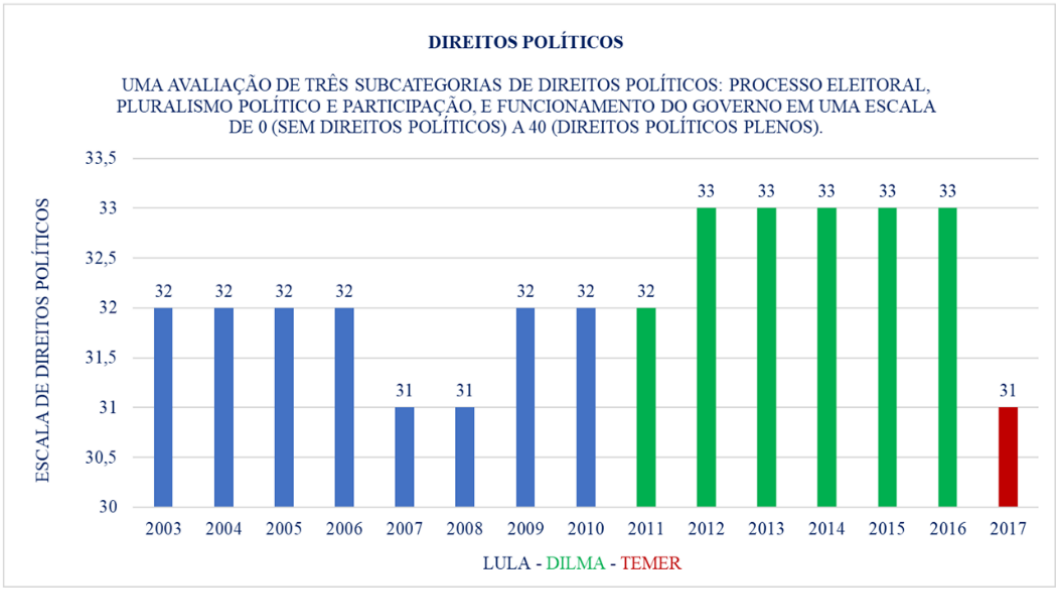


FONTE: MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

http://educaclima.mma.gov.br/2018/04/panorama-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-e-acoes-de-mitigacao-no-brasil/ acesso em 07/01/2019 às 11:23

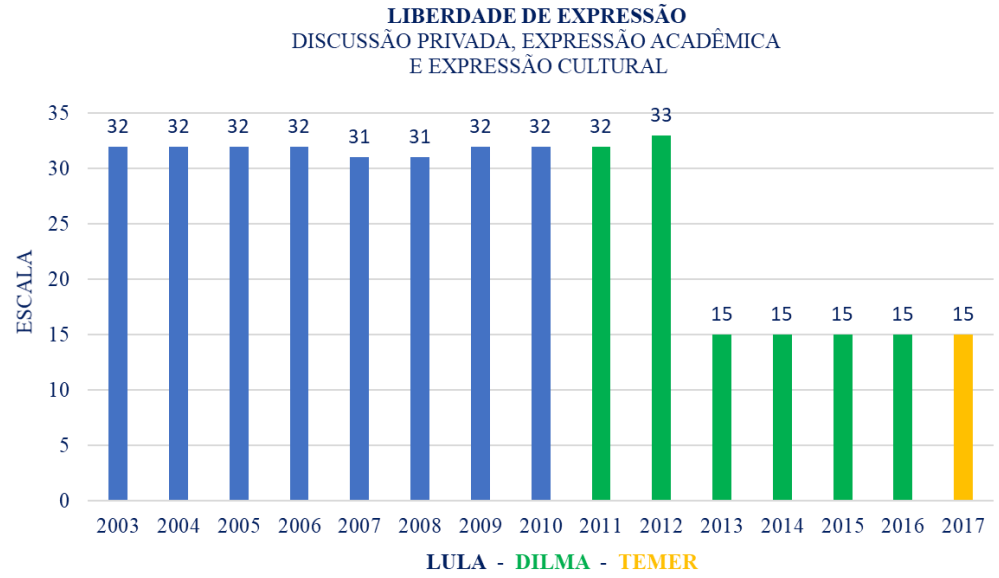
OPORTUNIDADES
DIREITOS INDIVIDUAIS

Direitos políticos



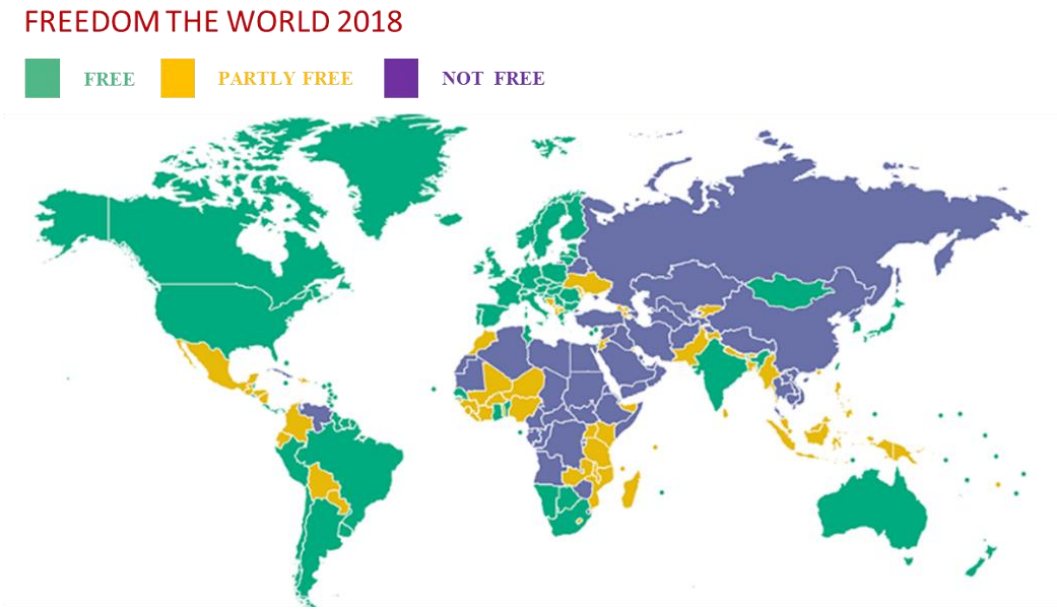
FONTE: *Freedom House*

Liberdade de expressão



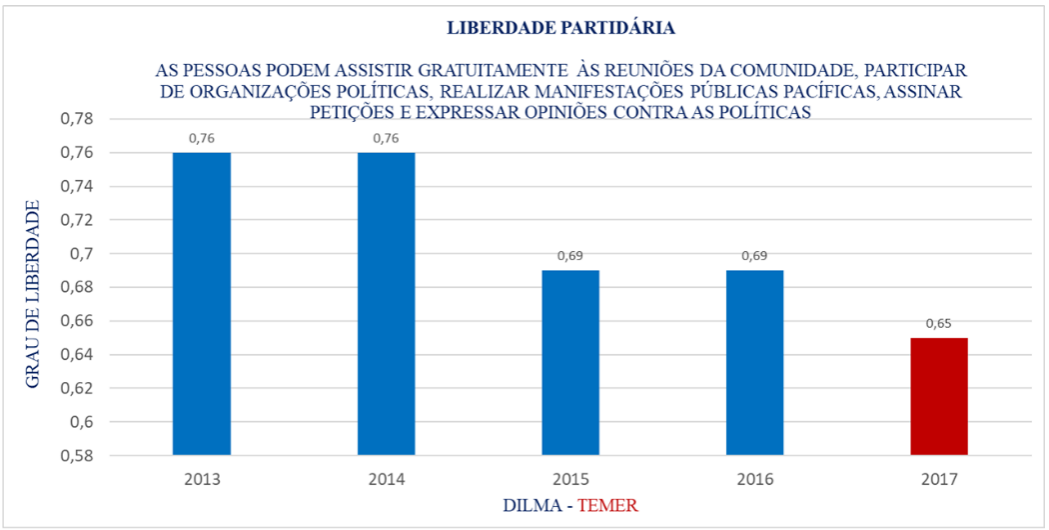
FONTE: *Freedom House*

Liberdade de expressão



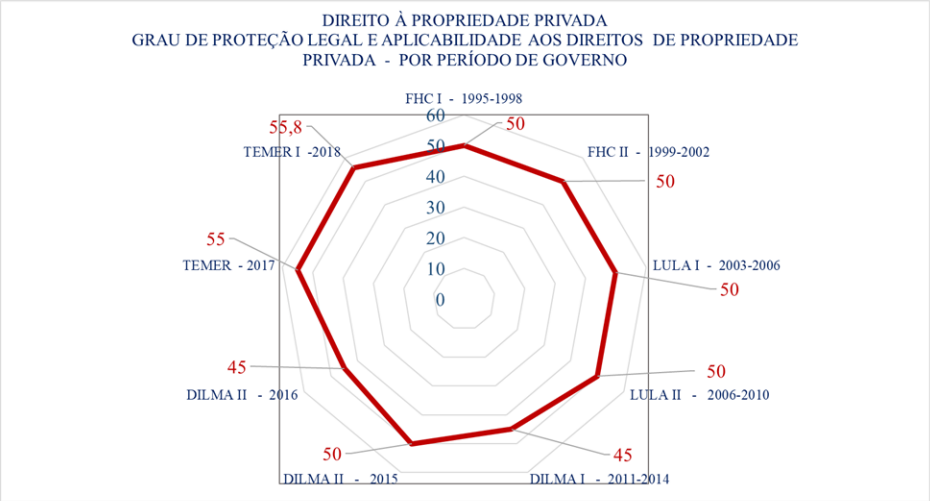
FONTE: Freedom House

Liberdade partidária



FONTE: *World Justice Project Rule of Law Index*

Direito à propriedade privada

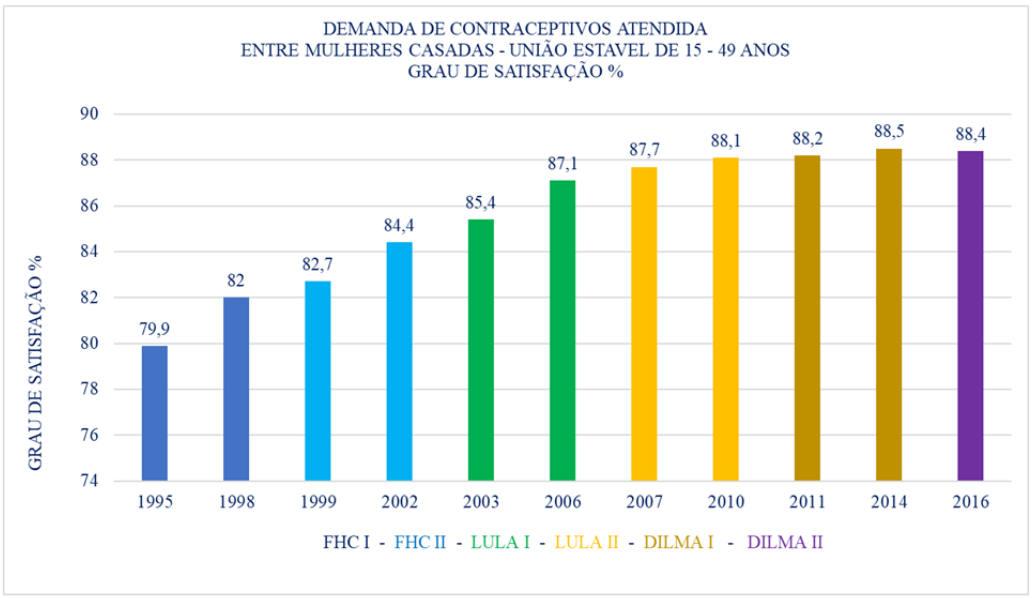


FONTE: *Heritage Foundation*

* NOTA: medido em uma escala de 0 (a propriedade privada é proibida, todas as propriedades pertencem ao estado; as pessoas não têm o direito de processar outras). e não têm acesso aos tribunais; a corrupção é endêmica) a 100 (a propriedade privada é garantida pelo governo; o sistema judicial aplica contratos de forma eficiente e rápida; o sistema de justiça pune aqueles que ilegalmente confiscam propriedade privada; não há corrupção ou expropriação).

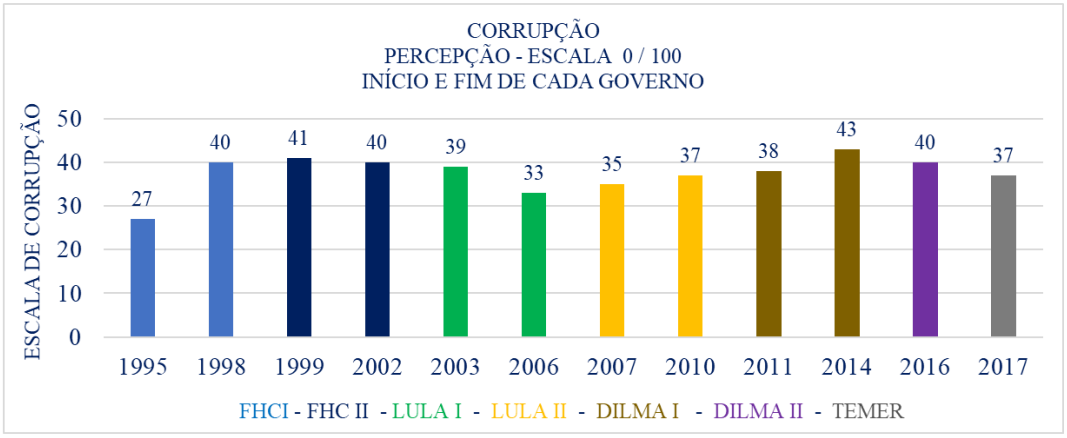
OPORTUNIDADES
LIBERDADES INDIVIDUAIS

Demanda por contracepção atendida



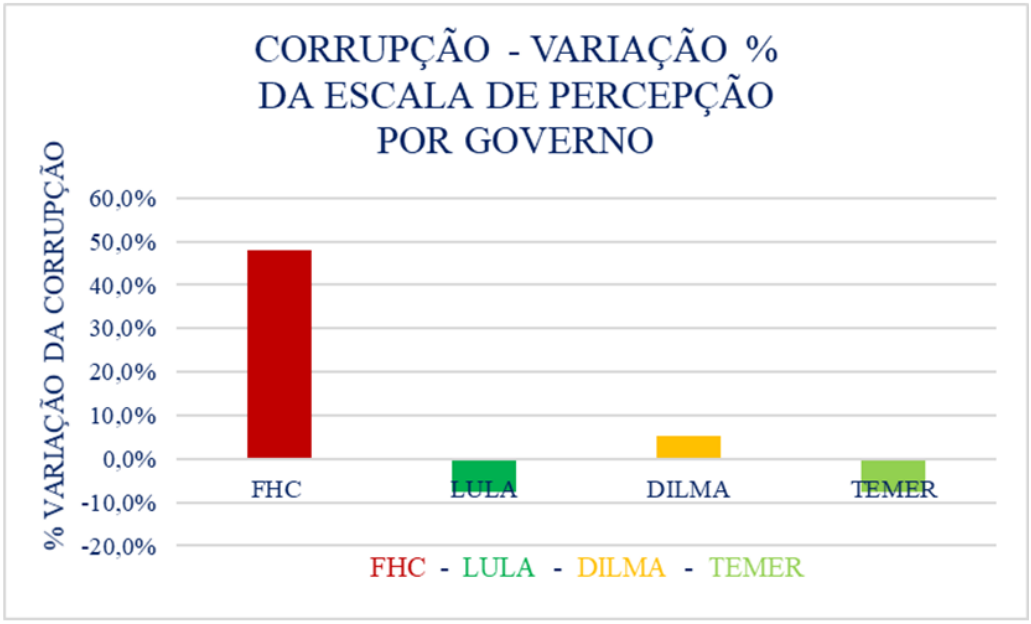
FONTE: *United Nations Population Division*

Corrupção



FONTE: *Transparency International*

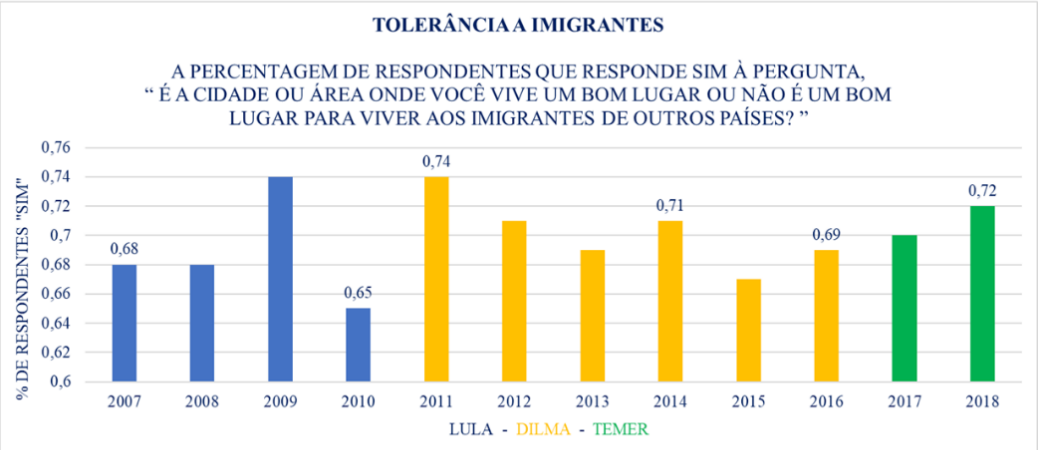
Corrupção



Fonte: *http://www.transparency.org/research/cpi/overview*

OPORTUNIDADES
TOLERÂNCIA E INCLUSÃO

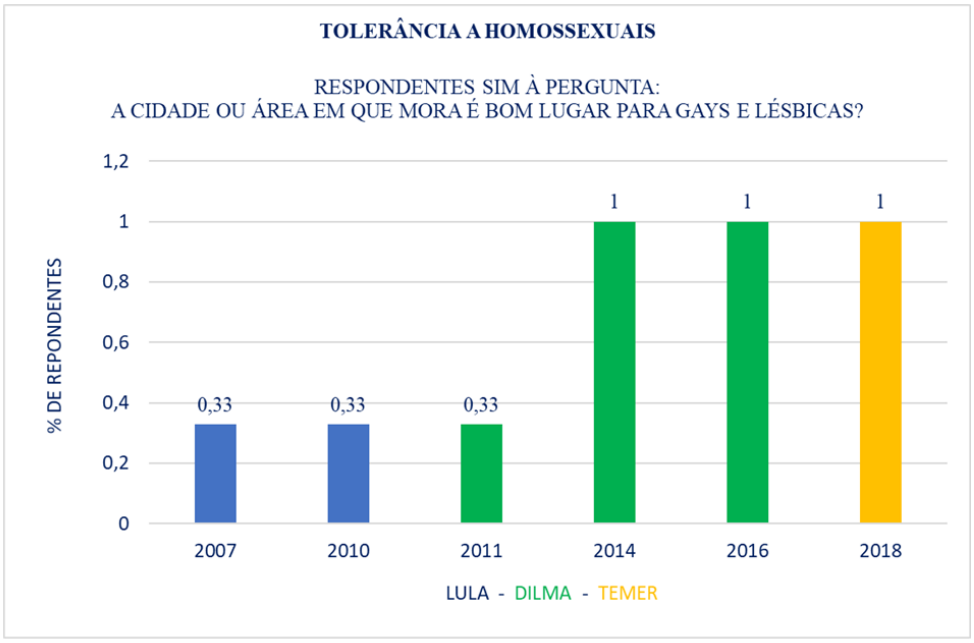
Tolerância à imigrantes



FONTE: *PROSPERITY*

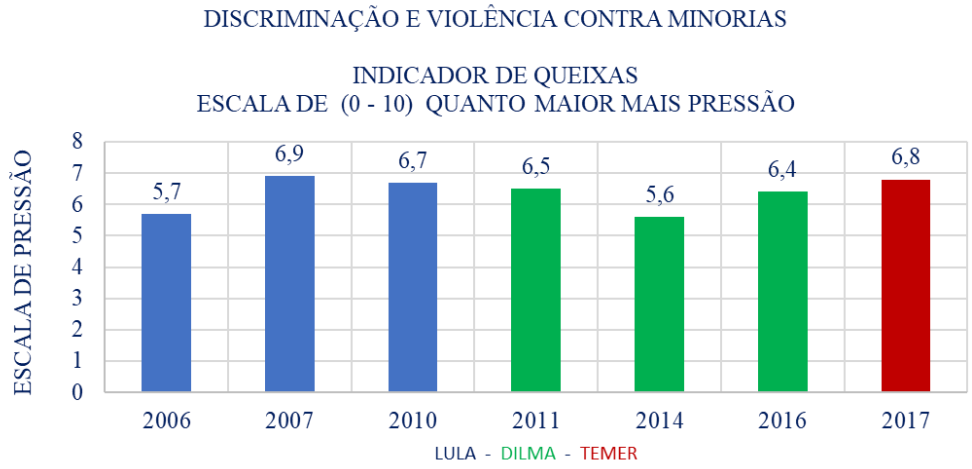
Acesso em 30/12/2018 às 14:30

Tolerância a homossexuais



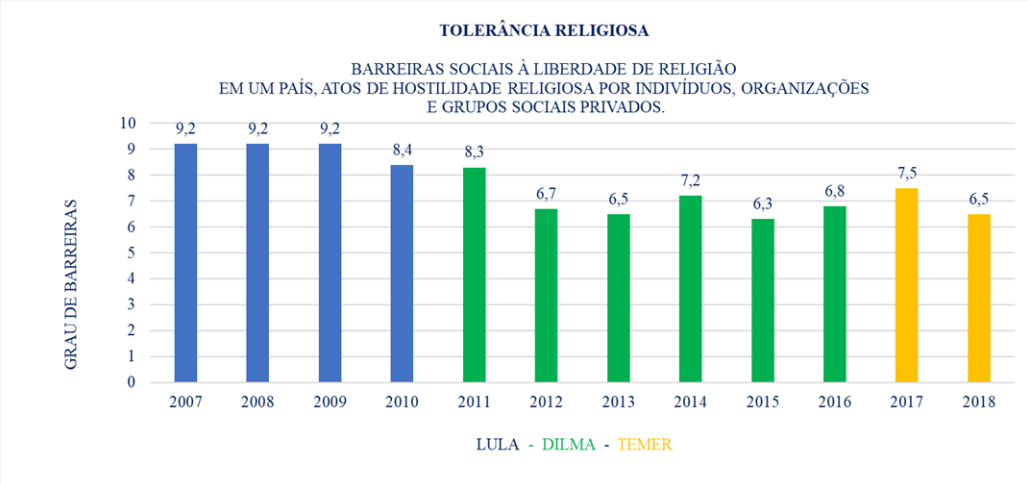
FONTE: *PROSPERITY*
Acesso: https://www.prosperity.com/data-explorer?country=BRA
Acesso: em 30/12/2018 às 14:35

Discriminação e violência contra minorias



FONTE: *Fund for Peace Fragile States Index*

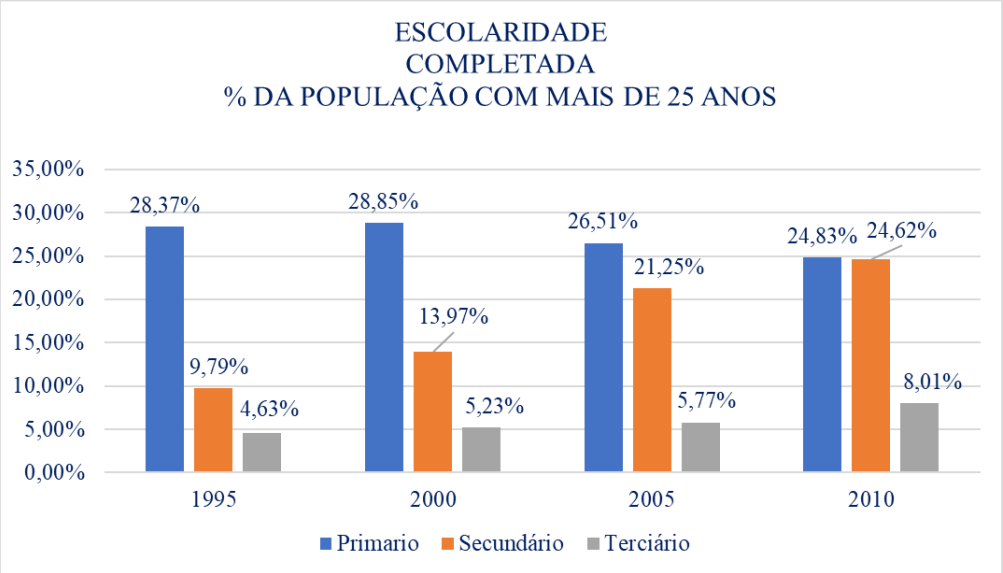
Tolerância religiosa



FONTE: *PROSPERITY*
Acesso: https://www.prosperity.com/data-explorer?country=BRA
Acesso: em 30/12/2018 às 14:35

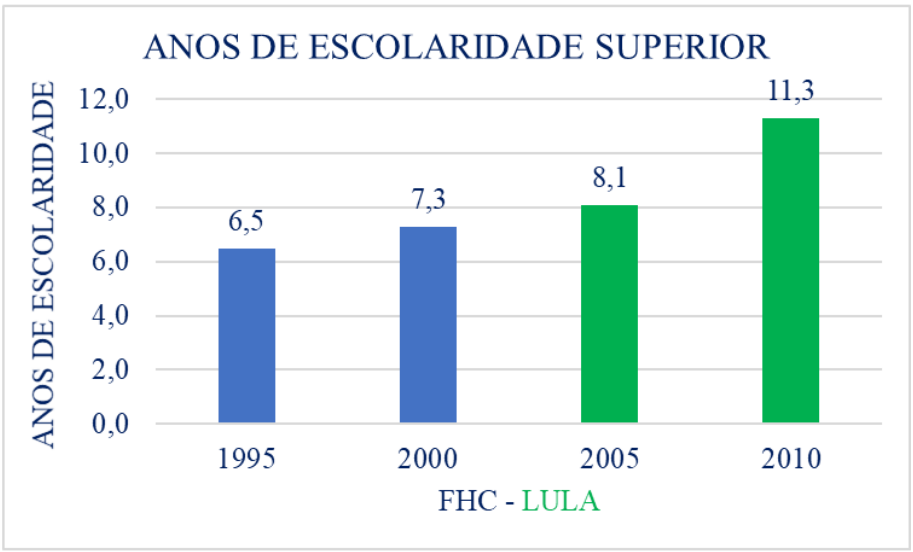
OPORTUNIDADES
ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

ESCOLARIDADE COMPLETADA
POUPULAÇÃO > 25 ANOS



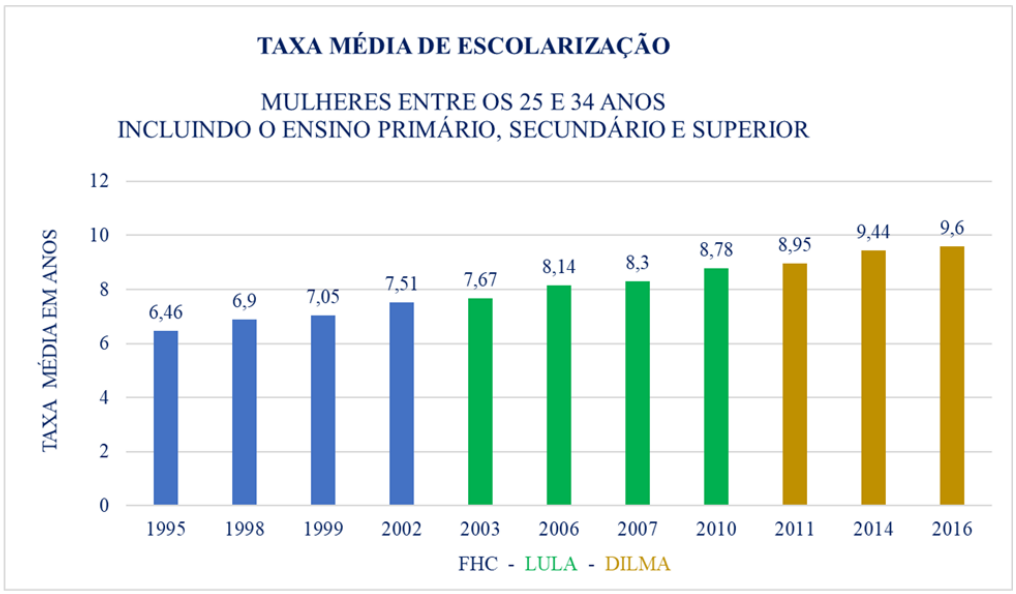
FONTE: *Barro-Lee Educational Attainment Dataset*
http://www.barrolee.com/ Acesso: 02/12/2018 às 15:51

ESCOLARIDADE COMPLETADA
POUPULAÇÃO > 25 ANOS



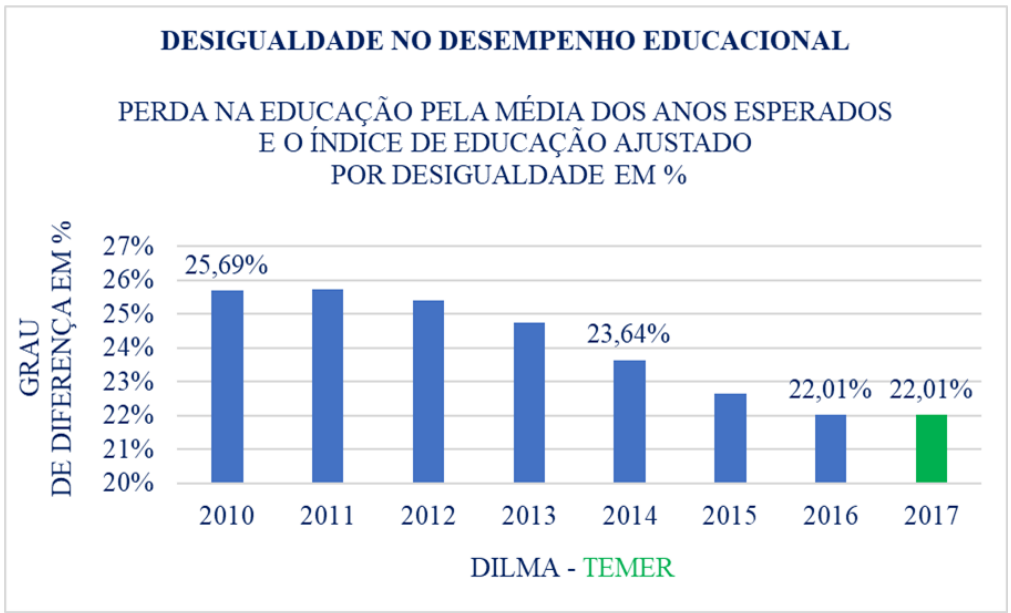
FONTE: *Barro-Lee Educational Attainment Dataset*
http://www.barrolee.com/ Acesso: 02/12/2018 às 15:51

Taxa média de escolarização das mulheres



FONTE: Institute for Health Metrics and Evaluation

Desigualdade no desempenho educacional



FONTE: *United Nations Development Programme*